



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/ ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS, IDENTIDADES
E EDUCAÇÃO (PPGCITE)

ARIETE PASTANA LEÃO

**DAS RESISTÊNCIAS COTIDIANAS À IDENTIDADE COLETIVA: conflitualidades
territoriais e acordos de pesca no Baixo Tocantins, Limoeiro do Ajuru, Pará**

ABAETETUBA-PA
2024

ARIETE PASTANA LEÃO

DAS RESISTÊNCIAS COTIDIANAS À IDENTIDADE COLETIVA: conflitualidades territoriais e acordos de pesca no Baixo Tocantins, Limoeiro do Ajuru, Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre pelo referido Programa da Universidade Federal do Pará.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios

Orientadora: Profa. Dra. Eliana Teles Rodrigues

ARIETE PASTANA LEÃO

DAS RESISTÊNCIAS COTIDIANAS À IDENTIDADE COLETIVA: conflitualidades territoriais e acordos de pesca no Baixo Tocantins, Limoeiro do Ajuru, Pará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios, Identidades e Educação (PPGCITE), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre pelo referido Programa da Universidade Federal do Pará.

Data de aprovação: 24/08/2024

Conceito: Aprovado

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eliana Teles Rodrigues
(PPGCITE/ Campus Abaetetuba/UFPA – Orientadora)

Prof. Dr. Pedro Chaves Baía Júnior
(PPGCITE/ Campus Abaetetuba/UFPA – Avaliador Interno)

Profa. Dra Rosa Elizabeth Acevedo Marin
(PPGCSPA/UEMA)

Prof. Dr. Francisco José Bezerra Souto
(Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS-Laboratório de Etnobiologia e Etnoecologia/LETNO)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

P291r Pastana Leão, Ariete.
DAS RESISTÊNCIAS COTIDIANAS À IDENTIDADE
COLETIVA: conflitualidades territoriais e acordos de pesca no
Baixo Tocantins, Limoeiro do Ajuru, Pará / Ariete Pastana Leão. —
2024.
X, 168 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Eliana Teles
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Abaetetuba, Programa de Pós-Graduação
em Cidades, Territórios, Identidades e Educação, Abaetetuba,
2024.

1. conflito. 2. conflitualidade territorial. 3. acordo de
pesca. 4. identidade coletiva. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 910.13337

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil, pois este trabalho não foi uma construção solitária; tantas colaborações me precederam, mesmo antes de iniciar o mestrado. Espero não cometer nenhuma injustiça ao esquecer de mencionar alguém que foi importante nessa trajetória.

Quero agradecer, primeiramente, a Deus e à Mãe Maria pelas bênçãos e intercessões. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação PPGCITE pelo processo de aprendizado e formação que vivenciei nestes dois anos de mestrado. Sou grata a todos os professores do programa com quem tive a oportunidade de estudar.

Um agradecimento especial vai à minha orientadora, Professora Dr. Eliana Teles. Não tenho palavras para expressar minha imensa gratidão. A Professora Eliana acreditou em mim e em minhas capacidades mais do que eu mesma. Ela consegue enxergar nossas potencialidades e, sem ela, não teria evoluído na minha forma de pensar e perceber as ciências de maneira integrada, superando a fragmentação do conhecimento. Obrigada por tudo, Professora!

Agradeço à equipe do Laboratório de Cartografia Social e Geoprocessamento do Baixo Tocantins pela formação que tanto contribuiu para a elaboração dos mapas deste trabalho. Um agradecimento especial ao Mestre Aelton Dias, que foi fundamental na criação do aplicativo “De Acordo com a Pesca”.

Agradeço à minha família, que foi meu maior alicerce nessa jornada. Meus pais, Dona Neide Pastana e seu Arielson Leão, foram construtores deste sonho. Nunca sonhei sozinha, e eles sempre foram apoiadores incondicionais. Agradeço à minha irmã, Arineide Pastana, por todo o incentivo ao longo do processo. Agradeço também aos meus sobrinhos, Ariane Leão e Juranilson Leão, e a meu cunhado, Juranil Vasconcelos. Sou grata às minhas tias, Pilar Leão e Leozila Pastana, e suas famílias, por me acolherem em suas casas durante este período de mestrado. Agradeço a tio Daniel Pastana pela rica colaboração nesta pesquisa.

Agradeço a todos os meus amigos e amigas que me ajudaram nessa caminhada, em especial a Keylla Trindade, Claiver Virgolino, Igor Reis, Mario Arnaud, Iândela Oliveira, e a todos que, de alguma forma, me apoiaram. Muita gratidão a cada um de vocês. Por fim, agradeço a todas as vozes que compõem este trabalho; sem vocês, jamais teria conseguido. Foram tantas e tantos que colaboraram nesta pesquisa. Obrigada, obrigada, obrigada!

RESUMO

Os Acordos de Pesca em Limoeiro do Ajuru, especificamente o da comunidade de Rio Cardoso emergem do conflito e da conflitualidade, mas, desde sua criação nos anos 1990, passou a ganhar novas expressões que transcendem a pesca artesanal. No processo de elaboração desses acordos e dos conflitos que eles geram, fortalece-se o sentido de pertencimento e a identidade coletiva, que é mobilizada como forma de resistência, unindo divergentes em prol de um objetivo comum. Trata-se de uma etnografia do conflito e da conflitualidade que traz a seguinte questão: como a identidade coletiva é mobilizada em torno desses processos? Os objetivos concentram-se nos aspectos mais relevantes da relação entre conflito, conflitualidade e identidade, bem como no confronto das comunidades ribeirinhas com empreendimentos de infraestrutura que impactam os territórios de pesca nessa parte do Baixo Tocantins. Especificamente objetiva examinar as estratégias de organização e enfrentamento que o coletivo de pescadores tem construído ao longo do processo de organização. A metodologia adota uma abordagem qualitativa, utilizando diversas ferramentas metodológicas para capturar a complexidade da investigação interdisciplinar. O arcabouço teórico fornece uma compreensão histórica do Rio Tocantins, contextualizando os múltiplos processos de interesses que o cercam. A pesquisa oferece contribuições teóricas para o estudo da Amazônia estuarina, das comunidades ribeirinhas e dos Acordos de Pesca. Esses acordos vão além da pesca, conectando-se aos movimentos socioambientais dos anos 1990 e promovendo melhorias, como a eletrificação, que fortalecem a autonomia das comunidades. Por fim, a pesquisa destaca a necessidade urgente de repensar o modelo de desenvolvimento que degrada o Rio Tocantins, resultando em uma crise sistêmica que compromete a biodiversidade, a cultura, a economia e a própria existência das comunidades ribeirinhas.

Palavras-chave: conflito; conflitualidade territorial; acordo de pesca; identidade coletiva; Amazônia.

ABSTRACT

The Fishing Agreements in Limoeiro do Ajuru, specifically from the community of Rio Cardoso, emerge from conflict and conflictuality. However, since their establishment in the 1990s, they have taken on new expressions that transcend artisanal fishing. In the process of developing these agreements and the conflicts they generate, a sense of belonging and collective identity is strengthened, mobilized as a form of resistance, uniting divergent interests towards a common goal. This constitutes an ethnography of conflict and conflictuality that raises the question: how is collective identity mobilized around these processes? The objectives focus on the most relevant aspects of the relationship between conflict, conflictuality, and identity, as well as on the confrontations faced by riverine communities with infrastructure projects that impact fishing territories in this part of the Lower Tocantins. Specifically, it aims to examine the organizational strategies and coping mechanisms that the collective of fishermen has built over the course of their organization process. The methodology adopts a qualitative approach, using various methodological tools to capture the complexity of interdisciplinary investigation. The theoretical framework provides a historical understanding of the Tocantins River, contextualizing the multiple processes of interests surrounding it. The research offers theoretical contributions to the study of the estuarine Amazon, riverine communities, and the Fishing Agreements. These agreements extend beyond fishing, connecting to the socio-environmental movements of the 1990s and promoting improvements, such as electrification, that strengthen community autonomy. Finally, the research highlights the urgent need to rethink the development model that degrades the Tocantins River, resulting in a systemic crisis that compromises biodiversity, culture, economy, and the very existence of riverine communities.

Keywords: conflict; territorial conflict; fishing agreement; collective identity; Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conflitualidades e conflitos na Amazônia.....	22
Figura 2 - Conflitualidade gerada a partir da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.....	38
Figura 3 – Mapa da Divisão Distrital do Município de Limoeiro do Ajuru-PA	44
Figura 4 – Produção dos croquis.....	50
Figura 5 – Pintura dos croquis.....	51
Figura 6 – Aplicativo “DE ACORDO COM A PESCA”.....	55
Figura 7 - Mapa de Espacialização da Comunidade de Rio Cardoso, Limoeiro do Ajuru, Pará.....	73
Figura 8 – Estrutura da Organização da Manutenção do Linhão.....	78
Figura 9 – Pescadoras no beneficiamento do camarão.....	90
Figura 10 - Areaias ou Areião cultivados por Pescadores(a) Ribeirinhos(as) artesanais.....	92
Figura 11 - Mapa dos Acordos de Pesca do Município de Limoeiro do Ajuru/PA.....	94
Figura 12 - Espacialização do Acordo de Pesca do Rio Cardoso.....	98
Figura 13 - Fluxo de Pescado na Áreas de Pesca do Acordo de Pesca – Rio Cardoso – Limoeiro do Ajuru.....	104
Figura 14 - Embarcação da Vigilância do Acordo de Pesca do Rio Cardoso.....	108
Figura 15 – Casa de Vigilância do Acordo do Meio I.....	109
Figura 16 – Balsa de Vigilância do Acordo do Meio II.....	109
Figura 17 – Pesca de borqueio.....	111
Figura 18 – O Taleiro e o piloto.....	112
Figura 19 – Caruca batendo a moponga no rio.....	113
Figura 20 – Mergulhadores passando o cabo de rede.....	114
Figura 21 – Processo de retirada do pescado da rede de borqueio.....	121
Figura 22 – Destinação da produção.....	128
Figura 23 – Espécies capturadas.....	129
Figura 24 - Hidrovia Araguaia-Tocantins – Trechos de Derrocagem e Dragagem do Ro Tocantins.....	132
Figura 25 - Áreas de Influências da Hidrovia Araguaia -Tocantins.....	133
Figura 26 – Croqui de áreas do Acordo de Pesca antes da UHT-Tucuruí.....	135
Figura 27 – Análise da foz do Rio Tocantins – julho de 1984.....	137
Figura 28 –Croqui da área do Acordo de Pesca atualmente.....	138
Figura 29 – Análise da foz do Rio Tocantins – julho 2023.....	140

Figura 30 – I Encontro dos Povos das Águas no Baixo Tocantins - 2019.....	146
Figura 31 – II Encontro dos Povos das Águas no Baixo Tocantins - 2021.....	147
Figura 32 – Caravana em Defesa do Rio Tocantins - 2022.....	148
Figura 33 – Mapa do Cercamento do Rio Tocantins.....	149
Figura 34 – Imagem do protesto na Abertura da Pesca.....	151
Figura 35 – Encontro de Lideranças dos povos das águas.....	152
Figura 36 – Audiência Pública em Tucuruí.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados.....	47
Quadro 2 – Atividades acompanhadas para construção da pesquisa.....	53
Quadro 3 - Tecnologias usadas na pesca artesanal anteriormente.....	85
Quadro 4 - Parâmetro do tempo da natureza para realizar atividades.....	106
Quadro 5 -Tipos de conflitos localizados no Acordo de Pesca.....	122
Quadro 6 -Tipos de conflitos localizados no Acordo de Pesca.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pesqueiro georegerenciados.....	52
Tabela 2 - Dados de Produção da Pesca do Mapará.....	125
Tabela 3 – Dados de Produção da pesca mapará.....	126
Tabela 4 – Dados de Produção da pesca do ano de 2024.....	127

LISTA DE SIGLAS

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

Albrás – Alumina Brasileira

OIT – Organização Internacional do Trabalho

EIA – Estudo de Impacto sobre o Ambiente

RIMA – Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

ARE – Aparelhos Repressivos do Estado

AIE – Aparelhos Ideológicos do Estado

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Mundial

UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí

SIG– Sistema de Informação Geográfica

LABCARTS – Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins

GPS – Global Positioning System

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CELPA – Centrais Elétricas do Pará

PPDJUS - Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí

PDJUS - Plano de Desenvolvimento Sustentável

COMPESCA – Conselho Municipal de Pesca

TV - Televisão

PT – Partido dos Trabalhadores

Alepa – Assembleia Legislativa do Pará

MAB – Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Objetivos.....	9
1.2 Aproximação ao tema.....	10
2 AMAZÔNIA EM DISPUTA: conflitualidades ambientais e a sobreposição de empreendimentos de infraestruturas com os territórios de vida.....	14
2.1 Disputas e interesses “sobre” o território de vida (Rio Tocantins) no Baixo Tocantins	27
2.2 Acordo de Pesca: uma “nova” gestão coletiva do território pesqueiro.....	35
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	40
3.1 Município e Comunidade da pesquisa: Limoeiro do Ajuru e Rio Cardoso.....	41
3.2 O Caminho metodológico.....	46
4 RESISTÊNCIAS E LUTAS DOS RIBEIRINHOS E RIBEIRINHAS PARA ALÉM DA PESCA ARTESANAL NO BAIXO TOCANTINS.....	56
4.1 O protagonismo das Comunidades Ribeirinhas luta por energia elétrica no Baixo Tocantins e no município de Limoeiro do Ajuru.....	58
4.2 Eletrificação no território ribeirinho o entrelaçamento com os Acordos de Pesca.....	72
5 O ACORDO DE PESCA NA COMUNIDADE DE RIO CARDOSO.....	82
5.1 O cultivo nos “Areiais”/”Areião.....	90
5.2 Acordo de Pesca.....	93
5.3 Organização, estrutura, conflito e conflitualidade no Acordo de Pesca na Comunidade de Rio Cardoso	107
5.4 Aplicativo “De Acordo com a Pesca”.....	125
6 HIDORVIA ARAGUAIA – TOCANTINS: mobilizações dos movimentos socioambientais.....	131
6.1 As mobilizações em defesa do território de vida na região Tocantina.....	145
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS.....	161

1 INTRODUÇÃO

Os Acordos de Pesca são iniciativas criadas pelas comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina, em resposta aos impactos ambientais, culturais, econômicos e políticos provocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Essas comunidades não apenas protagonizaram a elaboração dos Acordos de Pesca, mas também lideraram reivindicações que vão além da pesca artesanal.

A implementação da barragem marcou um divisor de águas no Baixo Tocantins nas décadas de 1980 e 1990, períodos em que ocorreram as maiores mobilizações dos movimentos sociais contra a construção da usina, além de esforços subsequentes pela eletrificação dos municípios da região.

Os impactos sobre a pesca artesanal geraram numerosos conflitos e tensões, resultantes da competição por estoques pesqueiros que sofreram drásticas reduções devido ao barramento do rio. Em resposta, as comunidades ribeirinhas criaram os Acordos de Pesca como estratégias de defesa dos estoques e do território pesqueiro. Essas iniciativas representam uma abordagem rica em gestão ambiental coletiva (Arnaud, 2010; Leão, 2022), mas também se tornaram fontes de conflito, alterando a dinâmica de poder entre as próprias comunidades, entre estas e o Estado (nos níveis municipal, estadual e federal), e até mesmo entre os próprios comunitários.

O Acordo de Pesca emerge do conflito e da conflitualidade, mas, desde sua criação nos anos 1990, passou a ganhar novas expressões que transcendem a pesca artesanal. No processo de elaboração desses acordos e dos conflitos que eles geram, fortalece-se o sentido de pertencimento e a identidade coletiva, que é mobilizada como forma de resistência, unindo divergentes em prol de um objetivo comum.

Ao utilizar o conflito como categoria de análise, é possível compreender a formação histórica da Amazônia, já que o conflito é um dos “aspectos explicadores dos processos formadores da realidade na região, no presente e no passado” (Arnaud, 2019, p. 85). Partindo desse entendimento, este trabalho busca investigar como a conflitualidade nos acordos de pesca da comunidade de Rio Cardoso pode transformar os traços identitários dessa comunidade. Vale destacar que, no município em questão, existem 14 acordos de pesca estabelecidos pelas comunidades ribeirinhas.

É fundamental compreender as problemáticas e a realidade enfrentadas pelos ribeirinhos em relação aos impactos, limites e desafios das conflitualidades territoriais criadas por agentes externos, que afetam diretamente a vida local. Investigar a conjuntura social é essencial para entender essas multiterritorialidades e as estratégias que as comunidades adotam para defender

seus territórios pesqueiros. Nesse contexto, a pesquisa pode contribuir para o fortalecimento da organização do Acordo de Pesca, a ser desenvolvido em conjunto com a comunidade.

A escolha do objeto deste estudo não foi feita de forma isolada ou neutra; ao contrário, surgiu a partir de uma série de experiências e interações com projetos de pesquisa e extensão durante a graduação, em julho de 2022. Embora esses projetos não tivessem como foco principal os conflitos, esses temas emergiram naturalmente nos debates sobre as comunidades estudadas.

A concretização dessa escolha se deu através da construção do curta-documental “Abertura da Pesca em Limoeiro do Ajuru: as transformações no espaço-tempo e sua diversidade cultural¹”, que evidenciou os conflitos nas vivências cotidianas dos Acordos de Pesca. Essa produção revelou a necessidade de uma ênfase maior nas questões que afetam a comunidade, destacando as transformações e as complexidades do contexto pesqueiro local.

O Acordo de Pesca no município de Limoeiro do Ajuru, amplamente descrito em muitos trabalhos. Nesta pesquisa destacam-se dois pontos inovadores quais sejam:

- a) A identidade relacionada diretamente com o conflito e a conflitualidade, pretensão inicial;
- b) A organização do Acordo de Pesca, lutas e reivindicações para além da pesca artesanal.

Este estudo, do ponto de vista acadêmico, proporciona um amadurecimento analítico no processo de pesquisa. O conflito apresenta várias dimensões positivas, uma das quais está diretamente relacionada à defesa do território e à afirmação da identidade coletiva em torno da pesca e da vida ribeirinha na região do Baixo Tocantins.

A criação do Acordo de Pesca não foi apenas uma estratégia de proteção territorial, mas também uma forma de assegurar a continuidade do modo de vida local. As comunidades ribeirinhas do município de Limoeiro do Ajuru dependem das atividades de cultivos e da pesca artesanal para sua geração de renda. No entanto, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí impactou diretamente a pesca, o que trouxe uma série de problemas socioambientais resultando em uma drástica redução dos estoques pesqueiros na região Tocantina, como mostram diversos estudos (Acevedo Marin, 2020; Almeida, 2015; Leão; Arnaud, 2023; Mérona et al., 2010; Pereira, 2014).

Neste estudo destaca-se a importância de compreender a realidade vivida, agora a partir da perspectiva acadêmica que dialoga com saberes locais. Essa abordagem busca romper com

¹ Curta documental áudio visual disponível em: <https://youtu.be/qvZdXyFulzc?si=fhrbZQytwALoh715>. Acessado em: fevereiro de 2024.

a hierarquização existente entre conhecimentos científicos e não científicos. Em vez de tratar a comunidade ou seus membros como meros objetos de pesquisa, propõe-se que os resultados deste estudo sejam devolvidos à comunidade, permitindo que a fortaleza enquanto protagonista das mobilizações e ações de resistência, especialmente quando enfrentam a destruição de seus territórios e modos de vida por forças hegemônicas. Dessa forma, as comunidades não são vistas como sujeitos passivos, mas como protagonistas de suas próprias histórias, um processo que ganha forma e sentido coletivo por meio do Acordo de Pesca.

Os argumentos aqui apresentados buscam responder as seguintes questões: como a identidade coletiva é mobilizada? Qual é sua relação com a conflitualidade e o conflito? Quem são os agentes responsáveis por gerar esses conflitos? Os conflitos se limitam apenas à pesca? De que maneira a comunidade enfrenta e resiste na luta por reconhecimento e direitos? Quais são as interfaces do Acordo de Pesca?

Os objetivos concentram-se nos aspectos mais relevantes da relação entre conflito, conflitualidade e identidade, bem como na interação das comunidades ribeirinhas com empreendimentos de infraestrutura que impactam seu território.

1.1 Objetivos

Objetivo geral: Explicar as conflitualidades territoriais relacionadas ao Acordo de Pesca na comunidade de Rio Cardoso, no município de Limoeiro do Ajuru, e suas implicações nas transformações identitárias.

Objetivos específicos: a) examinar as estratégias de existência e reprodução que o coletivo de pescadores tem desenvolvido em resposta aos efeitos da conflitualidade;

b) analisar quais são os agentes geradores dos conflitos e da conflitualidade que envolvem a disputa pelos estoques e pelo território pesqueiro na comunidade de rio Cardoso;

c) compreender os movimentos de resistência das comunidades ribeirinhas nos anos 1980 e 1990 e a organização do acordo de pesca diante das ameaças de projetos de infraestrutura, como a hidrovia Araguaia-Tocantins;

d) investigar as faces e nuances dos efeitos da organização do acordo de pesca para além da pesca.

Partindo do pressuposto de que o conflito e a conflitualidade, como categorias de análise, permitem evidenciar diversas esferas da formação e organização da região Amazônica, é possível afirmar que esses fenômenos também constroem identidades coletivas. As identidades não são dadas, mas sim construídas, dependendo do contexto em que as pessoas

estão inseridas e das realidades históricas que envolvem conflitos. Portanto, é de fundamental relevância investigar esses aspectos e seus efeitos.

1.2 Aproximação ao tema

No início do mestrado, a proposta inicial era centrada no estudo do conflito, a partir da sociologia de Georg Simmel, e na análise da conflitualidade sob a perspectiva geográfica, explorando como essas categorias se relacionam com a identidade, especialmente no contexto da pesca. No entanto, ao me aprofundar na organização do Acordo de Pesca, novas evidências surgiram.

No dia 11 de outubro de 2023, a visita da equipe de pesquisadores da Universidade de Marburg (Alemanha), composta pela Dra. Michaela Meurer, seu companheiro Stefan e a professora Eliana Teles, à comunidade do Rio Cardoso, afluente da margem esquerda do Rio Tocantins e lócus da pesquisa, trouxeram novos horizontes. Desde que partimos do porto da cidade de Abaetetuba por volta das 7:00 horas da manhã em direção à comunidade de Rio Cardoso, no município de Limoeiro do Ajuru, vivenciamos muitas (re)descobertas. Nessa travessia de quase quatro horas, o familiar se transformou em exótico (Da Matta, 1978), desafiando-me a confrontar teorias e saberes.

O percurso da viagem proporcionou a oportunidade de compartilhar com a equipe o momento de ler a paisagem a cada curva do rio, observando a vegetação nas margens e sentindo o perfume da natureza, quando as flores do miritizeiro, misturando-se com a água em um clima úmido, exalavam um aroma agradável. Nesse trajeto, que cruzou a foz do Rio Tocantins da Ilha Maiauatá até a comunidade de Rio Cardoso — um caminho percorrido inúmeras vezes — a companhia e os novos olhares permitiram-me perceber mudanças na paisagem, especialmente a aceleração na formação de ilhas na foz do rio. Segundo os mais velhos, essas formações se intensificaram após o barramento causado pela barragem de Tucuruí.

As formações desses bancos arenosos frequentemente escapam da visão de satélites, não sendo visíveis para pesquisas que não se aproximem da foz do rio. A lancha passou perto de um banco de areia, tornando evidente o processo de sedimentação na foz, na Baía do Marapatá. Observamos a deposição de substratos arenosos no leito do rio, onde gramíneas começaram a colonizar, ao lado de uma ilha com vegetação arbórea, indicando como o ciclo natural foi alterado.

Naquela travessia em um dia nublado, a foz do Rio Tocantins apresentava-se agitada, com um vento razoavelmente forte lançando água para dentro da lancha. Esse momento também

permitiu vislumbrar o profundo conhecimento que os pescadores ribeirinhos têm da foz do rio. Alguém sem esse entendimento da natureza e do fluxo da correnteza na foz do Rio Tocantins certamente teria enfrentado dificuldades na travessia. A lancha, não muito grande, era comandada por Mapará, enquanto Seu Daniel Pastana, um pescador da comunidade, orientava o piloto sobre a melhor direção.

A lancha parecia entrar no vácuo da maresia, sendo engolida e emergindo novamente; nunca enfrentava a maresia de frente, mas sempre realizava uma espécie de contorno, com o pescador sabendo exatamente como a correnteza se comportava. No meio da travessia, foi possível observar o encontro das águas do Rio Tocantins com as do Rio Pará. Os dois rios pareciam se confrontar, com o Rio Tocantins empurrando o Rio Pará, que revidava, formando maresias que espalhavam água no ar.

Ao chegarmos na comunidade por volta das 10:00 horas da manhã, fomos calorosamente recepcionados pelo corpo escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Pantoja Gonçalves. Na ocasião, professores e professoras, juntamente com alunos e alunas e parte dos comunitários, apresentaram a vivência local, compartilhando os signos e elementos da cultura ribeirinha que moldam a identidade da comunidade.

Os alunos apresentaram ervas, óleos, frutas e até mesmo solo de coloração amarelada, utilizado para o tratamento de diversas enfermidades. Os professores e professoras mostraram um croqui da cartografia social do Polo Beiradão — uma denominação criada pela prefeitura para fins de planejamento — que registra, por meio da pesca e da agricultura, o modo de vida desses agentes sociais. Duas professoras também falaram sobre seu projeto de leitura, exibindo os materiais utilizados, incluindo a cartilha da comunidade “Maré por maré: quem tem a força é a comunidade”, elaborada em parceria com o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

Naquele momento, ao observar os trabalhos apresentados por alunos e professores, percebemos que a organização do Acordo de Pesca tinha novas nuances, rompendo barreiras e fronteiras, e ganhando novos significados para além da pesca artesanal. A construção da identidade coletiva se tece nas vivências e experiências associadas ao Acordo de Pesca, que tem a capacidade de gerar efeitos que vão além da atividade pesqueira. O sentimento de pertencimento, evidente e forte durante as apresentações, percebemos que o Acordo de Pesca não é um assunto exclusivo dos pescadores; a pesca representa mais do que uma simples atividade ribeirinha — ela é o elemento que simboliza as lutas concretas desse coletivo em sua busca por viver e existir no território pesqueiro da sua maneira. Esse sentimento estava presente nas falas, nas paredes adornadas com petrechos, cartazes e pinturas que remetiam à pesca artesanal.

Ainda naquele dia, durante o almoço na residência da Dona Neide Pastana, ela reviveu, em suas falas, sua participação nos acampamentos dos anos 1980 e 1990, que visavam reivindicar o direito à energia elétrica. Dona Neide relatou como os ribeirinhos assumiram essa luta quando a Eletronorte não cumpriu a promessa de levar energia para as comunidades do Baixo Tocantins. Destacou também a presença ativa das mulheres nas resistências, que, mesmo durante os atos de mobilização, se cuidavam mutuamente, especialmente ao se banharem.

Esses relatos poderosos sobre o protagonismo ribeirinho geraram inquietude, pois, até hoje, a energia na comunidade de Rio Cardoso é resultado dos esforços das próprias comunidades, que arcaram com todas as despesas para a eletrificação rural. É importante ressaltar que essa eletrificação não é regularizada pela Eletronorte. Apesar de toda a luta empreendida na época dos acampamentos, após a chegada da energia na cidade de Limoeiro do Ajuru, o reconhecimento e o protagonismo acabaram sendo atribuídos a um deputado da época.

Após o almoço, a equipe empreendeu uma caminhada pelos arredores, com o objetivo de conhecer outras famílias de pescadores. Na primeira parada, visitamos uma família que transforma a atividade pesqueira em uma verdadeira “esteira de produção”, fabricando matapis para a pesca do camarão, tecidos exclusivamente com fibras de jupati (*Raphia taedigera* Mart.).

A caminhada continuou pela ponte em direção à casa de Seu Daniel. Alguns trechos eram ladeados por miritizeiros, passando por dentro de um barracão coberto de palha². Durante o percurso, encontramos um pescador que, devido à redução do pescado, agora faz viagens para pescar no rio Amazonas, enquadrando-se em uma nova categoria: “pescador viajante”.

Ao seguirmos em direção à casa de Seu Daniel e ao final da ponte, um jovem da comunidade gentilmente nos ofereceu uma carona em seu casco³ pelo Rio Cardoso até o nosso destino. Na residência de Seu Daniel, durante uma longa conversa na “Boca da Noite⁴”, ele compartilhou sua jornada na organização do Acordo de Pesca, abordando o processo de criação e os movimentos de defesa do território pesqueiro. Expressou sua preocupação com a possível construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins, comparando a situação atual do rio Amazonas, afetado pela seca, com o que poderia acontecer no rio Tocantins no futuro. Seu Daniel temia que, se concretizada a hidrovia, o Tocantins enfrentasse uma situação similar, especialmente

² Folha da palmeira do buçu (*Manicaria saccifera*) ou ‘palheira’ como se diz localmente.

³ Canoa construída de madeira.

⁴ Expressão usada para definir o anoitecer

porque o rio ainda não havia se recuperado dos impactos causados pela grande “mocoóca⁵”, que estrangulou suas águas.

Ao nos despedirmos, ele acrescentou: “Devemos cuidar da Mãe Natureza como cuidamos do nosso próprio corpo. Se a Mãe Natureza adoecer, nós também adoecemos.” Diante de tudo que vivenciamos nessas visitas e encontros, percebemos que a pesquisa tomou novos rumos; não fazia mais sentido focar apenas na pesca. A complexidade do assunto é muito maior do que se imaginava, revelando interfaces da organização do Acordo de Pesca com outros segmentos da sociedade, como a escola e as mobilizações pela eletrificação rural.

Com o intuito de fazer justiça histórica e corrigir um erro, além de evidenciar o protagonismo dos ribeirinhos em suas lutas pelo direito à energia elétrica e pela preservação e delimitação de seu território pesqueiro, surgiu a pretensão de que um dos capítulos desta dissertação explorasse as memórias vivas daqueles que participaram das mobilizações sociais nos anos 1980 e 1990. Descrever esse processo de territorialização me permitiu perceber a ligação direta entre os Acordos de Pesca e o processo de eletrificação rural.

A pesquisa está organizada em cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se o arcabouço teórico que discute a perspectiva do conflito, conflitualidade e território, enfatizando a importância de entender que o conflito não ocorre em um espaço vazio. Em diversas situações, o conflito surge em função dos jogos de interesses da disputa pelo território e da construção de identidades através dessa dinâmica conflitiva. Essas categorias emergiram no contexto amazônico, que é frequentemente percebido como uma periferia de um país periférico, com foco específico na Amazônia Tocantina e no Rio Tocantins.

No segundo capítulo, discute-se a construção metodológica e o processo de maturação da metodologia ao longo da pesquisa, com ênfase para as nuances no processo metodológico proporcionado por novas evidências durante a pesquisa, tendo a etnografia do conflito como base para pesquisa conflitos internos e externos. Este capítulo caracteriza o município de Limoeiro do Ajuru e a Comunidade de Rio Cardoso, onde o estudo está sendo realizado. Utilizaram-se diversas ferramentas e técnicas metodológicas adequadas a cada fase da pesquisa, resultando em uma abordagem metodológica flexível que incorporou fotografia, construção de mapas, croquis, entrevistas semiestruturadas e diário de bordo.

No terceiro capítulo, realizou-se um resgate histórico dos Movimentos Sociais no Baixo Tocantins, evidenciando o protagonismo das comunidades ribeirinhas. Destaca-se como essas

⁵ Mocoóca – é uma técnica usada para fechar o rio na pesca de gapuia. A pesca de gapuia objetiva barrar um trecho de um igarapé para secá-lo e assim capturar os peixes, técnica muito usada antiga quando não se tinha os apetrechos de pesca fabricados com fibra.

comunidades lideraram mobilizações nas décadas de 1980 e 1990, com ênfase na organização dos Acordos de Pesca, que vão além da pesca em si, elucidando a conexão com o processo de eletrificação do território ribeirinho no município de Limoeiro do Ajuru.

No quarto capítulo, a seção dedica-se ao estudo específico do Acordo de Pesca na Comunidade de Rio Cardoso. Explora-se a relação da comunidade com a natureza, suas percepções e construção identitária, bem como os conflitos e as conflitualidades que surgem nesse contexto. Além disso, analisa-se a importância do Acordo de Pesca tanto para a comunidade quanto para o município. Este capítulo foca na pesca e nas vivências ribeirinhas como pluralidade promovendo o diálogo entre os saberes científicos e tradicionais, fazendo um retorno ao tema após o terceiro momento, que abordou aspectos além da pesca artesanal.

O quinto capítulo destaca como o projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins segue os mesmos passos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, desconsiderando os municípios a jusante como impactados diretos. Apresenta-se uma análise do projeto da Hidrovia, enfatizando a sobreposição de impactos negativos de iniciativas de desenvolvimento que têm degradado o Rio Tocantins. Neste capítulo, são abordados os processos de resistência relacionados ao Acordo de Pesca e ao movimento socioambiental dos Povos das Águas. No final as considerações finais que apresentam as contribuições teóricas da pesquisa, as limitações e as pretensões futuras para continuidade futuramente da mesma.

2 AMAZÔNIA EM DISPUTA: conflitualidades ambientais e a sobreposição de empreendimentos de infraestruturas nos territórios de vida

Primeiramente é fundamental a conceituação teórica de "comunidade" para esta pesquisa, pois ela foi realizada com comunidades ribeirinhas. Cássio Brancaleone (2008) propõe uma releitura da teorização de comunidade de Ferdinand Tönnies, destacando que a comunidade se configura como uma construção pautada pela "vontade natural", na qual os valores das relações humanas são forjados a partir de vínculos internos e espontâneos. Segundo a teoria de Tönnies, a comunidade deve ser informada como algo que se origina principalmente das disposições gregárias estimuladas pelos laços de consanguinidade e profundidade. Caracteriza-se, portanto, pela tensão emocional recíproca, comum e unitária, pelo consenso e pelo conhecimento mútuo íntimo entre seus membros (Brancaleone, 2008).

Para Ferdinand Tönnies, a comunidade é um laço profundo e duradouro entre indivíduos, que persiste mesmo frente a divergências. Essa relação é vista como orgânica, comparável aos laços biológicos, e fundamentada em valores e experiências compartilhadas.

Em contrapartida, a sociedade, segundo Tönnies, é uma construção mais artificial, vinculada ao Estado e caracterizada por relações impessoais e baseadas em interesses individuais. Essa dicotomia, comunidade versus sociedade, representa a tensão entre uma cultura de um povo, e uma civilização de Estado (Brancaleone, 2008).

Zygmunt Bauman, em seu livro "Comunidade: a busca por segurança no mundo atual", desenvolve uma noção idealizada de comunidade, apresentando-a como um espaço de conforto e segurança. Utilizando metaforicamente a definição de "um lugar 'cálido', um lugar confortável e acolhedor", Bauman evoca a imagem de um refúgio ideal, onde os indivíduos se sentem protegidos e acolhidos, à semelhança de um abrigo durante uma tempestade ou de uma lareira em um dia frio (Bauman, 2003, p. 7). Essa visão romantizada da comunidade, no entanto, pode obscurecer as complexidades e os desafios inerentes às relações sociais das comunidades que enfrentam processos de conflitualidade que destacamos na pesquisa.

Bauman (2003) idealiza a comunidade como um espaço de harmonia e confiança mútua, onde as divergências são superadas em prol de um bem comum. Nessa visão, os membros da comunidade se entendem bem, confiam uns nos outros e se sentem seguros, mesmo diante de eventuais discussões.

Enquanto Zygmunt Bauman (2003) apresenta uma perspectiva distinta sobre as comunidades, Benedict Anderson (2008) propõe uma visão mais abrangente, definindo-as como construções sociais "imaginadas", ou seja, são "comunidade política imaginada" (Anderson, 2008, p. 32). Para Anderson (2008), apesar de elementos como parentesco e religião poderem influenciar a formação das comunidades, a nação, em particular, transcende esses laços, criando um senso de pertencimento mais amplo e imaginado.

O autor argumenta que não existe uma comunidade "verdadeira" e que cada uma delas é única, moldada por diferentes contextos históricos e culturais. A nação, por exemplo, é concebida como uma "camaradagem horizontal" (Anderson, 2008, p. 34). Essa fraternidade imaginada é tão poderosa que, segundo Anderson (2008, p. 34), levam as pessoas morrerem "por essas criações imaginárias limitadas".

Por tratarmos de comunidade tradicional o Decreto 6040, de 07 de fevereiro de 2007, no Art. 3º compreende comunidades tradicionais como:

(...)grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

As comunidades tradicionais, ao longo do tempo, têm se transformado em importantes agentes políticos, mobilizando-se em torno de causas comuns e buscando o reconhecimento de seus direitos. Segundo Almeida e Farias Júnior (2013), essas comunidades atuam como "unidades de mobilização", desenvolvendo práticas coletivas e construindo laços de solidariedade política para a aprovação de leis e a defesa de seus territórios. A trajetória histórica dessas comunidades, marcada por lutas, resistências e conflitos, legitima suas ações.

Com intuito de alcançar o objetivo geral proposto neste trabalho aborda-se o conflito como categoria de análise. Estudos no Baixo Tocantins referente a Acordos de Pesca destacam a grande motivação da criação dessas estratégias foram as disputas pelo estoque pesqueiro ao tornaram-se escassos após a construção do empreendimento de infraestrutura hidrelétrica em Tucuruí (Acevedo Marin, 2020; Almeida, 2015; Arnaud; Leão 2023; Mérona et al., 2010; Pereira, 2014).

Já o conflito como categoria de análise possibilita entender a formação e a organização da Amazônia. Arnaud (2019), considera o conflito como um dos aspectos explicadores da região no presente e no passado. Sendo assim, faz-se necessário a abordagem teórica dessa categoria.

Na geografia para se compreender em que âmbitos ocorrem os conflitos na Amazônia precisa-se compreender que estes são constituídos por uma variedade de contrastes territoriais e das resistências (Arnaud, 2019). Diante disso, a construção teórica tem por referência a conceituação do conflito a luz do sociólogo George Simmel (1983), que aborda a natureza sociológica do conflito, e a conflitualidade a partir de dois geógrafos Sobreiro Filho (2017) e Bernardo Mançano Fernandes (2013). Mas, outros autores que corroboram com a discussão de conflitos ambientais e no território pesqueiro também serão enfatizados como Paul E. Little (2001), Souto e Sampaio (2020) e Lourdes Gonçalves Furtado (2004), tratando do debate da Amazônia com os jogos de interesses em disputas.

Para Simmel são as relações por "sociação" (Simmel, 1983, p. 122) que propiciam o conflito. São os interesses, motivações, pretensões e desejos humanos levam ao conflito e por sua vez este é a forma mais vívida das relações humanas. O conflito não acontece entre sujeitos isolados, são necessárias mais de uma pessoa ou mais de um grupo para acontecer (Simmel, 1983).

Na perspectiva de Simmel (1983) o conflito tem duas dimensões, uma negativa e outra positiva. A dimensão negativa seria a aniquilação de uma das partes a forma mais feroz de um conflito. A positividade é o despertar da consciência crítica levando a inquietação e gerando desconforto tirando os sujeitos da passividade e inércia. Essas dimensões não se separam elas

acontecem juntas, dessa forma, todo conflito terá uma negatividade e uma positividade atrelada no seu cerne.

Nos estudos de Paul E. Little (2001) são destacadas diversas variedades de conflitos existentes nas esferas da vida humana. Entretanto o autor dá ênfase aos conflitos socioambientais definindo-os como disputas entre os grupos sociais através das diferentes relações que mantêm com seu meio natural.

O autor constrói uma tipologia dos conflitos ambientais classificando-os em: (a) os conflitos em torno do controle sobre os recursos, (b) os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural, e (c) os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais (Little, 2001):

- a) Conflitos em torno do controle sobre os recursos: O autor destaca que os materiais só são considerados recursos quando um grupo social os define dessa forma e estabelece finalidades específicas para seu uso. Os conflitos ocorrem nas terras relacionadas a esses recursos, resultando em disputas (Little, 2001):
- b) Conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais: O autor discute que “a intervenção humana nos ciclos naturais, visando o desenvolvimento econômico, gera impactos nefastos tanto para a natureza quanto para os seres humanos” (Little, 2001, p. 92). Nesses casos, aqueles que se beneficiam da intervenção não enfrentam impactos negativos, enquanto os que sofrem os efeitos adversos não recebem benefícios dessa ação (Little, 2001);
- c) Conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais: Nesta categoria, o autor identifica conflitos “entre grupos sociais relacionados à percepção de risco, ao controle formal dos conhecimentos ambientais e em torno de lugares sagrados” (Little, 2001, p. 93).

Os autores Souto e Sampaio (2020) identificam dois tipos de conflitos nos territórios pesqueiros:

I – Conflito endógeno, que se refere a disputas internas entre membros da mesma comunidade. Um exemplo é o conflito na comunidade de Bom Jesus dos Pobres (Bahia), onde ocorrem disputas entre pescadores que utilizam diferentes técnicas, como a pesca com munzuá e a pesca com explosivos. Esse tipo de conflito ocorre dentro do mesmo sistema produtivo (Souto; Sampaio, 2020);

II – Conflito exógeno, que se caracteriza pela disputa entre as comunidades e agentes externos. Esse conflito surge fora da comunidade, envolvendo sistemas produtivos distintos. Um exemplo disso são os conflitos socioambientais relacionados à maré vermelha e à construção do Estaleiro Enseada do Paraguaçu (Souto; Sampaio, 2020).

Já a autora Lourdes Gonçalves Furtado (2004), realiza um estudo das dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. Na qual diz que o conflito na pesca está na confrontação entre a pesca artesanal e a pesca industrial. Ela pensa a pesca especificamente artesanal muito além apenas da extração do recurso, mas como uma complexidade da cadeia de extrair o produto das águas, beneficiar e distribuir/trocar/comercializar onde a pesca artesanal é uma pesca familiar.

Furtado (2004) enfatiza que os conceitos de conflito ambientais precisam de um refinamento conceitual para serem operados. Na Amazônia precisam ser considerados os diferentes ambientes como o litoral, estuário e águas doces do interior para poder classificá-los segundo a sua origem e forma. “Estes conflitos nessa concepção decorrem das crises relacionadas às mais diversas formas de agressão ao meio ambiente, associadas às questões sociais também geradas por fatores antrópicos” (Furtado, 2004, p. 59).

A autora destaca que as agressões ao meio ambiente implicaram para o surgimento do conflito e alguns conflitos antes de considerar a natureza social; é preciso “estar atento para os fatores antrópicos e mesológicos que os movem” (Furtado, 2004, p. 64). Dentre essas agressões a autora destaca o assoreamento de rios e canais que podem ser de origem antrópica e naturais, poluição dos rios e praias provocados por rejeitos industriais e dejetos de cidades que comprometem a qualidade da água, as políticas públicas de navegação nos rios e costas que são frágeis, e a fragilidade política que circunda e perdura no seio da organização oficial dos pescadores, como por exemplo, as colônias dos pescadores (Furtado, 2004).

Segundo Furtado (2004), existem dez categorias de conflitos na pesca, das quais destacamos seis:

- a) Conflitos intra-institucionais: Conflitos internos entre membros de uma mesma associação local;
- b) Conflitos inter-institucionais: Disputas de poder entre diferentes agremiações locais;
- c) Conflitos prefeitura-comunidade: Geralmente motivados por falhas na gestão e no sistema político;
- d) Conflitos comunidade-grupos externos: Ocorrem entre comunidades e grupos como políticos, empreendedores e pesquisadores, frequentemente devido à desvalorização dos

saberes tradicionais dos pescadores, que têm raízes na ancestralidade indígena da Amazônia;

- e) Conflitos pescadores-pescadores: Conflitos entre profissionais da mesma categoria;
- f) Conflitos ribeirinhos-segmentos econômicos: Resultam da sobreposição de segmentos econômicos sobre os territórios utilizados pelos ribeirinhos.

Já a conflitualidade conforme Girardi e Fernandes, “é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento” (2013, p. 152). A conflitualidade e desenvolvimento existirão juntas, mas, são tratadas separadamente por determinados paradigmas de instrumentos políticos, entretanto são processos simultâneos que nascem juntos (Sobreiro Filho, 2016).

Na Amazônia são as estratégias de desenvolvimento de ocupação do território que configuram as mais diversas conflitualidades, pois, a conflitualidade faz parte do desenvolvimento, não existe desenvolvimento sem conflitualidade. No modelo de desenvolvimento capitalista a conflitualidade é um processo constantemente alimentado por sua contradição estrutural. Dessa forma, sua característica é intrínseca ao modo capitalista de produção (Felício; Fernandes, 2013).

As disputas ideológicas entre forças opostas podem ocasionar no convencimento ou na derrota do divergente. Afinal, como discute Foucault, “a disciplina da guerra contra o inimigo não basta. É preciso contrabalançar a ideologia mercenária com ideologia que vem da fábrica” (2023, p. 115). Embora o autor destaque processo ideológico em outro contexto, mas é nesse sentido que a ideologia se torna um dos elementos fundamentais no processo de disputas de interesses.

Existem um fator importante a destacar: enquanto o conflito pode ser esmagado ou resolvido, a conflitualidade não. Ela está estruturada fixamente na sociedade. Pode ocorrer acordo, contratos com a finalidade de odiá-los ou resolvê-los. Todavia, a conflitualidade permanece sendo alimentada diariamente pelo capitalismo (Girardi; Fernandes, 2013, p. 54).

Dessa forma, a conflitualidade não é um processo externo ao desenvolvimento, ela é engendrada junto e no interior permitindo que seja evidenciando seu caráter multidimensional: social, político, cultural, ambiental e econômico (Sobreiro Filho, 2017). Importante destacar que o capitalismo não tem tentáculos perfeitos, ele é contraditório. Nessa contradição nasce a

conflitualidade do envolvimento⁶ territorial contra-hegemônico que tem a capacidade de descortinar as contradições capitalistas e deixar evidente suas verdadeiras intencionalidades. Nesse sentido, o papel do conflito é justamente explicitar a conflitualidade e ela por ser um processo também constrói. A conflitualidade contra-hegemônica através das contradições emerge não apenas como defesa, mas contrapondo à forma capitalista de conceber a sociedade. A conflitualidade é um processo construtor que molda as relações sociais com relações de poder, pois, “onde há poder, ele se exerce” (Foucault, 2023, p. 138).

Quando se trata de conflitualidade é importante considerar que esse processo não acontece em um espaço vazio, dar-se em dado território, em sua grande maioria pelo próprio território em disputa. A conflitualidade é intrínseca ao território por ser um espaço de confrontação, resistência, delimitação e de relações de poder. Numa sociedade capitalista essa tendência fica evidenciada quando tratamos da Amazônia, pois, as disputas por recursos e território não ocorrem em uma região de vazio demográfico, existem: pessoas, comunidades com as mais diversas formas de conceber o território e o uso dos recursos. Este uso não necessariamente é da mesma forma capitalista predatória, existem experiências que são ricas em gestão ambiental, a exemplo, os Acordos de Pesca.

Nesse sentido, acontece uma confrontação de diferentes perspectivas conceber a sociedade. Uma que impõe seu modelo de forma perversa realizando verdadeiras “zonas de sacrifício” (Ikeda Junior, 2018, p. 360) realizando a “precarização do território” (Haesbaert, 2019), desmantelando modos de vida e reprodução social. O outro emergindo da contradição criam estratégias de resistências que contrapõem essa perspectiva de dominação na natureza apenas para exploração.

Visto que o território não é apenas material, entretanto também é simbólico. Não é uno, mas é múltiplo, apresenta multiescalaridade, flexibilidade, multidimensões e é heterogêneo. É um espaço de conflitualidade, integrador por ter dimensões políticas, econômicas e culturais. É um espaço de dominação, liberdade, resistência, é um instrumento analítico para o conhecimento e é a mediação espacial do poder que acontece no território (Haesbaert, 2019; Fernandes, 2005; Pedon, 2009), no caso do território pesqueiro ganha um fator a mais que seria mobilidade ditada pelo rio, pela maré. Nesse sentido, a natureza também imprime sua dinâmica fazendo pescadores e pescadoras agirem conforme a mobilidade do território(rio), por exemplo

⁶ Partido de envolvimento do Antônio Bispo dos Santos (2023) que destaca “a humanidade é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com árvores, com a terra, com as matas. Desenvolvimento é sinonimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade”. Para saber mais: BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. Ubu Editora/PISEAGRAMA, São Paulo, 2023.

na captura do pescado para saber de onde lançar as redes de pesca. Neste sentido o rio, ou seja, água é tratada neste estudo como território. Pois, como afirma Porto-Gonçalves (2012).

A água tem que ser pensada enquanto território, isto é, enquanto inscrição da sociedade na natureza, com todas as suas contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais de poder (Porto-Gonçalves, 2012, p. 152).

O território é primordial para existência das Comunidades Tradicionais, não é um mero palco, mas, no processo de criação dinâmica do conjunto de poder e das relações sociais, possibilita o surgimento das mais diversas territorialidades (Pedon, 2009). A territorialidade tem dimensões políticas, econômicas e culturais estreitamente ligadas como as pessoas utilizam não só a terra, mas também à água por também ser território e ter territorialidades muito bem definidas (Haesbaert, 2004).

Para os movimentos sociais e as Comunidades Tradicionais, o território é trunfo, essencial para sua existência (Sobreiro Filho, 2017; Pedon, 2009; Fernandes, 2005). Levar em consideração a dimensão integralizadora do território em estudos do Acordo de Pesca é de fundamental importância, pois este tem sua importância territorial política, econômica, cultural e identitária.

Para compreendermos essa complexa relação que se conecta com a conflitualidade inscrita nos territórios da Amazônia em disputa, faz-se necessário um resgate dos interesses dessa região vista pelos mais variados governos como enclave/ problema, mas fornecedora de recursos para sustentar a economia do centro/sul do país.

O modelo de desenvolvimento posto em prática pela elite brasileira com o financiamento ou praticada pelo Estado apoiado pelo capital internacional tem-se propagado a visão cobiçosa da Amazônia como um “vazio demográfico, como fronteira a ser ocupada, como reserva de recursos que viria nos redimir do subdesenvolvimento, foram tecidos no bojo de nossa formação social e a partir dos seus centros hegemônicos e não da Amazônia” (Porto-Gonçalves, 2022, p. 62).

Os autores Carlos Walter Porto-Gonçalves (2022) e Violeta Loureiro (2022) convergem no sentido desta região passar por uma construção ideológica de desvalorização, vista como: inferior e incapaz de tomar seus próprios cursos, ou seja, “o “Outro”, o estrangeiro dentro do seu próprio território” (Loureiro, 2022, p. 16).

É nesse sentido constrói-se o discurso “sobre” a Amazônia e não de dentro da Amazônia, das Amazônias. Como tem tanto conflito de terras, territórios, das águas e por causa dos

recursos em uma região que é tida como um vazio demográfico? A uma relação estreita do Estado com as elites dominantes que têm marcado e caracterizado a formação política da Amazônia. Usa-se o patrimônio público para interesses privados de poucos (Porto-Gonçalves, 2022). “As políticas e as ações a elas pertinentes tiveram sempre por objetivo a exploração da região em benefício de grupos e regiões extralocais” (Loureiro, 2022, p. 18). O fato que nesse contexto de interesse extralocais não ocorreram pacificamente.

No processo de conflitualidade na Amazônia temos a figura do Estado e a figura daqueles que parecem ser “invisíveis” que usam do Estado para preservar seus interesses, esses são: as empresas nacionais e internacionais, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) agindo entorno do mercado mundial. Nessa configuração os grupos dominantes nacionais controlam diversas esferas sociais usando o Estado.

Para Violeta Loureiro (2022), a Amazônia deixa de ser apenas uma ligação de dependência presente no período colonial e passa a ser colônia do Brasil⁷. Carregando nesse percurso histórico um processo de discriminação e preconceito com a intensão de ensinar e explorar essa região com povos “inferiores” (Loureiro, 2022).

O Estado foi financiador de projetos civilizatórios principalmente no período militar (Porto-Gonçalves, 2022; Fernandes, 2008; Loureiro, 2022). Dentro desse complexo entendimento temos os interesses e as disputas no/por território, por recursos ou por “habitat” (Leff, 2021, p. 30) onde estão as comunidades tradicionais e movimentos sociais.

Vejamos a representação do conflito na Amazônia.

Figura 1 - Conflitualidades e conflitos na Amazônia



Fonte: Elaboração da autora a partir de referências como: Simmel, Fernandes, 2005; Sobreiro Filho, 2017; Loureiro, 2022; e Porto-Gonçalves, 2022.

⁷ Para saber mais: “Amazônia Colônia do Brasil” (Violeta Loureiro, 2022)

Como já destacado, a conflitualidade age em conjunto com o desenvolvimento capitalista. As elites hegemônicas, tanto nacionais quanto internacionais, constroem um “regime de verdades” (Foucault, 2023, p. 54) sobre a Amazônia, utilizando o discurso da inevitabilidade da “ideologia do desenvolvimento” (Porto-Gonçalves, 2012, p. 159), que é reafirmado e praticado pelo próprio Estado. Nesse contexto, a Ideologia do Desenvolvimento busca a assimilação, o convencimento, a persuasão e a deturpação de verdades para promover a homogeneização da ideologia dominante.

Na Amazônia, os principais fatores do processo de conflitualidades surgem tanto em função de modelos de projetos de sociedade quanto em relação a recursos, seus usos e ao próprio território enquanto recurso. Essas disputas manifestam-se de diversas formas e sob diferentes faces do “sistema de poder” (Foucault, 2023, p. 131), incluindo o poder no saber. No cerne deste complexo estão as Comunidades Tradicionais e os Movimentos Sociais, que atuam nos mesmos territórios e recursos em disputa.

Os territórios construídos pelas Comunidades Tradicionais e Movimentos Sociais são espaços com raízes de identidades culturais, “como habitat onde possam desenvolver seu habitus, seus imaginários e suas práticas, para preservar o patrimônio biocultural, para imaginar e reinventar seus mundos de vida sustentáveis” (Leff, 2021, p. 30). São espaços de apropriação dos “territórios de vida” (Leff, 2021, p. 30). Não são meros pedaços de chão coisificado sem significação, são onde a vida é escrita. São onde as Comunidades Tradicionais e os Movimentos Sociais constroem suas territorialidades, sua cultura, suas identidades coletivas, sua economia, seus modos de vida e sua forma de organização política. A Amazônia não é e nunca foi um vazio demográfico, as evidências dos conflitos jogam por terra essa falácia construída.

O conflito por ser uma das interações mais viva na Amazônia presente muito a partir de “atos civilizatórios” (Arnaud, 2019, p. 87) como tentativas de uniformizar e tentar homogeneizar a região tendo “um caráter econômico e geopolítico, e de uma racionalidade planejada, naquilo que foi concebido como planejamento regional” (Arnaud, 2019, p. 87).

Existem tendências de impor um “novo padrão de organização social do espaço geográfico que se instaura a partir dos anos 60 tem na estrada seu eixo de estruturação” (Porto-Gonçalves, 2022, p. 102), mas, essas transposições sobre o Brasil por modelos de sociedades europeias não é algo novo foi uma construção histórica no que concerne o construto do ethos cultural do Brasil. Iniciou-se pela colonização, a patrimonialização da colônia gerenciada pelo estamento burocrático português. Para Florestan Fernandes (2008), importante atentar-se para a complexidade das relações sociais do Brasil da conexão da burguesia interna mesmo que lute por sua autonomia rumo ao desenvolvimento capitalista depende do capital estrangeiro, tem-se

a iniciativa privada nacional com as intervenções estatais ligadas ao capital estrangeiro interagindo simultaneamente. O Estado torna-se o bastão que sustenta esses interesses e privilégios fazendo autodefesa e ataque do que porventura possa ferir os interesses dos privilegiados, ou seja;

Ele torna-se uma terrível arma de opressão, que deve servir a interesses particulares (internos e externos, simultaneamente), segundo uma complexa estratégia de preservação e ampliação de privilégios econômicos, socioculturais e políticos de origem remota (colonial ou neocolonial) ou recente (Fernandes, 2008, p. 37)

Além, da opressão, o Estado utiliza também a ideologia do progresso e do desenvolvimento para difundir e proteger interesses particulares de uma burguesia hegemônica. Desta complexa relação de interesses dos privilegiados internos e externos que vai se construindo essa heterogeneidade para compreender também a Amazônia. É a partir de modelos sociopolíticos de outras realidades que é pensado a Amazônia, até as instituições foram forjadas para propiciar atividades predatórias dos recursos na exploração tanto naturais quanto humanos (Silva; Ravena, 2015). As ações e os discursos estavam atrelados para disseminar essa região como inferior que precisava ser desenvolvida segundo os interesses dos centro-hegemônicos (Loureiro, 2022).

Para entender como vem apresentando a Hidrovia Araguaia-Tocantins é preciso ter esta relação com o passado entendendo as causas mais profundas e as raízes da formação da Amazônia e como se configura no Baixo Tocantins pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Levando em consideração que o conflito esteve presente desde o princípio da formação Amazônica, sempre sendo vista como fonte de recurso, a última fronteira a ser conquistada, fronteira de commodities. Ora como problema e ora como salvaguarda do país. Este foi os objetivos dos núcleos coloniais “a conquista e não o povoamento territorial” (Silva; Ravena, 2015).

Na Amazônia, com a predominância do extrativismo, primeiro com a exploração de produtos originários da floresta e da fauna [...], forjou-se uma sociedade fortemente moldada por estruturas hierárquicas verticais, influenciadas pela Igreja Católica no âmbito cultural, pelo patrimonialismo herdado das instituições estatais portuguesas e pelo paternalismo e clientelismo decorrente do sistema de aviação engendrado para viabilizar a produção, transporte, comercialização e consumo da população (Silva; Ravena, 2015, P. 24).

A Amazônia tem passado por profundos processos de servidão a interesses nacionais e internacionais, com a propagação do modelo de Estado mínimo, que cria condições favoráveis à exploração e fornece infraestrutura para essa degradação. É impossível pensar nesta região

sem considerar o contexto internacional do desenvolvimento capitalista, que se implementa e reafirma por meio de discursos sobre a inevitabilidade do progresso.

Esse modelo predatório de desenvolvimento não se preocupa com as consequências para as pessoas, que são arrancadas de seus territórios, perdem seus modos de vida e veem seus meios culturais, construídos ao longo de anos, destruídos. Além disso, degrada-se a base de recursos fundamentais para a reprodução sociocultural das Comunidades Tradicionais. O que importa nesse viés é o desenvolvimento a qualquer custo, mesmo que isso gere pobreza para muitos e riqueza para poucos.

Em 1942 com o Acordo de Washington, promove-se a investida de políticas públicas na Amazônia para suprir as necessidades dos Estados Unidos no fornecimento da borracha na Segunda Guerra Mundial. Na metade de 1950 que se tem o crescimento econômico regional inicia-se a incorporação da região ao mercado nacional. Foi nos governos militaristas que a Amazônia ganhou um novo patamar estratégico de ocupação. Com isso muitos incentivos de penetração do capital não só nacional, mas internacional no mercado de terras com o objetivo de atrair grandes investimentos das grandes indústrias do setor mineral e o Estado sendo financiador desta colonização dirigida, abrindo estradas e consolidando infraestrutura de transporte, energia elétrica e comunicação (Silva; Ravena, 2015).

A ideologia desenvolvimentista vem se arrastando ao longo dos anos, entranhado nos mais variados governos tanto ditatoriais como democráticos. Inclusive o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que foi a cara do governo Lula com agenda do desenvolvimento para sua reeleição consolidou a liberação de obras como construção de hidrelétricas (Pereira e Penido, 2010), como por exemplo, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a inauguração das eclusas em Tucuruí consolidadas no governo petista (Sevá Filho, 2014). E novamente retornou no seu terceiro mandato com o Novo PAC para região Tocantina, o carro chefe do plano é a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Esta relação entre discurso e prática clarifica o plano do discurso em esconder ao invés de permitir evidenciar sua verdadeira intencionalidade e aí está a primeira característica da ideologia que é mais efetiva quando esconde ou deixa menos visível, imprescindível para hegemonia da ideologia dominante universalizando o significado (Peixoto, Alencar e Ferreira, 2018). Assim, todos podem criar o desejo de ser desenvolvido e buscar o progresso. Com intuito de atender o crescimento econômico da elite hegemônica, ocorreu no governo Bolsonaro⁸ a

⁸ Para saber mais: bo.com/meio-ambiente/noticia/2021/09/21/bolsonaro-tem-records-de-destruicao-do-meio-ambiente-mas-usa-dados-para-enaltecer-seu-governo-entenda.ghtml Acessado: julho de 2023

flexibilização e sucateamento dos órgãos de proteção ambiental⁹. Muitos direitos das Comunidades Tradicionais¹⁰ foram desmantelados no governo bolsonarista, na qual seus discursos ao se referir à Amazônia foram extremamente fora da realidade sem nenhuma base verídica.

Segundo Loureiro (2022) um relatório realizado pelo Congresso Nacional entre 2019-2020 foram 21 ações de desmontes da política ambiental realizadas pelo governo Bolsonaro, algumas delas são: corte de 24% dos recursos federais; esvaziamento do Ministério do Meio Ambiente, deslocando órgão que faziam parte dele para o Ministério de Agricultura; abertura de processos administrativos para punir funcionários que não atendessem os interesses ruralistas; demissão de funcionários do IBAMA, ICMBIO e o diretor do Inpe pela divulgação dos dados do desmatamento; suspensão de operações de fiscalização da região; suspensão de multas por desmatamento ilegal na Amazônia; etc.

Quando “flexibilizam normas jurídicas que asseguram os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e objetivam atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente em commodities minerais e agrícolas” (Almeida, 2012, p. 63) isso implica nos mais diversos tipos de conflitualidades e conflitos pelas disputas do recurso e território.

As imagens que concebem a Amazônia estão fortemente relacionadas a uma perspectiva externa. Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves, essa visão é "por cima", ou seja, "sobre a região", em vez de "da região", caracterizando a Amazônia como uma área periférica (2022, p. 23). Essa perspectiva a retrata como uma fonte de recursos, uma floresta intocada e um lugar estratégico para o futuro da humanidade, criando um imaginário de imensidão natural pronta para exploração (Porto-Gonçalves, 2022). A imagem construída "sobre" a Amazônia é poderosa, refletindo a força da globalização (Porto-Gonçalves, 2013).

Porto-Gonçalves (2022) e Loureiro (2022) discutem como existe uma construção xenofóbica em relação à população amazônica, desvalorizando-a. A região é frequentemente vista como atrasada, primitiva, inculta e problemática, um enclave para o desenvolvimento, distinta do restante do país. Assim, a Amazônia é considerada uma periferia de um país periférico e uma reserva ecológica do planeta (Porto-Gonçalves, 2022; Loureiro, 2022), destacando-se no cenário internacional como a salvadora das emergências climáticas.

⁹ Para saber mais: <https://brasil.mongabay.com/2020/06/as-taticas-do-governo-bolsonaro-para-sucatear-orgaos-de-protecao-ambiental/> Acessado: julho de 2023

¹⁰ Para saber mais: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/16/bolsonaro-parou-demarcacoes-de-terras-indigenas-e-fez-explodir-acoas-do-mpf.htm> Acessado: julho de 2023

Esses processos resultam em repetidos apagamentos das culturas, vivências e modos de conceber a natureza, que diferem do imaginário eurocêntrico, sendo intencionalmente relegados a um status inferior ou marginal.

O entendimento por cima, pelos de fora muito contribuí para cortinar o que de fato é Amazônia ou as Amazônias no plural de sua diversidade culturais, vivências, povos, comunidades, territórios e identidades, “a Amazônia é sobretudo, diversidade” (Porto-Gonçalves, 2022, p. 9). O conflito esteve presente na formação histórica, geográfica e social da região, tê-lo como campo de análise possibilita compreender as disputas, tensões e jogos de interesses das mais diversas complexidades quando nos referimos a “questão da Amazônia”, sendo aqui a região do Baixo Tocantins e mais especificamente a conflitualidade territorial no Acordo de Pesca na Comunidade de Rio Cardoso.

2.1 Disputas e interesses “sobre” o território de vida (Rio Tocantins) no Baixo Tocantins

A Amazônia, faz parte de um jogo de disputas que envolvem relações de poder, o próprio termo Amazônia se encontra em disputas políticas, simbólicas, materiais e epistêmicas (Pereira, 2012). Existem diversas compreensões de Amazônia e perspectivas de alhures “sobre” a região geralmente esses alhures “sobre” a Amazônia não consegue corresponder a complexidade de entender e pesquisar essas relações.

Algumas abordagens desconsideram importantes aspectos da região que são singulares como seus traços culturais e naturais distintos. A exemplo, na regionalização oficial da região Tocantina o rio Tocantins é desconsiderado deixando de lado sua importância histórica para constituição das sociedades locais e sua relevância no significado cultural, econômico, social e geográfico (Pereira, 2012). O mesmo acontece com os projetos de infraestruturas também desconsideram o rio e consideram os limites municipais, e não os limites da bacia hidrográfica. Portanto, descartam o rio, sua dinâmica, seu ciclo e sua relação com as comunidades.

O Rio Tocantins desempenha um papel fundamental no contexto histórico da formação da região Tocantina, sendo essencial para a expansão territorial, o comércio, a dominação, o reconhecimento e a exploração durante o período colonial. Diversas expedições foram realizadas em busca de riquezas, construindo imaginários de grandeza “sobre” o rio: “IMPETUOSO, MAGNÍFICO, VIOLENTO, SOBERBO, MAJESTOSO” (Cabral, 2013, p. 9). Esse potencial de exploração estava ligado à necessidade de conhecer e delimitar o território no final do século XVI, no início das primeiras expedições (Furtado, 2016).

Os colonizadores construíram um imaginário mítico do Rio Tocantins, associando-o a minas de ouro abundantes. Entre 1500 e 1808, essa busca por riquezas gerou um desejo intenso de desbravar o rio e explorar as possibilidades que ele oferecia (Furtado, 2016). Assim, o Rio Tocantins foi crucial no período colonial, tornando-se uma referência geográfica para a dominação do território.

Entre 1945 e 1984, diversos estudos foram realizados no Rio Tocantins para verificar seu potencial no setor elétrico. Navegar pelo rio era um desafio devido à sua diversificada formação de corredeiras e pedrais; era necessário ter habilidade e conhecimento para evitar naufrágios, pois “o Tocantins continuava sendo um desafio” (Cabral, 2013, p. 230).

Durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964), o rio passou a ser visto de forma multifacetada, integrando projetos de desenvolvimento que envolviam a navegação e o setor elétrico. Com o período militar e o anseio de integração nacional, a Amazônia ganhou destaque nesse processo. O rio, então, deixou de ser um espaço para viajantes românticos e passou a ser explorado de maneira cada vez mais organizada, com objetivos definidos e claros para seu uso (Cabral, 2013).

O interesse de criar um parque industrial na região norte aumentava o papel crucial do Baixo Tocantins para exploração do setor hidrelétrico com o objetivo de suprir a necessidade que a exploração das jazidas de ferro no Carajás, localizada nos anos 1960. Após o lançamento do consórcio da então estatal Vale do Rio Doce com empresas de capital japonês para fins de construir o projeto da Alumina Brasileira (Albrás) em Vila de Conde, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí ganhou caráter de urgência, justamente no trecho que era mais temido por suas corredeiras com seu histórico de naufrágios (Cabral, 2013).

Em 1973, o interesse maior em transformar o rio no potencial hidrelétrico aumentava por conta da crise do petróleo, países desenvolvidos do ocidente não se interessavam em importar mais matéria-prima de países periféricos. Os produtos industrializados tinham elevados custos não sendo rentáveis como esses países gostariam, isto significa “agora, a ambição era maior: poupar energia e levar os produtos sob a forma semielaborada; daí porque decidiram transferir para os países periféricos atividades altamente consumidoras de energia” (Loureiro, 2022, p. 236). Desta forma, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí objetivou atender uma clientela específica, as multinacionais da siderúrgica mundial pagando taxas de energia subsidiada abaixo do valor cobrado dos consumidores (Loureiro, 2022).

Com slogan usado na ditadura “integrar para não entregar” os projetos de integração nacional no período militar se transplantaram na Amazônia e o Rio Tocantins se transformaria na “jazida de megawatts” (Sevá Filho, 2014, p. 175).

Com intuito não apenas de construir uma infraestrutura hidrelétrica para viabilizar a exploração de minérios em Carajás e em Vila de Conde, mas também a possibilidade de tornar o Rio navegável para exportar futuramente esses recursos. Ao nascer o projeto da Usina Hidrelétrica de Tucuruí também nasce o projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Com a construção da barragem se constroem duas eclusas, a obra iniciou em 1975 e em 1976 ocorreu o primeiro desvio do rio, com duas etapas da construção da usina de Hidrelétrica foi bem maior que o planejamento projetado (Cabral 2013; Mérona *et al*, 2010, Acevedo Marin, 2020).

O barramento do rio gerou diversos impactos negativos para a região, o ambiente foi completamente alterado os impactos foram sub-estimados pelas autoridades e a Eletronorte não concluiu nenhum estudo dos impactos sociais (Fearnside,1999).

Os efeitos do barramento do rio incluem (Acevedo Marin, 2020; Almeida, 2015; Couto, 2021; Fearnside, 1999; Holanda et al, 2021; Leão; Arnaud, 2023; Mérona et al., 2010; Pereira, 2014; Santos, 2019; Santos, 2007).

- a) Mudança na salinização da água no estuário;
- b) Alteração no ciclo hidrológico do rio;
- c) Alteração na hidrodinâmica, resultando na retenção de sedimentos que antes passavam livremente, modificando o padrão das sedimentações;
- d) Controle do meio biofísico pela Eletronorte, com a barragem regulando o funcionamento do rio;
- e) Alteração na fertilidade do solo devido à construção da barragem;
- f) Impacto nas comunidades: a primeira fase da Usina Hidrelétrica de Tucuruí atingiu treze vilas e povoados rurais no Baixo Tocantins;
- g) Inundação de reservas indígenas, afetando nove reservas de cinco diferentes etnias.
- h) Perda de biodiversidade florestal;
- i) Redução do estoque pesqueiro, tanto a montante quanto a jusante, levando à quase extinção de espécies que subiam o rio para a piracema;
- j) Impactos na saúde, como o aumento nos casos de malária, que começou com a construção da barragem e atingiu o pico em 1985;
- k) Inchaço populacional nas cidades próximas, aumentando a pressão sobre o estoque pesqueiro e intensificando a pesca predatória devido à diminuição do pescado;
- l) Conflitos no setor pesqueiro pela disputa dos recursos pesqueiros.

O Rio Tocantins é o maior rio no território nacional com 2,4 mil quilômetros, atravessando estado de Goiás e Tocantins, passando por Maranhão e Pará, sua área de drenagem ocupa 11% do território brasileiro e a sua foz sendo a baía do Marapatá (Cabral, 2013), onde fica situado o Município de estudo, Limoeiro do Ajuru.

O ambiente do Baixo Rio Tocantins é predominantemente de várzea embora seja possível encontrar áreas de terra firme, a região é composta pelos municípios de Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Cametá, Abaetetuba, Limoeiro do Ajuru e outros. O baixo curso do rio sofre influência das marés oceânica permitindo a modificação dos “canais fluviais e com eles as frentes de solapamento (erosão das margens), como no aparecimento dos bancos de areia e as frentes de deposição ou point bar” (Silva; Silva; Rodrigues, 2002, p. 13), esse processo natural foi alterado com a barragem de Tucuruí acelerando o aparecimento de ilhas.

Com o barramento do rio os impactos negativos no ecossistema aquático foram grandes e os principais efeitos imediatos foram na ordem química e hidrológica do rio. Estudos de impactos não foram devidamente realizados e existe a falta de registros para mais informações sobre os impactos imediatos ao fechamento das comportas (1984) (Mérona *et al*, 2010). Enquanto a montante a barragem provocou inundação a jusante sofreu com a seca.

A fisiografia fluvial do rio Tocantins tem uma complexidade com a existência de irregularidade e rugosidades. O leito do rio é heterogêneo, interferindo na formação dos canais podendo ser anastomosado e meandantes, a perda de competência das marés em seu fluxo natural de enchente, cuja, a duração duraria 6 horas e 12 minutos, ao atingir o pico, a preamar, na qual água fica parada em torno de 7 minutos para iniciar a vazante que também dura 6 horas e 12 minutos, o mesmo ocorre na baixamar, com os 7 minutos de estagnação da água para o ciclo se repetir. Todavia, o ciclo hidrológico foi alterado com o barramento no rio. À jusante, a enchente do rio não se sustenta por muito tempo, aumentando o período de estiagem (Silva; Silva; Rodrigues, 2002; Lima; Tourinho; Costa, 2021; Pereira, 2014; Holanda *et al*, 2021), propiciando uma aceleração no aparecimento de bancos de sedimentação e assim corroborando para a formação de ilhas.

O Rio Tocantins e seus afluentes estariam passando por um “processo de dessecação” (Holanda *et al*, 2021, p. 183), a água perdeu a força e também a quantidade de sedimentos que transportava inclusive alterações na morfologia nas praias na foz e nas ilhas, por exemplo, na ilha Saracá (Limoeiro do Ajuru) no estudo realizado por Holanda *et al* (2021) a partir da sobreposição duas imagens de satélites, uma imagem de abril de 1984 e outra de 2015 comprovam as alterações ocorrida na Ilha Saracá, ou seja, “as mudanças no regime hidrológico do rio (atraso nas enchentes, redução das cheias e ampliação da estiagem), a diminuição do

volume de água e o processo de dessecação do rio afetaram os locais de reprodução dos peixes” na foz (Holanda *et al*, 2021, p. 185).

Devido à complexidade e a diversidade em sua extensão, desde sua nascente no planalto de Goiás até a foz na Baía do Marapatá, o rio Tocantins é “dividido em três” setores: Alto Tocantins, que compreende 1.060 quilômetros da nascente até o estado do Tocantins, Médio Tocantins que compreende 980 quilômetros do estado do Tocantins até Tucuruí e o Baixo Tocantins de 360 quilômetros; de Tucuruí até a foz (Cabral, 2013). Essa fragmentação pode ter contribuído para uma visão distorcida, ante a inexistência de um entendimento sistêmico do rio, pois, ao dividi-lo em nascente, alto, médio e baixo Tocantins, se desliga a completude do rio e com isso fragmenta-se o próprio conhecimento e o saber sobre sua dinâmica. Desconsiderando-se inclusive os saberes tradicionais, já excluídos das ciências ditas “normais” ou quando são considerados tenta-se cientificar esses saberes que não seguem paradigmas cientificistas.

Existe uma lógica em desconsiderar os saberes tradicionais para produzir “regime de verdades” (Foucault, 2023, p. 54) que reproduzem verdades hegemônicas criando condições para o desenvolvimento do capitalismo. De acordo com Michel Foucault (2023) existe um sistema de poder que barra, proíbe, invade o discurso e o saber das massas penetrando sutilmente em toda a trama da sociedade. Onde os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder. A teoria não é imune a esse sistema, “uma teoria é o sistema regional desta luta” (Foucault, 2023, p. 132), pois é na prática da teoria que o poder se torna mais invisível e mais insidioso (2023).

Em estudos de impacto ambiental, para a construção de grandes empreendimentos de infraestrutura, geralmente são tomados em conta os limites municipais e não a dinâmica da bacia hidrográfica. As intervenções diretas no rio são “erros” programados e repetitivos que perpassam uma questão política. Projetos de infraestruturas, como por exemplo a Hidrovia Araguaia-Tocantins não consideram a Bacia Hidrográfica, todavia tais erros metodológicos constituem violências epistêmicas que afetam no âmbito da vida de muitas comunidades que convivem no e com o rio. São elas que sofrem os efeitos negativos quando os empreendimentos são executados, pois existe uma ligação relacional direta entre as comunidades e o rio.

O rio é o território de vida onde se desenvolvem as práticas sociais, os imaginários, um espaço onde se reconfiguram as identidades culturais. Esse território de vida é o “habitat onde possam desenvolver seu habitus” (Leff, 2021, p. 30). No entanto, interesses capitalistas transplantam-se na forma das construções dos empreendimentos de infraestrutura sobrepondo

os territórios de vida. Essa visão capitalista de transformar o rio em jazidas de megawatts ocorre de forma autoritária, mesmo que muitas pessoas discordem, mesmo que expulsem os ribeirinhos de suas terras, mesmo com todas as monstruosidades que afetam na escala da vida os empreendimentos são construídos tornando pessoas em verdadeiros “refugiados de guerra” (Sevá Filho, 2014).

Ao se considerar os limites municipais deixa-se de fora das políticas compensatórias, municípios que também serão impactados por tais intervenções de infraestruturas, e assim tira direitos das Comunidades Tradicionais, como a consulta prévia livre e informada da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Importante questionar também se as políticas de compensação e mitigação compensam a alteração da dinâmica do rio, das vivências e culturas daqueles e aquelas que são retirados arbitrariamente dos seus territórios?

As problemáticas enfrentadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí se apresentam similarmente com a possível construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Os municípios a jusante da barragem não foram considerados como impactados, mas após reivindicações dos movimentos de resistências, a Eletronorte assumiu que “errou” por não ter feito estudos de impactos nas adjacências da barragem (Arnaud, 2010). É importante considerar o contexto histórico, pois a construção da barragem se deu no período da ditadura militar. Não é o caso da hidrovia, que ganha ênfase em governos democráticos, embora ela tenha nascido juntamente com o projeto da hidrelétrica que também desconsiderou o rio na sua plenitude.

O rio é considerado na compreensão de propriedade privada, embora o EIA/Rima - Estudo de Impacto sobre o Ambiente (EIA) e Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente (Rima) exigências legais para implementação e licenciamento dos empreendimentos de infraestrutura tem limitado as ações no processo de construções de obras, entretanto são usando apenas como validadores dos projetos (Porto-Gonçalves, 2007). Foi na Política Nacional de Meio Ambiente em 1981 pela Lei Federal nº 6.938, 31 de agosto daquele mesmo ano iniciou-se a efetivação do licenciamento de atividades poluidoras. Em 1986, com a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), passou a ser obrigatório a elaboração EIA/Rima (Pinto, 2019). Atualmente, o EIA/Rima tem se transformado em instrumento meramente burocrático, para legitimar o processo da construção do empreendimento. Em alguns casos as obras do empreendimento iniciam-se antes mesmo dos estudos terminarem, outros na fase de operação do empreendimento. Tem ocorrido um desvirtuamento da função do EIA/ Rima com prazos cada vez mais exíguos para a elaboração dos estudos, os quais ficam com muitas lacunas, por exemplo, as impossibilidades de uma conexão para conhecer as atividades produtivas das comunidades, os modos de vidas e a relação com a natureza com seus

diferentes tempos sociais e naturais para entender a dinâmica no período da seca ou durante as chuvas (Pinto, 2019).

Os EIA/Rima com métodos tradicionais de avaliação de estudo de impactos vem sendo duramente criticados, tanto que a Rede Brasileira de Justiça Ambiental considera que são incapazes de retratar as dimensões socioculturais. Para atender os interesses econômicos dos que estão envolvidos no projeto, configurou-se uma “indústria de EIAs-RIMAS” com repetidos estudos de impacto, padronizados e socialmente vazios (Acsegrad, 2009).

O EIA/Rima tem se configurado como fator consumidor da construção do empreendimento, deixando-se de fora a participação da sociedade, o direito de discutir o processo e não apenas a consumação de uma obra a ser construída para “minimização” dos impactos (Porto-Gonçalves, 2007).

O licenciamento ambiental com práticas institucionais forjados para atender os interesses da empresa, os atos do Estados, buscam legitimar e dar legalidade sempre para renovação do licenciamento e não sua revogação. Desse modo são práticas tecidas, técnicas e discursos para deslegitimar a ação dos que são contrários, vistos como “antidesenvolvimentismo” e “atrasados” (Acevedo Marin, 2020, p. 29).

A compreensão interdisciplinar do estudo de uma bacia hidrográfica é importante, para não incorrer no risco de se conceber o rio apenas como uma rede de drenagem. Uma bacia hidrográfica é uma unidade territorial, um ente sistêmico com interconexões que se dão pelo sistema hídrico a ocorrência de uma alteração antrópica ou natural afetam a dinâmica deste sistema por consequência a quantidade e a qualidade da água (Schussel; Nascimento Neto, 2015; Porto; Porto, 2008).

Um planejamento que considere o estudo integrado de um recorte territorial adequado permite superar visões fragmentadas e setoriais que governos, a gestão pública e empresariais insistem em aderir (Schussel; Nascimento Neto, 2015), afirmando-se como validador e totalizador, consolidando a “estratégias de poder no saber” (Leff, 2012, p. 41). Essa negação e desvalorização de outras racionalidades de saber cria um “sistema de poder” (Foucault, 2023) que valida esses megaprojetos de desenvolvimento.

Dentro da unidade territorial de uma bacia hidrográfica as relações e ações realizadas refletem em todo corpus do sistema, por este motivo a interpretação deve permitir que os saberes de diferentes racionalidades dialoguem favorecendo novas possibilidades de horizontes e imaginários. Não é a confrontação entre a ciência e a não ciência, mas de respeito ao saber diverso e diferente por meio do diálogo entre os saberes (Leff, 2012). Considerando as relações e inter-relações naturais, humanas, culturais, políticas, econômicas, sociais e identitárias. Dessa

forma, abrem-se novas possibilidades de estudos de impactos que correspondam à realidade ou pelo menos que tente considerar as relações das comunidades tradicionais com seu meio.

Estudos que visem a compreensão da totalidade do processo com uma visão holística e o método interdisciplinar precisam incorporar os saberes que as populações tradicionais carregam pelas suas experiências de coexistências (Leff, 2000; 2012). De nada adianta fazer interdisciplinaridade que no bojo discrimine os saberes tradicionais. As ciências, tanto ditas ‘duras’ e as ciências humanas, precisam dialogar com os saberes tradicionais, pois, essas comunidades são portadoras de experiências e vivências com a natureza, conhecem seu meio muito intimamente. Suas experiências são de vivências diárias da leitura de entender a natureza e seus ciclos.

O pescador e a pescadora conhecem um rio e sua dinâmica tão bem quanto os cientistas que têm um conhecimento técnico. Assim sendo, esses agentes sociais têm a compreensão que um empreendimento da proporção da hidrovía irá afetar a dinâmica do rio na qual a “ciência das empresas” e o próprio Estado, com estratégia de negação com normas burocráticas-jurídicas, têm negado. Considerar a ocupação humana, um município da foz de um rio como “não impactado” e que não se tenha nenhum estudo de impactos nessa amplitude é um desastre anunciado. É uma violência que já se inicia no processo metodológico da construção do grande empreendimento.

Por Loureiro (2022), a Amazônia é forjada forçadamente a um colonialismo interno, sendo o governo federal o principal estimulador desse processo. O colonialismo interno teve início na ditadura militar (1964/85) com políticas que violaram, violam ou legitimam a violação de direitos de diversas ordens. Mesmo com o fim da ditadura essas políticas “para” e “sobre” a Amazônia não mudou de objetivo, continua impregnada da fantasiosa ideologia do progresso e desenvolvimento como “racional”, científico e moderno pelas “relações de poder” (Foucault, 2023, p. 138), cooptando lideranças e manipulando políticas.

Esta lógica capitalista e colonialista apropriou-se dissolvendo diferentes culturas e identidades coletivas, criando histórias em comum que se consolidaram como Estado Nacional. Ignorando outras formas de conceber a apropriação do espaço, território, tempo e da natureza. Negando a diversidade de modos de vidas, culturas e a alteridade (Porto-Gonçalves, 2007). Separa seres humanos da natureza, nessa racionalidade que concebe a dominação da última pelos primeiros, embora sociedade e natureza sejam indissociáveis (Acsehrad, 2004; Ailton Krenak 2020, 2022; Escobar, 2005; Leff, 2000, 2012, 2021; Porto-Gonçalves, 2007, 2012, 2024). Aliás, a ideia de dominação da natureza é absurda, pois implicaria a ideia de que os seres humanos não são natureza.

2.2 Acordo de Pesca: uma “nova” gestão coletiva do território pesqueiro

O Acordo de Pesca pode ter diversas definições considerando o contexto da criação e a forma como é abordado em diversas pesquisas. Em alguns estudos o Acordo de Pesca é definido das seguintes formas: arranjos participativos locais (Santos, 2019), gestão participativa ou cogestão (Oviedo; Bursztyn; Drummond, 2015), sistema de co-manejo (McGrath; Almeida; Merry, 2010; Simões et al, 2014), manejo comunitário da pesca (McGrath et al, 2008; Castro; McGrath, 2001; Vidal, 2010), co-gestão ou co-gerenciamento (Kalikoski, Seixas; Almudi, 2009), instrumento da gestão participativa (Cerdeira, 2009) e etc. Objeto de estudo de diversas áreas científicas como a geografia, antropologia, sociologia, direito ambiental, ciência naturais e entre outras. Dessa forma, demonstrando como essas experiências têm ganhado relevância para as pesquisas científicas.

As primeiras experiências dos Acordos de Pesca na Amazônia tiveram início na várzea amazônica na década de 70, consequência de um conjunto de fatores provocado pelas iniciativas estatais que intensificaram a exploração e a degradação do território pesqueiro. Na década 1960 foram implementadas políticas de fomento no setor pesqueiro introduzindo novas tecnologias, como o náilon, motor para as embarcações, isopor e o gelo para conservar o pescado alterando o modo de extração do recurso pesqueiro. O incentivo do governo para empresas de pesca corroborou a exploração dos estoques pesqueiros na Amazônia, vista com grande potencial devido à abundância de água. As políticas de incentivos fiscais foram implementadas, ações dessa tipologia além de incentivar a exploração setor pesqueiro provocaram o aparecimento de conflitos entre a pesca artesanal e a industrial (McGrath; Almeida; Merry, 2010; Simões et al, 2014; McGrath et al, 2008; Castro; McGrath, 2001; Vidal, 2010; Furtado, 1990).

As políticas de incentivo voltadas para a exploração foram bem-sucedidas e as políticas de preservação foram falhas. O Estado é uma figura presente quando o objetivo é explorar, sucatear, ceifar e sugar os recursos da Amazônia. Ausente ou fraco nas ações quando o intuito é preservar, incentivar, fiscalizar, apoiar e manter iniciativas através de políticas benéficas para a natureza e as comunidades tradicionais.

Diante dos conflitos no setor pesqueiro, comunidades na várzea amazônica criaram os Acordos de Pesca, “projetados para resolver os problemas causados pelo acesso irrestrito a recursos locais, como a exaustão destes recursos, competição excessiva e/ou desleal, e conflitos” (McGrath; Almeida; Merry, 2010, p. s/p). Simões et al. (2014) destacam que “na Amazônia, o sistema de co-manejo evoluiu a partir de iniciativas de manejo comunitário que

não possuíam o apoio do governo e que estavam constantemente em conflito com os pescadores comerciais”.

Os conflitos na pesca estão relacionados ao acesso aos locais de pesca. Historicamente, esses locais foram importantes, pois as técnicas de pesca utilizadas pelos indígenas serviram de base para a prática pesqueira na Amazônia, e essa herança foi transmitida à população do interior amazônico. Os saberes indígenas foram fundamentais para a criação dos pesqueiros reais em 1692 (Furtado, 1990). Os pesqueiros não são áreas quaisquer; eles concentram o maior volume de pescado.

As características hidrobiológicas da Amazônia foram atrativas para a exploração pesqueira, estímulos oriundos Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) fomentaram a indústria da pesca. As ações das empresas foram revestidas de práticas predatórias perversas (Furtado, 1990).

Furtado (1990) destaca que há uma desvalorização e negação da produção da pesca artesanal discriminada no discurso oficial como baixo índice de produtividade e tende-se a valorizar as empresas pesqueiras pelo Estado. Entretanto na pesquisa de Furtado (1990) demonstra a historicidade e a praticidade da pesca artesanal na economia estadual, nacional, provando que ela tem sido secularmente eficaz no abastecimento familiar do pescador, nos centros urbanos do interior e da capital. Portanto, a autora destaca o consumo destes centros são abastecidos pela produção da pesca artesanal. “Se ela tem sido capaz de atender, até hoje, a demanda de abastecimento alimentar destes centros, concluímos que é uma falácia representá-la de modo tão negador” (Furtado, 1990, p. 58).

Acordos de Pesca foram implementados a partir da década de 1980 no Baixo Tocantins. Dois fatores favoreceram a implementação desses Acordos: i) o contato entre os “pescadores viajantes” do Baixo Tocantins com os pescadores do Baixo Amazonas, já com experiência em Acordos de Pesca (Pereira, 2015); ii) os impactos decorrentes da implementação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí em 1984, que afetou a produção pesqueira motivando tensões pela disputa do estoque pesqueiro (Pereira, 2014; Almeida, 2015; Leão, 2022; Acevedo Marin, 2020; Mérona *et al*, 2010; Santos, 2007, 2019).

Valcir Bispo Santos (2007) enfatiza que:

Em forma sintética, pode-se dizer que são acordos estabelecidos por moradores de determinadas comunidades (especialmente ribeirinhas) com o objetivo de preservar determinadas espécies de pescado e de se contrapor à “pesca predatória”. Para alguns, esta iniciativa é motivada por um conflito entre ribeirinhos e moradores locais contra os pescadores “profissionais”, pois este tipo de acordo atinge especialmente os chamados “pescadores de fora” (Santos, 2007, p. 15).

Os “pescadores de fora” são aqueles não pertencentes à comunidade local. O barramento do rio desestabilizou a vida socioeconômica das comunidades ribeirinhas, onde a pesca faz parte do ponto central da economia das comunidades. A estagnação econômica da região do Baixo Tocantins agravou-se com a implementação da barragem. O setor pesqueiro teve uma queda de 65% no volume do pescado comercializado ao longo dos anos 1980. A produção pesqueira nunca mais conseguiu alcançar o volume de 1.188 toneladas comercializadas em 1981 (Santos, 2019).

A mudança no ciclo hidrológico do rio, a formação da barragem e do lago de Tucuruí, afetaram a ictiofauna e sua reprodução influenciado diretamente a oferta de peixes a jusante da barragem (Santos, 2019). A Eletronorte passou a controlar e alterar ciclos naturais do rio com o abrir e fechar as comportas no processo de liberação de água.

Pereira (2015) afirma que os ribeirinhos perderam o controle sobre os movimentos das águas, que agora são “controlados” pela Eletronorte. Antes, os ribeirinhos compreendiam o rio através da observação e da experiência, entendendo os ciclos das marés. Os povos ribeirinhos imprimem um sentido à natureza, que por sua vez dá sentido à vida dessas pessoas. Essa relação é complexa e vai além da simples dominação.

Rogério Haesbaert, citando Ailton Krenak, destaca a importância da relação de pertencimento e lugar, onde os indivíduos se tornam uma extensão desse espaço, carregando sua história, tradições e culturas (Haesbaert, 2021). Carlos Walter Porto Gonçalves (2007) enfatiza a necessidade de compreender os seres humanos como parte da natureza: “O homem é a natureza que toma consciência de si própria, e esta é a descoberta verdadeiramente revolucionária numa sociedade que se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza” (Porto-Gonçalves, 2024, p. 9). Esse entendimento em ser natureza, estar na e com a natureza é assumido pelos pescadores quando afirma que devemos cuidar da mãe natureza como cuidamos do nosso corpo.

Furtado (1990) também destaca a íntima relação dos pescadores com a natureza, atribui ao produtor da pesca artesanal a qualidade ímpar de conhecedor de seu meio envolvente, atribui-lhe regras de equilíbrio e de preservação. Aprendendo através das percepções diárias os ciclos da natureza que lhe permite conhecer o tempo da natureza, o tempo certo para plantar, colher e pescar.

A categoria de pescador e pescadora tratado neste trabalho são os polivalentes e os monovalentes.

A pesca artesanal em todo o Pará, apresenta-se dicotomizadas nas formas de organização social: a que chamamos de pescadores polivalentes e a dos pescadores monovalentes. A primeira equivale àqueles que, ocupacionalmente, se dedicam a

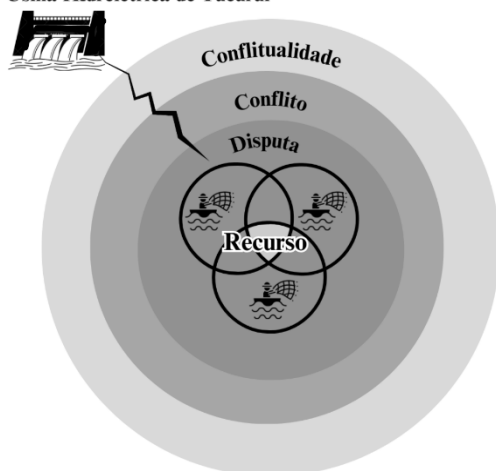
várias atividades durante o ano, como roçados, extrativismo, coleta, criação de gado e pesca. (...) A segunda equivale aos pescadores que ocupam o seu tempo quase exclusivamente nas atividades de pesca, durante todo o ano, sem o concurso de outras atividades. Suas unidades de trabalho assentam-se na parceria (Furtado, 1990, p. 54).

A atividade da pesca dos pescadores e pescadoras artesanais no Baixo Tocantins não se restringe apenas a atividade de pesca, mas também em caçar, plantar e colher várias espécies frutíferas e leguminosas. É na junção de várias práticas que compõem a diversidade das experiências vividas e realizadas por “pescadores e pescadoras artesanais ribeirinhos”. Assim, não se pode afirmar que uma atividade tem mais relevância que outra, pois todas fazem parte da pluralidade que compõe o modo de vida da comunidade ribeirinha.

A experiência dos Acordo de Pesca foram estratégias territoriais criadas a partir de experiências que pescadores trouxeram do Baixo Amazonas para a região do Baixo Tocantins, uma invenção puramente ribeirinha que mudou a lógica da geometria do poder, ou seja, mudou as relações entre as comunidades, entre comunidades e Estado na esfera municipal, estadual e federal (Pereira, 2015; Pereira, 2014).

A UHT impactou o estoque pesqueiro (recurso), criando disputas entre os pescadores, devido a redução do pescado nesses municípios (Figura 2). Em Limoeiro do Ajuru a diminuição do pescado fez com que os pescadores de fora da localidade passassem a ser vistos como invasores, por pescadores e comunidades locais, gerando assim conflitos entre pescadores, comunidades, donos das redes de borqueio¹¹ e os “pescadores de fora” (Holanda et al, 2021; Leão, 2022; Leão; Arnaud, 2023; Reis,2022).

Figura 2 - Conflitualidade gerada a partir da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - UHT
Usina Hidrelétrica de Tucuruí



Fonte: Autora, 2024.

¹¹ Rede aberta de pesca usada na captura do mapará.

Os impactos da barragem afetaram diretamente a pesca à jusante do rio Tocantins provocando perdas, limitações e restrições das comunidades ao acesso ao estoque pesqueiro, o qual faz parte da alimentação, da base econômica e cultural das comunidades, pois, o ciclo reprodutivo socioeconômico e cultural acompanha o ciclo da natureza na produção, principalmente do açaí e da pesca. No baixo Tocantins, a safra do açaí geralmente se inicia no fim de agosto e início de setembro, se o açaizal for de espécies novas pode se estender a coleta até abril do ano seguinte.

A atividade de pesca inicia-se no começo de março e encerra até o último dia de outubro, ou seja, o ciclo econômico das comunidades é intimamente ligado com essas duas produções, mas a Usina Hidrelétrica afetou diretamente a pesca. Nos últimos anos houve um aumento por demanda no estoque pesqueiro, conseqüentemente aumentou o índice populacional nas cidades, as pessoas perderam seus territórios com a inundação e foram obrigadas ir para as periferias das cidades, inclusive novos municípios foram criados a partir da construção da barragem, como Breu Branco e Novo Repartimento à montante da barragem (Pereira, 2014; Mérona *et al*, 2010; Marin, 2020).

Devido a falta do acesso ao pescado, as comunidades locais passaram a se organizar criando os Acordos de Pesca no município de Limoeiro do Ajuru, em torno do qual acionaram uma identidade coletiva para afirmar o pertencimento em meio a disputa pelos recursos pesqueiros.

Dentro do processo de conflitualidade, identidades coletivas são acionadas como resistência. A autora Maria da Glória Gohn (2008) salienta que a “questão da identidade aparece em termos de um campo relacional, de disputas e tensões” (Gohn, 2008, p. 444). Os agentes sociais precisam ser pensados na realidade de suas vivências, se essa realidade envolve conflito, conseqüentemente o conflito altera a configuração do território e modifica a identidade. Sendo assim, Gohn (2008) trata das identidades móveis.

O movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída. Compartilhamos a ideia de Hobsbawm quando afirma que as identidades são múltiplas, combinadas e intercambiáveis (Gohn. 2008, p 444).

Quando uma ação ameaça um elemento que compõe a pluralidade das atividades práticas, surge a necessidade de defender o constituinte ameaçado. Essa defesa não se limita apenas à proteção do elemento em si, mas também à reivindicação da identidade que está sendo atacada. A identidade, muitas vezes construída ao longo de gerações, reflete a história, as

tradições e os valores de um grupo. Quando essa identidade é ameaçada, seja por ações externas ou pela imposição de novas práticas, a reação do grupo é um esforço para preservar não apenas seus direitos, mas também a essência de quem são. Essa luta pela preservação da identidade é fundamental para a coesão social e a resistência cultural, garantindo que a diversidade das práticas e saberes continue a existir e a ser valorizada.

O desapontamento e infringimento de direitos de atores sociais prejudicados em união com outros companheiros de sofrimento assumem ações afirmativas (Honneth, 2014). Os Acordos de Pesca, como considera Pereira (2014) são formas de resistência territorial que demarca um território comunitário, ou seja, “uma nova codificação de territórios ribeirinhos no qual os rios e os recursos pesqueiros de uso comum são regulados por um acordo com regras escritas coletivamente formuladas” (Pereira, 2014, p. 297).

Na concepção de Gohn (2008, p. 444), “os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras do mundo (...), geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral”, ou seja, existe uma interpretação muito além dos valores e da moral que perpassa pela questão cultural ou socioeconômica que pelo conflito se ativa uma identidade coletiva. Um exemplo bem claro evidenciado da identidade coletiva é o fato de pessoas que não eram consideradas pescadoras, aderem às reivindicações e se assumem como “pescador” no contexto de conflito.

Toda e qualquer identidade é construída. (...) quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (Castells, 2018, p. 55).

Essa identidade coletiva construída é uma identidade de resistência por um objetivo comum, essa é uma especificidade que demarca o reconhecimento de uma comunidade. A análise do conflito e da conflitualidade não é apenas uma base explicativa, todavia é uma base interpretativa do processo da formação na qual propicia a construção de uma identidade coletiva. A identidade coletiva construída, varia segundo a conjuntura sendo modelada ou remodela-se a partir do momento que novas demandas surgem (Gohn, 2013). Neste contexto não tem nada a ver com uma crise de identidade, muito pelo contrário a identidade coletiva é resistência das comunidades.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa com pescadores e pescadoras da pesca artesanal requer uma metodologia que abarque a interdisciplinaridade, a fim de compreender a trajetória desses agentes sociais. A abordagem interdisciplinar supera o reducionismo que frequentemente retrata os pescadores e pescadoras artesanais como figuras estáticas e sem articulação, presos no tempo e incapazes de refletir sobre sua própria condição histórica e social (Silva, 2014).

Nesse contexto, buscou-se uma nova episteme que questionasse os conhecimentos considerados oficiais, como aqueles do Estado, pesquisadores, técnicos e empresas. Muitas vezes, na arrogância de produzir ciência, essas instituições buscam soluções que acabam por reproduzir abstrações repetidas do saber, verticalizando o conhecimento e colocando o saber científico em uma posição de superioridade em relação aos saberes tradicionais. Tal perspectiva tende a burocratizar e rotinizar os fatos, sem um aprofundamento real das questões ou uma verdadeira consideração do sentido das ações. O resultado é uma tentativa de "cientificar" o saber tradicional sem compreender as nuances que os envolvem (Silva, 2014).

Trata-se de uma metodologia construída a partir das nuances de cada dado e evidência encontrada, respeitando a complexidade da realidade dos pescadores e pescadoras e valorizando seus saberes e práticas. Essa abordagem reflexiva e sensível é fundamental para garantir que a pesquisa não seja apenas para servir a academia, mas possa fazer sentido para as comunidades.

As atividades de campo mais aprofundadas, incluíram entrevistas com pescadores e a análise de documentos relacionados ao Acordo de Pesca. Essas etapas foram essenciais para entender a dinâmica da comunidade e as complexidades envolvidas.

Durante o trabalho de campo, foram reveladas mudanças significativas que a organização do Acordo de Pesca sofreu ao longo do tempo, bem como as relações que se estabeleceram entre os membros da comunidade. Essas transformações refletem não apenas a adaptação a novas realidades sociais e econômicas, mas também a resistência e a resiliência dos pescadores diante das pressões externas.

As entrevistas proporcionaram percepções valiosas sobre as experiências vividas pelos pescadores, destacando como as mudanças nas políticas ambientais e nas práticas de pesca influenciaram suas atividades diárias. Além disso, a análise dos documentos do Acordo de Pesca permitiu identificar os desafios enfrentados pela comunidade, como a necessidade de renegociação de acordos, a luta por reconhecimento legal e a busca por alternativas para manter a pesca.

3.1 Caracterização da área de pesquisa: Limoeiro do Ajuru e Comunidade de Rio Cardoso

O lócus da pesquisa é o município de Limoeiro do Ajuru, localizado ao nordeste do Pará, próximo a Cametá, na zona fisiográfica do Tocantins. Sua área de ocupação situa-se na margem esquerda do rio Tocantins e na margem direita do rio Pará. O relevo é predominantemente formado por terras baixas, características da planície amazônica. As coordenadas geográficas de Limoeiro do Ajuru são 1° 5' 45" de latitude e 49° 22' 50" de longitude (Sena, 2007, p. 17).

O município está localizado na foz do Rio Tocantins, em uma área com solo sedimentar que favorece a formação de substratos arenosos, o que contribui para o surgimento de ilhas. No entanto, essa característica foi modificada após o barramento do rio pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O município tem um histórico importante na formação dos Acordos de Pesca nos anos 1990. Sua densidade demográfica é de 19,84 hab/km², com uma população residente de 29.569 pessoas (Ibge, 2022). A emancipação do município de Cametá ocorreu em 1961, embora já houvesse uma tentativa anterior durante o governo do governador Zacarias de Assunção, por meio da Lei n.º 1127, de 11 de março de 1955, que não entrou em vigor (Ibge, 2022).

A sede do município de Limoeiro do Ajuru está na entrada do Rio Limoeiro, que desemboca tanto no Rio Pará quanto no Rio Tocantins. Emancipado de Cametá em 29 de dezembro de 1961, o município justificou sua criação pela dificuldade de locomoção a Cametá, pela ausência de políticas sociais e, principalmente, pela defesa do território e dos recursos. A região, sem fiscalização, facilitou a exploração madeireira desordenada, intensificada entre 1910 e 1970, com madeira exportada para os Estados Unidos. Conforme Sena (2007), as barcas maranhenses saíam "abarrotadas de madeira, sempre com destino à capital São Luís, deixando apenas o rastro da destruição" (p. 67).

O município de Limoeiro do Ajuru mantém estreitas ligações com Cametá, Belém e Abaetetuba, com viagens diárias para Abaetetuba e Cametá (exceto aos domingos), que movimentam tanto pessoas quanto mercadorias, principalmente produtos industriais não produzidos localmente. As viagens para Belém ocorrem duas vezes por semana, às quartas e domingos, com retorno às sextas e terças, utilizando embarcações de maior porte que transportam eletrodomésticos, eletroeletrônicos, alimentos, confecções, materiais de construção e hortifrutigranjeiros.

Localizado entre os rios Pará e Tocantins, historicamente o município está intimamente ligada ao Baixo Tocantins. A construção da barragem trouxe mudanças significativas, afetando a vida das comunidades. Além do êxodo rural e das alterações no ciclo das marés, a produção

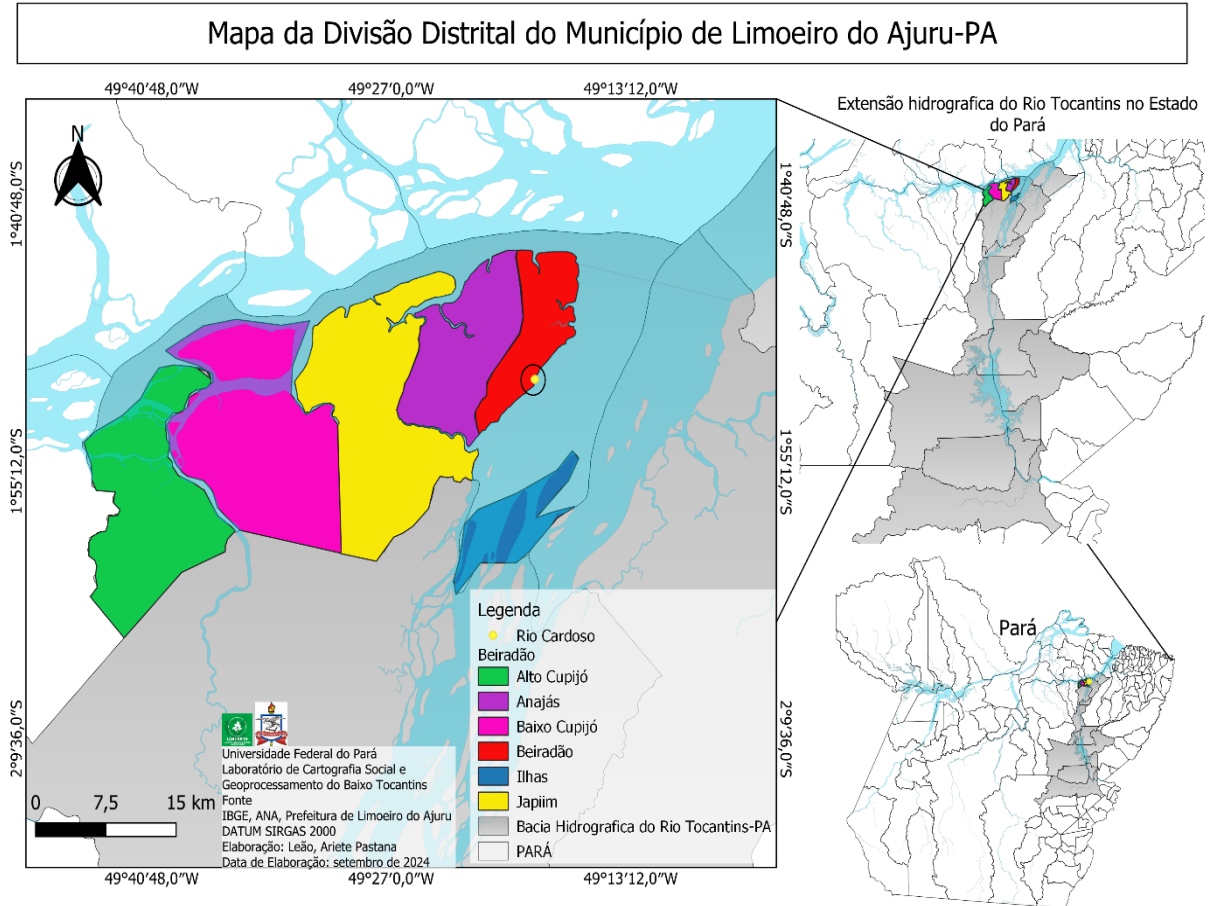
das comunidades também foi impactada. Para compensar os efeitos na pesca, o manejo do açaí ganhou destaque entre 1990 e 2000 (Reis, 2022). Além disso, a piscicultura começou a se desenvolver, especialmente na ilha Saracá, onde pescadores iniciaram a criação de tanques para consumo familiar (Reis, 2022).

O manejo do açaí foi uma das medidas propostas pelo “projeto de Tucuruí” (Reis, 2022, p. 47), para incentivar as comunidades a produzir durante todo o ano. No entanto, essa abordagem não se adequou à realidade local (Reis, 2022). O impacto da barragem forçou muitos moradores a buscarem novas formas de sobrevivência, o que resultou no surgimento de outras atividades econômicas e em um aumento do êxodo rural (Reis, 2022, p. 48). Antes da barragem, as atividades produtivas eram diversificadas. Após sua construção, o declínio na pesca levou à predominância da monocultura do açaí, impulsionada pelo próprio projeto de Tucuruí.

A base econômica do município é predominantemente voltada para o extrativismo vegetal, com destaque para a pesca artesanal e a produção de açaí. Além dessas atividades, o município também se dedica à produção de farinha, piscicultura, coleta de outras sementes, produção de artesanato e à confecção de apetrechos para a pesca artesanal, como o matapi e os paneiros, que são fabricados a partir de palmeiras específicas.

O município foi dividido em seis distritos pelo Plano Diretor de 2006, conforme a Lei Municipal nº 093/2006, de 6 de outubro de 2006: Distrito Sede, Distrito do Japiim, Distrito das Ilhas, Distrito do Beiradão, Distrito do Alto Cupijó e Distrito do Baixo Cupijó. Em 2019, o Plano Diretor foi alterado pela Lei Municipal nº 0226/2019, incorporando a sede do município ao Distrito de Anajás (Prefeitura de Limoeiro do Ajuru, 2006; 2019a).

Figura 3– Mapa da Divisão Distrital do Município de Limoeiro do Ajuru- PA



Fonte: Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins, elaboração Ariete Pastana Leão, 2024.

No município, os distritos que possuem a organização do Acordo de Pesca são o Distrito do Beiradão e o Distrito das Ilhas, localizados na foz do Rio Tocantins. Essas áreas já foram fortemente impactadas pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí e enfrentam atualmente as ameaças da Hidrovia.

A comunidade do Rio Cardoso, onde a pesquisa se desenvolveu, está situada no Distrito do Beiradão na margem esquerda do rio Tocantins. A escolha da comunidade se baseou em dois fatores importantes:

- a) A proximidade da pesquisadora com a comunidade, sendo de origem ribeirinha e filha de pescadores. Cresceu ouvindo histórias de seus pais sobre suas participações em movimentos e na organização do Acordo de Pesca, o que estimulou o desejo de compreender a dinâmica ribeirinha e a luta desses agentes sociais por direitos;
- b) A organização do Acordo de Pesca da Comunidade de Rio Cardoso é atualmente uma das mais ativas, atuando em diversas lutas pela pesca artesanal nos âmbitos municipal,

estadual e federal. Além disso, a pesquisa revelou que a organização se envolve em outras frentes além da pesca.

As famílias mais antigas da comunidade incluem a família Pastana, Leão, Pantoja, Cardoso e Costa, e sua formação ocorreu por volta dos anos 1970. Naquela época, as principais atividades produtivas eram a extração de madeira, o leite da seringueira e, principalmente, a pesca. Atualmente, o Acordo de Pesca da comunidade conta com a participação de 80 famílias em sua organização.

Para obter uma visão abrangente e detalhada do processo de formação do Acordo de Pesca foi necessário trabalhar com múltiplas escalas para compreender os conflitos entre os agentes hegemônicos, os do passado e do presente (Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a Hidrovia Araguaia-Tocantins) e a comunidade de Rio Cardoso, bem como a dinâmica dos conflitos entre as próprias comunidades, por limites territoriais. Para tanto foi escolhida a dimensão etnográfica (Little, 2006), a fim de analisar o conflito em suas diversas facetas.

A etnografia dos conflitos socioambientais explicita as bases latentes dos conflitos e dá visibilidade a esses grupos marginalizados e compreender a complexidade dos conflitos territoriais. Nesse sentido, o uso de uma metodologia etnográfica representa uma contribuição significativa da antropologia à ecologia política (Little, 2006).

O estudo dos conflitos exige a identificação dos agentes sociais envolvidos, analisando a interação entre eles, tanto com o meio biofísico quanto com o meio social. Em alguns momentos, o conflito pode se tornar latente, perdendo visibilidade, para posteriormente voltar a se evidenciar (Little, 2006). Assim, ao destacar o conflito foi necessário também enfatizar as ações de agentes externos à comunidade, como é o caso do projeto de infraestrutura da Hidrovia Araguaia-Tocantins, que suscita tensões, além dos conflitos gerados pela barragem, e assim compreender que os conflitos na pesca não são problemáticas isoladas das comunidades, mas se conectam com os impactos negativos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Como ferramenta de análise, inicialmente foi necessário buscar na literatura sociológica a conceituação de conflito, a partir de Simmel, dialogando metodologicamente com a antropologia e com a geografia, considerando a concepção de território e conflitualidade, por meio de uma abordagem integradora que reconhece a relevância dos estudos científicos junto dos saberes tradicionais (Leff, 2000; 2012; 2021).

A abordagem qualitativa priorizou a escuta ativa e o envolvimento das comunidades, evitando tratá-las como meros objetos de estudo. Essa postura respeitosa é crucial para construir um conhecimento que reflita verdadeiramente as vivências e necessidades locais.

3.2 O caminho metodológico

Para avançar no proposto de fazer uma etnográfica do conflito buscou-se inicialmente um corpo teórico que convergissem com a proposta, foi realizada a pesquisa bibliográfica para a construção do arcabouço teórico que sustentasse a pesquisa. Entre os principais autores consultados estão: Arnaud (2010, 2019), Simmel (1983), Sobreiro Filho (2017), Haesbaert (2004, 2019), Fernandes (2005), Pedon (2009), Porto-Gonçalves (2012), Pereira (2014), Gohn (2008, 2013), Acselrad (2004, 2009), Leff (2000, 2012), Krenak (2020, 2022, 2023), Loureiro (2019, 2022), Furtado (2002, 1990), entre outros.

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, registrada sob o CAAE: 82750524.7.0000.0018. Sendo de natureza qualitativa buscou privilegiar as vozes e experiências dos agentes sociais, oferecendo um espaço para a reflexão e a construção de significados, essenciais para a compreensão das dinâmicas em questão. E conforme afirmam Andrade e Schmidt (2015, p. 12), “na pesquisa qualitativa existe uma relação dinâmica entre o mundo real e os sujeitos de uma realidade, isto é, há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, não traduzido em números.” Essa perspectiva destaca a importância de compreender a complexidade das interações sociais e culturais em suas próprias nuances. Dessa forma, torna-se necessário realizar uma análise de narrativas orais, que permitirá alcançar os objetivos propostos.

As entrevistas foram semiestruturadas, seguindo um roteiro que permitiu manter uma consciência clara durante o processo de entrevista. Essa abordagem foi essencial para identificar quem são os atores envolvidos no conflito, compreender como esse conflito alterou as relações e, conseqüentemente, explorar os traços identitários e as novas facetas reveladas ao longo do processo.

As primeiras entrevistas foram realizadas no final de 2023, antes da qualificação da dissertação, e continuaram no início de janeiro de 2024, gerando os dados para a análise dos conflitos e suas implicações no contexto da pesca artesanal. Esses relatos foram fundamentais para compreender as dinâmicas internas da comunidade e os desafios enfrentados pelos pescadores em relação à gestão dos recursos e às mudanças no território pesqueiro. Embora o roteiro tenha servido como guia, ele também proporcionou a flexibilidade necessária para ir além das perguntas predefinidas, permitindo uma exploração mais aprofundada das experiências e percepções dos entrevistados.

O retorno ao campo ocorreu em maio de 2024, com o objetivo de aprofundar a análise e obter mais detalhes sobre a organização do Acordo de Pesca, para entender como a

comunidade se estruturou ao longo do processo de organização e proteger seus direitos e práticas tradicionais da pesca artesanal. Além disso, foi feito um resgate histórico da atividade pesqueira antes da construção da barragem, buscando registrar como era a pesca artesanal e quais eram os principais locais de pesca e os recursos mais abundantes naquela época.

Um ponto central foi investigar os impactos da barragem no território pesqueiro da comunidade. Através de novos relatos e observações foi possível traçar um panorama mais claro das transformações físicas no território, como o aparecimento ou a modificação de praias, mudanças no comportamento dos peixes e as dificuldades enfrentadas pelos pescadores para manter suas atividades tradicionais. Esses dados contribuíram para uma análise mais detalhada dos conflitos territoriais e socioambientais gerados pela barragem, assim como suas implicações diretas na vida dos pescadores e pescadoras.

A proposta inicial da pesquisa era entrevistar apenas pescadores, incluindo dois membros da coordenação do Acordo de Pesca, um redeiro e um pescador da coordenação do Acordo de Prainha e Piquiatuba, vizinhos ao rio Cardoso. Mas no decorrer da pesquisa se estendeu para outros agentes sociais ligados ao movimento desde as décadas de 1980 e 1990, na luta pela eletrificação das comunidades rurais no Baixo Tocantins, destacando o protagonismo das mulheres nos acampamentos de luta contra os efeitos que a barragem já começava a provocar. No quadro abaixo buscou-se detalhar o perfil dos entrevistados.

Quadro 1 – Perfil dos Entrevistados

Perfil dos Entrevistados	
Neide Pastana, Pescadora, 52 anos.	Participou diretamente dos acampamentos de reivindicação por reconhecimento e direitos à energia contra a barragem de Tucuruí.
Raimundo Sampaio (Preto Sampaio), Agricultor, 61 anos.	Participou dos acampamentos por reivindicações por reconhecimento e direito a energias contra a barragem de Tucuruí.
Mapará, Funcionário Público e Pescador, 37 anos.	Participou do processo de eletrificação rural do Distrito do Beiradão, faz parte da coordenação do Acordo de Pesca e do movimento de pescadores e pescadoras artesanais.
Daniel Pastana (conhecido como Chorão), Pescador, 59 anos.	Coordenador do Acordo de Pesca e participou do processo de criação do Acordo de Pesca em todas as suas fases do Acordo Grande ao Acordo da Comunidade de Rio Cardoso.
Arielson Leão, Pescador aposentado, 62 anos	Grande colaborador na pesquisa ajudando com seus saberes propiciando a elaboração dos mapas e coletas de dados.

Fonte: Ariete Pastana Leão dados coletados nas entrevistas, 2024.

Os nomes dos entrevistados aparecem ao longo do texto de acordo com o desejo de cada um. Dentre estes, o entrevistado que participou das mobilizações pelo processo de eletrificação do território ribeirinho, não foi identificado por sua própria vontade, recebeu o codinome Mapará. O senhor Raimundo Sampaio optou por ser chamado de "Preto Sampaio", nome pelo qual é mais conhecido.

Os entrevistados que participaram dos acampamentos nas lutas dos anos 80 e 90 foram nomeados, visando corrigir e dar visibilidade ao seu protagonismo, já que foram fundamentais para o processo de eletrificação do município de Limoeiro do Ajuru e da região do Baixo Tocantins. Seus nomes foram escritos conforme o conforto que cada um sente em ser identificado.

Durante as entrevistas foi apresentado aos entrevistados o “termo de consentimento livre e esclarecido”, que eles assinaram, garantindo tanto seus direitos quanto a integridade do processo de pesquisa. O gravador de voz do próprio celular foi usado para registrar os áudios, sempre com a permissão dos entrevistados. O objetivo era criar um ambiente confortável e acolhedor, evitando qualquer pressão para a coleta das informações. Essa abordagem permitiu que os participantes se sentissem à vontade para compartilhar suas experiências de maneira espontânea.

As perguntas eram formuladas de maneira a guiar os entrevistados, mas sempre permitindo que eles se sentissem livres para explorar suas memórias, mergulhando no contexto histórico e resgatando situações vividas. Durante o processo, manteve-se o cuidado especial para não interromper os relatos, intervindo apenas quando surgia uma informação que necessitava de maior detalhamento. Quando se percebia que a resposta abrangia outra pergunta, não formulava a questão, respeitando o fluxo natural da conversa.

Como resultado, alguns relatos se estenderam por mais de uma hora, refletindo a profundidade e a riqueza das histórias contadas. Os entrevistados puderam narrar suas vivências com calma, contribuindo para uma coleta de dados mais completa e significativa. Essa dinâmica não só enriqueceu as entrevistas, mas também fortaleceu a confiança e o vínculo com os entrevistados.

Os relatos se mostraram ricos em detalhes, o que não demandou um número significativo de entrevistados para atingir os objetivos da pesquisa. Assim, foi priorizada a qualidade das entrevistas, focando na profundidade das informações coletadas, em vez de preocupar-se com a quantidade.

A observação participante foi fundamental, pois permitiu comparar os relatos obtidos nas entrevistas com as experiências vivenciadas. Foram acompanhadas atividades da

preparação para abertura da pesca, reuniões, as mobilizações de resistência contra a construção da hidrovía e o ato da pesca. Ainda possibilitou captar informações não ditas, enriquecendo a compreensão do contexto e das narrativas dos entrevistados, permitindo a identificação de aspectos como a relação entre pescadores e aves, ou a diferenciação entre distintos territórios pesqueiros. Por exemplo, ao observar o rio como um território, é importante considerar como fatores como a maré, o clima e a dinâmica do ambiente influenciam o comportamento das pessoas. Esses elementos são interligados e moldam a forma como os pescadores(as) interagem com o seu espaço e suas práticas. A variação das marés pode afetar a disponibilidade de peixes e, conseqüentemente, as estratégias de pesca utilizadas. O clima pode influenciar não apenas a atividade pesqueira, mas também a vida cotidiana da comunidade.

Portanto, a observação atenta e contextualizada se tornou essencial para compreender a complexidade das relações sociais e ambientais que permeiam a vida dos pescadores(as) e a dinâmica do território em que estão inseridos. Essa abordagem rica e detalhada é fundamental para obter uma visão abrangente e significativa do tema em estudo.

Para tanto foram utilizadas duas ferramentas essenciais: o caderno de campo, que foi fundamental principalmente nas observações realizadas antes da abertura da pesca, dia 1 de março de 2023, e nas reuniões do Acordo de Pesca.

No caderno, foram anotadas informações detalhadas nos dias 27 e 28 de abril de 2023, durante toda a preparação para a abertura da pesca. Além disso, também documentou os dias 1 e 2 de março de 2023, que marcaram o ato da abertura da pesca. Esses registros foram essenciais para capturar a dinâmica e o contexto do processo, permitindo uma análise mais aprofundada das interações e eventos que cercam essa prática.

Outra ferramenta utilizada foi a fotografia, que, segundo Reis Jr (2014, p. 12-16), desempenha cinco funções principais: arquivar, ordenar, modernizar os saberes e ilustrar. O poder da imagem mental é imprescindível, mas associar a imagem mental à representação visual confere maior robustez à informação.

A fotografia tem o objetivo de levar o leitor a vivenciar a realidade da comunidade. Aqueles que estão de fora podem ter dificuldade em visualizar a organização da pesca, os Acordos de Pesca e o ambiente em que a comunidade vive. Assim, as imagens serviram como um meio de conexão, facilitando a compreensão do contexto.

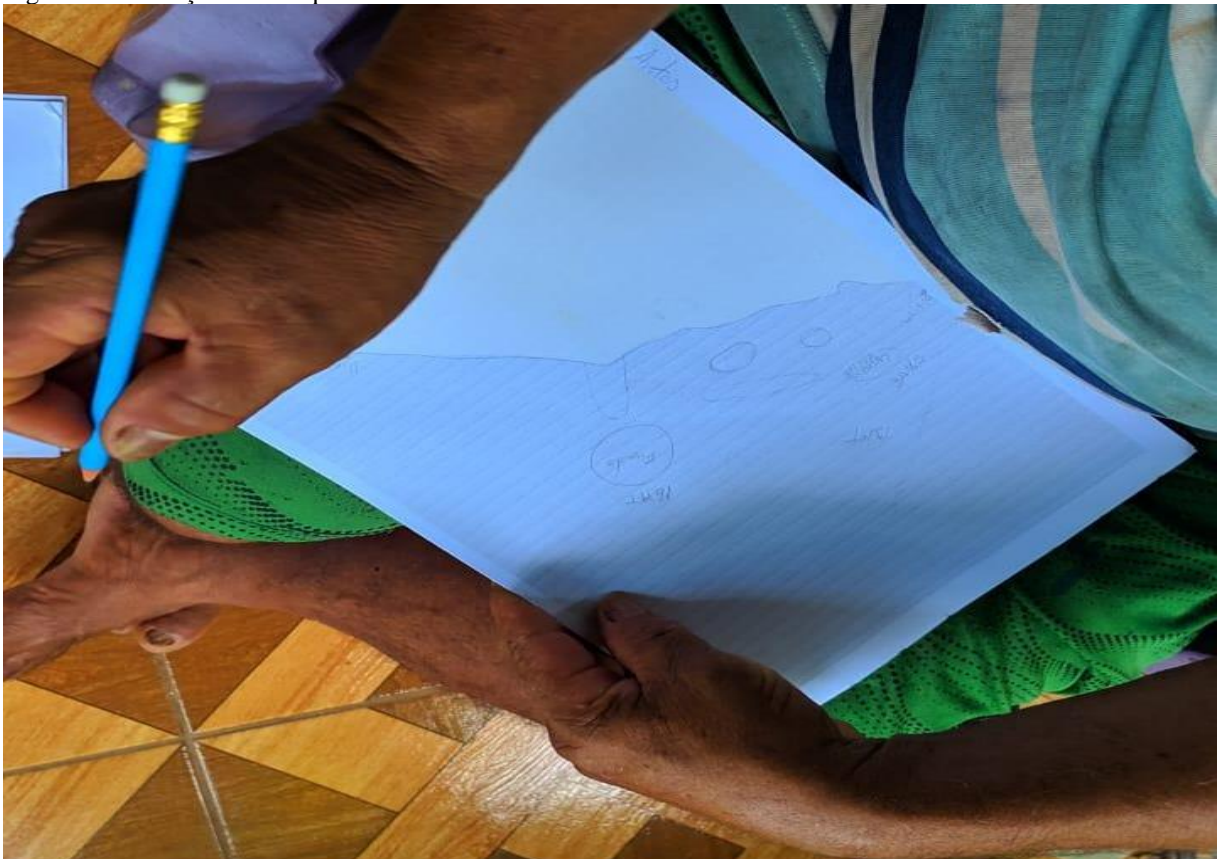
Além das fotografias, também foi realizada uma pesquisa documental, que incluiu a análise de atas das reuniões, relatórios, tabelas de produção pesqueira, tabelas de custos com policiamento, documentos de criação do Acordo de Pesca e as regras vigentes. Essa

investigação documental foi fundamental para entender a estrutura da organização do Acordo de Pesca e a dinâmica que permeia a comunidade.

A participação ativa dos pescadores na coleta de dados primários foi fundamental para a elaboração dos mapas. Sem o conhecimento e a experiência deles, seria difícil captar a complexidade e a dinâmica do território pesqueiro, como o pescador Arielson Leão, que detalhou no mapa todo o processo de fluxo dos peixes e como os poços de pesca estão interconectados. Esse mapa não só auxiliou um conhecimento técnico, mas também incorporou a vivência e a experiência prática dos pescadores. Essa interação não apenas enriqueceu a pesquisa, mas também fortaleceu o vínculo entre a academia e a comunidade, promovendo um trabalho conjunto.

Posteriormente, recorreremos aos croquis para que ilustrassem a área do Acordo de Pesca tanto antes quanto após a construção da Usina Hidrelétrica, especialmente alterações relacionadas à dinâmica das praias, cursos de água e locais de pesca. O objetivo foi identificar as mudanças que afetaram diretamente a comunidade pesqueira, como a diminuição de áreas de pesca ou alterações nas rotas de navegação, facilitando o entendimento dos impactos que a barragem trouxe para a vida e o sustento dos pescadores locais.

Figura 4 – Produção dos croquis



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2024.

Figura 5 – Produção dos croquis



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2024.

A oficina com os croquis foi realizada no dia 13 de maio de 2024, em um processo colaborativo que envolveu não apenas os pescadores, mas também crianças da comunidade, que contribuíram pintando os croquis. Essa participação das crianças trouxe um aspecto lúdico e educativo, integrando as gerações mais jovens à discussão sobre as mudanças no território e ao envolvimento com a preservação do Acordo de Pesca.

Após a elaboração dos croquis, ficou evidente, especialmente no segundo desenho, um banco de areia em expansão, que deu origem à Genérica que anteriormente não existia na área do Acordo de Pesca. Essa formação natural é um exemplo claro das mudanças que ocorreram no ambiente após a construção da barragem. O aparecimento desse banco de areia altera significativamente a dinâmica das águas e das áreas de pesca, influenciando diretamente as atividades dos pescadores.

A observação dessas transformações físicas no território, representadas nos croquis, serve como uma importante ferramenta de análise, não só para os pesquisadores, mas também para a própria comunidade, que pode visualizar de maneira clara e concreta as mudanças ambientais e como elas afetam o cotidiano e a sustentabilidade da pesca artesanal.

A partir das evidências do aceleramento do processo de sedimentação, surgiu a ideia de produzir dois mapas com o objetivo de comparar essas representações visuais com os croquis e os relatos dos pescadores e pescadoras sobre o surgimento de novas praias na foz do Rio Tocantins. Esses mapas permitiram uma análise mais detalhada das mudanças geográficas e

ambientais ocorridas após a construção da barragem, especialmente em relação à formação de praias e bancos de areia.

Ao combinar os mapas com os croquis e os testemunhos da comunidade foi possível verificar de maneira mais precisa como o território do Acordo de Pesca tem se transformado. Essa comparação reforçou as evidências levantadas pelos pescadores e proporcionando uma visão mais ampla dos impactos no ecossistema local. Além disso, contribui para dimensionar a extensão do processo de sedimentação e os impactos na dinâmica da pesca, além de oferecer uma base sólida para discutir medidas para o enfrentamento de tais problemáticas.

Em vez de produzir apenas dois mapas focados exclusivamente na área do Acordo de Pesca específico, decidiu-se ampliar a análise para cobrir toda a foz do Rio Tocantins, tendo como foco compreender como as mudanças na formação das praias estão afetando não apenas um, mas todos os Acordos de Pesca da região. Essa abordagem mais abrangente permitiu uma visão integrada das transformações ambientais, analisando o impacto do processo de sedimentação em diversas comunidades pesqueiras.

Para a produção dos mapas, foi aplicado o geoprocessamento utilizando a tecnologia do Sistema de Informação Geográfica (SIG), em colaboração com o Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins (LABCARTS). Essa parceria foi fundamental para aprimorar o uso dos SIGs e garantir a precisão e a relevância das informações geográficas.

Os mapas gerados tiveram como objetivo permitir a visualização não apenas o município e a comunidade em estudo, mas também a localização de conflitos, pesqueiros e empreendimentos de infraestrutura ao longo do curso do Rio Tocantins. Essa representação visual é essencial para compreender as dinâmicas sociais e econômicas da região, facilitando a identificação de áreas de interesse e possíveis pontos de tensão.

No total, foram georreferenciados seis pesqueiros na área do Acordo de Pesca da comunidade de Rio Cardoso. Para a obtenção dos pontos, utilizou-se o sistema de coordenadas do Datum Sirgas 2000. Os pescadores desempenharam um papel crucial nesse processo, indicando e acompanhando o percurso até os pesqueiros. Essa colaboração foi essencial para garantir a precisão na localização dos pontos de pesca.

Tabela 1 – Pesqueiros georreferenciados

Pesqueiro	Coordenada (X)	Coordenada (Y)
Canoa Velha	-49°18'21,600"	-1°49'58,80
Reguinho	-49°18'28,800"	-1°50'9,600
Beço do Quebrado	-49°18'25,200"	-1°50'31,20

Atrás da Ponta da Ilha	-49°18'50,400"	-1°50'49,20
Genésia	-49°18'21,600"	-1°51'3,600
Ponta da Ilha	-49°18'36,000"	-1°50'49,20

Fonte: Dados coletados UTM Geo Map, 2024.

Esse trabalho de georreferenciamento é crucial, pois fornece uma base sólida para entender a distribuição dos recursos pesqueiros e a interação dos pescadores com o seu ambiente. Ao mapear os pesqueiros, conseguimos identificar áreas de alta produtividade e zonas que podem estar sob pressão, o que é essencial para a gestão sustentável da pesca na região.

Além disso, as informações georreferenciadas podem servir como um recurso valioso para embasar discussões sobre políticas públicas relacionadas à pesca. Com dados precisos em mãos, a comunidade pode defender seus direitos de forma mais efetiva, apresentando evidências claras sobre a importância dos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos para sua produção socioeconômica, cultural e identitária.

Os dados de coordenadas de acesso primário foram registrados em 1º de março de 2023, utilizando o aplicativo UTM Geo Map, por meio do Global Positioning System (GPS), para a elaboração de mapas. Para traçar rotas e registrar os trajetos realizados durante a pesquisa, foi utilizado o aplicativo “Minha Rota”. Os dados coletados foram processados e os mapas foram elaborados no SIG QGIS, versão 3.28 Firenze.

Alguns dados foram obtidos por meio de fontes secundárias, incluindo o IBGE, DNIT, Secretaria de Pesca e Aquicultura de Limoeiro do Ajuru, Secretaria dos Acordos de Pesca, Prefeitura de Limoeiro do Ajuru e o United States Geological Survey (USGS) – Earth Explorer, entre outros.

Durante o processo da pesquisa, foram acompanhadas reuniões dos Acordos de Pesca, encontros e audiências públicas, com o objetivo de coletar dados sobre a organização dos Acordos de Pesca e as mobilizações dos movimentos sociais contra a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins. As mobilizações do Movimento dos Povos das Águas foram acompanhadas desde 2019, quando tiveram início.

Quadro 2 – Atividades acompanhadas para construção da pesquisa

Data	Atividade	Descrição
Setembro de 2019	I Encontro dos Povos das Águas	O encontro sediado no município de Cametá foi o início da primeira articulação dos movimentos socioambientais do Baixo Tocantins contra a construção da hidrovia.

Julho de 2021	II Encontro dos ovos das Águas	O encontro sediado no município de Baião foi a continuidade das mobilizações contra a construção da hidrovía.
Fevereiro de 2022	Caravana em Defesa do Rio Tocantins	A caravana objetivou percorrer ao longo do rio Tocantins 11 municípios saindo de Barcarena até Itupiranga parando em uma comunidade em cada município.
Março de 2023	Encontro das Lideranças dos Povos das Águas	O encontro sediado no município de Belém reuniu diversas lideranças de movimentos sociais, ambientais, pescadores, pescadoras, quilombolas, ribeirinhos e ribeirinhas para discutir os próximos passos do movimento diante do avanço do projeto da hidrovía.
Novembro de 2023	Seminário Técnico: “Projeto de desenvolvimento em disputa nas Amazônia: de hidrovía e hidrelétricas a modos de vida de povos e comunidades tradicionais”	O seminário técnico promovido pelo Ministério Público do Pará aconteceu em Belém reunindo pesquisadores para apresentar pesquisa referente a hidrovía, as problemáticas do EIA RIMA e os impactos já ocasionados pelo projeto.
Novembro de 2023	Audiências Públicas	As audiências públicas ocorreram nos municípios de Marabá e Tucuruí para debater e ouvir as comunidades que vivem no entorno do rio Tocantins.
Novembro de 2023	Reunião do Acordo de Pesca	A reunião da organização do Acordo de Pesca da comunidade de Rio Cardoso reuniu pescadores e pescadoras para debater questões da organização do Acordo de Pesca.
Maio de 2024	Reunião dos Acordos de Pesca	A reunião ocorreu na comunidade de Sítio Prainha em Limoeiro do Ajuru e objetivou debater a questão da mudança climáticas e os impactos da hidrovía.

Fonte: Ariete Pastana Leão dados coletados nas entrevistas, 2024.

Antes do ingresso no mestrado foram três atividades acompanhadas relacionadas às mobilizações dos movimentos socioambientais contra a construção da Hidrovía Araguaia-Tocantins. Após iniciar o mestrado, foram cinco atividades de acompanhamento voltadas para a construção da pesquisa da dissertação.

Na audiência pública de Marabá, o acompanhamento da atividade foi realizado de forma remota, por meio da transmissão nas redes sociais oficiais do Ministério Público. Em contrapartida, a audiência pública de Tucuruí ocorreu de forma presencial, contando com a participação da caravana do município de Limoeiro do Ajuru, que incluía pescadores, pescadoras, representantes dos Acordos de Pesca, membros do Conselho Pastoral dos Pescadores, representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e da Secretaria de Pesca e Aquicultura, entre outros.

A relevância dessa abordagem se destacou em determinados momentos, quando se tornou claro que a simples finalização da dissertação, como produto dessa jornada acadêmica, não era suficiente. Era necessário ir além das metas estabelecidas pelo programa de Pós-Graduação. A pesquisa deveria resultar em impactos positivos e tangíveis para a comunidade, refletindo uma preocupação com a aplicação prática dos conhecimentos gerados, não apenas um exercício acadêmico, mas uma contribuição prática aos agentes sociais envolvidos e a comunidade pesqueira no Baixo Tocantins.

Para tanto foi aproveitada a experiência de uma disciplina externa ao Programa, "Geografia da Pesca". Essa disciplina, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará, contou com a colaboração da Rede de Geografia e Pesca Artesanal, que apresentou ideias de colaboração com os pescadores de Sepetiba (RJ).

Assim, através do LABCARTS, propusemos uma iniciativa semelhante àquela realizada com os pescadores de Sepetiba. Com a expertise do geógrafo Aelton Dias, colega e mestre pelo PPGCITE foi apresentada às lideranças da comunidade do Rio Cardoso no dia 16 de novembro de 2023, a proposta de um aplicativo que pudesse atender aos interesses da comunidade pesqueira. Assim, nasceu o aplicativo intitulado "DE ACORDO COM A PESCA". Sua interface foi cuidadosamente projetada para garantir que o uso do aplicativo seja intuitivo e acessível. O foco estava em criar uma ferramenta que realmente respondesse às demandas da comunidade.

Figura 6 – Aplicativo "DE ACORDO COM A PESCA"



Fonte: Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins, 2024

A principal finalidade do aplicativo é sistematizar a produção pesqueira dentro do contexto do Acordo de Pesca. Para isso, sua interface reflete uma dualidade entre o “individual” e o “coletivo”. A seção individual permite que os pescadores registrem suas produções de forma familiar, abrangendo atividades que não estão vinculadas ao Acordo, como a pesca do camarão. Isso é importante para que cada pescador possa acompanhar seu próprio desempenho e planejar suas atividades de acordo com suas necessidades. A seção coletiva é dedicada ao registro da produção conjunta, como a pesca do mapará, onde a colaboração e o trabalho em equipe são essenciais.

A interface do aplicativo e as perguntas em formato de questionário foram elaboradas em conjunto com a coordenação do Acordo de Pesca, visando corresponder à realidade dessa comunidade. O aplicativo foi testado durante a abertura da temporada de pesca de 2024, com a colaboração da coordenação do Acordo de Pesca. Ele foi instalado nos celulares de membro da coordenação e de dois filhos de pescadores.

No final de fevereiro, foram realizados treinamentos para os filhos dos pescadores e para a coordenação, com o objetivo de ensinar o uso do sistema e o registro dos dados de pesca. Os dados de produção da pesca artesanal do município de Limoeiro do Ajuru são evasivos, entretanto os dados de produção são essenciais para reconhecer o trabalho árduo e a gestão ambiental coletiva realizadas pelos Acordos de Pesca. Os registros de produção pesqueira não apenas validam o esforço dos pescadores e pescadoras, mas também é crucial para a construção de políticas públicas que visem fortalecer essas organizações.

Os pescadores e pescadoras frequentemente enfrentam dificuldades em comprovar suas produções durante o registro anual necessário para o recebimento do seguro-defeso. Muitas vezes, são as entidades que estipulam um valor arbitrário para alimentar o sistema, o que não reflete a realidade da pesca artesanal. Assim, os dados ajudam a garantir que as comunidades tenham dados para fortalecer as esferas de decisão, permitindo que os pescadores e pescadoras tenham um papel ativo na gestão dos recursos que dependem.

4 RESISTÊNCIAS E LUTAS DOS RIBEIRINHOS E RIBEIRINHAS PARA ALÉM DA PESCA ARTESANAL NO BAIXO TOCANTINS

Santilli (2005) pontua que os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB)¹² soube incorporar o componente ambiental às suas lutas sociopolíticas unindo-se com os movimentos ambientais formando uma aliança estratégica procurando questionar os impactos ambientais e sociais provocados pelas barragens e a necessidade de uma busca de políticas energéticas alternativas para uso dos recursos hídricos.

No Baixo Tocantins a organização da sociedade com estreita relação com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), Colônia de Pescadores e os movimentos da igreja católica no centro as CEBs foram os principais responsáveis por impulsionar os movimentos socioambientais. A compreensão dos movimentos tem uma relação muito próxima das CEBs com os ribeirinhos e ribeirinhas. Arnaud (2010, p. 56) destaca a “inserção do homem ribeirinho nos movimentos sociais e dentre eles os ambientalistas são acima de tudo uma relação bem próxima com aquelas que se davam nas comunidades cristãs”.

As CEBs foram muito importantes para o fortalecimento dos movimentos socioambientais no Baixo Tocantins, pois a partir de demandas sociais junto às políticas ambientais de cobrança das autoridades municipais contribuíram com os movimentos socioambientais promovendo seminários para debater a preservação ambiental. Com o surgimento das CEBs fortaleceu o reconhecimento do movimento socioambiental pela gestão municipal entre 1993 e 1996 (Arnaud, 2010).

O movimento social e ambiental no Baixo Tocantins tem origem nas mobilizações com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. As CEBs atuavam diretamente com problemática social em diversas linhas e a barragem agravou essas situações (Arnaud, 2010). A figura da igreja católica foi preponderante nas mobilizações na época Prelazia de Cametá. Os principais alertas e conscientização dos impactos da construção da barragem era realizada pela igreja. No município de Limoeiro do Ajuru, a Igreja e o Sindicato dos Trabalhadores foram os principais envolvidos na mobilização das Comunidades Ribeirinhas. As lideranças dos movimentos tinham suas formações ligadas com as Comunidades Eclesiais de Bases.

O objetivo da construção da barragem era o fornecimento de energia para a exploração de minério em Carajá e para alimentar o complexo da exploração de minérios em Vila de Conde. Os municípios a Jusante só conseguiram ter energia oriunda da Usina Hidrelétrica após mobilizações, resistências e lutas das Comunidades Ribeirinhas.

¹² “Trata-se de um movimento social historicamente voltado para a luta pela terra, de base rural, e de resistência contra a inundação das terras usadas por camponeses, que se aliou ao movimento ambiental, em defesa dos rios e ecossistemas atingidos pela construção de barragens” (Santilli, 2005, p. 18).

No município de Limoeiro do Ajuru os principais protagonistas das lutas contra os impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a reivindicação por energia para o município foi assumida pelos ribeirinhos com a articulação e mobilização da igreja católica e do Sindicato dos Trabalhadores.

4.1 O protagonismo das Comunidades Ribeirinhas luta por energia elétrica no Baixo Tocantins e no município de Limoeiro do Ajuru

A sede do município antes da emancipação conhecida como Vila Limoeiro pertencente a Cametá era desprovida de energia elétrica, após sua emancipação três anos depois em 1963 que se teve seu primeiro “Força e Luz” (Sena, 2007, p. 44). O primeiro Força e Luz era composto por um gerador da marca Negrini de 25 KVA e um motor MWM de 22 HP, com a expansão urbana a única rua com iluminação era a rua conceição também a primeira rua da cidade, expandiu mais 400 metros a rede elétrica para outras duas ruas (Sena, 2007).

Posteriormente o Força e Luz foi trocado por um Skania de 250 HP e um gerador de 360 KVA, por não conseguir acompanhar a expansão urbana. Neste período as pessoas não pagavam energia, a prefeitura arcava com as despesas da Força e Luz. O espaço urbano se expandia cada vez mais, a prefeitura não conseguiu arcar com as despesas por este motivo as Centrais Elétricas do Pará (CELPA) assumiram a Força e Luz (Sena, 2007).

No campo do município só tinha energia quem tinha influência política ou poder econômico para comprar um motor e um gerador. A maioria da população era desprovida do acesso à energia. Nesse contexto apresenta-se o projeto da barragem de Tucuruí atrelada à imagem e o imaginário do desenvolvimento.

Antes da consolidação da barragem as pessoas foram induzidas a querer a construção UHE de Tucuruí por acreditarem que esta traria melhoria para os municípios. Arnaud enfatiza que a construção da barragem “era bom para o Brasil na época, mas não trouxe nenhuma melhoria para as populações à jusante e nem a montante à barragem” (Arnaud, 2010, p. 66). A construção da barragem era bom para o Brasil, todavia não era bom para a Amazônia (Arnaud, 2010).

Carlos Walter Porto-Gonçalves destaca que “a Amazônia é, assim, uma região periférica, marginal no contexto nacional” (Porto-Gonçalves, 2022, p. 23), a periferia de um país periférico. Neste sentido a Amazônia é imaginada para os não amazônidas, essas imagens criadas com um poder atrelado convencem, persuadia, ilude e se propaga com muita força. Foi assim que se configurou a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

A barragem se apresentava pra nós como uma coisa que vinha favorecer o ribeirão que a gente ia ter energia fácil, né? Que... que a gente escutava que nessa época, a gente não sei lá! Uma inteligência que se deixava dominar por uma fala falsa que vinha energia, vinha cabo por debaixo d'água que nós íamos ligar fácil a energia e tudo isso foi só uma, que posso dizer? Só uma enganação pra nós ribeirão que tudo vinha mais fácil pra nós, enquanto não veio nada fácil. Vinha escola, que vinha posto de saúde, vinha... Foi colocado na nossa cabeça que ia ser uma maravilha pra nós e aí todo mundo ficou alegre nessa época que vinha beneficiar o ribeirão enquanto nós fomos todos enganados. Não beneficiou, a hidrelétrica sim tirou que foi nosso, o peixe ficou escasso, camarão ficou escasso. Isso sim, tirou de nós, mas, não beneficiou nós em nada, agora que a gente viu que não veio beneficiar a nós, não veio beneficiar nem com energia, nem com escola, nem com saúde com nada porque nas mãos nossas do ribeirão não chegou nada (Neide Pastana, pescadora, 52 anos, entrevista de dezembro de 2023, grifo nosso).

As pessoas foram induzidas a querer a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí com falsas promessas e com ilusões que atualmente aparentam ser banal. A construção da barragem foi violenta, fantasiosa, com falsas promessas que nunca foram cumpridas pela Eletronorte e nem pelo Estado. Fica evidente o nível de crueldade deste desenvolvimento capitalista que usa as pessoas e ilude para conseguir seus objetivos a qualquer custo.

Loureiro (2019) ressalta que a ausência de uma consciência crítica obscurece aliança entre o capital e classes com o Estado na qual apresenta componente ético e mobilizador das práticas do “progresso”, “modernização”, “desenvolvimento” e “bem-estar comum” da Amazônia. O discurso do Estado impede que se desvendam e denunciem os reais interesses dos grupos de interesses grupos no poder nas relações Amazônicas.

As comunidades ribeirinhas do município eram compostas por poucas famílias que tinham acesso a geradores e motores para obter energia elétrica. Essa limitação gerava um forte desejo por acesso à energia, visto que muitos aspectos da vida cotidiana, como a pesca e a preservação de alimentos, eram diretamente afetados pela falta de eletricidade.

A construção da barragem se apresentou como uma solução promissora, oferecendo a ideia de que, após sua implementação, a vida nas comunidades seria facilitada. Promessas de desenvolvimento, acesso à energia e melhorias nas condições de vida criaram expectativas altas entre os moradores. No entanto, essa visão ideológica ocultava as complexas realidades que viriam a seguir, incluindo os impactos negativos sobre o meio ambiente e a cultura local.

As promessas de prosperidade e modernização, alimentadas pela construção da barragem, acabaram por criar um ambiente fértil para a manipulação ideológica, levando muitos a acreditarem que a solução para suas dificuldades estava ao alcance. Contudo, a realidade enfrentada pelas comunidades ribeirinhas após a barragem foi marcada por desafios significativos, como a degradação dos recursos naturais, a diminuição da biodiversidade e a perda de modos de vida tradicionais.

A Eletronorte e o Estado agiram na destituição e na negação de direitos em um colonialismo interno e invasivo nutrido pela ideologia do desenvolvimento, cooptando e manipulando politicamente (Loureiro, 2022). A ideologia do desenvolvimento e do progresso prometido com a construção da barragem, hoje é compreendida pelo movimento social como propaganda.

A barragem de Tucuruí foi um projeto e quando ela chegou, da forma de como ela chegou pra classe trabalhadora, pros ribeirinhos e os agricultores era do que ela vinha trazer muitos beneficiamento que os agricultores iriam poder produzir mais, que iam poder beneficiar sua produção, que ia ter as estradas iam ser concluídas, asfaltadas, que pudessem escoar essa produção. Só que era uma propaganda, da parte do governo e da empresa operadora desse serviço (Preto Sampaio, lavrador, 61 anos, entrevista de janeiro de 2024).

A ideologia da modernização na Amazônia foi tão convincente que até mesmo intelectuais, políticos, a classe média e a cúpula da burocracia que faziam parte das organizações públicas, não discordavam da linha do projeto de desenvolvimento para a Amazônia (Loureiro, 2019).

O movimento denominado “Operação Amazônia” (1966/67) carrega um conjunto de instrumentos para atrair capital estrangeiro para a região facilitando a entrada com incentivos fiscais e oferecendo vantagens para fácil acesso aos recursos e às terras. Os incentivos eram legalmente fornecidos, como por exemplo, a Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966 que criava inúmeras facilidades para atrair capital para a Amazônia. Os aparelhos institucionais do Estado caberiam fornecer o apoio necessário aos investidores como políticas de créditos, infraestrutura e redução de impostos. Portanto o Estado caberia fornecer todo o subsídio para favorecer a entrada de empresas (Loureiro, 2019).

Em 1970 ocorreu uma mudança no processo de ocupação da Amazônia com o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/74) destaca a região como uma riquíssima fronteira de recursos desta forma que deveria ser vista no planejamento nacional (Loureiro, 2019).

Violeta Loureiro (2019) enfatiza três principais propostas para a Amazônia: 1 – Integração física com rodovias como a transamazônica. 2 – Ocupação humana do espaço tido como “vazio demográfico” através de projetos de colonização nas margens das rodovias. 3 – o desenvolvimento econômico a cargo do setor privado apoiada por incentivos fiscais.

No 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/79) aprofunda-se a Amazônia vista como fronteira de recurso objetivando o melhoramento da balança comercial do país. A proposta mais importante contida no 2º Plano Nacional de Desenvolvimento foi o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia. O programa objetivava

promover o aproveitamento integral dos recursos com foco central no Pólo Carajás. Neste sentido o governo cria um Programa específico para Carajás (Programa Grande Carajás) e cria o Programa Especial de Desenvolvimento Regional de Infraestrutura do Complexo de Alumínio (Albras-Alunorte). A UHT foi pensada e planejada para dar suporte energético para esses outros empreendimentos (Loureiro, 2019).

A UHT foi projetada, principalmente, para fornecer energia de baixo custo voltada à extração e beneficiamento de minérios, com ênfase na bauxita, essencial para a fabricação de alumina. Embora a instalação da usina tenha sido apresentada como um desenvolvimento estratégico para a região, a realidade é que a energia gerada foi amplamente direcionada para subsidiar empresas estrangeiras.

Esse modelo de exploração levanta sérias questões sobre a verdadeira finalidade da UHT e seus impactos nas comunidades locais. Enquanto as empresas se beneficiam de tarifas reduzidas, as populações ribeirinhas frequentemente enfrentam os efeitos negativos da industrialização, como a degradação ambiental, a diminuição de recursos hídricos e a perda de modos de vida tradicionais.

Além disso, a promessa de desenvolvimento e empregos para as comunidades muitas vezes não se concretiza, gerando frustração e desconfiança. A dependência da energia gerada pela UHT por parte de grandes corporações internacionais coloca em evidência a falta de investimento em infraestrutura e serviços que poderiam realmente beneficiar a população local.

Por causa da Portaria 1.654 do Ministério das Minas e Energia publicada no Diário Oficial, 16 de agosto de 1979, que concede eletricidade durante 20 anos a uma tarifa ligada ao preço internacional do produto, ou seja, o custo da energia no processo de beneficiamento da bauxita não pode ultrapassar 20% do preço internacional do alumínio. O país brasileiro tem que arcar com os custos de produção da alumina para exportar a baixo preço para o Japão (Fearnside, 1999).

Fearnside (1999), demonstra que a energia vendida para a Albras Alunorte em 1989 foi a sexta parte paga a menos da tarifa que os consumidores do Brasil pagam. Como afirma Fearnside (1999, p. 14), “a energia gerada por Tucuruí faz pouco para melhorar a vida daqueles que moram na área: um fato dramatizado pelas linhas de alta tensão passando por cima de barracas iluminadas apenas por lâmparas”.

A construção da UHT não foi destinada ao benefício das comunidades, como se propagou na época. As comunidades do Baixo Tocantins tornaram-se herdeiras dos impactos da barragem, que desestruturou seus modos de vida e suas relações com o rio. Essas

comunidades são vítimas de uma “inclusão precária” (Haesbaert, 2019, p. 314-319), sendo afetadas por processos sociais, econômicos e políticos excludentes que geram inconformismo.

Esse inconformismo das comunidades se manifesta em reivindicações e reações, embora o sistema vigente os negue também os constituem, mas de forma de uma “inclusão precária” (Haesbaert, 2019, p. 314-319). À medida que as promessas não cumpridas e os impactos negativos da barragem se tornam evidentes, inicia-se um processo de mobilização, resultando em um levante dos movimentos sociais no Baixo Tocantins.

A prelazia de Cametá, junto às Comunidades Eclesiais de Base, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a outros movimentos sociais, organiza encontros para debater os impactos que a barragem poderia trazer. Nos anos 1980, muitos movimentos sociais surgiram, sendo a maior expressão deles fruto dos encontros que discutiram as consequências da barragem. Esse período também marcou o entrelaçamento de diversos movimentos, influenciados pelo contexto nacional e pelo fenômeno da “ambientalização dos conflitos” (Leite Lopes, 2004).

Os conflitos da época giravam em torno de questões ambientais, impulsionados pela degradação e pelos impactos negativos enfrentados pela sociedade civil. Os movimentos sociais emergiram das experiências vividas durante o período de redemocratização, lutando contra o autoritarismo da ditadura militar.

Apesar dos avanços proporcionados pela Constituição de 1988, as formas e os instrumentos destinados a incentivar a participação popular nem sempre se inspiraram nas práticas da população e nas políticas locais (Leite Lopes, 2004). Essa desconexão entre as iniciativas institucionais e as realidades das comunidades reforçou a necessidade de um engajamento mais profundo e genuíno, que refletisse as demandas e anseios da sociedade civil.

A luta por direitos e a defesa do meio ambiente tornaram-se, assim, não apenas uma questão de justiça social, mas também uma forma de resistência contra um modelo de desenvolvimento que desconsiderava as necessidades e o conhecimento das comunidades afetadas.

Sob a influência dos movimentos dos povos da floresta no Baixo Tocantins ocorre uma aliança entre movimentos sociais e ambientais. No que tange a origem dos movimentos ambientais é antes de tudo a mobilização social para o enfrentamento à construção da UHE-Tucuruí (Arnaud, 2010). Ribeirinhos e ribeirinhas do município de Limoeiro do Ajuru participaram das mobilizações e dos movimentos socioambientais com expressividade na época.

(...) foi criado alguns movimentos, os Encontrões dos Lavradores, os Gritos da Terra, Terra Brasil, Terra Pará, Terra Amazônia, cada um na versão maior do que a outra. A mobilização era muito grande e aqui nós criamos o movimento chamado Modest que era o movimento em defesa do desenvolvimento das comunidades do Baixo Tocantins. E esse movimento ele discutia muito isso e aí existia vários movimentos, por exemplo, nós tínhamos esse nosso movimento aqui, mas, tinha o MAB que era o movimento mais apropriado que discutia a questão da barragem mesmo, como existe até hoje, né? Então, mas eram um outro público, que a gente se juntava, a gente se somava pra discutir essas questões. Houve inúmeras reuniões e até que enfim chegou o dia que foi fechada a barragem, parece que assim, naquele momento nossos sonhos eles se limitavam ali, né? Chegou à barragem, foi fechada, a energia chegou ninguém sabe nem onde primeiro, o certo é que na região Tocantina não chegou em lugar nenhum, não chegou nem em Tucuruí mesmo, não tinha energia da barragem de Tucuruí. Essa energia, ela e nós já discutíamos na época que a eletrificação, através da barragem de Tucuruí, ela vinha pra servir os grandes projetos, e não pros trabalhadores, e não para o povo ribeirinho, ela vinha pra servir o capital estrangeiro, que era os interessados nas nossas riquezas aqui nos minerais, enfim. Então, foi o que aconteceu na verdade, mas aí a partir que foi fechado mesmo, então se implanta uma nova luta que pudesse haver o rebaixamento dessa energia (Preto Sampaio, lavrador, 61 anos, entrevista de janeiro de 2024).

Importante enfatizar que a construção da barragem gerou pouco emprego, nem mesmo em Tucuruí onde sua construção foi realizada, pois, o benefício da energia era para as empresas de alumínio, inclusive para o nordeste brasileiro (Arnaud, 2010). Era um projeto para a Amazônia e sobre a Amazônia e não com os Amazônidas. Assim, se efetivou uma “precarização do território” (Haesbaert, 2004, p. 315 - 317), sendo a região da jusante extremamente afetada e completamente desconsiderada, pois os *royalties* foram pagos aos municípios à montante, ou seja, até 2002 nenhum município à jusante foi considerado como impactado (Arnaud, 2010), mas até hoje as comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins vivenciam os impactos e duras consequências da Hidrelétrica.

O Movimentos do Anilzinho¹³ foi um marco na história do Baixo Tocantins na década de 80. O processo de adesão da Igreja Católica local e Sindicato dos Trabalhadores Rurais à luta ganha ênfase nas falas que rememoram esse reencontro temporal das pessoas que participaram do maior marco da história dos movimentos socioambientais do Baixo Tocantins. Nos anos 1990 quando mobilizações e reivindicações em todo o país estão no auge na busca de reconhecimento social, político e econômico, no Baixo Tocantins ocorre os acampamentos.

Importante pontuar os fatos que deram início a maior mobilização de movimentos sociais e ambientais nunca vistos antes na região Tocantina:

- a) A falta de reconhecimento dos municípios a jusante da barragem como impactados;

¹³ O movimento do Anilzinho se constitui como um marco recente do campesinato do Baixo Tocantins. O movimento que aconteceu no município de Baião foi o primeiro no contexto da tomada do STR pelos trabalhadores alinhados politicamente como o “novo sindicalismo”. Esse conflito ocorreu 1979, numa região denominada Anilzinho, situada às margens de um rio de mesmo nome (APAAC, 2008, p. 15 apud Pereira, 2015, p. 213).

- b) Na região Tocantina muitos municípios ou quase nenhum tinham energia oriunda da Hidrelétrica;
- c) Atuação da igreja católica da prelazia de Cameté e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na mobilização;
- d) O sentimento de revolta, sentir-se enganados pelas falsas promessas tanto da Eletronorte quanto do Estado;
- e) O protagonismo das Comunidades Ribeirinhas como as grandes responsáveis por assumir a luta e resistência contra a barragem.

No contexto dessas lutas e reivindicações por direitos, o ápice ocorreu com as ocupações ocorridas na década de 1990 em Tucuruí. Além de destacar o protagonismo ribeirinho nos movimentos sociais, é fundamental reconhecer a participação ativa das mulheres nas resistências contra a Usina Hidrelétrica. Em 1990, das dez pessoas de cada Comunidade Ribeirinha que se mobilizaram para os acampamentos, muitas eram mulheres, evidenciando seu papel crucial na luta.

Muitas mulheres sempre a participação feminina tinha muitas mulheres, porque a gente ia um grupo, por exemplo, horário de meio dia ou três horas a gente já tava cansada, suada aí a gente se reunia ia uma turma tomar banho e a outra turma ficava vigiando a gente na cachoeira, porque a gente tirava toda a roupa e vestia a mesma roupa. Porque a gente não podia vim pro barco porque a distância era longe e a gente não levava nada, não levava bolsa, não levava nada. A gente tomava banho debaixo da cachoeira e vestia a mesma roupa não enxugava nada e voltava pra mobilização de novo. Era tudo uma organização, mas, fui bem organizado mesmo o Sindicato com apoio das comunidades católicas, as CEB's. Nós ribeirinho não tinha energia e nessa época a gente não tinha como guarda nosso pescado nossa alimentação vários fatores que a gente precisava dessa energia. Então nessa época a gente organizou 10 pessoas de cada comunidade daqui de Limoeiro do Ajuru, 10 pessoas de cada comunidade, foi alugado uma embarcação grande que aguentasse essas 10 pessoas de cada comunidade chegando até Tucuruí, a gente vivenciou dormir na rua, por debaixo do Caminhão (Neide Pastana, pescadora, 52 anos, entrevista de janeiro de 2024).

Essas mulheres, mesmo em meio a uma luta conflitiva, demonstraram um forte senso de solidariedade e cuidado mútuo, criando laços de apoio, especialmente em momentos como o banho, que se tornaram marcos para o fortalecimento coletivo. Sua presença não apenas enriqueceu as mobilizações, mas também trouxe uma perspectiva única, abordando as necessidades específicas da comunidade. As demandas das mobilizações da época eram sociais por acesso à energia elétrica.

Gohn (1997), destaca a diferenciação da participação das mulheres nos movimentos sociais na América Latina dos movimentos feministas na Europa. Na Europa a participação das mulheres foi voltada para questões de gênero, já na América Latina as demandas das

reivindicações estavam voltadas para mobilizações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, portanto, não se tinha uma bandeira de mobilização específica de direitos de igualdade entre os sexos.

Aí tem um negócio assim que interessante que chama muito atenção. Quem era o público que mais lutava por isso? Era o público ribeirinho e os trabalhadores rurais o povo das cidades quase eles não estavam presentes, né? Quando estavam presentes era na figura do Sindicato, o presidente do Sindicato, a diretoria do Sindicato. Porque estavam ali na sede do município, mas tu não via... Tu não contava com a participação de vereadores, de prefeitos. Me lembro que nesse movimento que nós fizemos que foi puxado pela Prelazia e depois o Modest, nós fomos aqui de Limoeiro 50 pessoas e não foi nenhuma autoridade pública com nós. Foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foram os Ribeirinhos e aí é de se destacar com muita importância a situação das mulheres, inclusive as mulheres do Cardoso e agora a pouco eu tava lembrando, né? Eu lembro muito da Neide, da Karina, da Lúcia, e da menina que mora lá também dentro do Cardoso eu acho que dali foram umas 5 ou 6 mulheres além de outras daqui do município, foi entorno de 50 pessoas. Então, isso aí foi muito impactante, muito importante de todos os municípios eles trouxeram várias categorias, mulheres, homens, juventude tudo foram pra ali (Preto Sampaio, lavrador, 61 anos, entrevista de janeiro de 2024).

Portanto, a participação das mulheres no município de Limoeiro do Ajuru não se baseava em uma bandeira feminista de gênero, mas sim na luta por demandas sociais, especialmente pelo direito de acesso à energia. Essas mulheres se uniram ao movimento como parte de uma comunidade que buscava melhorias para todos.

A articulação da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), junto com o Sindicato dos Trabalhadores, foi fundamental para a mobilização nas Comunidades Ribeirinhas. Cada comunidade contava com um Delegado Sindical, que desempenhava um papel crucial na organização das mobilizações setoriais.

Embora as datas precisas possam ter se perdido na memória, o tempo é lembrado através das experiências: a viagem de barco pelo rio, a solidariedade entre as mulheres, o ato de dormir sob os caminhões, a greve de fome e a estratégia de fechar estradas para chamar a atenção da Eletronorte.

Essa falta de precisão nas datas não diminui, de forma alguma, a riqueza das memórias e das histórias de quem viveu momentos de grande tensão e luta. Os detalhes dessas ações são o que realmente importa, refletindo a resistência e as mobilizações da comunidade na busca por justiça e direitos.

(...) E a gente permaneceu ali eu creio que no terceiro ou quarto dia foi necessário que anunciasse uma greve de fome pelas pessoas estavam ali. Não era pra baixar energia e foi um dia todo de muita tensão, muita tensão mesmo e não se resolveu nada e a noite e a tarde umas cinco horas da tarde o movimento decidiu então descer a estrada, eu penso que foi descer e a gente veio pra aonde tinha um chamado trevo e ali nós ficamos que a intensão era a gente fechar ali a estrada que não ia ter acesso pra Tucuruí, nem pra Repartimento e nem pro Breu, né? E aí poderia causar um impacto maior, nós descemos pra lá de noite cinco horas da tarde ou seis horas da tarde a gente fechou ali e foi um temporal muito grande e muitos de nós tivemos que dormir no curral de porco, debaixo de

caminhão porque não tinha outro meio de proteção, né? Mas, o que tava na nossa e tinham em comum em todos nós era que a gente tava ali por uma causa que era a energia e que era pra todo mundo, né? E quando foi já no outro dia e então eles resolveram ceder a nossa comissão e assinaram um termo dizendo que ia haver o rebaixamento, porém pras cidades. Nós retornamos no outro dia seguinte pro município e nós não achamos que isso é uma grande conquista ou uma vitória nossa porque a gente sabia que era um paço que a gente tinha dado pra poder chegar à energia aonde a gente (Preto Sampaio, lavrador, 61 anos, entrevista de janeiro de 2024).

As reivindicações das Comunidades Ribeirinhas representam uma verdadeira “luta por reconhecimento” (Honneth, 2014), buscando legitimar suas necessidades, especialmente o acesso à energia. Embora essas pretensões não tenham sido atendidas, as mobilizações não foram um fracasso; pelo contrário, as lutas dos agentes sociais reverberaram na cidade. A eletrificação urbana de Limoeiro do Ajuru é uma conquista que deve muito à pressão das comunidades ribeirinhas.

Essas lutas não eram individualistas; os relatos mostram uma estrutura de organização e estratégias bem definidas, especialmente durante os acampamentos. Mesmo após a jusante ser considerada, em 2002, como impactada diretamente pelo barramento do rio, aqueles que mais sofreram com os impactos nunca foram devidamente “compensados”. A eletrificação só ocorreu após a intensa pressão social dos movimentos socioambientais, já que a Eletronorte e o Estado não tomaram a iniciativa de buscar soluções para os problemas gerados pela barragem.

As políticas compensatórias e de mitigação mostraram-se falhas em diversos aspectos. É impossível compensar a destruição e o desequilíbrio ambiental causados no cotidiano das pessoas que vivem do rio e compartilham suas atividades. Além disso, quando algum esboço de compensação é oferecido, frequentemente as comunidades afetadas ficam excluídas do processo, e há casos em que recursos destinados a compensações são desviados para outras finalidades, como o asfaltamento de ruas na cidade.

As comunidades ribeirinhas não foram ressarcidas, nem pela Eletronorte nem pelo Estado, por nenhum dos impactos sofridos devido à construção da Hidrelétrica, revelando uma grave injustiça social e ambiental que persiste até hoje. O número dos considerados como “impactados” são incompletos. As ações jurídicas e planejamentos “de “remanejamento”, “remoção”, “reassentamento”, “cadastramento”, “assentamento” estão associados as violências física e simbólica e possui um lastro de conflitos sociais e ambientais não encarados como tal pelas empresas e pela burocracia do Estado” (Acevedo Marin, 2020, p. 22). Quando se amplia o debate para os “impactados indiretamente” pelo “megaprojeto” a jusante, estes nem ao menos entram no foco do Estado e da empresa. O fato é que os “impactos” não “avaliados”, conferidos pelo Estado somente beneficiam grupos empresariais (Acevedo Marin, 2020).

Vale a pena frisar que a produção de energia de origem hidrelétrica é considerada renovável e limpa. É necessário repensar esse rótulo de energia limpa para o setor hidroelétrico. Pois, a renovável e limpa afetou drasticamente a estrutura do ciclo hidrológico do rio, que por consequência desencadeou inúmeras problemáticas ao ambiente físico e humano. O rio vem perdendo sua capacidade de renovação do ciclo hidrológico. É possível dizer que o rio Tocantins está diante do ponto de um não retorno e a energia que a hidrelétrica gerada não tem nada de limpa e renovável. Já diz Ailton Krenak “ainda há quem tenha a pachorra de dizer que o Brasil é vanguarda na produção de energia limpa. Eu não sei que história é essa, se você botar um filtro de sangue nas hidrelétricas de Tucuruí, Balbina, Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, ele entope” (2022, p. 53).

No Plano Nacional de Energia 2030, a Amazônia continua a ser planejada com o intuito de ser aproveitada pelo seu potencial na oferta de energia elétrica (Becker e Stenner, 2008). Diante da crise climática e a exemplo da seca no Amazonas serve de alerta para a região Tocantina, que é preciso rever e repensar até que ponto o Rio Tocantins aguenta mais “megaprojetos” desmembrando-o. Continuar levando adiante a episteme do ocidente por esse modelo de modernidade de ver, pensar, idealizar, planejar e construir o mundo com tecnologias criadas para produzir pobreza (Krenak, 2022) é a continuação da violência e das violações de direitos.

Não seria errôneo, mas justo, afirmar que o processo de eletrificação do município de Limoeiro do Ajuru, originado pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí só foi possível graças à luta dos ribeirinhos e ribeirinhas que se mobilizaram nos acampamentos aos “pés da barragem”. Essas comunidades, ao se organizarem e se posicionarem contra os impactos da barragem, não apenas reivindicaram seus direitos, mas também se tornaram agentes de mudança que trouxeram eletrificação para o espaço urbano do Baixo Tocantins.

A mobilização demonstrada durante esses acampamentos foram fundamentais para chamar a atenção sobre as injustiças e as promessas não cumpridas. As ações coletivas, como greves de fome e bloqueios de estradas, foram estratégias eficazes que geraram uma pressão significativa sobre a Eletronorte e o Estado, forçando-os a reconhecer a necessidade de eletrificação e, eventualmente, a atender às demandas dos movimentos socioambientais da época.

Esse processo não foi apenas uma questão de acesso à energia; ele representou uma luta mais ampla por dignidade, reconhecimento e justiça social. A determinação das comunidades ribeirinhas em lutar por seus direitos contribuiu para um resultado que, embora tardio, trouxe benefícios diretos, ao menos à população urbana de Limoeiro do Ajuru. Portanto, o sucesso na

eletrificação urbana é um legado da resistência ribeirinha, evidenciando a importância de sua luta em um contexto de exploração e marginalização.

Nessa época por exemplo, o povo ficava e aí ia os linha de frente negociar com eles lá e repassavam pra gente o que eles estavam negociando lá e o povo ficava aqui na espera, a multidão ficava aqui na espera. Aí tinha um grupo de negociadores que ia lá com eles e voltavam pra repassar pra gente. Aí tinha toda uma negociação, mas aí vinha polícia que ainda teve gente que ainda sofreu agressão essa época eu lembro benzinho, nós não podíamos sair pra um certo lugar porque a gente era intimidado aí tinha tudo isso a gente não podia se separar um do outro nessa época, andava em comboio por causa das represálias. O que eu lembro que já faz muitos anos que a meta que foi que vinha energia como veio pro município, né? Mas aí apareceu o nome de um tar de Doutor Linhão, nessa época não teve nada a ver com a gente, mas já apareceu outro nome e ninguém falou que fui as comunidades que foram lá, por exemplo ficar dormir no chão, dormir debaixo do caminhão, passar fome, passar frio isso não foi falado pra nós ribeirinho que tava lá (Neide Pastana, pescadora, 52 anos, entrevista de janeiro de 2024)

Ao analisar esses relatos, é possível perceber o uso dos aparelhos estatais para coagir e desmobilizar o movimento socioambiental da época. Antes da construção da barragem, ideologias de desenvolvimento e progresso foram empregadas para convencer a população a aceitar a obra. Na década de 1980, esse período foi compreendido como um momento de resistência no Baixo Tocantins (Pereira, 2015), culminando, no final dos anos 1990, nos acampamentos aos “pés da barragem”.

A relação de poder entre o Estado, manifestada tanto pela força bruta quanto por discursos persuasivos, impôs a construção da barragem. Os movimentos socioambientais, representados por ribeirinhos e ribeirinhas no município de Limoeiro do Ajuru, simbolizam uma luta por direitos e reconhecimento. Sem dúvida, essas comunidades foram fundamentais para o processo de eletrificação das cidades do Baixo Tocantins, especialmente para Limoeiro do Ajuru.

Reconhecer e valorizar os saberes e as lutas desses atores sociais é essencial para fazer justiça ao desrespeito que sofreram. As memórias de quem participou das ações e estratégias de organização, mesmo em meio à tensão, revelam um protagonismo significativo. Ecléa Bosi (2003) enfatiza que a história não deve se basear apenas em registros oficiais. Nesse contexto, James Scott (2002, p. 11) argumenta que a historiografia da luta de classes tem sido distorcida, favorecendo uma perspectiva centrada no Estado.

Contudo, ao revisar os estudos sobre a história e a geografia de Limoeiro do Ajuru, como o livro de Sena (2007), observa-se que não há menção à participação das Comunidades Ribeirinhas no processo de substituição da Força e Luz pela energia proveniente da barragem. Essa omissão, em uma das poucas obras que abordam a formação histórica do município,

destaca a necessidade de resgatar e reconhecer o papel central dessas comunidades na luta por seus direitos e na construção de sua própria história.

Por esse motivo, é fundamental preservar as memórias que resgatam um momento histórico único, dando ênfase aos verdadeiros responsáveis pela eletrificação dos municípios do Baixo Tocantins, sem apagar, distorcer ou silenciar os ribeirinhos e ribeirinhas. Esses relatos são cuidadosamente preservados, pois a eletrificação na região só foi possível devido ao enfrentamento assumido por essas comunidades. Embora a árdua luta não tenha resultado na chegada da energia às Comunidades Ribeirinhas, suas lutas e resistências não foram um fracasso. Mesmo consideradas como tal, essas revoltas trazem ganhos, representando “uma memória da resistência e da coragem que pode servir para o futuro” (Scott, 2002, p. 11).

A motivação que incentivou as comunidades ribeirinhas a se mobilizarem na época foi a falta de acesso à energia elétrica, que havia sido prometida tanto pelo empreendimento responsável pela barragem quanto pelo Estado. Essa promessa não cumprida gerou frustração e descontentamento, levando as comunidades a se organizarem em busca de seus direitos. A mobilização não apenas evidenciou a necessidade de energia para melhorar as condições de vida, mas também ressaltou a importância da participação ativa das comunidades na luta por suas demandas e se tornaram um meio essencial para reivindicar não apenas a eletrificação, mas também o reconhecimento e a valorização do papel dessas comunidades na história regional.

(...) Porque a gente não tinha energia e eles garantiram tanto energia pra gente na época, mas não chegou fácil, chegou através de reivindicação e até agora ainda não chegou, já chegou, mas com... as comunidades de novo se mobilizando, porque não tem, por exemplo, que venha diretamente que nos beneficiar como deveria ser a energia de Tucuruí, as comunidades ribeirinhas, a gente continua na luta ainda, a comunidade e agora os Acordos de Pesca (Neide Pastana, Pescadora, 52 anos, entrevista jan/2024).

O filósofo Axel Honneth, afirma que “a luta por reconhecimento comumente se consoma na forma de uma disputa pela interpretação e implementação de uma promessa de reconhecimento historicamente ainda não cumprida” (Honneth, 2014, p. 171). Assim, as exigências por reconhecimento não são arbitrárias; elas são fundamentadas nas lógicas de validação da intersubjetividade, pois as demandas surgem a partir de convicções e normas compartilhadas no coletivo, reforçando a importância da solidariedade e da ação conjunta na busca por direitos e reconhecimento (Honneth, 2014).

O sentimento de terem sido enganados pela Eletronorte e pelo Estado alimenta uma subjetividade de autorrespeito e revolta, que acaba sendo internalizada. Esse sentimento pode

ter alimentado o processo de resistência que foi muito mais do que uma ação reflexa; tratou-se de uma luta e uma reexistência¹⁴ na construção de um paradigma que diverge da racionalidade imposta, pois envolve a busca por uma forma de existência que abarca novas maneiras de pensar, agir e sentir (Porto-Gonçalves, 2006; Leff, 2021).

O processo de resistência e reexistência do Baixo Tocantins configura-se no contexto que emergem os movimentos socioambientais nacionais e na Amazônia (Movimento dos povos da floresta), pelo reconhecimento das comunidades do Baixo Tocantins como detentoras de direitos e reparação por parte da empresa e Estado.

As reivindicações sociais, como saúde e educação, foram amplamente apoiadas, assim como as questões ambientais, impulsionadas pela preocupação de grupos, especialmente ligados à igreja e ao sindicato. A grande massa popular, no entanto, não tinha consciência da magnitude dos impactos que a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) poderia causar. Com a efetivação desses impactos, as demandas ambientais passaram a ganhar mais evidência.

A construção da barragem foi inicialmente aceita, em parte, porque não se tinha uma compreensão clara das consequências que ela poderia trazer. Não havia, também, um elemento comparativo que facilitasse essa aceitação: a percepção de que as vantagens da obra superam os possíveis danos, o que contribuiu para uma maior facilidade em apoiar sua implementação.

Os acampamentos na década de 1990 e o Movimento de Anilzinho foram momentos significativos na história do Baixo Tocantins. No entanto, é importante ressaltar que os acampamentos nos anos 90 não foram as únicas formas de resistência, configurando-se como um momento de revolta. As resistências ocorrem diariamente; a “luta mais vital/cotidiana” (Scott, 2002, p. 11) muitas vezes se torna a única opção para muitos. Idealizar o fracasso e a derrota de tais movimentos como desarticulados seria um grande erro, pois isso minimiza a complexidade da luta contra uma força detentora de esferas estatais, levando a uma compreensão equivocada da resistência.

Os ribeirinhos e ribeirinhas não têm o mesmo monopólio de armas que empresas têm, inclusive com políticas que facilitam sua atuação, há de se dizer que a conquista da eletrificação do município de Limoeiro do Ajuru foi uma vitória ribeirinha.

Das resistências existem “formas cotidianas de resistência” (Scott, 2011, p. 227) são um processo mais silencioso. As resistências cotidianas estão presentes nos atos diários das

¹⁴ “Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas”. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 165).

comunidades para continuar resistindo contra essa lógica que sobrepõe seus territórios que concebem a natureza como dominada.

As resistências cotidianas não ganham notoriedade como uma revolta que seja mais chamativa, e nem isso é garantia de ganhar ênfase se não for do interesse do Estado e seus controladores. A historiografia muitas vezes é deturpada para servir uma finalidade de interesse que comanda as histórias oficiais. A exemplo disso é o protagonismo das Comunidades Ribeirinhas na eletrificação na região Tocantina totalmente apagada dos registros oficiais, mas, viva na memória dos que viveram esse momento.

As resistências cotidianas dos Ribeirinhos e Ribeirinhas estão presente em diversos atos, como: na organização do Acordo de Pesca, na vigilância diária realizada no período do defeso para a reprodução das espécies pesqueiras, em plantar e criar animais para a alimentação desviando da lógica de consumo capitalista, os mutirões¹⁵ ou convidados para a colaboração de alguma atividades ganhando caráter de trabalho coletivo sem fins de remuneração e sim de solidariedade, a prática de agricultura com diversas espécies contrariando a lógica da monocultura. Essas práticas diárias não ganham destaque, mas, são forma de resistência vital/cotidiana fundamental para reprodução social comunitária.

Outra forma de resistência cotidiana está no processo de eletrificação do território ribeirinho. Após a eletrificação urbana onde os Ribeirinhos e Ribeirinhas foram os grandes responsáveis, todavia, a eletrificação promessa da Eletronorte não se efetivou no território ribeirinho das comunidades. Novamente as apresentam-se Comunidades diante uma mobilização assumindo completamente a expansão da eletrificação no Campo esse processo intimamente ligado com a organização dos Acordos de Pesca.

Um ponto muito importante do processo de resgate histórico dos ribeirinhos e ribeirinhas que participaram do Movimento de Anilzinho e dos Acampamentos também foram protagonistas da criação do Acordo de Pesca também foram responsáveis na comunidade estudada pela criação do Acordo de Pesca. O Acordo de Pesca nasce por causa da escassez do pescado, mas também pelas experiências dos ribeirinhos e ribeirinhas que participaram dos movimentos nos anos 1990.

¹⁵ O trabalho no mutirão não se dá numa perspectiva de trabalho remunerado, trabalho empregatício, mas trabalho

como princípio educativo, pois forma seres humanos, nele os sujeitos do campo criam e recriam seu ser no mundo, sua cultura, seus saberes, sua interação com a natureza (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005). FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

Quando foi criado o Plano Diretor¹⁶ dos municípios do Baixo Tocantins tem ligação direta com o Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí (PPDJUS) realizados simultaneamente com mais quatro município: Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba (Arnaud, 2010).

Muitas das propostas do Plano Diretor dos municípios do Baixo Tocantins tomam como referência o PPDJUS.

o Plano de Desenvolvimento Regional já existe: é o PPDJUS – Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região a Jusante da UHE Tucuruí – e a análise aqui desenvolvida o tomou como referência. Porém o intuito desse diagnóstico é de aprofundá-lo, abordando não somente outras variáveis, mas também fazendo uma reflexão crítico-analítica da dinâmica socioeconômica e territorial dos municípios (Prefeitura de Cametá, 2006, p. 5).

Na história do Movimentos Socioambientais, o processo de eletrificação como conquista, a construção do PPDJUS, Planos Diretores dos municípios a jusante da barragem e a criação dos Acordos de Pesca estão completamente ligados.

A Eletronorte foi obrigada a construir para fins de compensação e mitigação a primeira versão do Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDJUS). O PDJUS (15 de abril de 2003) não condizia com a realidade a qual os Movimentos Socioambientais reivindicavam por discordância como o PDJUS foi construindo gera-se um debate para a melhor elaboração da proposta. Na nova reformular acrescentou além das propostas dos Movimentos acrescenta-se a letra “P” de “Popular” na nomeação do PDJUS ficando como Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí (PPDJUS, 2003).

A construção do PPDJUS foi a primeira vez que Eletronorte reconheceu que “errou” por não considerar os municípios a jusante como impactados diretos da obra (Arnaud, 2010).

Como os Planos Diretores dos municípios construídos em 2006 é incluído tanto no Plano Diretor de Cametá como no Plano Diretor de Limoeiro do Ajuru o incentivo ao Acordo de Pesca (Prefeitura de Cametá, 2006; Prefeitura de Limoeiro do Ajuru, 2006). Vale lembrar que os Acordos de Pesca foram criados bem antes dos Planos Diretores por iniciativa das Comunidades Ribeirinhas.

4.2 Eletrificação do território Ribeirinho o entrelaçamento com os Acordos de Pesca

¹⁶ instrumento que norteia a construção da política urbana e, de acordo com a legislação federal (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade) deve ser revisto a cada 10 anos para eventuais ajustes. Disponível em: <https://exame.com/esferabrasil/plano-diretor-o-que-e-e-a-importancia-para-o-planejamento-urbano/>. Acessado em: setembro de 2024.

Os mais afetados pelos impactos do barramento do rio não foram beneficiados com o mínimo que seria o acesso à energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Após 28 anos da consolidação da barragem, as comunidades ribeirinhas continuavam sem energia elétrica. Apenas algumas famílias tinham condições de adquirir um motor e um gerador. Embora o acesso à energia pudesse permitir a utilização de eletrodomésticos e eletroeletrônicos para melhorar a conservação de alimentos e a comunicação, havia limitações significativas. O uso diário do gerador e do motor exigia combustível, o que acarretava uma necessidade constante de recursos financeiros para a compra desse insumo. Em alguns casos, as famílias se uniam para montar sistemas de energia em conjunto, como ocorreu na comunidade de Rio Cardoso, onde estabeleceram o "Força e Luz" coletivamente.

A distribuição e a organização espacial da comunidade acontecem em pequenas “vilas”, as primeiras famílias começaram a ocupar o território e construir identificando as vilas por família, conforme a figura 7.

Figura 7 – Mapa de Espacialização da Comunidade de Rio Cardoso, Limoeiro do Ajuru, Pará



Fonte: Elaboração Ariete Pastana Leão fontes de dados IBGE e UTM Geo Map, 2024.

Dentro da comunidade, existem seis vilas: Vila Pastana, Vila Leão, Vila Pantoja, Vila Costa, Vila Cardoso e Vila Brito. Antes da eletrificação proporcionada pelo linhão oriundo de Tucuruí, a maioria das vilas contava com a energia da Força e Luz, que era utilizada de forma compartilhada eram poucas famílias que possuíam seu próprio sistema. Essa realidade destaca as limitações de acesso à energia elétrica antes da chegada da nova infraestrutura.

Após a constituição dos Acordos de Pesca, que tiveram um efeito positivo no aumento da produção de pescado, a demanda por energia nas comunidades ribeirinhas tornou-se cada vez mais prioritária. No entanto, a Eletronorte não cumpriu as promessas feitas às comunidades ribeirinhas, que esperavam acesso à energia elétrica como parte de seus direitos básicos.

Apesar dos levantes ocorridos nos acampamentos e da conquista da energia que finalmente chegou à sede do município de Limoeiro do Ajuru, essa eletricidade permanecia, paradoxalmente, tanto próxima quanto distante das comunidades. O sonho de ter acesso à energia, um direito que lhes foi negado por tanto tempo, continuava vivo entre os ribeirinhos. A luta pela eletrificação não apenas refletia a necessidade de energia para melhorar suas condições de vida, mas também simbolizava uma busca por reconhecimento e justiça social.

Em 2013, no distrito do Beiradão, iniciou-se a eletrificação no território ribeirinho, fruto de intensa organização, articulação, planejamento, estratégia e força de trabalho das comunidades. Todo o custo financeiro e a estrutura do projeto foram novamente assumidos pelas próprias comunidades ribeirinhas. Os relatos que rememoram esse processo revelarão esses detalhes.

Nossa energia vai fazer agora em setembro 9 anos, foi em 2013 me parece, 2013. Começou com uma reunião lá no Sumaúma. Na verdade, o primeiro Acordo que começou foi a Reserva do Meio, logo no início a gente tava meio assim com dúvida, né? Será que vem mesmo? Será que a gente vai, os caras vão conseguir mesmo, né? Mas, mesmo assim nós fomos na reunião, eu participei da primeira reunião nesse primeiro momento, eu não fazia parte do movimento dos clandestinos da energia, né? De buscar energia. Aí nessa reunião, foi a partir dessa reunião que comecei já a me inteirar com o pessoal. Então é assim, começou essa energia a vim chegou até na divisa do Taquari com a Prainha, ficou lá, até lá a energia Mapará, Funcionário público e pescador, entrevista jan/2024, grifo nosso).

O processo de eletrificação, liderado pela mobilização das comunidades ribeirinhas por meio dos Acordos de Pesca, teve início com o Acordo do Meio. Esse momento marcou o surgimento de um movimento conhecido como "Movimento dos Clandestinos de Energia".

Esse movimento nasceu da urgência e da necessidade de acesso à energia elétrica, que era fundamental para a melhoria das condições de vida nas comunidades. Os ribeirinhos, cientes de seus direitos, começaram a se organizar e a buscar alternativas para contornar a falta de eletrificação formal, gerando um forte senso de coletividade e resistência. Através de reuniões,

articulações e ações conjuntas, eles estabeleceram estratégias para reivindicar a eletricidade que lhes era negada, transformando a luta pela energia em um símbolo de resistência das comunidades ribeirinhas pelo Acordo de Pesca.

As comunidades ribeirinhas não encontraram apoio do Estado para conseguir acesso à energia, mesmo após o processo de mobilização que começou a tomar forma com raízes nos movimentos dos anos 90. Esses movimentos foram liderados pelos próprios ribeirinhos e ribeirinhas, que, conscientes de suas necessidades e direitos, se organizaram para reivindicar melhores condições de vida e assumiram a responsabilidade de conduzir todo o processo de eletrificação rural do município e assim criaram uma rede de luta entre os Acordos de Pesca.

Aí quando nós observamos que chegou à energia mesmo que pessoal conseguiu, a maior dificuldade era colocar as duas torres no Rio Limoeiro, por conta do licenciamento o juiz não liberou o próprio prefeito nessa época a gestão era do Amarildo, próprio ele não assinou pra... pra... porque ninguém ia se comprometer mesmo, né? Pra... pra... colocar uma torre dessa... dessa espessura grande até porque da questão do licenciamento ambiental, né? Precisava de um estudo aí só que assim, ele falou “olha, vou, é o povo que manda, né? Se vocês acham que vocês garantem na hora que o negócio apertar se vocês respondem podem colocarem, mas eu não vou assinar. Posso ajudar, mas, eu não vou assinar nenhum documento”. Porque a gente queria um documento, na verdade a gente queria se esconder atrás de alguém aí ele não se comprometeu, aí nós fomos pra câmara, a câmara também não se comprometeu, não assinou nenhum documento pra gente, né? Lembro que foi levantado essa torre era umas 4 horas da tarde começaram a trabalhar. Assim que ele saiu do município o pessoal começaram a trabalhar. Então é assim, na verdade o serviço lá foi contra tudo e contra todos, a gente não tinha aval da câmara, prefeitura, poder judiciário, ministério público a gente não tinha aí nós fomos na cara e coragem nesse momento da torre, eu tava com eles lá (Mapará, Funcionário público e pescador, entrevista jan/2024, grifo nosso).

É importante destacar que, desde 2003, durante o governo Lula, já existia o Programa Energia para Todos, que tinha como objetivo fornecer energia elétrica para a população rural das regiões mais remotas da Amazônia Legal (Brasil, 2024). No entanto, a distribuição de energia elétrica e o acesso permanecem extremamente desiguais. As falhas no programa estão relacionadas à falta de acompanhamento dos efeitos dessas políticas. Como apontam Freitas e Oliveira (2017, p. 153), “a falta de conhecimento sobre os resultados alcançados pelas políticas implementadas prejudica a tomada de decisões importantes, tanto na correção de eventuais falhas quanto na continuidade da execução da política”.

Essa situação evidencia a necessidade de um monitoramento mais eficaz e de uma avaliação contínua para garantir que as políticas públicas realmente atendam às necessidades das comunidades ribeirinhas e promovam a equidade no acesso à energia.

A distribuição da energia hidroelétrica no Baixo Tocantins não foi planejada para atender as necessidades da região; a construção das usinas visava estritamente à exploração de

minérios. Como resultado, o território ribeirinho ficou completamente desprovido de energia elétrica proveniente dessa fonte.

Embora se reconheça um avanço significativo com o acesso ao Programa Luz para Todos, que entre 2000 e 2010 aumentou a cobertura de energia elétrica de 76% para 90% em estados com maior escassez, como Piauí, Acre e Pará (Carvalho, Gomes e Corazza, 2022, p. 508), o fato é que, no Baixo Tocantins, as comunidades ribeirinhas do município de Limoeiro do Ajuru não foram atendidas pelo programa. Essa lacuna evidencia a desigualdade no acesso à energia e a necessidade urgente de políticas públicas que considerem as realidades e demandas específicas dessas comunidades.

Como já discutido, o Estado falha na implementação de políticas que beneficiem o ambiente e continua a "falhar" nas políticas voltadas para as comunidades da Amazônia. Essa situação é particularmente preocupante no Pará, que abriga uma das maiores hidrelétricas do país: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, localizada na região do Tocantins.

A presença da Usina Hidrelétrica de Tucuruí ilustra a complexidade das relações entre desenvolvimento energético e as necessidades das comunidades locais. Embora a usina tenha sido construída com a promessa de desenvolvimento e geração de energia, muitas comunidades ribeirinhas permanecem excluídas dos benefícios dessa infraestrutura.

Só que assim eu tava acompanhando e eu não tava com fé que vinha energia. Aí quando suspendiam a torre que o cara travessou o cabo que começou a ligar pro pessoal, assim vem, o que aconteceu como eles deixaram a energia até na divisa do Taquari com a Prainha eles... eles todo esse investimento logo no início do Taquari pra cima foi tudo da Reserva do Meio, eles investiram tudo que tinham que investir, a partir do Taquari pra baixo eles começaram a vender a ponta do fio, aí eles convocaram uma reunião aí nós fomos nós éramos pra cá 9 Acordos, nós éramos 9 Acordos pra cá pra abaixo aí nós fomos. Eles queriam 35 mil na ponta do fio pra dividir entre todo mundo, na reunião sei que ainda ficou por 28 mil a ponta do fio. Aí depois que nós compramos essa ponta do fio e acertamos com eles. Eu lembro que essa época nós fizemos coleta entre as famílias pra gente poder fazer, foi até eu que comprei o fio em Belém. Só que assim, não bastava só o fio passar tinha que comprar o transformador pra poder chegar à energia, e ainda tinha mais. Além de comprar o transformador o cara cobrava 150 reais de cada casa pra ligar a luz só pra conectar a luz pra entrar dentro da casa, não era a ligação dentro da casa que ele fazia. Nessa época nós fomos muito explorados nós gastamos muito dinheiro. Assim porque a gente tava na euforia de querer e se não fosse assim não vinha a gente não tinha outro meio, a gente não tinha ajuda de nem um lado pra poder vim a energia se não fosse do nosso próprio bolso, mas quando, nós não tínhamos conseguido (Mapará, Funcionário público e pescador, entrevista jan/2024).

O relato do entrevistado evidencia como as comunidades assumiram a responsabilidade por todo o processo, arcando com os altos custos de aquisição da infraestrutura, além de comprar a ponta do fio do Acordo de Pesca da Reserva do Meio, que deu início à eletrificação do território ribeirinho.

Com a divisão das áreas dos Acordos de Pesca no distrito do Beiradão, com delimitações bem definidas, a distribuição da energia elétrica foi organizada de acordo com esses acordos. Cada Acordo de Pesca delinea, de maneira específica, como o processo de eletrificação ocorreria em sua área correspondente. É importante notar que os Acordos de Pesca se estendem às áreas terrestres.

No Acordo do Cardoso, as comunidades se organizaram em grupos, geralmente compostos por dez famílias ou mais, para a compra coletiva dos transformadores, com a quantidade de KVA (quilovolt ampere) de cada unidade variando conforme a necessidade. Esses grupos são responsáveis pela manutenção de seus transformadores e, em caso de problemas no linhão, um valor é cobrado de cada família para cobrir os custos.

Por outro lado, no Acordo do Rio Piquiatuba, que é vizinho ao do Rio Cardoso, a manutenção do sistema elétrico é financiada por um fundo específico, que é mantido no cofre do próprio Acordo de Pesca. Um valor pré-estabelecido é sempre reservado para garantir a manutenção do linhão, permitindo que a comunidade se mantenha preparada para eventuais necessidades de reparo.

As manutenções dos linhões de energia são divididas entre os diferentes Acordos de Pesca, com cada um responsável pela manutenção de sua própria área. Essa divisão permite que as comunidades gerenciem de forma mais eficaz suas organizações próprias e as necessidades locais. No entanto, quando ocorre um problema na ponta do fio que conecta a rede elétrica à cidade, a situação exige uma organização mais ampla, envolvendo todos os Acordos de Pesca.

Para lidar com esses desafios, existe uma estrutura de organização específica dentro de cada Acordo de Pesca, bem como uma estrutura geral que abrange todos eles. Essa rede de colaboração permite que as comunidades se unam para resolver problemas que ultrapassam as fronteiras de suas áreas individuais. Além disso, essa organização conjunta facilita a comunicação e a troca de informações, garantindo que cada Acordo de Pesca esteja ciente das melhores práticas e dos desafios enfrentados para a manutenção do linhão.

A manutenção do linhão, portanto, não é apenas uma questão de responsabilidade local, mas um esforço coletivo que promove a solidariedade entre as comunidades, fortalecendo sua capacidade de enfrentar adversidades e garantindo o acesso contínuo à energia elétrica.

Figura 8 - Estrutura da Organização da Manutenção do Linhão



Fonte: Elaborado a partir de dados do trabalho de campo, 2024.

As questões relacionadas à gestão das redes de energia são organizadas de acordo com as especificidades de cada Acordo de Pesca (Figura 8), permitindo que cada comunidade tome decisões que refletem suas necessidades e circunstâncias únicas. Essa abordagem personalizada é crucial para garantir que as soluções implementadas sejam eficazes e relevantes para cada grupo.

No entanto, existem também questões coletivas que envolvem todos os Acordos de Pesca do Beiradão. Um exemplo disso é quando ocorrem problemas na infraestrutura elétrica que afetam a conexão com a cidade. Nesses casos, a gestão da situação é compartilhada entre todos os Acordos, destacando a importância da colaboração intercomunitária. Essa dinâmica mostra que, embora cada Acordo tenha sua autonomia, eles estão interligados e dependem uns dos outros para resolver problemas que vão além das suas fronteiras.

Essas organizações não são homogêneas; cada uma possui particularidades que precisam ser consideradas, mas também compartilham semelhanças que as aproximam. As comunidades atuam tanto para defender os interesses específicos de cada Acordo de Pesca quanto para atender a demandas coletivas. Um exemplo disso é o processo de eletrificação do território ribeirinho, que era um interesse comum a todas as comunidades.

A eletrificação do território ribeirinho surgiu como uma resposta ao inconformismo e à insatisfação gerados pelas falsas promessas de progresso e desenvolvimento que acompanharam a implementação da barragem. As comunidades locais vivenciaram um

descompasso entre as expectativas criadas e a realidade que se seguiu, marcada por perdas significativas e a falta de benefícios tangíveis.

Esse descontentamento motivou as comunidades a se mobilizarem em busca de soluções que atendessem suas necessidades reais. Essa experiência ressalta a capacidade das comunidades de transformar a insatisfação em ação.

Mas é assim, a gente tá em cima do que eles prometeram pra gente, né? Que a energia vinha de qualidade, que podia ficar despreocupado que a gente ia usar tantos anos, a gente ia usar de graça pra poder assim compensar o dano que a gente ia ter por causa da barragem. Aí acabou que não aconteceu (Mapará, Funcionário público e pescador, entrevista jan/2024).

Portanto, as reivindicações das comunidades não são meras demandas sem validação; elas carregam um peso histórico e um significado profundo. As demandas do passado frequentemente retornam, lembrando que as promessas não cumpridas continuam a ressoar nas memórias coletivas. A promessa feita durante a construção da barragem permanece viva na fala e nos atos das comunidades, funcionando como um lembrete constante das expectativas não atendidas.

Essa continuidade entre passado e presente revela como as experiências vividas moldam a luta atual das comunidades. As promessas de progresso e desenvolvimento que não se concretizaram, alimentam um sentimento de desconfiança e indignação, impulsionando as comunidades a reivindicar não apenas o que lhes foi prometido, mas também a assegurar a validação das suas ações.

A organização das comunidades nasce dos Acordos de Pesca, e a importância dessa estrutura fica evidente na análise feita pelo entrevistado Mapará. Ele destaca que, sem a mobilização proporcionada pelos Acordos, a eletrificação do território ribeirinho não teria ocorrido. Quando perguntado: “Se não tivesse o Acordo de Pesca tomando a iniciativa, você acha que já teria energia?”, sua resposta foi imediata e firme: “Não, mas quando já!”

Essa resposta, além de direta, veio acompanhada de uma série de detalhes que reforçaram a visão de que a organização coletiva foi crucial para a conquista da eletrificação. Mapará explicou como os Acordos de Pesca funcionaram como um catalisador, permitindo que as comunidades se unissem em torno de um objetivo comum e, assim, buscarem soluções que atendessem às suas necessidades.

Esse relato ilustra não apenas a relevância dos Acordos de Pesca na luta por direitos básicos, mas também a força da mobilização comunitária. A eletrificação se tornou uma conquista coletiva, fruto de um esforço conjunto que destacou a capacidade das comunidades

de se organizarem e reivindicarem melhorias significativas em suas vidas. No entanto é importante ressaltar o custo pago pelo coletivo, que arcou com todas as despesas.

(...) A primeira lapada que fui dado lá na torre, cada torre daquela custou 35 mil. A primeira compra da torre foi usado um dinheiro que eles pegaram tainha lá na Reserva do Meio, eles não tinha dinheiro aí eles tinham esse dinheiro no cofre, uma semana antes eles tinham pegado uma quantidade de tainha de rede malhadeira. Aí eles usaram esse dinheiro pra comprar, pra começar o trabalho. Aí muita gente dizia, ‘há, não vai dar certo, vai jogar fora o dinheiro’ (...). Então se tem energia hoje no município inteiro agradeça os Acordos de Pesca, porque se os Acordos de Pesca não se reunissem para varar energia pra cá não tinha, porque ninguém tinha. Então os Acordos de Pesca foram fundamentais, né? Porque começou o trabalho. Nós fomos os pioneiros nos Acordos de Pesca. Eu falo, eu joga na *cara de qualquer um quando a gente tá conversando sobre isso, sobre essa energia no município, que se hoje o município de Limoeiro do Ajuru tá no claro 100% ela já rodou por aqui, ela já rodou por aqui tudinho, ela tá tudo rodada interligada não tem um rio que não tenha energia, agradeça os Acordo de Pesca daqui do Beiradão, se não fosse poderia ter, mas ia demorar. O progresso ia custar a chegar (risos), entendeu? Mas é assim tudo tem um preço, né?* (Mapará, Funcionário público e pescador, entrevista jan/2024, grifos nosso).

A partir do relato, fica claro a contribuição dos Acordos de Pesca para a eletrificação do território ribeirinho. Esses Acordos de Pesca não são entidades fixas; pelo contrário, ganharam múltiplas faces e feições ao longo dos anos, refletindo as complexas interações sociais e culturais das comunidades. Eles se manifestam em intercruzamentos, encaixes, desencaixe, dobras, continuidades, descontinuidades que vão além das fronteiras da pesca artesanal, adaptando-se às necessidades emergentes e às dinâmicas locais.

Essa evolução também se relaciona com a compreensão de que o “progresso ia custar a chegar”, uma internalização do discurso que foi amplamente difundido ao longo da implementação de Grandes Projetos na Amazônia. Esse conceito de progresso, muitas vezes promovido como um ideal, representa não apenas a promessa de desenvolvimento, mas também uma série de transformações estruturais que transformou a Amazônia, como argumenta Violeta Loureiro (2022) em “colônia do Brasil”. E incluem a abertura de rodovias, a construção de barragens, e a forja de instituições e políticas que visam um progresso que, na prática, muitas vezes ignora as realidades e os direitos das comunidades locais.

O Acordo de Pesca representa a coletividade, e as reivindicações são feitas em nome desse grupo. Esse movimento se reafirma tanto pela demanda por energia, que o entrevistado denomina como "Movimento Clandestinos da Energia", quanto pela defesa do território pesqueiro. A resistência se manifesta por meio de ações concretas, mas também pela reafirmação da identidade coletiva através da oralidade. Como observa Foucault (1988, p. 91), “os pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder”.

Assim, é possível perceber como as comunidades se movimentam, articulam e resistem, interpretando as demandas que surgem de suas próprias realidades. Elas não estão paradas em uma espera infinita; ao contrário, constroem processos autônomos e alternativos, demonstrando uma dinâmica ativa e criativa em sua luta. Essa capacidade de se organizar e reivindicar seus direitos evidencia a força da coletividade e a determinação em buscar soluções que atendam suas necessidades e aspirações.

Existe uma leitura e uma interpretação sobre as comunidades ribeirinhas que gera um certo incômodo. As diversas tentativas de engessar e estagnar ribeirinhos e ribeirinhas em um espaço e tempo fixos, frequentemente resumindo-os à definição de “aqueles e aquelas que vivem nas margens do rio”, limitam sua complexidade e dinamismo. Essa categorização rígida ignora as múltiplas identidades, histórias e práticas culturais que essas comunidades desenvolvem ao longo do tempo.

Essa visão estreita não apenas desconsidera a riqueza da experiência ribeirinha, mas também perpetua estigmas que podem afetar a formulação de políticas públicas. Ao tratar as comunidades como entidades imutáveis, corre-se o risco de não reconhecer suas lutas, inovações e a capacidade de mobilização diante de problemáticas. Portanto, é crucial ampliar essa perspectiva, reconhecendo as comunidades ribeirinhas como grupos dinâmicos e multifacetados, que não se limitam a uma definição estática. Pereira destaca que;

o adjetivo “ribeirinha” ou “ribeirinho” é muito mais que um simples qualificativo de localização (beira de rio) e extensão (pequena escala), é um atributo de expressão da territorialidade dos agentes. É o que atribui à comunidade uma expressão territorial. Pois, não haveria comunidade ribeirinha sem esse agente que ousou ribeirizar-se, ou seja, tornar-se ribeirinho(a) pela construção de um território. Qualificativo ribeirinha(o) é o que expressa a diferença espaço-temporal da territorialidade desses agentes subalternos em relação a outras territorialidades (Pereira, 2014, p. 149).

Além de construir as territorialidades dos Acordos de Pesca, as comunidades também estabelecem conexões que reverberam em continuidades que vão além do rural, alcançando o ambiente urbano. O urbano e o território ribeirinho no município de Limoeiro do Ajuru estão intrinsecamente interligados, não apenas pelas linhas de energia que os ribeirinhos puxam ou pelo fluxo do rio, mas também por um tempo histórico de luta por energia.

Os ribeirinhos não moldam e constroem apenas suas territorialidades no rural; eles também o fazem na cidade. A vida urbana reflete as lutas, resistências, organizações, planejamentos, estratégias e articulações das comunidades ribeirinhas. Como afirmou o entrevistado, “o progresso ia custar a chegar”. Esse “progresso” finalmente se concretizou, tanto

na cidade quanto no campo, graças à mobilização e ao esforço das comunidades ribeirinhas. Um exemplo recente desse avanço é a eletrificação rural, que é fruto direto da organização dos Acordos de Pesca. Essa dinâmica evidencia que as conquistas nas áreas urbanas e rurais estão profundamente interligadas às comunidades ribeirinhas.

Longe da visão do território ribeirinho como um espaço parado no tempo, é preciso rejeitar a leitura que o reduz a uma pintura congelada. O retrato típico das vivências ribeirinhas - com casas de palafita, escadas que descem para o porto, um casco amarrado e um rio calmo - tende a apresentar uma única definição de vida ribeirinha. Essa representação romantizada apaga as “encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas” (Pereira, 2014, p. 18), que revelam a complexidade e a dinâmica dessas comunidades. É fundamental reconhecer que as territorialidades ribeirinhas são vivas e multifacetadas, refletindo uma realidade rica em histórias, lutas e transformações que vão muito além de uma imagem estereotipada.

Enfrentar os desafios na luta por direitos contra a Eletronorte e o Estado, além do preconceito local surgido após a eletrificação do território ribeirinho, revela uma complexidade profunda. Uma análise minuciosa destaca as nuances do conflito e da conflitualidade relacionadas ao desenvolvimento, que emergem em tempos e espaços históricos distintos, transplantando suas minúcias em diferentes momentos.

Esse conflito teve início em 1984, com a consolidação da Usina Hidrelétrica, quando as Comunidades Ribeirinhas foram consideradas “não impactadas” no Baixo Tocantins. Essa categorização violou o direito dessas comunidades ao acesso à energia, pois a eletrificação, por meio do programa Luz para Todos, não atendeu aqueles que mais sofreram com o barramento do rio a jusante. A recusa dos órgãos do Estado em buscar alternativas viáveis para implementar a eletrificação dentro dos “padrões legais” nas comunidades ribeirinhas resulta em uma sequência de violações de direitos, incluindo violências físicas, materiais e simbólicas, que se estendem por gerações.

Mesmo diante de todas essas barreiras, a persistência e o poder de uma comunidade organizada são notáveis. O que une essas comunidades na busca por direitos e reconhecimento transcende diferentes temporalidades. A chave desse poder, ou o que pode ser chamado de “nova geometria do poder”, reside na organização dos Acordos de Pesca, que será explorada no próximo capítulo.

5 O ACORDO DE PESCA NA COMUNIDADE DE RIO CARDOSO

Antes de abordarmos diretamente a criação, estrutura e organização do Acordo de Pesca da Comunidade de Rio Cardoso, é fundamental realizar um resgate histórico da pesca artesanal na região, especialmente no período anterior à construção da barragem de Tucuruí. Esse resgate permitirá compreender as transformações que ocorreram no modo de vida dos pescadores e no ambiente natural, bem como os desafios que surgiram após a barragem. Antes da construção da barragem, a pesca artesanal no Rio Tocantins era a principal atividade econômica das comunidades ribeirinhas, incluindo a de Rio Cardoso.

A dinâmica do rio, com suas cheias e vazantes, permitia uma pesca diversificada e sustentável, com técnicas tradicionais transmitidas de geração em geração. A pesca era marcada por um equilíbrio entre a exploração dos recursos e o respeito aos ciclos naturais, uma vez que os pescadores compreendiam a importância da preservação do ambiente para a manutenção de sua atividade.

Com a construção da barragem de Tucuruí, a realidade da pesca artesanal foi profundamente alterada. As cheias naturais do rio foram controladas, e grandes áreas de pesca foram inundadas, modificando o ecossistema local. A migração de várias espécies de peixes foi interrompida, e novos desafios surgiram, como a sedimentação excessiva, a diminuição da disponibilidade de peixes e o surgimento de praias em locais inesperados. Essas transformações forçaram as comunidades a se adaptarem a uma nova realidade, que incluiu a criação dos Acordos de Pesca como uma forma de organizar a gestão dos recursos pesqueiros e proteger os direitos dos pescadores.

Entender essa trajetória histórica é crucial para compreender a importância do Acordo de Pesca de Rio Cardoso como uma resposta coletiva às mudanças impostas pela barragem e como uma estratégia de resistência para manter viva a pesca artesanal e a identidade cultural da comunidade.

As comunidades ribeirinhas estão profundamente conectadas aos seus “pesqueiros” (Furtado, 2002), espaços que são construídos e mantidos por meio dos saberes nativos, também conhecidos como etnoconhecimento. Os povos indígenas desempenharam um papel fundamental nesse processo, possuindo um vasto conhecimento relacionado à pesca e à gestão dos recursos naturais.

Furtado (2002) destaca que, embora muitos estudos sobre os pesqueiros remontem ao período colonial, incluindo os chamados Pesqueiros Reais, a existência desses locais de pesca antecede o colonialismo. Os pesqueiros não se limitam à era colonial, sendo uma prática já estabelecida muito antes da chegada dos colonizadores.

Segundo Furtado (2002), os pesqueiros podem ser definidos em dois sentidos. Primeiro, eles são espaços físicos onde se realiza a pesca, áreas específicas do rio ou lago onde se concentra a captura de peixes. Segundo os pesqueiros também são espaços culturais e sociais, profundamente ligados ao saber tradicional das comunidades que os utilizam, representando a transmissão de conhecimento de geração em geração, um elemento vital para a identidade e vivência dos povos ribeirinhos e indígenas.

Esses locais são, portanto, mais do que simples áreas de pesca; são territórios simbólicos e práticos, essenciais para a organização social e econômica das comunidades tradicionais. Os pesqueiros, segundo Furtado (2002), podem ser entendidos em dois sentidos distintos. No primeiro sentido, eles são definidos pela função e substância das condições geofísicas dos mananciais, ou seja, estão relacionados às características naturais dos corpos d'água, independentemente de sua localização, estrutura ou gestão.

No segundo sentido, os pesqueiros são construções socioculturais, resultado do saber empírico das populações haliêuticas, cujas bases econômicas estão fundamentadas no manejo da pesca e na coleta em ambientes costeiros e ribeirinhos. Esse conhecimento tradicional é moldado pela tecnologia ancestral utilizada nas práticas pesqueiras e pela dinâmica demanda social de povoados, vilas e cidades de pequeno e médio portes da região.

Essas duas dimensões - geofísica e sociocultural - se complementam, mostrando que os pesqueiros são, ao mesmo tempo, produtos do ambiente natural e da interação humana, sendo fundamentais para a subsistência e organização das populações que dependem da pesca artesanal.

Os pesqueiros, frequentemente definidos como "pontos de pesca" ou pesqueiros artesanais, são locais identificados, manejados e definidos pelas comunidades ribeirinhas, desempenhando um papel crucial em sua subsistência. A capacidade de identificar novos pesqueiros é amplamente fundamentada nos conhecimentos herdados dos saberes indígenas, que oferecem às populações ribeirinhas as ferramentas e habilidades necessárias para reconhecer e explorar esses locais de maneira sustentável (Furtado, 2002; 1990). Essa transmissão de conhecimento é essencial para a continuidade das práticas pesqueiras tradicionais e para a preservação das relações culturais e sociais que envolvem a pesca na região.

A pesca artesanal antes dos incentivos governamentais para intensificar a exploração do setor pesqueiro empregou tecnologias como redes de náilon, usava-se tecnologias específicas construídas pelos próprios pescadores e pescadoras para capturar os peixes. Entretanto essas tecnologias estão deixando de ser usadas por diversos fatores. Um dos fatores tem muito a ver

com a escassez do pescado. No quadro a seguir estão reunidos os utensílios de pesca comumente utilizados antes da barragem.

Quadro 3– Tecnologias usadas na pesca artesanal anteriormente

Tipo de Tecnologia Tradicional	Finalidade e Uso
Cacurí	O Cacurí era um cercado feito da tala de paxiúba. Dentro dele insere o Poió, caixa construída com madeira para o peixe ficar preso, o Paió é construído tanto na pesca de Cacuri como na pesca de Paredão. Depois metia a Espia nele, a Espia é a parede do paredão ou do Cacurí. O peixe ao acompanhar a Espia entrava no Paió e ficava preso.
Pesca de Paredão	Na pesca do Paredão são construídos dois Paiós no final. A diferença entre o Cacurí e o Paredão é que o primeiro tem um Paió e o segundo tem dois. O Paredão tem maior durabilidade que o Cacurí. O Paredão pode ser visitado todos os dias pela maré baixa.
Pari	O Pari é construído com tala de jupati tecido com cipó de puíta e timbui, usado para bloquear uma pequena área depois de cercada com a maré baixa é revistado o local exporto para pegar peixes e camarão.
Gapuia	A pesca de Gapuia é o barramento temporário de um igarapé. Na pesca de Gapuia uma parte do igarapé é estrangulado por algumas horas de maré baixa. Faz-se duas Mocoóca. A Mocoóca é uma técnica de barrar o rio com pedaços de troncos e galhos de árvores passando um solo lamoso para impedir as águas de infiltração. Com a casca do cacho de inajazeiro chamado de Curatá é secado e após seco os peixes e camarões são capturados. Finalizando a extração do pescado as Mocoócas são destruídas para o rio seguir seu curso.
Caniço	O caniço é um anzol preso em um fio é amarrado em uma vara que geralmente é tronco de uma árvore fina ou galho, muito usado na pesca de pescada e tucunaré.
Linha ou Espinhel	A linha ou espinhel são vários anzóis presos em um fio são soltos no rio com um peso e uma boia para ser identificada quando pescadores e pescadoras retornarem para revistar. Usado na pesca de peixes maiores como filhote e dourada.

Fonte: Dados coletados nas entrevistas, 2024.

Antes da construção da barragem, todas essas tecnologias eram amplamente utilizadas na pesca artesanal, sendo empregadas com base em um profundo conhecimento do rio e dos ciclos da natureza. Os pescadores precisavam saber se as condições, como a maré, a fase da lua, o vento e até a cor do rio, estavam favoráveis para o uso de cada tipo de tecnologia tradicional.

Esse conhecimento empírico era essencial para garantir uma pesca bem-sucedida. Nesse sentido, as tecnologias utilizadas na pesca artesanal, apesar de sua aparente simplicidade, eram

cuidadosamente escolhidas e ajustadas de acordo com as condições naturais. Essa simplicidade, porém, era sustentada por um saber ancestral, que harmonizava as técnicas de pesca com os ritmos da natureza, permitindo uma exploração equilibrada dos recursos.

Furtado (1990, p. 56) enfatiza que “é dessa simplicidade que advém o adjetivo que a qualifica como artesanal e o maior e o mais intenso diálogo do homem com a natureza, em relação a outros tipos de pesca mais sofisticados, como a industrial”.

Após a construção da barragem, houve diminuição significativa tanto do estoque pesqueiro quanto das estratégias de manejo relacionados à pesca. A drástica redução da quantidade de peixes, especialmente a jusante, gerou uma escassez que impactou diretamente as comunidades ribeirinhas. Com a diminuição dos recursos pesqueiros, muitas das tecnologias, outrora essenciais, entraram em desuso. Essa perda não se restringe apenas às técnicas de captura, mas também ao conhecimento ancestral que orientava o uso dessas tecnologias, agravando ainda mais a situação das populações que dependem da pesca artesanal.

Tinha pesca de Cacuri, tinha pesca de pari pra fechar as praias pra pegar tainha o avô da Socorro, Miguel Costa tinha negócio de 50, 60 pano de pari. Ele cercava lá da boca da Prainha aí vinha morrer aqui onde o Satiro ficava. Aí cercava meia maré de vazante começava estaquiavam tudinho com vara e quando era de noite verificava. Aquilo tainha de noite zuava enchia negócio de 2, 3, 4 cascada no tempo do Pari, não existia malhadeira nesse tempo não sabia nem o que era malhadeira. Depois que foi construído a barragem fui acabando isso e não existia mais peixe pra pegar aí começaram com a malhadeira, a malhadeira começou a entrar e nesse tempo que começou a malhadeira eles fazia três palmo a boia tamanho da boia desse cabo lá. Mas não podia que eles tinham medo de que prede-se e fica-se no fundo e pegavam quantidade de peixe agora tem malhadeira que tem 6, 7 braça pra ir lá no porão pra puder pegar e as vezes não pega. Então mudou muito, né? (Daniel Pastana, pescador, entrevista 04 de maio de 2024).

A pesca com pari, uma importante tecnologia da pesca artesanal, foi uma das práticas que entrou em desuso após a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). A barragem não apenas alterou drasticamente o ecossistema do rio, como também afetou profundamente os saberes tradicionais, resultando na perda de tecnologias ancestrais utilizadas para a pesca. Com a mudança nas condições naturais e a escassez de peixes, técnicas como a pesca com pari, que dependiam de um equilíbrio ambiental específico, deixaram de ser viáveis, comprometendo a continuidade dessas práticas e o conhecimento transmitido entre as gerações.

Quando afirmamos que os impactos negativos causados no passado continuam a afetar o presente de forma imensurável, estamos reconhecendo a profundidade e a duração dessas consequências. Os efeitos da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí não se limitaram ao momento de sua implementação, mas continuam a reverberar até os dias de hoje, eternizando os danos causados ao meio ambiente e às comunidades ribeirinhas.

A pesca artesanal, que foi drasticamente afetada pela barragem, carrega essas cicatrizes como uma herança amarga da UHT. O controle artificial das águas, a modificação dos ciclos naturais do rio, a destruição de habitats e a redução da biodiversidade fizeram com que práticas de pesca sustentáveis, como o pari, se tornassem inviáveis. Esse impacto sobre a pesca não é apenas uma perda econômica para as comunidades, mas também uma perda cultural, pois as técnicas tradicionais estão desaparecendo.

A eternização desses impactos significa que, mesmo 40 anos após a construção da barragem, as comunidades ainda enfrentam as consequências da transformação do seu ambiente. A escassez de pescado, a perda de técnicas tradicionais e a insegurança alimentar são heranças diretas dessa obra, que foi implementada sem considerar plenamente os efeitos de longo prazo sobre as populações locais. O resultado é um ciclo de dificuldades que continua a afetar as gerações atuais, perpetuando uma realidade de empobrecimento do território.

Diversas espécies de peixes foram completamente extintas da região a jusante, após a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Essa realidade é comprovada tanto por estudos científicos quanto pelas memórias dos pescadores e moradores locais que testemunharam outrora um período de maior abundância e variedade de pescados. Para essas comunidades, o desaparecimento das espécies não é apenas um dado técnico, mas uma perda profundamente sentida, que faz parte de suas histórias e de sua relação ancestral com o rio.

Olha a sardinha tinha, a icanga que a gente chama tinha a gente não viu mais aqui aquele peixe bocudo que uns chamam de peixe envira eu chamo de icanga, a sardinha, muitos peixes, curimatã, aí olha tudo isso vai embora, peixinho branco que tinha muito, babuca, tucunaré ainda existe, né? Pescada, filhote, dourada isso ainda tem, mas não tem como tinha antes, aquele braço de mulata nem vi mais, piranambu, piranambu do branco é dificilmente alguém ver aqui e aqui piranambu do branco nessa canoa-velha pra baixo que o cara sentava malhadeira próximo a enchente dava aquele amarelo aquele piranambu pintado dava micidade e isso a gente não viu mais (Daniel Pastana, pescador, entrevista 04 de maio de 2024).

Embora outros fatores, como o aumento populacional decorrente da construção da barragem, também tenham contribuído para as mudanças na vida das comunidades ribeirinhas, a barragem de Tucuruí teve um impacto direto e profundo sobre essas populações. A construção da barragem alterou drasticamente o ecossistema local, afetando a pesca artesanal, que é uma das principais fontes da produção socioeconômica das comunidades. Além disso, a inundação de áreas de pesca, a escassez de espécies nativas e a modificação dos ciclos naturais do rio criaram uma série de desafios econômicos e sociais para as comunidades, que ainda hoje enfrentam as consequências dessa transformação.

A diversidade de espécies de peixes que existia no passado certamente é desconhecida pela maioria dos jovens da comunidade, e é provável que eles nunca venham a conhecer essas espécies no futuro. A prática da pesca artesanal, antes rica em variedade de peixes, está se perdendo com o tempo.

A diversidade de espécies de peixes que existia antes era tão grande que, dentro de uma mesma espécie, os pescadores identificam várias subcategorias. Um exemplo disso é o piranambu, uma espécie que, segundo os pescadores locais, possuía diferentes variedades. Essa riqueza de biodiversidade permitia uma pesca mais abundante e diversificada, onde cada tipo de peixe era reconhecido por suas características específicas e capturado com técnicas apropriadas. Hoje, essa variedade é uma lembrança não tão distante, e muitos dos peixes que faziam parte da dieta alimentar e do cotidiano das comunidades ribeirinhas, se tornaram raros ou desapareceram completamente.

A atividade de pesca nas comunidades ribeirinhas é frequentemente associada a outras atividades econômicas. Furtado (1990) descreve os "pescadores polivalentes" (p. 54), que realizam múltiplas tarefas para garantir sua reprodução socioeconômica. Além dessa categoria, Furtado também menciona os "pescadores-lavradores" (p. 70), que combinam a pesca com a agricultura. Essa diversidade de papéis demonstra que a pesca artesanal não se limita a uma única categoria de trabalhadores, mas integra-se a um sistema diversificado de atividades que sustentam o modo de vida ribeirinho. Essa interconexão entre pesca e agricultura é essencial para a resiliência das comunidades.

Os "Pescadores e Pescadoras Ribeirinhos(as) Artesanais" não vivem exclusivamente das atividades pesqueiras. No entanto, isso não significa que a pesca seja de pouca importância; pelo contrário, ela é tão significativa quanto as outras atividades que realizam. O ribeirinho é, ao mesmo tempo, pescador e carpinteiro, construindo suas próprias embarcações e cestos.

Além disso, o pescador e a pescadora que também é agricultor(a) cuidam de suas plantações, diversificando suas fontes de renda e segurança alimentar. Da mesma forma, a pescadora, além de suas responsabilidades como dona de casa, participa do beneficiamento do pescado, contribuindo para a valorização e comercialização dos produtos da pesca.

Essas múltiplas funções mostram como a vida ribeirinha é interligada e dependente de um sistema diversificado de atividades. A pesca artesanal, portanto, ocupa um lugar central na identidade e na produção socioeconômica das famílias, complementando outras práticas que sustentam seu modo de vida.

A vida nas comunidades ribeirinhas é marcada por uma multiplicidade de atividades que se entrelaçam de maneira intrínseca, tornando difícil classificar uma como mais ou menos

importante do que a outra. Cada atividade desempenha um papel fundamental na composição do ser ribeirinho e ribeirinha, refletindo suas identidades, tradições e modos de vida.

A pesca artesanal, por exemplo, não é apenas uma fonte de alimento, mas também uma prática que envolve conhecimentos ancestrais, técnicas de captura e a conexão com o rio. Ao mesmo tempo, a agricultura oferece segurança alimentar e sustento, permitindo que as famílias cultivem suas próprias culturas. A carpintaria, essencial para a construção de embarcações e equipamentos de pesca, demonstra a habilidade e a criatividade dos pescadores, enquanto o beneficiamento do pescado, realizado pelas pescadoras, agrega valor ao produto e garante sua comercialização.

Essa interconexão entre as atividades é um testemunho da adaptabilidade das comunidades ribeirinhas, que, ao longo do tempo, desenvolveram um modo de vida integrado com a natureza. Assim, todas essas práticas são igualmente relevantes, contribuindo para a resiliência econômica e social, e reforçando a identidade cultural das populações ribeirinhas. Em suma, a riqueza da vida ribeirinha reside justamente na diversidade de atividades que se complementam, formando um todo coeso e significativo.

Na pesca do camarão, um dos apetrechos mais utilizados é o matapi, que é tradicionalmente produzido com materiais locais, refletindo o conhecimento ancestral dos pescadores. O matapi é construído a partir de talas de jupati, uma palmeira típica da região, que oferece resistência e flexibilidade. Para dar forma ao matapi, são utilizados cipós de puita, que são moldados em quatro arcos que sustentam as talas.

As talas são então tecidas com cipó timbuí ou, em algumas versões modernas, com fio sintético, que proporcionam maior durabilidade e resistência à ação da água e ao desgaste. A construção do matapi não é apenas uma questão de técnica, mas também de ancestralidade cultural, envolvendo habilidades particulares das comunidades ribeirinhas.

Após a captura do camarão, o processo de beneficiamento é, em sua grande maioria, realizado pelas mulheres da comunidade (Figura 9). Elas desempenham um papel fundamental nessa etapa, que envolve várias técnicas de manuseio e processamento do crustáceo.

O primeiro passo é o descascamento do camarão, que geralmente é feito com o auxílio de gelo, uma prática que ajuda a manter a frescura do produto. Após o descascamento, a carne conhecida como "porá", pode ser vendida como "porá branca" que esse camarão descascado com o uso do gelo sem misturar com nenhum outro ingrediente.

Outra forma de processamento das porás é transformá-las em um salgadinho. Para isso, o camarão é fervido em água quente, o que facilita o desprendimento da casca do camarão.

Depois de descascadas, as porás são salgadas para a comercialização, criando um produto que agrega valor.

Figura 9 – Pescadoras beneficiamento do camarão



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2022.

O beneficiamento do camarão é uma atividade crucial para a economia das comunidades ribeirinhas, pois exemplifica a diversidade de práticas econômicas que coexistem nesse território. Essa atividade não apenas gera uma fonte de renda significativa, mas também reflete a riqueza cultural das comunidades.

Além disso, o beneficiamento do camarão contribui para a diversificação econômica, cultural e identitária da comunidade. Essa interconexão entre diferentes atividades, como a pesca, a agricultura e o processamento do camarão destacam pluralidade das vivências ribeirinhas. Dentre essas diversidades de atividade produtiva tem o cultivo nos “Areiais” ou “Areião” como são conhecidos.

5.1 O cultivo nos “Areiais” / “Areião”

Os "Areiais" ou "Areião" são áreas elevadas dentro da região de várzea, caracterizadas por solos arenosos e conhecidos como sambaquis. Esses espaços permitem a multiplicidade de atividades dessas comunidades ribeirinhas.

Os sambaquis são montículos localizados nas margens de rios, em planícies aluviais ou em áreas estuarinas, geralmente associados a ambientes ricos em recursos, particularmente áreas que alagam sazonalmente. Esses sítios arqueológicos se caracterizam por sua formação estratificada: as camadas de base são compostas por solos escuros, que ao longo do tempo foram sobrepostos por camadas de conchas, cerâmicas e outros materiais (Pugliese Junior, 2018).

A análise dos sambaquis oferece uma visão abrangente da ocupação humana na Amazônia, destacando a adaptação ao ambiente sazonal e o uso eficiente dos recursos locais. A presença da cerâmica desde as camadas mais antigas demonstra sua importância como parte da cultura material das sociedades que habitavam a região. Essa continuidade cultural e tecnológica ao longo de milênios, marcada por trocas e inovações, ilustra a evolução das sociedades amazônicas e sua capacidade de adaptação e conexão com outros povos (Pugliese Junior, 2018).

O estudo de Pugliese Junior (2018) indica que os sambaquis contêm vestígios cerâmicos, que são encontrados desde as camadas mais profundas até a superfície. Indica que, em todos os sambaquis da Amazônia, a cerâmica era uma tecnologia, desde as fases iniciais de sua ocupação, sugerindo o uso contínuo dessa prática ao longo do tempo.

A análise dos sambaquis revela um quadro mais amplo da ocupação humana na Amazônia, com a adaptação ao ambiente sazonalmente alagável e o uso de recursos locais. A presença de cerâmica, desde as camadas mais antigas, reflete o papel dessa tecnologia como parte integrante da cultura material dos povos que habitavam a região. Esse fenômeno também evidencia uma continuidade cultural e tecnológica ao longo de milhares de anos, com trocas e inovações que marcaram a evolução das sociedades amazônicas (Pugliese Junior, 2018).

O cultivo nos areiais pelas comunidades pesqueiras em Limoeiro é uma prática tradicional que aproveita as características naturais da paisagem para garantir a vivência das famílias ribeirinhas. Com relevos elevados são menos suscetíveis às inundações que ocorrem nas várzeas mais baixas, permitindo que os ribeirinhos realizem a agricultura de forma contínua, mesmo em épocas de cheia. Além disso, o solo arenoso, característico dos sambaquis, possui uma fertilidade diferenciada, resultante de depósitos orgânicos acumulados ao longo dos anos, o que beneficia o desenvolvimento das culturas.

Essa prática agrícola complementa as atividades de pesca, mostrando o entrelaçamento entre o modo de vida ribeirinho e os ciclos da natureza. Assim como a pesca artesanal depende do conhecimento profundo sobre o comportamento do rio, o cultivo nos areiais requer uma compreensão íntima das variações sazonais e do ecossistema local.

O cultivo nos areiais é parte integrante da complexa rede de práticas que define a vida ribeirinha, demonstrando como o trabalho na terra e no rio se complementam e sustentam a economia e a cultura dessas comunidades. Nesses espaços são cultivadas variedades de frutos como limão, cupuaçu, cacau, inajá, tucumã, nanã, jacaíaca, caju, manga, bacuri, ajuru, ameixa e goiaba. Essa riqueza de cultivos contrasta com a lógica da monocultura que ganha cada vez mais espaço no Baixo Tocantins com os açaizais.

Figura 10- Areiais ou Areião cultivado por Pescadores Ribeirinhos Artesanais



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2022.

Em algumas dessas areiais tem-se encontrado pedaços de artefatos cerâmicos e metais, indicando uma possível ocupação antiga da região. Esses vestígios sugerem que esses locais podem ter sido habitados ou utilizados em um período remoto, reforçando a importância de realizar estudos mais detalhados para compreender suas origens.

A diversidade de atividades praticadas pelos pescadores e pescadoras artesanais ribeirinhos reflete uma conexão intrínseca entre a pesca e outras ocupações. Como afirma Leff (2012, p. 34), “nem o ser é Uno, nem o saber é Uno”, e o mesmo pode ser dito sobre as atividades desempenhadas por esses agentes sociais. A pesca, embora central, não é superior ou inferior às demais atividades, mas se integra a um conjunto de práticas múltiplas e interdependentes, demonstrando que os pescadores e pescadoras artesanais são versáteis e atuam em diversas frentes.

Essas atividades são também formas de resistência cotidiana, no sentido discutido por Scott (2002; 2011). Elas resistem ao modelo de produção capitalista baseado na monocultura e na produção em massa, que impõe padrões rígidos e desrespeita o ritmo dos ciclos da natureza.

Em contraste, os ribeirinhos(as) praticam suas atividades conforme o tempo e as condições da natureza. Assim, essas múltiplas práticas representam não apenas meios de vivência, mas também um posicionamento contra a lógica predatória e industrializada do capitalismo.

5.2 Acordo de Pesca

Após a construção da barragem, o acesso ao pescado tornou-se disputado tanto entre pescadores artesanais quanto industriais. A escassez de peixes gerou uma série de conflitos, que foi a principal motivação para a criação do Acordo de Pesca da Comunidade de Rio Cardoso.

As primeiras experiências do Acordo de Pesca no município de Limoeiro do Ajuru começaram na década de 1990, na localidade do Rio Limoeiro. Em 1993, a comunidade de Ilha Araraim criou seu próprio Acordo de Pesca. O sucesso dessa iniciativa, que resultou em capturas positivas de pescado, inspirou outras comunidades a estabelecer seus próprios acordos.

Na ilha Saracá, vizinha da ilha Araraim, o Acordo de Pesca foi implementado em 2007 (Reis, 2022). Na região do Beiradão, surgiu o “Acordo Grande”, que abarcava diversas comunidades. Contudo, esse acordo enfrentou desafios significativos: divergências nas decisões e a extensão territorial difícil de controlar resultaram no desmembramento.

Em resposta à extinção do “Acordo Grande”, a comunidade de Rio Cardoso decidiu criar seu próprio Acordo de Pesca em 2008. Um ano depois, outras comunidades seguiram esse exemplo, como a comunidade de Sítio Prainha, que estabeleceu seu Acordo de Pesca em 2009 (Rodrigues; Carvalho, 2021).

Um fator comum na criação dos Acordos de Pesca nas comunidades de Limoeiro do Ajuru é a limitação de acesso aos recursos pesqueiros, que se intensificou após a construção da barragem. Isso resultou em disputas e conflitos pelo recurso. O sucesso inicial do Acordo na década de 1990 levou as comunidades a se espelharem umas nas outras, criando espacialidades que demarcam os territórios pesqueiros através desses acordos.

Figura 11- Áreas dos Acordos de Pesca do Município de Limoeiro do Ajuru /PA



Fonte: Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins-LABCARTS, elaboração: Leão, Ariete Pastana (2024).

Atualmente, o município de Limoeiro do Ajuru conta com 14 Acordos de Pesca. Curiosamente, os limites desses acordos não respeitam as divisas municipais. Por exemplo, o Acordo de Pesca da Ilha Saracá ultrapassa os limites do município de Cametá, enquanto os acordos de Ararainzinho e Jacamioca se estendem ao município de Igarapé-Miri. Isso ilustra a relação intrínseca entre o uso dos recursos e o ambiente.

Essa realidade revela por que alguns acordos não consideram as delimitações municipais: os rios e os peixes não respeitam essas fronteiras. As comunidades, através de suas práticas diárias e da interação com a natureza, possuem um conhecimento profundo dessa dinâmica. Em contraste, empreendimentos como o projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins ignoram essa dinâmica natural, utilizando limites municipais para definir as áreas impactadas, tanto diretamente quanto indiretamente. Essa abordagem, que desconsidera a complexidade do rio, a crise ambiental é, antes de tudo, uma “crise do conhecimento” (Leff, 2012, p. 19).

Os Acordos de Pesca na foz do rio Tocantins têm configurado uma “territorialidade específica” (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2013) em torno da luta pelo comum. Inicialmente, essa luta concentrava-se no acesso e no retorno do pescado,

mas atualmente os agentes sociais têm se organizado em um movimento social voltado para a defesa do rio, através dos Acordos de Pesca.

Com a prática diária de defesa do território pesqueiro, começa a emergir um sentido coletivo entre as comunidades. Mesmo diante de divergências em outras esferas sociais—como as intensas disputas políticas dentro do município de Limoeiro do Ajuru e as diferenças entre denominações religiosas, como a Igreja Católica e as evangélicas—, essa união em torno da defesa do rio se torna um aspecto fundamental da identidade comunitária.

O Acordo de Pesca, por meio da prática das atividades coletivas, une as pessoas em torno de um ethos socioambiental, que ajuda a inibir as divergências existentes. Nesse contexto, Dardot e Laval (2017, p. 53) afirmam que “o comum não é apenas um bem; ele é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los e lhes dar vida.” Assim, o Acordo de Pesca se torna não apenas uma ferramenta de gestão, mas também um meio de fortalecer a coesão social e a identidade coletiva em torno da defesa ambiental.

No princípio da política do comum, emergem unidades de mobilização em defesa de bandeiras de lutas coletivas, firmadas com base na cooperação e solidariedade. Esses princípios políticos são difundidos por meio de relações anticapitalistas, que visam garantir a vida coletiva e apontar caminhos alternativos para transformar a subjetividade social, estabelecendo um princípio político comum (Dardot e Laval, 2017). Assim, essas mobilizações não apenas buscam a defesa de interesses coletivos, mas também promovem uma mudança significativa nas dinâmicas sociais.

A prática em torno do comum cria um sentido coletivo entre todos os envolvidos, possibilitando mudanças de atitude e consciência tanto dentro quanto fora do Acordo de Pesca. Por exemplo, a atividade pesqueira familiar, que antes era individual, passa a ser entendida como uma pesca coletiva da comunidade dentro da área do Acordo. Isso gera interesses comuns e objetivos coletivos entre os membros.

O "paradigma do comum" possui dois sentidos: um de defesa e outro de ofensiva (Dardot e Laval, 2017). Inicialmente, a criação do Acordo de Pesca teve um caráter defensivo, enfrentando os impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que reduziu o estoque pesqueiro a jusante e acirrou as disputas pelo acesso à pesca. Em contrapartida, a abordagem ofensiva se caracteriza por estratégias de articulação que visam a manutenção do recurso comum: o pescado. Assim, o Acordo se torna um instrumento essencial para a proteção e valorização dos recursos pesqueiros da comunidade.

A atividade de pesca é o comum que une as pessoas da comunidade na criação do Acordo de Pesca, enfrentando a escassez do pescado. Por meio da pesca, os laços com a natureza se fortalecem, conectando os membros em um mesmo processo produtivo. É na prática que os conhecimentos são percebidos, assimilados e compartilhados entre ribeirinhos e ribeirinhas.

É importante destacar que essa prática é fruto dos saberes das comunidades ribeirinhas, que oferecem alternativas à lógica capitalista. Como afirmam Dardot e Laval (2017), as comunidades compartilham saberes e competências que geram culturas políticas, permitindo compreender que a riqueza não é criada apenas pelos detentores do capital. “As lutas a favor de uma nova organização social, baseada em novos princípios de solidariedade, partilha, respeito ao meio ambiente e à biodiversidade” (Dardot e Laval, 2017, p. 114) refletem essa busca. O Acordo de Pesca, focado na defesa ambiental, demonstra a capacidade autônoma das comunidades em construir formas alternativas de gestão do comum.

Os estudos de Elinor Ostrom (1990) revolucionaram a forma como entendemos a gestão de recursos comuns. Ao analisar diversas comunidades ao redor do mundo, a autora demonstrou que as instituições criadas por essas comunidades para gerenciar recursos compartilhados, como florestas, águas e pastagens, muitas vezes são mais eficazes e sustentáveis do que as soluções propostas pelo Estado ou pelo mercado.

Os Acordos de Pesca, em muitos casos, demonstram a aplicabilidade dos princípios da gestão comunitária de recursos comuns, conforme estudados por Elinor Ostrom. A autonomia das comunidades pesqueiras na gestão de suas atividades, têm demonstrado ser mais eficientes do que as tradicionais políticas de pesca centralizadas pelo Estado. Essa maior eficiência se deve à capacidade das comunidades de desenvolverem regras e normas adaptadas às suas realidades locais, garantindo a manutenção dos recursos pesqueiros a longo prazo.

Ostrom (1990) constatou que as comunidades possuem conhecimentos e técnicas próprias, desenvolvidas ao longo de gerações, que lhes permitem criar sistemas de governança participativos e democráticos. Através de acordos, regras e associações, essas comunidades conseguem utilizar os recursos de forma eficiente e equitativa, garantindo sua preservação a longo prazo. A pesquisa de Ostrom (1990), que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia, evidenciou a importância das comunidades na gestão de recursos comuns e desafiou a visão tradicional de que apenas o Estado ou o mercado são capazes de solucionar esse tipo de problema, demonstrando que as comunidades através dos seus próprios mecanismos de gestão são mais eficientes que o Estado e o mercado.

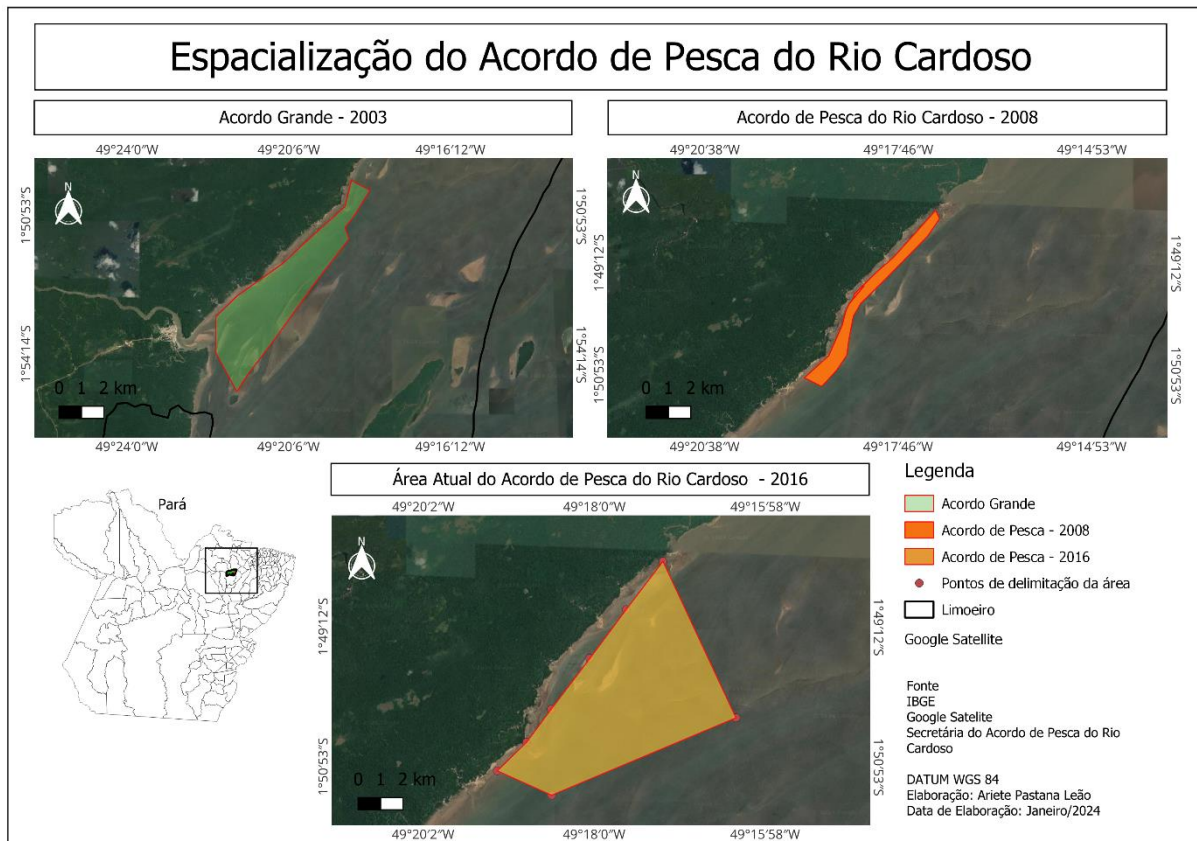
Em 2008, a comunidade de Rio Cardoso formalizou seu próprio Acordo de Pesca. Antes disso, algumas comunidades do distrito do Beiradão haviam tentado estabelecer um Acordo coletivo, conhecido como "Acordo Grande", que envolvia várias comunidades. No entanto, essa iniciativa enfrentou diversos problemas, como conflitos na gestão, a grande extensão territorial do acordo, que dificultava a administração, e as limitações no controle do território. Essas dificuldades levaram à dissolução do Acordo Grande.

Os conflitos surgidos no âmbito do Acordo Grande podem ser caracterizados como "conflitos endógenos" (Souto e Sampaio, 2020), ou seja, disputas entre as próprias comunidades participantes. No entanto, esses conflitos internos foram, em grande parte, desencadeados por um "conflito exógeno" (Souto e Sampaio, 2020), originado pela construção da barragem. Assim, os impactos externos provocados pela usina hidrelétrica exacerbaram as tensões dentro das comunidades, levando à fragmentação e à criação de acordos independentes, como o de Rio Cardoso.

As outras comunidades do distrito do Beiradão desejavam a extinção do Acordo de Pesca na região. No entanto, a comunidade de Rio Cardoso não concordava com essa decisão. Durante uma reunião realizada na comunidade de Rio Samaúma, cujo objetivo era deliberar sobre o fim do Acordo Grande, os representantes de Rio Cardoso decidiram pela continuidade do acordo, optando por criar seu próprio Acordo de Pesca.

A implementação deste Acordo de Pesca passou por três fases distintas, que foram cruciais para o processo de espacialização e territorialização do Acordo de Pesca da comunidade (Mapa 9). Essas etapas marcaram a consolidação de um espaço de gestão coletiva dos recursos pesqueiros, reforçando a identidade e a autonomia da comunidade de Rio Cardoso na administração de seus territórios pesqueiros.

Figura 12– Espacialização do Acordo de Pesca do Rio Cardoso



Fonte: Elaboração Ariete Pastana Leão, 2024.

A primeira fase do Acordo de Pesca, conhecida como Acordo Grande, ocorreu em 2003. Esse acordo abrangia uma vasta extensão territorial, que se estendia da comunidade de Rio Cardoso até a Amorosa, nas proximidades da sede do município. O Acordo Grande envolvia diversas comunidades, cada uma com interesses particulares e distintos, o que gerou desafios para sua gestão e implementação.

A segunda fase ocorreu em 2008, com a criação do próprio Acordo de Pesca da comunidade de Rio Cardoso. Nessa fase, a área delimitada pelo acordo abrangia uma extensão de 200 metros a partir da margem do rio em direção ao leito. A área incluía basicamente o poço de pesca do Reguinho, englobando um único "pesqueiro" (Furtado, 2002), ou "poço de pesca", como é definido pelos pescadores e pescadoras locais. Essa delimitação territorial mais restrita visava fortalecer o controle local sobre a pesca e garantir o acesso ao uso dos recursos pesqueiros.

Na terceira fase, houve a ampliação significativa da área do Acordo de Pesca, que passou a abranger 1.325,1668 hectares, constituindo a área atual do acordo. Essa expansão foi essencial para aumentar o controle e a gestão dos recursos pesqueiros pela comunidade, assegurando que outros pesqueiros conectados ficassem dentro da área do Acordo de Pesca.

O relato da criação e evolução dessas fases ilustra o processo gradual de fortalecimento do Acordo de Pesca, desde sua concepção no Acordo Grande até a consolidação atual, refletindo as necessidades e desafios enfrentados pela comunidade de Rio Cardoso ao longo do tempo.

Quando começou o Acordo Grande que era só um acordo, aí foi tirado 13 fiscal de cada localidade, 13 daqui nossa, 13 da prainha, 13 do acordo do meio de cada comunidade e cada dia era esses 13 que iam fazer a vigilância do dia e noite. Era no barco e nesse tempo a casinha largaram fogo logo na abertura da pesca, não deu certo ia saindo porrada porque nós fomos pegar um peixe pra boia pro nosso pessoal daqui e não deixaram, não mandaram nada (Daniel Pastana, pescador, entrevista 04 de maio de 2024).

No contexto do Acordo Grande, a vigilância da área de pesca era assegurada por 13 fiscais, representantes designados de cada comunidade envolvida. Esses fiscais, que eram pescadores, recebiam uma compensação financeira para monitorar a área 24 horas por dia, garantindo que pescadores externos não entrassem na zona delimitada do acordo.

Entretanto, a falta de consenso nas decisões do Acordo Grande resultou em conflitos significativos entre os próprios pescadores. As divergências sobre a gestão e a regulamentação da pesca geraram tensões, culminando na extinção do acordo. Enquanto algumas comunidades buscavam encerrar os acordos de pesca no Beiradão, a comunidade de Rio Cardoso fez a escolha de manter seu Acordo de Pesca, que se tornou o primeiro e único acordo do distrito do Beiradão, gerido por uma única comunidade.

Essa decisão evidenciou a determinação de Rio Cardoso em garantir o controle sobre seus recursos pesqueiros e a preservação de sua autonomia. Ao optar por seguir adiante com seu próprio Acordo de Pesca, a comunidade buscou criar um modelo de gestão mais coeso e adaptado às suas necessidades, fortalecendo assim sua identidade e capacidade de organização frente aos desafios externos e internos.

Nessa reunião grande daqui só foi o Capa que foi. não deu pra eu ir, o Capa com o Maciel. E quando chegou lá o Capa ligou pra mim “Chorão o que eu faço?”, fala lá que nós vamos manter a ponta da ilha, só a ponta da ilha colocamos até aquela boia que era 250 metros. Quando chegou lá “ tá acabado, não, tem que acabar, é tá acabado! Agora uma coisa vou dizer pra vocês nós na ponta da ilha vamos manter”. Nós colocamos um barco nessa fronteira daqui e outra daqui. Quando foi 5 horas da manhã tu gostava de ver como vinha gente da prainha querer malhar, “não aqui, não” e fizemos uma boia só que não segurou, né? Eu sei que pegamos aí dia e noite vigilância aí primeiro borquei que teve foi o Tarsilo, Tarsilo veio na prainha nada e nesse tempo estava as boias, né? Ele entrou por fora das boias no Piquiatuba e do Piquiatuba ele foi pra Ponta do Flexal. Chegou na Ponta do Flexal não arranhou nada e voltou nessa maré de enchente e nós estávamos aqui fora. Quando ele veio parou no barco e perguntou se podia taliar¹⁷ dentro do Acordo e nós falamos que “sim”. Foi só ele arriar o prumo e estava cheio de mapará, aí ele voltou, aí ele falou se podia borquear e como nós temos uma coordenação tem que chamar os coordenadores nesse tempo nós

¹⁷ Taliar é arte de encontrar o cardume do peixe com uma tala ou uma linha com um peso na ponta chamada de prumo.

não tinha rede, não tinha nada e o Capa falou “hoje não”, mas se vocês quiserem vir amanhã. Mas ele falou “o peixe tá agora bora pegar, o peixe tem rabo e cabeça”. O Capa falou “ele tem rabo e cabeça, mas daqui ele não sai porque ele é perseguido por toda parte e aqui não, ele tá quieto e daqui ele não sai esse peixe”. E ele só saiu no bico e mandou abrir rede, prendeu a rede que estalou e ainda tirou 50 e poucos paneiros, e no outro dia já veio o macinho que pegou 131 e nesse dia que abriu quando Prainha e Piquiatuba viram bora fazer acordo aí pessoal da prainha pegaram logo a ponta do bom, né? (Daniel Pastana, pescador, entrevista 04 de maio de 2024).

Com a ampliação da área delimitada do Acordo de Pesca, a comunidade de Rio Cardoso começou a se territorializar, consolidando-se enquanto um movimento organizado em prol da gestão dos recursos pesqueiros. Essa evolução remete à relação das demandas dos movimentos socioambientais que influenciaram a construção do Plano de Política de Desenvolvimento e Justiça Social (PPDJUS), que, por sua vez, contribuiu para a formulação dos Planos Diretores nos municípios.

No caso de Limoeiro do Ajuru, o Plano Diretor, estabelecido pela Lei Municipal nº 093/2006, de 6 de outubro de 2006, inclui na Seção I, que trata do Controle e Desenvolvimento da Produção, a Subseção II, dedicada ao Setor de Aquicultura e Pesca. O Artigo 13, parágrafo II, aborda diretamente as diretrizes relacionadas à pesca e à aquicultura, reconhecendo a importância dessas atividades para o desenvolvimento local e a sustentabilidade dos recursos hídricos.

Essa integração entre os movimentos comunitários e as políticas públicas é fundamental para garantir que as demandas das comunidades e os saberes locais sejam incluídos nas decisões governamentais. Ao incorporar essas perspectivas nas estratégias de gestão coletiva ambiental, fortalecem-se as iniciativas que emergem das próprias comunidades ribeirinhas, promovendo uma abordagem mais participativa e respeitosa em relação ao uso dos recursos.

II. incentiva a difusão dos arranjos institucionais locais voltados ao manejo e gestão comunitária dos recursos pesqueiros, hídricos e naturais, conhecidos como Acordo de Pesca, por meio de apoio técnico, logístico e financeiro, pois tais arranjos funcionam enquanto instrumentos de política pública ambiental do ecossistema várzea (Prefeitura de Limoeiro do Ajuru, 2006, p. 10).

Muitas das demandas ambientais que contribuíram para a construção do PPDJUS, do Plano Diretor e da Lei Orgânica do Município de Limoeiro do Ajuru surgiram das reivindicações das comunidades ribeirinhas, especialmente através do Acordo de Pesca. Um exemplo significativo é o "Art. 210" da Lei Orgânica, que estabelece que "fica terminantemente proibida a caça às ciganas no município de Limoeiro do Ajuru, para preservação da espécie" (Prefeitura de Limoeiro do Ajuru, 1990). Essa proibição foi uma reivindicação direta do Acordo de Pesca da Ilha Araraim, surgindo em resposta à ameaça de extinção das ciganas devido à caça

predatória. A organização comunitária atuou para garantir a preservação da espécie, resultando na inclusão dessa proibição na Lei Orgânica.

Além disso, o Plano Diretor de 2006 foi revisado em 2019, culminando na publicação da Lei nº 0226/2019, em 3 de janeiro de 2019, que acrescentou na Seção I o Art. 48, que estabelece "VII - a criação do Conselho Municipal de Pesca e Aquicultura" (Prefeitura de Limoeiro do Ajuru, 2019a). Em 19 de janeiro do mesmo ano, o Projeto de Lei que institui o Conselho Municipal de Pesca (COMPESCA) foi sancionado. A criação desse conselho foi uma demanda das comunidades envolvidas nos Acordos de Pesca, garantindo a elas representação nas questões ambientais e a possibilidade de influenciar as decisões que afetam seus modos de vida e o território pesqueiro.

O movimento de criação dos Acordos de Pesca não é um fenômeno recente; suas raízes estão diretamente ligadas às mobilizações socioambientais dos anos 90. As comunidades enfrentaram limitações no acesso ao pescado, especialmente após a implementação da barragem, o que resultou em conflitos entre os próprios pescadores. Foi somente em 2002, por meio da Instrução Normativa do IBAMA nº 29, de dezembro de 2002, que os Acordos de Pesca começaram a ser legalizados em nível federal.

A nível estadual, o DECRETO Nº 1.686, de 29 de junho de 2021, estabelece critérios para a formalização dos Acordos de Pesca em comunidades pesqueiras. Embora as experiências de Acordos de Pesca sejam mais antigas, remontando a 1980 no Baixo Amazonas (Pereira, 2015), o Estado tem criado Decretos e Instruções Normativas para regular a organização desses Acordos, permitindo que se enquadrem nas normas necessárias para obter "legalidade".

Diferentemente das leis municipais de Limoeiro do Ajuru, que surgiram a partir das demandas das comunidades ribeirinhas, os Decretos e Normativas estaduais visam estabelecer um controle sobre os Acordos de Pesca.

Os Acordos de Pesca do município de Limoeiro do Ajuru têm estabelecido mecanismos para a construção de direitos que garantam legalidade no âmbito municipal. Esses direitos, gerados a partir das demandas das comunidades, representam uma reversão, reinversão e reinvenção dos significados que foram moldados ao longo da história, refletindo a busca por novos direitos ambientais (Leff, 2021). Dessa forma, os Acordos de Pesca não apenas legitimam a atuação das comunidades, mas também integram seus saberes e experiências na construção de políticas públicas que nascem das demandas das comunidades.

O que se observa atualmente nos Acordos de Pesca é uma "encruzilhada de tempos heterogêneos" (Leff, 2021, p. 81), que entrelaça as complexas relações formadas pelos movimentos socioambientais da década de 1990, a criação do Acordo de Pesca da comunidade

e a eletrificação do território ribeirinho. Essas temporalidades não estão isoladas; pelo contrário, elas se cruzam e estabelecem relações diretas entre si.

Nesse contexto, a motivação para a criação do Acordo de Pesca da Comunidade do Rio Cardoso emergiu dos conflitos com os "pescadores de fora" e o acesso limitado ao pescado. Quando a comunidade começou a se sentir lesada em seu direito ao território, a primeira experiência do Acordo de Pesca no distrito do Beiradão foi instaurada como uma resposta a essa situação. Essa iniciativa não apenas buscou garantir o acesso aos recursos pesqueiros, mas também simbolizou um esforço coletivo para proteger e reivindicar os direitos territoriais da comunidade.

Não tinha acesso no peixe, porque os predadores dos outros municípios levavam tudo, os pescadores dos outros municípios levavam tudo e ainda chamavam muitas vezes de ladrão pra quem era dono do território e hoje não. Hoje nós somos respeitados dentro do nosso território. Porque o nosso território é nosso e nós tem que lutar por ele, e se nós deixarmos que outro de longe venha mandar? Não, quem manda aqui somos nós por isso por isso que hoje a comunidade se sente muito feliz porque quando abre a pesca dentro dos territórios pesqueiros toda a comunidade é saciada pelo peixe de dentro do Acordo de Pesca que é capturado dentro do Acordo de Pesca (Daniel Pastana, pescador, entrevista 31 de janeiro de 2024, grifo nosso).

Para defender o território (rio) e garantir o acesso ao pescado, o Acordo de Pesca da própria comunidade surge como uma estratégia alternativa de reapropriação do território. Ao falarmos sobre os territórios das comunidades tradicionais, é fundamental reconhecer que eles não se resumem a um pedaço de chão, terra ou rio; são, na verdade, "territórios de vida" (Leff, 2021, p. 50), onde a vida se sustenta e se gera. Esses territórios são compostos por valores simbólicos e culturais, além de interesses econômicos e materiais.

Entretanto, há uma certa ingenuidade em alguns textos acadêmicos que tratam as ações e atividades das comunidades como meras práticas de subsistência. Representações simplistas como essa empobrecem a compreensão dos complexos valores simbólicos, culturais, materiais, econômicos e políticos envolvidos. Leff (2021) ressalta que existe uma outra racionalidade produtiva, construída a partir dos potenciais ecológicos, que pode ser compreendida como uma ontologia da vida.

O principal objetivo da criação do Acordo de Pesca era o retorno do pescado e a reapropriação do território de vida. As espécies que realizavam a migração para subir o rio durante o período da piracema foram severamente comprometidas pelos impactos da barragem (Pereira, 2014, 2015; Leão, 2022; Leão; Arnaud, 2023; Costa; Rodrigues, 2023; Mérona et al., 2010; Acevedo Marin, 2020; Arnaud, 2010).

Nesse contexto, o mapará (*Hypophytamus marginatus*) tornou-se a espécie mais simbólica na região. Após o primeiro ano da experiência do Acordo de Pesca, outras comunidades começaram a estabelecer seus próprios manejos coletivos, inspiradas pelo sucesso da iniciativa na comunidade de Rio Cardoso. Essa troca de experiências e aprendizados demonstrou como a cooperação e a organização local poderiam revitalizar a pesca artesanal e promover a conservação dos recursos pesqueiros, fortalecendo, assim, a luta por direitos territoriais das comunidades ribeirinhas.

Antes da terceira fase de ampliação da área do Acordo de Pesca, a pesca de borqueio, realizada dentro da área delimitada, abrangia apenas dois poços de peixes. No entanto, as áreas fora dessa delimitação, por onde o fluxo de peixes passava, ficavam desprotegidas pelo Acordo, resultando em uma “perda” significativa. Isso ocorria porque, antes do pescado entrar na área delimitada, ele era capturado na pesca de malhadeira, o que levou à necessidade de ampliar a área do Acordo de Pesca.

Atualmente, existem seis pesqueiros dentro do Acordo de Pesca:

- a) canoa velha: recebe esse nome em razão de uma embarcação que naufragou no local;
- b) reguinho: é o pesqueiro onde ocorrem as maiores produções de peixe;
- c) atrás da ponta da ilha: nomeado por sua localização na encosta de um banco de areia conhecido como ponta da ilha. esses três pesqueiros faziam parte da área da segunda fase do acordo de pesca;

Além destes, os outros pesqueiros são:

4. beço do quebrado: situado entre o banco de areia, é uma das partes mais profundas da região;
5. ponta da ilha: localizada na extremidade do banco de areia;
6. genérica: um pesqueiro que surgiu após a construção da barragem e faz fronteira com o acordo de pesca do sítio prainha.

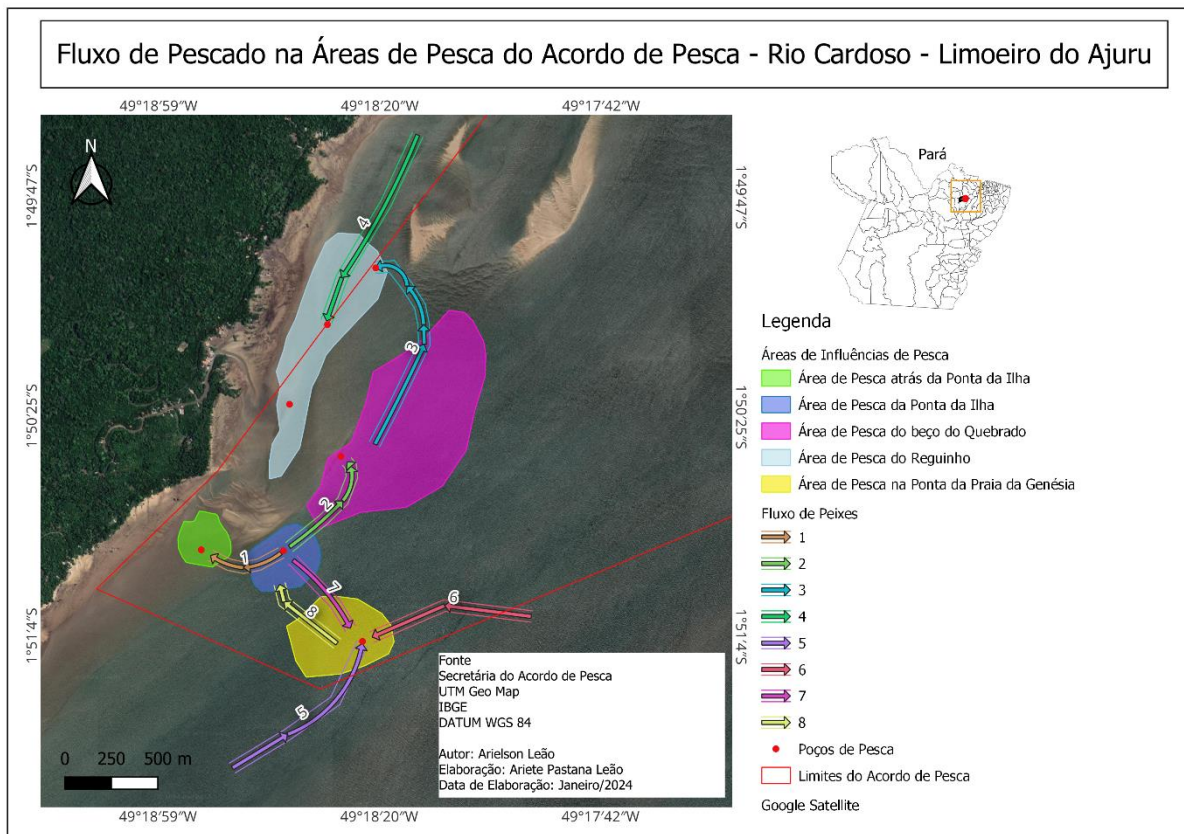
Esses pesqueiros são fundamentais para a sustentabilidade da pesca na comunidade. A ampliação da área do Acordo de Pesca na terceira fase foi impulsionada por vários fatores. Um deles foi a constatação de que alguns pesqueiros estavam fora da delimitação do Acordo, o que compromete a proteção dos recursos pesqueiros. Além disso, quando ocorrem borqueios nos

poços fora da área, os redeiros não faziam a divisão do pescado com a comunidade, gerando insatisfação e a necessidade de uma maior regulamentação.

Os pesqueiros estão interligados pelo fluxo dos cardumes de peixes, formando uma rede de dependência entre eles. Assim como o rio se conecta com seus afluentes, o pescado segue essa dinâmica, e os pescadores e pescadoras possuem uma compreensão profunda desse relacionamento.

Para facilitar a visualização dessa dinâmica, o mapa (figura 13) foi elaborado a partir dos saberes dos pescadores, que têm uma leitura íntima e vivencial do rio e de suas interações. Esses mapas não apenas ilustram a conexão entre os pesqueiros, mas também evidenciam a importância da gestão coletiva dos recursos pesqueiros e do conhecimento tradicional na pesca na comunidade.

Figura 13 – Fluxo de Pescado na Áreas de Pesca do Acordo de Pesca – Rio Cardoso – Limoeiro do Ajuru



Fonte: Elaboração Ariete Pastana Leão, autoria de Arielson Leão, 2024.

O fluxo de pescado dentro da área do Acordo de Pesca estabelece conexões entre os diferentes pesqueiros, criando uma rede dinâmica e interdependente. Por exemplo, o pesqueiro da Ponta da Ilha, que é uma das áreas mais profundas do Acordo, serve como um importante

local de reprodução e alimentação para o mapará, contribuindo para o fluxo de peixes 1 que se direciona ao pesqueiro atrás da Ponta da Ilha.

Além disso, o fluxo de peixes 2 também alimenta o pesqueiro do Beço do Quebrado, permitindo que a corrente (fluxo 2 e peixes 3) siga em direção ao pesqueiro do Reguinho. Este, por sua vez, recebe o fluxo de peixes 4 que vem do Acordo de Pesca do Rio Piquiatuba.

Os fluxos de peixes 7 e 8, provenientes dos pesqueiros da Ponta da Ilha e da Ponta da Praia da Genérica, criam uma conexão mútua entre essas áreas. Ademais, o pesqueiro da Ponta da Praia da Genérica também é alimentado pelo fluxo de peixes 5 que vem do Acordo de Pesca do Sítio Prainha, bem como pelo fluxo de peixes 6 que se origina de áreas mais profundas do rio fora da delimitação do Acordo.

Essas interconexões evidenciam a importância da gestão integrada dos pesqueiros, já que a saúde de um afeta diretamente a disponibilidade e a sustentabilidade dos recursos pesqueiros em toda a área.

A construção desse mapa reforça três pontos muito importantes:

- a) o entendimento do rio como conexão, fluxo e integralidade conseqüentemente os seres que vivem também são e dependem uns dos outros. Existe a conexão entre os peixes, o rio e os seres humanos não existem fragmentações de natureza de um lado e as outras espécies do outro. É a reafirmação da ideia que o humano não é externo a natureza;
- b) o rio não respeita a propriedade privada. Portanto, os Acordos de Pesca mesmo com suas áreas delimitadas estão ligados com e pelo rio, pelo fluxo de peixes deslocando-se entre os pesqueiros compreendendo que alguns fatores naturais são para além das vontades e desejos humanos. Assim, compreende-se os motivos em alguns anos uns Acordos de Pesca têm maiores produções que outros, pois, sofrem influências dos processos dos ciclos naturais. Krenak diz que “assim como as águas dos rios enchem ou esvaziam de acordo com a estação das chuvas, é preciso aprender a respeitar o ritmo da natureza, aprender que existe tempo de abundância e de escassez” (Krenak, 2023, p. 28);
- c) a importância dos saberes tradicionais que compreende e entende como os peixes e o rio estão interligados e ligando-se a si mesmo. O conhecimento tradicional é formado pelas experiências e vivências diárias através da observação.

Os conhecimentos das comunidades tradicionais são construídos a partir da observação atenta da natureza. É nas vivências diárias que se formam saberes sobre as águas, a lua, a chuva,

os animais e as plantas. Esses saberes são apreendidos tanto com a natureza quanto na natureza, refletindo uma relação profunda entre as comunidades e o meio ambiente.

Quadro 4– Parâmetros do tempo da natureza para realizar atividades

Tempo da natureza	Como ocorre
Mapará	Quando o cardume de mapará está no pesqueiro a água do rio fica lisa e com cheiro muito forte de pitiú. O mapará dá na parada d'água da preamar tanto na enchente como na meia de vazante para começo de enchente.
Tainha	O cardume da tainha a água fica piririca com pequenas ondinhas na superfície da água. Ela dá mais na meia de vazante para água seca.
Pescada	O cardume da pesca sabe pelo som que elas produzem no fundo, ou seja, só é possível saber se o pescador mergulha para escutar o ronco da pescada. A pesca dá meia de enchente em diante até na preamar.
Clima	O melhor clima para se pescar é quando chove turvando a água. A água turva é quando ela não é cristalina. Na água turva o peixe se junta e na água clara o peixe se espalha.
Maré	A maré melhor para pesca é na morta e quando amanhece “tepacuema” (maré baixa) ou preamar.
Boto	No movimento do boto grande nos pesqueiros é sinal que tem peixe.
Tucuxi	No movimento do tucuxi saindo com pulos fora d'água é sinal que tem peixe.
Gavião	Quando o gavião captura peixe também é sinal que tem peixe.
Lua	É na lua crescente e na lua crescente que o peixe se junta. Os pescadores mais antigos só saíam por lua para pescar.

Fonte: Ariete Pastana Leão dados coletados nas entrevistas, 2024.

O tempo da natureza desempenha um papel crucial na atividade de pesca, especialmente para os pescadores ribeirinhos artesanais, que mantêm uma conexão profunda com esse tempo. Essa relação íntima evidencia que homens e mulheres são parte da natureza, um entendimento que foi destacado por Leff (2000, 2012, 2021), Krenak (2020, 2022, 2023), Porto-Gonçalves (2007, 2012, 2022, 2024), Acselrad (2004, 2009) e Escobar (2005).

A interação entre saberes tradicionais e saberes científicos possui um potencial significativo para abrir novas perspectivas e imaginários. Essa sinergia é fundamental para

superar as limitações impostas por abordagens compartimentadas que frequentemente neutralizam, paralisam, fragmentam e dicotomiza as relações com o ambiente.

Os saberes tradicionais, enraizados nas práticas e na vivência cotidiana das comunidades, oferecem uma compreensão profunda e holística do ecossistema. Por outro lado, os saberes científicos trazem rigor e metodologias que podem enriquecer essas práticas. Ao unir essas duas formas de conhecimento, é possível criar um espaço de diálogo que enriquece a compreensão sobre a natureza e suas dinâmicas.

Esse diálogo não apenas promove uma abordagem mais integrada da natureza, mas também fomenta a inovação e a criatividade, permitindo que se desenvolvam soluções mais eficazes para os desafios ambientais. Além disso, ao respeitar e valorizar os saberes locais, é possível fortalecer a identidade cultural das comunidades, garantindo que suas vozes e experiências sejam reconhecidas e respeitadas.

Assim, a convergência entre saberes tradicionais e científicos não apenas amplia os horizontes do conhecimento, mas também contribui para a construção de um futuro mais justo, em que as relações com o ambiente sejam vistas como interdependentes e multifacetadas.

Apesar da criação do Acordo de Pesca em 2008 na Comunidade de Rio Cardoso, os conflitos relacionados à pesca não foram totalmente resolvidos. Alguns conflitos persistem, enquanto outros permanecem adormecidos, ressurgindo em determinados períodos do ano. Além disso, novos conflitos emergem, evidenciando a complexidade das relações sociais e ambientais na comunidade. Essa dinâmica reflete a necessidade contínua de diálogo e entendimento entre as práticas tradicionais e as mudanças sociais, promovendo um uso sustentável e harmonioso dos recursos naturais.

5.2 Organização, estrutura, conflito e conflitualidade no Acordo de Pesca na Comunidade de Rio Cardoso

Ao pensar em Acordos de Pesca, é fundamental reconhecer que, embora muitos compartilhem semelhanças, cada um possui especificidades que os diferenciam. Cada organização considera seu contexto social e suas particularidades na gestão e na tomada de decisões.

O Acordo de Pesca da comunidade de Rio Cardoso abrange 80 famílias, incluindo mães solo e pais. É importante ressaltar que a contagem é feita por família, e não por pessoa. Para se tornar membro, é necessário ter uma família residente na comunidade. No final de cada ano,

durante a assembleia, as famílias interessadas em ingressar apresentam suas solicitações, que seguem para aprovação a fim de efetivar a entrada de novos membros.

Na estrutura da organização do Acordo de Pesca, cada família indica uma pessoa para integrar os grupos de vigilância, que são divididos em sete grupos, um para cada dia da semana. Essas vigilâncias funcionam como “formas cotidianas de resistência” (Scott, 2011, p. 227), garantindo que a área do Acordo de Pesca seja monitorada diariamente.

No início do Acordo, não havia uma embarcação própria para essa finalidade; os grupos utilizavam pequenos cascos, rabetas ou, quando disponível, barcos de médio porte. À medida que a organização amadurece e os recursos provenientes das capturas aumentam, a aquisição de uma embarcação para vigilância torna-se uma prioridade.

Figura 14- Embarcação da Vigilância do Acordo de Pesca de Rio Cardoso



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2024.

O Acordo de Pesca adquiriu uma embarcação tanto para vigilância quanto para armazenar os peixes no momento da captura. O processo organizativo de vigilância, no entanto, não é uniforme entre os Acordos de Pesca. Por exemplo, no Acordo do Meio, há fiscais pagos pela comunidade, que são responsáveis por monitorar a captura do pescado.

Na comunidade do Rio Cardoso, a vigilância é realizada a bordo do barco. Em contrapartida, o Acordo do Meio é dividido em três subgrupos: Acordo do Meio I, Acordo do Meio II e Acordo do Meio III. No Acordo do Meio I, a vigilância é efetuada a partir de uma casa de palafita localizada em um ponto estratégico, que permite visualizar toda a área de pesca (Figura 16).

Figura 15- Casa de Vigilância do Acordo do Meio I



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2024.

No Acordo do Meio II, foi construída uma base flutuante utilizando tambores, acompanhada de uma estrutura coberta. Essa configuração permite maior flexibilidade, dependendo das condições da maré e do clima. A balsa pode ser posicionada tanto fora quanto dentro do rio Áratícu, onde está situada a comunidade do Acordo de Pesca.

Essa estratégia não apenas facilita a vigilância da área, mas também oferece um espaço protegido para as atividades de pesca, permitindo que os pescadores se abriguem em caso de mudanças climáticas adversas. Além disso, a estrutura flutuante serve como ponto de encontro para os membros da comunidade, promovendo a integração e a cooperação entre os pescadores. Assim, a construção da base reflete um esforço coletivo para adaptar-se às dinâmicas do ambiente, garantindo a segurança nas vigilâncias (Figura 17).

Figura 16- Balsa de vigilância do Acordo do Meio II



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2024.

Os Acordos de Pesca realizam a vigilância de maneiras distintas, levando em consideração suas especificidades, e o meio influencia diretamente como esses atos de vigilância são conduzidos. Dentro das equipes de vigilância, há sempre um representante designado para cada grupo.

Além disso, existe uma comissão composta pelo presidente do Acordo de Pesca, eleito em assembleia, juntamente com o secretário e o tesoureiro. A união desses três, junto com os representantes de cada grupo de vigilância, forma a comissão. Essa comissão é responsável por organizar, representar e tomar decisões urgentes quando não é possível convocar uma assembleia.

Em 2008, foi criado o Estatuto do Acordo de Pesca da Comunidade de Rio Cardoso, que estabelece diretrizes fundamentais para a gestão e funcionamento do acordo. O Estatuto é composto por diversos artigos que detalham os objetivos, direitos e deveres dos membros, bem como as regras para a tomada de decisões e a organização interna.

Art. 1º - Fica criado o acordo de pesca da Comunidade de Rio Cardoso, através de Assembleia Geral, realizada no dia 12 de Maio de 2008.

Art. 2º - Esse Estatuto tem por finalidade disciplinar a pesca neste acordo.

Art. 3º – Fica permitida a prática de pesca do mapará somente com rede aberta, e por pescadores previamente convidados por este acordo de pesca. §Único: Fica permitido a pesca de Tainha somente com malhadeira 0,30 mm. Acima.

Art. 4º – Fica proibida a prática da pesca de malhadeira de Arrastão, pesca de rede de lancear camarão e pesca de tarrafa.

Art. 5º - Fica assegurado o percentual de 50% para o acordo de pesca da Comunidade de Rio Cardoso.

Art. 6º – A área delimitada neste acordo de pesca fica restrito aos Pescadores da comunidade.

Art. 7º – Os materiais inadequados com este acordo de pesca serão recolhidos e remetidos aos órgãos competentes.

Art.8º - Este Estatuto entrará em vigor após sua aprovação e publicação (Estatuto do Acordo do Rio Cardoso, 2008).

A comunidade cria suas próprias leis e normas que podem ser mudadas, criadas e extintas dependendo das demandas surgidas na organização. Essas normas e leis são de coexistência e uso comum de uma vinculação mútua entre os membros do Acordo de Pesca (Pereira, 2015). As normas e Leis também mudaram a forma de pescar dentro da área do Acordo de Pesca a proibição no Artigo de malhadeira de Arrastão que era bastante praticada quando as tecnologias tradicionais começaram a entrar em desuso por causa da escassez do pescado. Permitiu-se apenas a pesca de rede aberta conhecida como pesca de borqueio. A captura do pescado por rede de pesca passou a ser dividida a metade com a comunidade.

No início da implantação da interna da comunidade ocorreu resistência por parte dos donos das redes de borqueio e com malhadores da pesca de arrastão. Por causa dessa resistência a vigilância nos primeiros na área do Acordo de Pesca acontecem 24 horas.

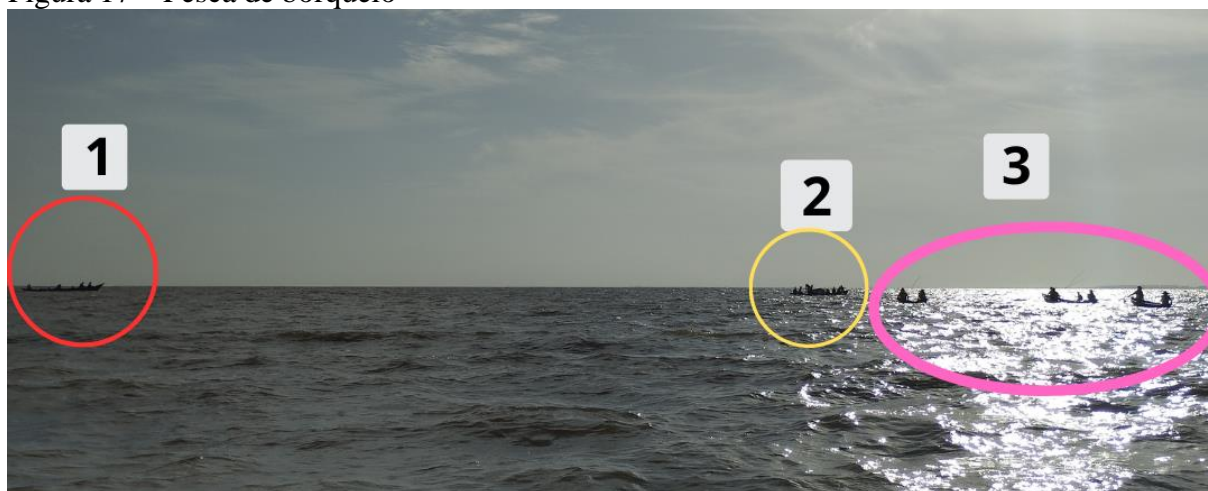
Logo que iniciou era dia e noite, era a noite inteira não tinha maré e agora de um tempo pra cá, não. O pessoal quando vejam que a gente tá vigiando... Na vazante é mais perigoso por causa dos predadores que são os malhadores aí a gente sai meia de vazante que é o horário que o pessoal começa a sair pra malhar, aí água enche e sai o perigo de malhar porque o peixe não dá logo no começo da enchente, ele só vai dar próximo a preamar. Depois disso não, a água começou vazar tem que vigiar direto o peixe da mais na vazante e não na enchente. (Arielson Leão, Pescador, entrevista março de 2024).

Os malhadores de arrastão são vistos como predadores por causa da malha das malhadeiras, serem de malha menores que as permitidas. A malhadeira e solta na maré vai sendo arrastada pela correnteza do rio não se tem como diferenciar se peixe capturado vai ser grande ou pequeno. Diferentemente na pesca de bloqueio, é possível saber o tamanho e tipo de peixe a ser capturado.

Na pesca de borqueio não é possível ser realizada por uma única pessoa por causa das funcionalidades e do tamanho da rede, já na pesca de malhadeira pode ser praticada apenas por uma pessoa.

Para realizar um único borqueio são necessários no mínimo 8 pescadores cada um com uma habilidade distinta, este são: taleiro, caruca, jogador de rede, mergulhador, piloto do taleiro, os remadores de proa e popa do casco de rede e piloto do barco que puxa os casco de rede (Figura 18).

Figura 17 – Pesca de borqueio



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2024.

Após a embarcação(1) que faz reboque dos cascos parar, começa ação de procurar o cardume, os cascos da rede(2) que estão encostado um no outro e só se soltam se acontecer o borqueio e na frente ou atrás isso depende muito da maré, o taleiro(3) que pode ser um ou mais de um.

O taleiro é responsável por localizar o cardume utilizando dois instrumentos: a tala, feita de paxiúba, e o prumo. A tala é utilizada em áreas de menor profundidade, enquanto o prumo é destinado a profundidades maiores. O taleiro carrega consigo um remo pequeno, que serve para direcionar o casco, cuja condução pode, em alguns casos, ser realizada por mulheres.

Ao usar a tala, o taleiro a segura com uma das mãos e realiza um movimento giratório lateral, lançando-a para frente. À medida que seu braço se eleva da água, esse movimento é repetido várias vezes. No caso do prumo, ele sustenta a linha na ponta de um dos dedos.

Tanto na utilização da tala quanto do prumo, o taleiro consegue diferenciar o tamanho dos peixes pela intensidade do toque quando o cardume encosta nos instrumentos. Um toque mais intenso indica a presença de um peixe maior, enquanto um toque mais leve sugere que o peixe é pequeno. Além disso, se o toque for mais frequente, isso indica que o cardume é grande; por outro lado, um toque de menor frequência sugere um cardume menor (Figura 19).

Figura 18- O Taleiro e o piloto



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2022.

Quando o taleiro localiza o cardume de peixe, ele faz sinal levantando o remo, chamando a atenção dos cascos de rede para que fiquem em prontidão. Ao balançar o braço de um lado para o outro, os dois cascos de rede se soltam em direções opostas, formando um círculo.

Nesse momento, a caruca começa a agitar a água, batendo a moponga, que é o som das mãos batendo na superfície d'água. Isso serve para atrair os peixes para dentro do círculo, que só será fechado quando o taleiro sinalizar novamente com o remo.

Após a rede se fechar, a caruca para de bater a moponga apenas quando os cabos da rede são amarrados na parte da rede onde estão os chumbos. Às vezes, essa função de caruca fica a cargo dos mais jovens ou de outros membros da comunidade que fazem parte do Acordo de Pesca (Figura 20).

Figura 19– Caruca batendo a moponga no rio



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2022.

Os mergulhadores são responsáveis por passar o cabo no fundo da rede para puxá-las. Dentro da pesca de borqueio o trabalho do mergulhador é considerado o mais perigoso por causa da profundidade que eles têm que passar os cabos que podem ser de quatro a cinco cabos necessários.

No município de Limoeiro do Ajuru já aconteceu acidente com mergulhador ocasionando morte. Um outro pescador fica segurando uma extremidade do cabo e na outra o mergulhador mergulha para amarrar na parte da rede onde estão o chumbo. Quando todos os cabos são amarrados estes são puxados todos juntos para tirar a rede do fundo (Figura 21).

Figura 20 – Megulhadores passando cabo de rede



no moto g⁶ plus
Pastana-Ety

Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2022.

Muitas dessas atividades na pesca de borqueio são realizadas por pescadores do próprio Acordo de Pesca ou de Acordos vizinhos. Quando a rede é retirada e no ato de retirar o peixe é dividida entre o Acordo de Pesca e donos da rede de borqueio 50% do peixe capturado. A prática da pesca de borqueio como no caso da comunidade de Rio Cardoso passou a ser a única permitida para captura de peixe.

Já é sabido que os Acordos de Pesca foram criados pelos conflitos produzidos com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Neste sentido, estudos que objetivam compreender problemáticas na pesca artesanal no Baixo Tocantins precisam considerar a histórica dos impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí modificou o Rio Tocantins.

No ensaio “Acordo de pesca da Ilha Saracá, no município de Limoeiro do Ajuru-PA: Uma proposta de intervenção a partir dos recursos pesqueiros” (Souza *et al.*, 2018), por exemplo, realiza um breve entendimento do Acordo de Pesca da Ilha Saracá, porém não faz nenhuma menção do conflito na pesca consequência da barragem. Trata que a diminuição do estoque pesqueiro é bastante conhecida, entretanto não faz relação de estudo sólidos e até mesmo os relatos dos próprios pescadores que enfatizam esse histórico com muita precisão. Os escritos de Pereira (2014, 2015) que realiza trabalhos primorosos sobre a região Tocantina e

Mérona *et al* (2010) fazem uma análise profunda sobre a pesca antes e depois da construção da barragem, financiado pela própria Eletronorte. Souza *et al* (2018) delega que “à parte das implicações político-administrativas, limitações técnicas quanto à infraestrutura e deficiências no manejo, o setor pesqueiro também é vítima das lacunas de conhecimentos técnico-científicos” (2010, p. 1).

O setor pesqueiro no Baixo Tocantins é vítima dos impactos da barragem que até hoje não tiveram nenhum tipo de compensação que correspondesse à amplitude dos problemas causados para as comunidades ribeirinhas. Ainda por Souza *et al* (2018) não realiza uma correlação da pesca predatória ocasionada pelo aumento na pressão pesqueira fruto dos inchaços populacionais oriundos do processo de espoliação que comunidades inteiras perderam seus territórios indo para as periferias das cidades demandando assim mais alimentação, ou seja, mais peixes.

Realizar estudos sobre o setor pesqueiro no Baixo Tocantins sem fazer nenhuma menção às situações sociais ora mencionadas e ainda, responsabilizar pescadores, pescadoras e as Comunidades Ribeirinhas pelos problemas enfrentados na pesca artesanal, é injusto. Não condiz com o histórico de lutas empreendidas por essas comunidades para a criação dos Acordos de Pesca.

Nesse contexto, os conhecimentos técnico-científicos são tão importantes quanto os saberes tradicionais. O fato de as próprias comunidades criarem os Acordo de Pesca sem conhecimento técnico-científico já é uma prova do quanto as comunidades compreendem a importância de preservar o ambiente, pois, os pescadores e pescadoras sabem que sem peixes no rio suas vidas ficam penosas.

Aqui é importante destacar um fato ocorrido antes da Abertura da Pesca do ano de 2023. Na tarde do dia 27 de fevereiro dois pescadores estavam observando o horizonte do Rio Tocantins dialogando sobre o dia 1 de março. A maré iria dar ótima para pescar e os donos das redes de borqueio deveriam ficar em alerta no raiar do dia por volta das 6 horas da manhã. Pois, o Gavião Grande ou Gavião Arriar estava capturando mapará todos os dias dessa forma o mapará iria amanhecer dentro da Regueira (pesqueiro Reguinho).

Portanto, a observação se torna essencial para os pescadores. O ato de observar o comportamento das marés e animais demonstra que se aprende com a natureza uma vez que existe uma relação do território não apenas como lugar de sustento. A natureza possibilita aprender pelo ato de observar suas movimentações evoca conhecimento e sabedoria tradicional única das comunidades tradicionais.

Olhares apressados que correm com o tempo dificilmente conseguem tê-la como fonte de inspiração e ensinamento, todavia para pescadores e pescadoras ribeirinhos(as) artesanais há uma relação entre animais humanos e não humanos que não se fragmenta. Aqui dois animais ganham o boto e o gavião. Onde o boto grande estiver girando é sinal que no local tem cardume de peixe. E o Gavião Grande ou Gavião Arriar é o marcador para indicar uma boa pescaria de mapará, visto que essa ave é *especialista* em capturar esse tipo de peixe. Assim, se o gavião pousar em uma vara fincada na praia em sinal de prontidão para capturar o peixe sinalizando que a pesca será farta.

O Gavião Arriar geralmente fica na ponta de uma vara na Ponta da Ilha esperando o momento oportuno para pescar o mapará. Esse ato do pássaro observado pelos pescadores aprenderá que quando ele fazia isso com frequência era sinal que tinha cardumes de peixes nos pesqueiros. Esses dois exemplos para entender a importância dos saberes tradicionais, os mapas, as tabelas e os registros fotográficos retratam os saberes dos pescadores e a pesquisa não foi quem as criou. Eles já têm esse conhecimento de suas próprias experiências e a utilização das geotecnologias, fotografias e os outros recursos metodológicos da pesquisa dialogam com os saberes tradicionais é apenas representação de outra forma esse conhecimento.

Tudo isso para dizer que os pescadores e pescadoras não são vítimas das lacunas dos conhecimentos técnicos-científicos, mas, são vítimas dos impactos que a Usina Hidrelétrica de Tucuruí provocou na região com processos de conflitualidades criados com a redução dos estoques pesqueiros.

Após a criação dos Acordos de Pesca, novos conflitos começaram a surgir, com o objetivo de proteger as áreas delimitadas. As comunidades, por meio dos Acordos de Pesca, passaram a disputar as fronteiras das áreas de pesca. Um exemplo disso é o conflito na fronteira entre o Acordo de Pesca do Sítio Prainha e o Acordo de Pesca do Rio Cardoso, assim como o conflito entre o Acordo do Rio Piquiatuba e o Acordo de Pesca do Rio Cardoso.

A questão de delimitar a área nós já vencemos, nós passamos um período aí muito problemático mesmo. Mas, a gente tem o conflito temos uma área aqui embaixo na parte de fora e a parte fora da Prainha. Ano retrasado nós afincamos a vara lá e arrancaram. Primeiro nós colocamos uma pedra com uma boia cortarão o ferro e levaram a boia. Depois nós aficamos uma vara, arrancaram a vara aí um dos maiores conflitos é nessa área aqui (Mapará, Funcionário público e pescador, entrevista jan/2024).

Nos primeiros anos após a implementação dos Acordos de Pesca, os maiores conflitos surgiram devido às disputas pela demarcação das fronteiras. O processo de territorialização

gerado pelos Acordos de Pesca resultou em tensões não apenas entre as comunidades, mas também entre outros agentes.

Um dos principais pontos de conflito envolvia os redeiros, que eram responsáveis pela divisão dos 50% da captura destinada à comunidade. Essa divisão nem sempre era bem recebida, gerando descontentamento aos donos das redes de borqueio. Além disso, os pescadores que utilizavam técnicas de pesca de malhadeira de arrastão também se viam em conflito com as regras estabelecidas pelos Acordos, uma vez que suas práticas podiam comprometer os estoques pesqueiros e as tradições de pesca artesanal.

Essas disputas revelam como a gestão coletiva dos recursos naturais pode ser complexa, exigindo um constante diálogo e negociação entre os diferentes grupos para garantir que o pescado e a atividade de pesca sejam preservados.

Hoje a gente tem uma parceria com o pessoal da Prainha são nossos vizinhos e a gente teve várias reuniões pra gente organizar a demarcação dos acordos e hoje a gente trabalhando sempre dando orientação e vendo orientação. Olha hoje a gente não tem a vara, mas cada um sabe onde é seu setor de cada Acordo de Pesca um respeitando o outro e ser respeitado. Por isso hoje a gente não tem mais esse conflito entre prainha e Piquiatuba, a gente sabe e o Piquiatuba sabe onde é o dele, Prainha sabe onde é o dele e a gente sabe onde é o nosso. Acho que não existe mais conflito, os Acordos o que eles têm que fazer é se dar a mão para que nós possamos organizar e legalizar a nossa área pesqueira porque sem a nossa área pesqueira nós não somos nada e não adianta nós brigarmos um com o outro e quando a gente prestar atenção nosso território pesqueiro já não existe. Então nós devemos estar muito de olho aberto para que nós possamos cada vez mais se unir o Acordo de Pesca e quando aparecer algum infrator a gente possa defender o que é nosso (Daniel Pastana, pescador, entrevista 31 de janeiro de 2024).

A coordenação dos Acordos de Pesca tem um papel crucial na mediação e negociação de conflitos entre as comunidades pesqueiras. Com o passar dos anos, essas organizações vão consolidando suas fronteiras, estabelecendo limites claros que ajudam a minimizar disputas.

A resolução dos conflitos ocorre, em grande parte, através de um processo de mudança no entendimento entre as partes envolvidas. À medida que os Acordos de Pesca se fortalecem, as comunidades percebem que a união em torno de objetivos comuns não apenas promove a convivência pacífica, mas também confere a elas um poder significativo para decidir ações no âmbito municipal. Essa colaboração possibilita a construção de um diálogo construtivo e a formulação de estratégias coletivas, que não apenas preservam os recursos pesqueiros, mas também fortalecem a identidade e a coesão social entre os membros das comunidades.

Portanto, a evolução dos Acordos de Pesca representa um passo importante não apenas para a gestão dos recursos, mas também para a promoção da solidariedade e da resistência frente aos desafios que enfrentam.

Alguns conflitos são bem localizados em um período específico, como por exemplo, o conflito que surge apenas na Abertura da Pesca com os turistas de “fora” das comunidades e de outros municípios. A Abertura da Pesca é um momento muito esperado pelas Comunidades Ribeirinhas, mas, também apresenta um período de muita tensão. Criou-se uma midiaticização muito grande e com isso todos os anos, o número de pessoas de “fora” só faz aumentar. São muitos curiosos, profissionais de canais de televisão (TV) e rádio, assim como políticos, pesquisadores, enfim, todos querem presenciar o momento da Abertura da Pesca.

Eu vejo com muita preocupação a abertura da pesca tanto pelo poder público. Hoje o poder público é o que eu vejo, é a minha visão. Hoje o poder público ele não tá preocupado com a produção do Acordo com a organização ele tá preocupado em fazer mídia com que o Acordo tá produzindo. Isso até dificulta pra gente. São os Acordos de Pesca tem que pegar o peixe fugir e se esconder, na hora a gente não vê secretaria de pesca pra tá lá, não vê lá o policiamento pra tá ajudando a gente. Essa aqui agora nesse ano aqui pense o próprio pessoal que tava dentro da lancha que eram pra fazer a fiscalização da pesca estava preocupado em pegar o peixe pra levar os 10%. Não, eles só começam a aparecer 10 de fevereiro que já tá próxima abertura da pesca. Então a gente já teve todo um trabalho, todo um sacrifício. Eu vejo a abertura da pesca com uma preocupação muito grande em termo de segurança não em termo de organiza do Acordo, o Acordo de Pesca. Então a gente se organiza, mas em termo de segurança eu observo com muita preocupação as gestões elas estão preocupadas com a imagem da abertura da pesca, elas não estão preocupadas com a imagem dos Acordos de Pesca. “O Acordo de Pesca tal se saiu bem?” Não. O slogan que eles utilizam é da abertura da pesca no município do Limoeiro do Ajuru e então por trás dessa abertura tá os Acordos, né? Que realmente fazem o trabalho acontecer e a gente não é visto dessa forma. (Mapará, Funcionário público e pescador, entrevista jan/2024, grifo nosso).

A abertura da pesca tem gerado preocupações significativas entre as comunidades locais, especialmente devido às dificuldades enfrentadas pelos Acordos de Pesca em realizar suas atividades de pesca. Embora o Estado, na esfera municipal, tenha promovido a abertura da pesca como um evento turístico atrativo, essa estratégia tem gerado consequências indesejadas.

O influxo de turistas e pescadores de fora tem contribuído para um descontrole nas atividades pesqueiras. O aumento no número de embarcações não apenas sobrecarrega os recursos pesqueiros, mas também provoca um impacto sonoro intenso, que afeta a busca pelos cardumes e prejudica o momento crucial do borqueio — quando os pescadores buscam capturar os peixes.

Outro fator que tem contribuído significativamente para a atração de turistas durante a abertura da pesca é o processo de midiaticização promovido pela imprensa. Frequentemente, a cobertura midiática desse evento não segue critérios claros e, muitas vezes, é impulsionada por figuras influentes que buscam se promover por meio da divulgação da atividade pesqueira.

Então a gente se sente assim pra abertura da pesca os Acordos de Pesca são usados e isso eu vejo com uma preocupação muito grande. E eu vou bater de frente e ano passado não conseguir por que assim a imprensa ela é livre, né? Pode entrar em qualquer território e eu até fiz um ofício pra tentar

impedir algumas gravações aqui no nosso Acordo de Pesca. Porque tem gente que vem gravar pra filmar só pra vender a nossa imagem, mas ele não chega com a Comunidade “quem é a coordenação? Quem é o fulano?” Pra fazer uma entrevista pra falar do trabalho do seu Acordo, eles chegam só pra mostrar, eu vejo com uma preocupação. No próximo ano nós vamos fazer um documento pra credencia as impressas que querem vir, se quiser vir a regra é essa aqui. Tu vais procurar o fulano, o fulano pra fazer a entrevista tu não podes simplesmente e filmar e vender a nossa imagem e por trás dessa imagem tem todo um trabalho, tem toda uma valorização do Acordo de Pesca, isso a gente não vê. A gente vai dar a Cezar o que é de Cezar o mérito não é do município o mérito é do Acordo de Pesca, porque tu não vai com o presidente do Acordo, tu não pega um redeiro aí a pessoa que tá envolvida e realmente saber como é o trabalho tudinho e mostrar o fruto, mas mostra como foi plantada a árvore é o que nós não estamos tendo e isso a gente perde, né? Porque não vai o nome do Acordo tal, não vai o nome do grupo de trabalho só vai abertura da pesca e por trás disso tem todo um trabalho (Mapará, Funcionário público e pescador, entrevista jan/2024, grifo nosso).

Esse fenômeno de midiaticização, ao transformar a abertura da pesca em um evento amplamente publicitário, acaba distorcendo o seu verdadeiro significado e potencial. Em vez de ser vista como uma tradição local, que envolve práticas de gestão ambiental coletiva e o fortalecimento da comunidade pesqueira, a abertura da pesca se torna um espetáculo atraente para turistas. Isso resulta em um desvio dos objetivos originais que buscavam a preservação dos recursos pesqueiros e o respeito às práticas culturais locais.

Além disso, a cobertura midiática muitas vezes ignora as vozes das comunidades pesqueiras, que têm um profundo conhecimento sobre os ecossistemas aquáticos. Essa falta de representação pode levar à marginalização das preocupações locais e à promoção de uma imagem romantizada da pesca, que não leva em consideração os desafios enfrentados pelos pescadores.

Para reverter essa situação, é crucial que haja um envolvimento mais ativo das comunidades na narrativa em torno da abertura da pesca. A imprensa poderia adotar uma abordagem mais equilibrada, dando espaço para as histórias e experiências dos pescadores locais. Isso não só valorizaria a cultura e as práticas pesqueiras, mas também ajudaria a conscientizar os turistas sobre a importância dos Acordos de Pesca.

O Estado se configura como um dos principais financiadores da problemática que afeta a abertura da pesca, um momento crucial para as comunidades pesqueiras. Durante esse período, especialmente nos três primeiros dias, as tensões aumentam significativamente para os Acordos de Pesca, que muitas vezes perdem o controle sobre suas atividades.

A falta de uma política municipal ou estadual de conscientização voltada para os turistas agrava essa situação, pois não há diretrizes claras que promovam a segurança durante a abertura da pesca.

É importante ressaltar que a abertura da pesca é um dos momentos dentro de uma estrutura mais ampla que envolve o Acordo de Pesca. Este momento não representa a totalidade

do trabalho realizado por essas organizações. Ao contrário, ele é o resultado de um processo coletivo que se constrói ao longo do ano, com dedicação e planejamento. Esse trabalho é realizado de forma contínua, variando em intensidade, com períodos de maior visibilidade e outros de menor ênfase.

A vigilância diária durante a abertura da pesca impõe um custo elevado de combustível, o que pode comprometer a manutenção das embarcações responsáveis por essa fiscalização. Quando a captura do pescado é escassa, esse custo se torna ainda mais desafiador, afetando a permanência contínua do processo de vigilância e, conseqüentemente, enfraquecendo a ação da vigilância do Acordo de Pesca em alguns anos. No entanto, isso não apaga as raízes construídas por essas iniciativas ao longo do tempo.

Muitas vezes se fosse uma abertura de pesca que o povo tivesse consciência a maior parte da população de fora era muito importante. Porque eu tenho a certeza que dentro dos acordos de pesca., tá tem acordo de pesca que não tem aquela dignidade, mas nós aqui no Cardoso sempre tivemos dignidade quem dera que a gente pudesse durante a abertura, quando começasse a abertura da pesca quem dera que a gente pudesse saciar todas as famílias que viesse dentro do trabalho era muito importante e todo mundo ia alegre e satisfeito, né? Muitas vezes a gente não faz isso porque vem muitas pessoas ignorantes muitas pessoas armadas e por isso que muitas vezes a gente não faz certas coisas, mas quem dera se todo mundo tivesse um respeito pelo Acordo de Pesca na abertura a gente saciava muita gente dentro do Acordo (Daniel Pastana, pescador, entrevista 31 de janeiro de 2024).

As comunidades pesqueiras, por sua vez, têm enfrentado dificuldades em controlar o impacto da midiaticização sobre a abertura da pesca, que atualmente ganhou um caráter turístico exacerbado. Muitas vezes, figuras políticas e influentes são mais destacadas na cobertura midiática do que os próprios pescadores. A presença de governantes em fotos promocionais, como o registro com o marapá, e a produção de documentários focados em entrevistas com políticos e representantes de entidades, em detrimento das vozes dos pescadores, evidenciam essa distorção.

Além disso, as páginas e portais da prefeitura utilizam slogans voltados para atrair turistas, contribuindo para a transformação da abertura da pesca em um evento que pode ignorar as necessidades e desafios das comunidades locais. A soma dessas ações tem gerado uma grande problemática nos debates em torno da abertura da pesca. Em 2019, durante a visita do deputado estadual Bordalo (PT), foi apresentado o projeto de Lei nº 26/2017, que visava reconhecer a Abertura da Pesca do Marapá como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Pará. Essa proposta foi sancionada em 8 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado em 9 de abril de 2019 e aprovada pela Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) em 2 de março do mesmo ano (REDE PARÁ DE NOTÍCIAS, 2019).

Contudo, é importante destacar que a elaboração dessa lei não contou com um debate significativo com as comunidades locais. O projeto foi instituído com foco exclusivo na abertura da pesca, sem considerar as perspectivas e a participação das comunidades pesqueiras. Essa falta de diálogo e inclusão resultou em impactos negativos sobre o controle organizativo que essas comunidades anteriormente mantinham durante o período da abertura da pesca. Assim, a legislação, ao invés de fortalecer as tradições e práticas locais, contribuiu para a marginalização das vozes que realmente compreendem a dinâmica da pesca na região. Atualmente é necessária a presença policial para tentar fazer a segurança no ato do borqueio e principalmente na retirada do peixe da rede de pesca (Figura 4).

Figura 21 – Processo da retirada do pescado da rede de borqueio



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2022.

Nos últimos anos, a presença da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Ambiental durante a Abertura da Pesca tornou-se frequente. Essas forças de segurança atuam como um aparelho do Estado, realizando ações de fiscalização no evento. No entanto, é importante ressaltar que essa intervenção não ocorre por vontade própria do Estado; na verdade, os Acordos

de Pesca começaram a pressionar por essa presença, inclusive fazendo campanhas para garantir a atuação policial.

Essa demanda por segurança reflete a preocupação das comunidades em relação à desorganização e ao descontrole que muitas vezes acompanham a abertura da pesca. Assim, a solicitação da presença policial se tornou uma estratégia das comunidades para proteger seus interesses e assegurar que as atividades pesqueiras sejam realizadas de maneira que seja possível realizar a pesca.

O Estado não tem garantido a presença do policiamento durante a abertura da pesca, e os custos têm sido assumidos pelo município. Quando os recursos municipais são insuficientes para cobrir as despesas de diárias, alimentação, estadia e combustível para as embarcações, os gastos acabam sendo divididos entre a prefeitura e os Acordos de Pesca.

Por exemplo, em 2017, o custo total para a segurança dos Acordos de Pesca foi de R\$ 6.400,00 para oito dias de trabalho de oito policiais, com cada diária custando R\$ 100,00. Esse valor foi dividido entre seis Acordos de Pesca, incluindo a comunidade de Rio Cardoso. Essa situação evidencia que o Estado tem delegado completamente sua responsabilidade, enquanto deveria atuar para preservar, fiscalizar e apoiar ações que beneficiem a população local da Amazônia e o meio ambiente. Essa falta de suporte estatal compromete a eficácia das iniciativas de segurança e sustentabilidade nas comunidades pesqueiras.

Na organização da abertura da pesca para facilitar a identificação dos membros do acordo de pesca e das Turmas de Pesca¹⁸ as camisas são padronizadas para diferenciá-los. No registro fotográfico, por exemplo, os membros do Acordo de Pesca da comunidade de Rio Cardoso usavam uma camisa com o brasão do município e na frente um símbolo do mapará e no entorno escrito o nome do Acordo de Pesca. Essa identificação facilita a ação da polícia em não deixar entrar pessoas de fora no momento da retirada do pescado da rede. Na abertura da pesca os conflitos estão localizados nos pesqueiros onde acontece o borqueio.

Quadro 5- conflitos localizados no Acordo de Pesca

Tipo de conflito e conflitualidade	Motivações
Conflito por fronteira dos Acordos de Pesca	Conflito entre as comunidades por causa da demarcação das áreas dos Acordos de Pesca latente no início da criação dos Acordos de Pesca próprio de cada comunidade.
Conflito na abertura da pesca	Conflito do Acordo de Pesca com os turistas provocando pelo processo de mediação.

¹⁸ As Turmas como são chamadas os grupos de pescadores e pescadoras que tem a redes de borqueio ou rede aberta.

	Localizando principalmente nos pesqueiros onde acontece o borqueio.
Conflito com pescadores da pesca de arrastão com malhadeira	Conflito por causa da invasão das áreas de pesca por pescadores de arrastão e por isso acontece às vigilâncias dos Acordos de Pesca.
Conflitualidade motivados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí	Conflitualidade processo de conflitos criados pelos impactos da barragem que provocaram conflitos entre os pescadores pela disputa do acesso ao pescado.
Conflitualidade motivados pelo projeto da Hidrovia Araguaia Tocantins	Conflitualidade criado pelo projeto da hidrovia motivado pela preocupação da sobreposição dos impactos da barragem e da hidrovia.

Fonte: Ariete Pastana Leão dados coletados nas entrevistas, 2024.

Todos esses conflitos estão diretamente relacionados à conflitualidade gerada pelos projetos estatais capitalistas, que muitas vezes sobrepõem os territórios das comunidades ribeirinhas em nome de um desenvolvimento que ignora suas necessidades e tradições. Essa dinâmica resulta na chamada "ambientalização dos conflitos" (Leite Lopes, 2004), onde questões ambientais se entrelaçam com as lutas por direitos territoriais e a preservação da cultura local.

O Estado, ao se posicionar como principal financiador desse processo, desempenha um papel paradoxal: enquanto deveria proteger e apoiar as comunidades, acaba por degradar seus territórios e espoliar suas vidas. A implementação de projetos que priorizam interesses econômicos em detrimento dos territórios de vida das comunidades

Essa situação gera um ciclo de vulnerabilidade, em que as comunidades ribeirinhas são forçadas a lutar por seus direitos, suas atividades que compõem sua existência e seus territórios enquanto habitat, enquanto enfrentam a pressão de projetos que visam apenas a exploração formando dos territórios em zona de sacrifício.

Os Acordos de Pesca representam a solidificação das resistências das comunidades ribeirinhas, que não se deixaram levar pelas investidas externas em seus territórios. Essas iniciativas coletivas surgiram como uma resposta proativa às ameaças que enfrentam, demonstrando a força e a resistência das comunidades em preservar seus modos de vida e seus territórios.

Além das leis municipais que foram elaboradas com base nas iniciativas dos Acordos de Pesca, atualmente há uma mobilização crescente para a "legalização dos territórios pesqueiros". Essa movimentação visa garantir reconhecimento formal e segurança jurídica para as áreas de pesca, permitindo que as comunidades exerçam seus direitos sobre o território pesqueiro de maneira mais efetiva.

Dentro do município, três Acordos de Pesca têm se dedicado a instituir essa legalização, buscando apoio e aprovação em nível estadual, dentre eles o Acordo de Pesca da comunidade de Rio Cardoso. O objetivo é assegurar a segurança e dar poder para as comunidades pesqueiras, possibilitando que elas possam agir em defesa de seus direitos de forma mais estruturada e organizada.

A criação do Acordo de Pesca gerou efeitos que melhoram a segurança alimentar da comunidade. Com o Acordo de Pesca a comunidade tem acesso a uma alimentação melhor, o pescado faz parte do hábito alimentar das comunidades ribeirinhas.

Eu fico muito alegre porque tenho certeza que todos nós que vive dentro do nosso território pesqueiro a gente tenha o respeito por ele é de lá que nós tiramos nosso sustento. Então é uma alegria muito importante porque se nós não zelar por aquilo que é nosso dificilmente nós tem algumas coisa por isso que hoje o território pesqueiro dentro do nosso município, dentro da nossa comunidade, da nossa localidade do Rio Cardoso a gente tira muito proveito porque hoje é uma coisa que deu muitas alegria pra nós porque hoje nós vigia. Nós estamos comendo ovo, mortadela, mas depois de abrir a pesca nós vamos começar a comer mapará, a pescada, filhote, dourada porque a gente tem por isso pra mim foi uma coisa muito importante dentro das comunidades e dentro dos municípios dentro do território pesqueiro existir o Acordo de Pesca (Daniel Pastana, pescador, entrevista 04 de maio de 2024).

O Acordo de Pesca criado na foz do Rio Tocantins requer um esforço significativo para compreender a complexidade de suas implicações e os efeitos que essas estratégias têm gerado nas comunidades ribeirinhas. Este acordo vai além da mera preservação dos recursos pesqueiros; ele é um reflexo da consciência coletiva das comunidades sobre a importância de proteger não apenas o acesso ao pescado, mas também sua identidade cultural e seus modos de vida nos seus territórios.

As comunidades entendem que a existência do Acordo de Pesca influencia diretamente diversos aspectos de sua realidade, incluindo a economia local, a segurança alimentar, a gestão do território e a valorização da identidade. A proteção dos recursos pesqueiros é, portanto, parte de um esforço mais amplo para garantir as múltiplas atividades que caracterizam a vida comunitária, como a pesca, o cultivo, entre outros.

O Acordo de Pesca se configura como um instrumento vital na resistência das comunidades ribeirinhas diante das ameaças representadas pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí e pela Hidrovia Araguaia-Tocantins. Nesse contexto, o Acordo de Pesca simboliza o enraizamento dessas comunidades na luta pelo seu território de vida.

Ao se mobilizar por meio do Acordo de Pesca, as comunidades não apenas buscam proteger seus recursos pesqueiros, mas também afirmam seu direito ao território. Essa luta é fundamental para garantir que suas tradições e práticas culturais sejam preservadas, mesmo

diante das pressões econômicas e ambientais que esses grandes projetos de infraestrutura impõem. Assim, o Acordo de Pesca torna-se uma afirmação identitária, onde a resistência se entrelaça com a busca por justiça social e ambiental. Através dessa mobilização, as comunidades ribeirinhas reafirmam sua conexão com o território e a natureza em um vínculo indissociável.

5.4 Aplicativo “De Acordo com a Pesca”

Com a criação dos Acordos de Pesca produção pesqueira dentro dos Acordos de Pesca tem fortalecido a economia local e a alimentação das comunidades e próprio município. Vejamos os dados de 2019, 2021 e 2022.

Tabela 2– Dados de Produção da pesca do mapará

Acordo de Pesca	2019 (registro anual kg)	2021 (registro de março até julho kg)	2022 (registro anual kg)
Acordo de Pesca do Cardoso	X	23.490	52.248
Acordo de Pesca do Sitio Prainha	37.000	X	14.518
Acordo de Pesca do Meio	8.948	6.132	7.130
Acordo de Pesca da Ilha Saracá	27.350	4.040	18.169
Acordo de Pesca da Ilha Araraim	5.948	6.000	23.700
Acordo de Pesca da Ilha Amorosa	6.240	X	X
Acordo de Pesca do Rio Tucumanduba	156	X	X
Acordo de Pesca Ponta do Flexal	X	X	4.500
Acordo de Pesca do Rio Piquiatuba	10.556	X	21.379
Acordo de Pesca Ilha Pautinga	X	X	2.500
Total	106.991	39.662	148.491

Fonte: Dados do relatório da produção pesqueira artesanal dos acordos de pesca do município de Limoeiro do Ajuru- Pará ano - 2019 e dados da secretaria de pesca de Limoeiro do Ajuru dos anos de 2021 e 2022.

Analisando os dados de produção dos três anos percebemos que em muitos Acordos de Pesca não há registro de produção. No ano de 2019 três Acordos de Pesca que tiveram produção não aparece registros sendo do Rio Cardoso, Ponta do Flexal e Pesca Ilha Pautinga. Em 2020 não tem registro de dados publicados ou registrados pela secretaria de pesca do município. No ano de 2021 são seis Acordo de Pesca não aparece produção, são eles: Pesca Ilha Pautinga, Rio Piquiatuba, Ponta do Flexal, Rio Tucumanduba, Ilha Amorosa e Sítio Prainha. Já em 2022 apenas dois não aparecem com produção: Rio Tucumanduba e Ilha Amorosa. Constatamos que existe falha nos registros pelo fato de muitos Acordos de Pesca aparecem sem registro de

produção. Esses dados são apenas da produção da espécie do mapará como se os Acordos de Pesca tivessem uma produção de uma única espécie.

Dados de produção são importantes, como destaca Furtado (1990) para contradizer ideias discursivas da pesca artesanal aparecer como anti-econômica, de baixo índice, economia de subsistência. Ideias que desqualificam a potencialidade produtiva da pesca artesanal.

Essa falha nos registros precisa ser levada em consideração pela importância de ter dados para elaboração de políticas públicas que assegurem a importância dos Acordos de Pesca para as comunidades ribeirinhas. A partir dos dados fornecidos pela secretaria do Acordo de Pesca do ano de 2020 e 2022.

Tabela 3– Dados de Produção da pesca do mapará

Espécie	2021		2022	
	Produção kg	Valor	Produção kg	Valor
Mapará	21.300	R\$ 266.550,00	52.248	R\$ 669.865,00
Pescada	2.190	R\$ 15.330,00	X	X
Total	23.490	R\$ 281.880,00	52.248	R\$ 669.865,00

Fonte: Dados secretária de pesca do Acordo de Pesca 2021 e 2022.

Comparando os dados dos dois anos de produção percebe-se quanto a produção pesqueira é importante economicamente. Esses são os registros da produção bruta, ou seja, essa produção é dividida 50% para a comunidade e 50% para o dono da turma. No ano de 2021 a produção que coube para a comunidade foi 11.745kg de pescado próximo de 12 toneladas. O valor econômico que fica para a comunidade nesse mesmo ano é de R\$ 140.940,00 se fosse dividir esse valor para as 80 famílias daria R\$ 1.761,75 para cada família.

No ano de 2022 os 50% da produção da comunidade foi de 26.124kg de pescado que daria o valor total de R\$ 334.932,50 que dividido nas 80 famílias daria em torno de R\$ 4.186,65. A produção pesqueira é fundamental para a economia da comunidade de Rio Cardoso por ser um dos pilares da produção socioeconômica das famílias. Essa divisão de valores é uma hipótese de quanto cada família receberia, mas não é o valor real que cada família recebe por não está incluso as despesas para manutenção da organização, como por exemplo, gastos do processo de vigilância.

No ano de 2019 a coordenação do Acordo de Pesca discorda que o Acordo não teve produção e em 2023 não foram realizados registros como nos dois anos anteriores. Porque quando a produção não é expressiva o peixe captura é dividido no ato da captura entre as

famílias da comunidade e as que estão presentes no borqueio. Esses registros não são feitos, mas frisamos a importância da produção do consumo familiar.

Por causa dessas dificuldades do acesso dos dados de produção pensou-se em criar um aplicativo para realizar o registro da produção pesqueira dentro do Acordo de Pesca de Rio Cardoso. Na qual fosse possível mapear a produção de cada pescador com maior captura e o menor.

O aplicativo foi construído para uso na organização do Acordo de Pesca pelos próprios pescadores e pescadoras. Foram feitas reuniões com a coordenação para organizar como seria o aplicativo. Quais as questões relevantes que eles achavam que deveriam compor o aplicativo. Foi criado o protótipo para testar na pesca de 2024.

Foi criado junto o aplicativo um Email vinculado para uso do Acordo de Pesca assim a secretaria do Acordo tem o acesso a todos os registros dos dados de produção. A interface de preenchimento dos dados é em formato de formulário¹⁹.

A interface do aplicativo para os registros das produções coletivas consta as seguintes questões: Nome completo- pessoa que realiza o registro; Equipe – dia de qual equipe de vigilância o pescado foi capturado; Local de pesca- identificação do pescador; Data da pesca; Produção da equipe em kg; Tipo de pesca; Principais espécies pescadas; Destino da produção; Registro de alguma ocorrência no processo; Fotografia da pesca.

Não são registrados apenas os dados de produção ou dificuldade encontradas para realizar a pesca. Essas informações são importantes para debater em assembleia que possa ajudar na organização do Acordo de Pesca.

DADOS DOS REGISTROS DO APLICATIVO

Os dados das produções coletadas foram feitos com 24 registros de produção realizados por filhos de pescadores junto a secretaria do Acordo de Pesca. Os dados foram usados nas produções dos pescadores.

Tabela 4– Dados de Produção da pesca do ano de 2024

Pesqueiro	Produção kg
Reguinho	7.510
Ponta da Ilha	3.660

¹⁹ Interface do aplicativo em anexo.

Atrás da Ponta da Ilha	X
Beço do Quebrado	560
Genérica	2.250
Total	13.980

Fonte: Dados do aplicativo “De acordo com a pesca”, 2024.

A maior produção de pescado ocorreu no pesqueiro Reguinho, que capturou 7.510 kg, seguido pelo pesqueiro da Ponta da Ilha com 3.660 kg, o pesqueiro Genérica com 2.250 kg e, por último, o Beço do Quebrado com 560 kg. No total, a captura somou 13.980 kg. Esses dados evidenciam a importância do pesqueiro Reguinho, que é considerado o mais significativo pelos pescadores e pescadoras da comunidade.

Diante dessa relevância, há um cuidado especial na vigilância desse pesqueiro antes e durante o período de abertura da pesca. O Reguinho é o pesqueiro de encontro do pescado é uma área de proteção e acento dos cardumes de peixes.

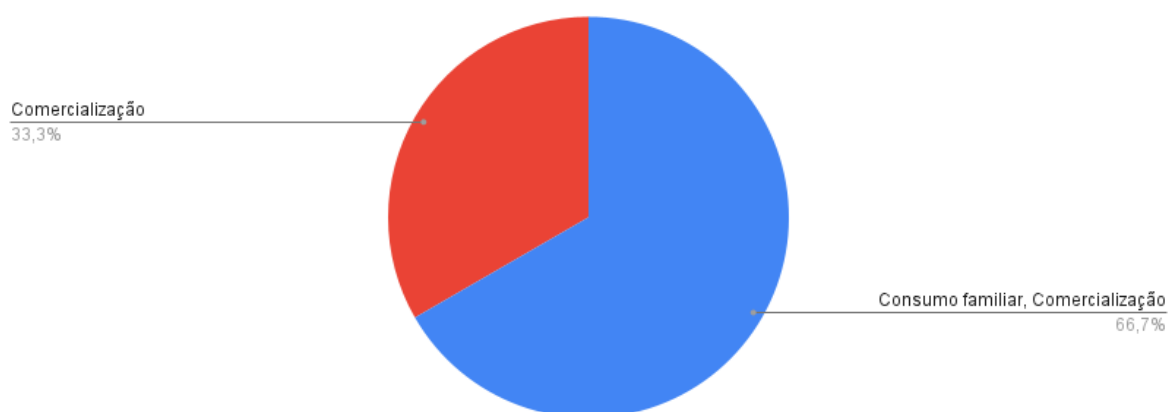
Esse pesqueiro no processo de vigilância tem-se um cuidado maior pelos pescadores e pescadoras do Acordo de Pesca.

DADOS DA DESTINAÇÃO DA PRODUÇÃO

Figura 22- Destinação da produção

Destinação da Produção

Porcentagem do destino da produção(%)



Fonte: LABCARTS – aplicativo “De acordo com a pesca”, 2024

Nos registros de produção, 33,3% do pescado foi destinado exclusivamente ao consumo familiar, enquanto 66,7% foram utilizados tanto para consumo familiar quanto para

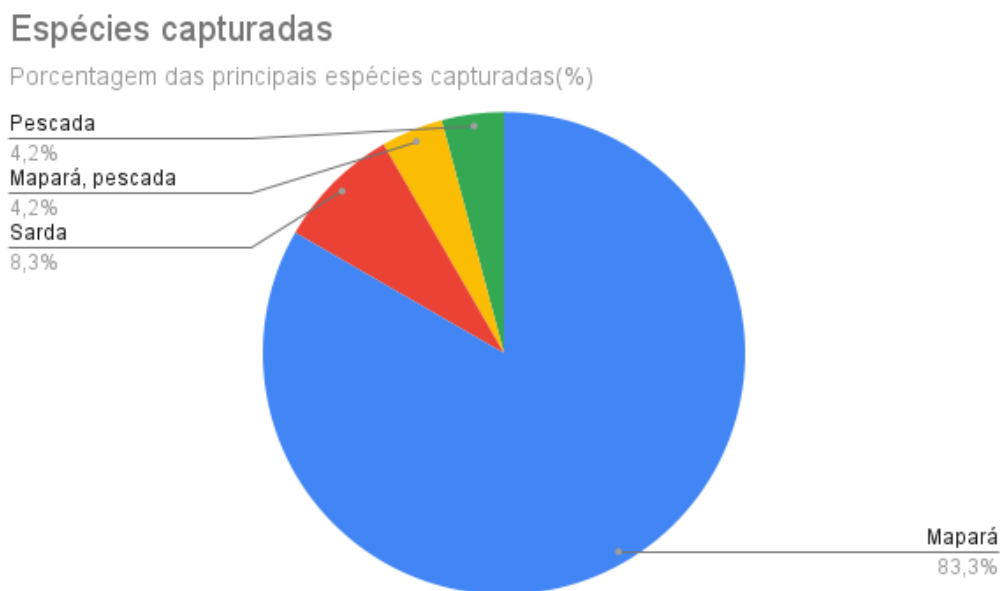
comercialização. Essa divisão reflete a importância da pesca não apenas como uma fonte de renda, mas também como uma base essencial para a segurança alimentar da comunidade.

Quando a captura é pequena, a estratégia adotada é diferente; nem toda a produção é comercializada. Nesse caso, o pescado é distribuído entre as famílias no momento do borqueio, uma prática que fortalece a coesão social e garante que todos tenham acesso ao pescado. Essa abordagem coletiva não apenas ajuda a minimizar o impacto da baixa captura na economia familiar, mas também reforça os laços comunitários, promovendo um senso de solidariedade entre os membros da comunidade.

Além disso, essa distribuição permite que as famílias mantenham suas práticas culturais e alimentares, garantindo que a pesca continue a ser uma parte integral de suas vidas. Dessa forma, a gestão compartilhada do pescado, especialmente em momentos de escassez, se torna uma estratégia que mantém o pescado na cultura alimentar da comunidade.

DADOS DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS

Figura 23- Espécies capturadas



Fonte: LABCARTS – aplicativo “De acordo com a pesca”, 2024

Os registros de captura revelam que 83,3% das pescarias foram da espécie mapará, enquanto a sarda representou 8,3%. Além disso, 4,2% da captura corresponde a uma pesca mista, que os pescadores identificam como a combinação de diferentes espécies, incluindo o mapará.

Essa predominância do mapará indica uma dependência significativa dessa espécie, que pode ser um reflexo das mudanças nos ecossistemas aquáticos locais. Esses dados ilustram não apenas a dinâmica atual da pesca, mas também as consequências da degradação ambiental nas comunidades locais. O foco quase exclusivo em poucas espécies indica uma perda de biodiversidade das espécies pesqueiras.

Ao comparar a diversidade de espécies mencionadas pelo entrevistado Daniel Pastana com a produção atual, fica evidente que o impacto da barragem na variedade de espécies é monstruoso. Apenas quatro espécies foram registradas como as mais expressivas nas capturas, refletindo as consequências negativas da barragem na fauna aquática e na produção pesqueira. Embora não tenham sido relatadas dificuldades no processo de pesca, é importante notar que o primeiro registro ocorreu em 9 de março de 2024, após a abertura oficial da pesca em 1º de março. Nesse período, o fluxo de turistas já havia diminuído, o que contribui para a dinâmica da pesca. O conflito com os turistas é mais intenso entre os dias 1 e 3 de março, quando a captura do pescado é mais agitada.

Diversos fatores contribuem para a não realização da captura durante a abertura da pesca. O primeiro fator são as condições naturais, como a maré, o vento e o clima, que podem impactar diretamente a atividade pesqueira. Em segundo lugar, o barulho constante das embarcações prejudica a aglomeração dos cardumes de peixes, dificultando a pesca. Por fim, a falta de policiamento resulta em invasões nos locais de pesca, tornando difícil o controle sobre a presença de pessoas externas, o que pode afetar ainda mais a captura.

Os registros feitos no aplicativo indicam que, a partir de julho, a produção pesqueira sofre um declínio, devido ao período de pouca chuva e água clara. Com a chegada da temporada de coleta do açaí, a partir de agosto, as atividades das comunidades se voltam principalmente para essa atividade. Apesar disso, o aplicativo demonstrou boa operação nos registros e apresenta potencial para expandir o registro da produção pesqueira de outros Acordos de Pesca.

Entretanto, o uso do aplicativo enfrenta dificuldades, principalmente relacionadas ao acesso à internet, pois ele não funciona offline e requer um ponto de conexão. Isso pode impedir que alguns registros sejam feitos no mesmo dia, devido à falta de energia ou falhas na conexão.

Todos os dados gerados são de livre acesso à secretaria do Acordo de Pesca. Para o próximo ano, a intenção é expandir o uso do aplicativo, envolvendo mais pescadores, pescadoras, filhos de pescadores e outros Acordos de Pesca. O objetivo é promover uma construção coletiva que permita sistematizar os registros das produções. Com isso, as comunidades terão maior segurança para exigir seus direitos territoriais, ao ter controle sobre

os dados de produção que evidenciam a importância do Acordo de Pesca para a manutenção do recurso pesqueiro e para a socioeconômica das comunidades e do município.

6 HIDROVIA ARAGUAIA – TOCANTINS: mobilizações dos movimentos socioambientais

A Hidrovia Araguaia-Tocantins é o carro chefe da “nova” política de grandes projetos de empreendimento do PAC do governo federal. A lógica como o projeto apresenta-se segue a mesma da construção da UHT desconsiderando completamente o rio e os municípios do Baixo Tocantins. Governos como Bolsonaro (2019-2022) e governo Lula (2023-2024) têm assumido o discurso do desenvolvimento e progresso para consumir a obra da hidrovia.

O Estado novamente é o grande financiador do projeto que corre para se concretizar por 40 anos desde sua primeira tentativa. Desde 2019 o projeto tem acelerado seu processo para sua concretização, em 2022 o IBAMA concedeu a licença prévia do empreendimento e em 2024 o DNIT espera a licença de instalação para início das obras. A idealização do projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí objetivam o fornecimento de energia e transporte para o projeto maior Grande Carajás para exportação de minérios. Sendo a Hidrovia para o transporte de grãos do cerrado no chamado corredor Centro-Norte com o intuito de viabilizar o empreendimento o projeto da Hidrovia foi dividida em quatro tramos²⁰: o primeiro compreende os municípios de Peixe (TO) a Marabá (PA), com 1.021 km de extensão; o segundo compreende de Marabá (PA) à foz da HN-200 Rio Tocantins, com 494 km; o terceiro compreende dos municípios de Baliza (GO) a Conceição do Araguaia (PA), e o quarto trecho do tramo de Conceição do Araguaia (PA) à foz da HN-209 Rio Araguaia (Brasil, 2018).

Esses projetos de infraestruturas são estrategicamente fragmentados para serem viabilizados de forma mais rápida, cria-se mecanismos políticos-administrativos para o enfraquecimento dos dispositivos de regulação ambiental (Loureiro, 2022; Malerba, 2015). Julianna Malerba (2015) destaca as portarias 204, 205 e 419, publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2008 e 2011 que visam o aceleração do licenciamento ambiental. Com o projeto de empreendimento sendo analisado por partes e não em sua totalidade a uma ilusão de impactos negativos de pouca relevância (Malerba, 2015).

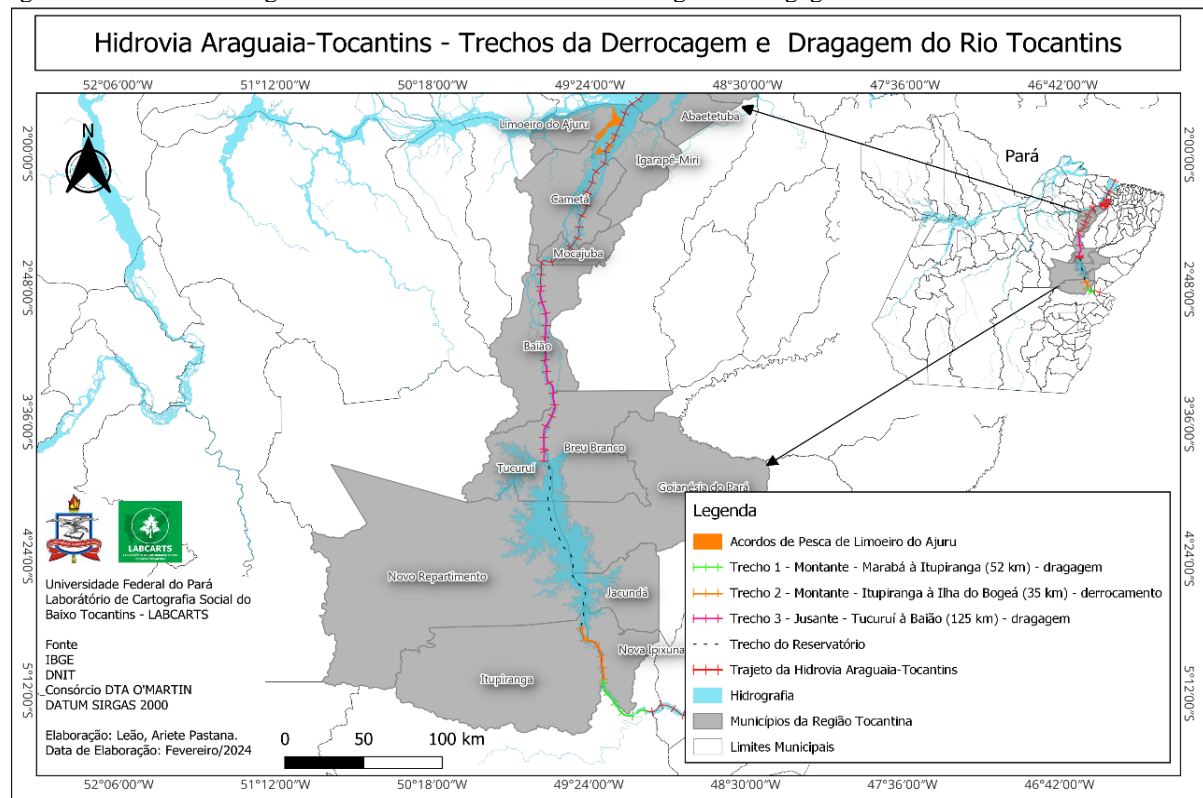
²⁰ Correspondem aos caminhos percorridos pelas embarcações – e por onde são transportados grãos e minério. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ampliacao-da-hidrovia-araguaia-tocantins-se-arrasta-por-mais-de-50-anos/>

Segundo a mesma autora é dessa forma que acontece o esvaziamento simbólico dos espaços, “a desconsideração ou minimização dos impactos ambientais ou da existência de populações tradicionais nas áreas de interesse dos negócios são comumente acionados quando se trata de não obstruir a consecução de empreendimentos” (Malerba, 2015, s/p).

Embora sob as falhas, erros e inconsistências nos Estudo de Impacto e Relatório de Impacto ambientais o IBAMA concedeu a Licença Ambiental Prévio em outubro de 2022, a única justificativa governamental para viabilizar a obra da Hidrovia, “é justificada em função do grande potencial representado pela sua extensão e posição geográfica para o escoamento da produção de grãos e minérios, e da existência de longos trechos navegáveis” (Brasil, 2022).

O Projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins prevê uma intervenção direta no leito do rio nos três primeiros trechos de um tramo. O Trecho 1 pretende dragar 52 quilômetros na região a montante da barragem de Marabá à Itupiranga, o Trecho 2 também a montante objetiva derrocar 35 quilômetros de pedrais chamado Pedral do Lourenço este é conhecido por pescadores como um dos maiores berçários de espécies aquáticas da região e no Trecho 3 que compreende de Tucuruí até Baião objetiva dragar 125 quilômetros de sedimento do leito do rio (Mapa 1).

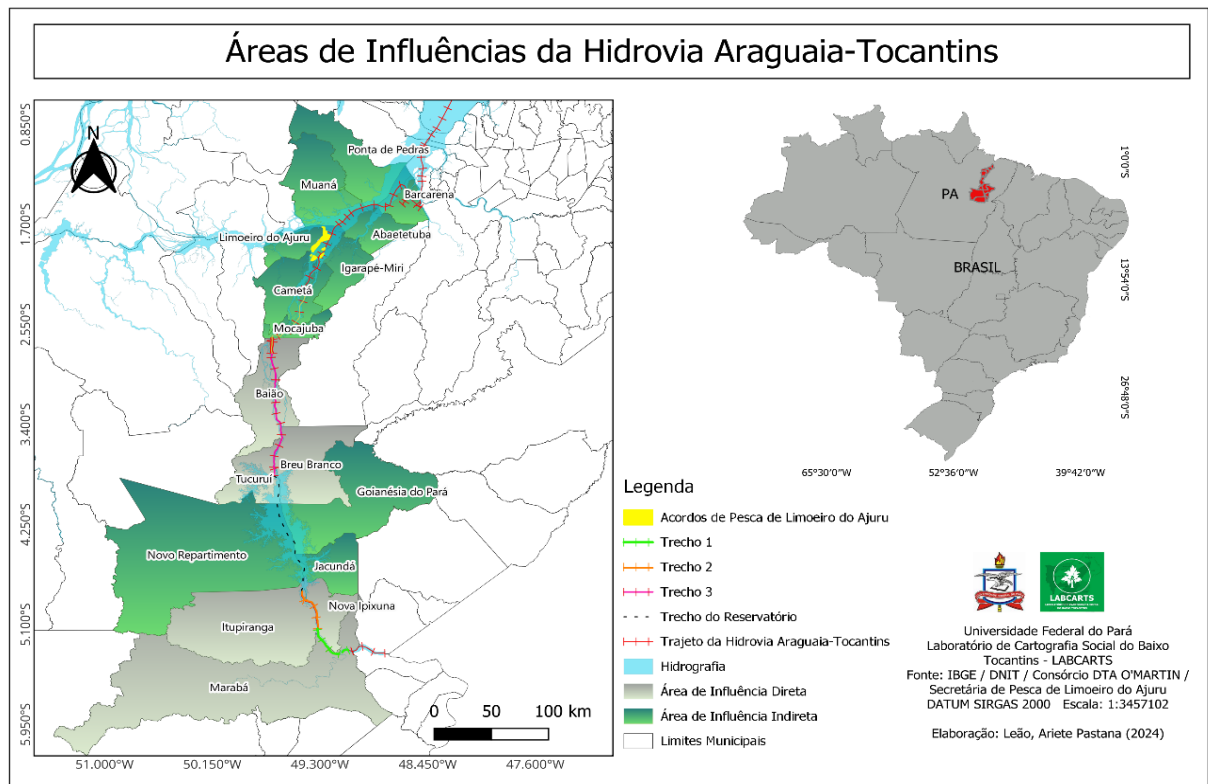
Figura 24 - Hidrovia Araguaia-Tocantins – Trechos da Derrocagem e Dragagem do Rio Tocantins



Fonte: Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins-LABCARTS, elaboração: Leão, Ariete Pastana (2024).

No município de Baião a jusante da barragem também tem um dos maiores berços reprodutores das espécies pesqueiras da região (Informação do Seminário Técnico MPF, 09 de novembro de 2023). A grande preocupação para a pesca na região além da construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins são as falhas e as inconsistências no EIA RIMA. A falta de dados sobre as áreas de pesca não apresentados no EIA RIMA como por exemplo, 28 pontos de pesca apenas no município de Baião e mais 23 comunidades organizadas no entorno do Pedral do Lourenço e sem contar as demais comunidades do entorno do pedral que não fazem parte do coletivo destas 23 nos trechos de dragagem e derrocagem²¹. Com tudo, os municípios considerados pelo empreendimento como áreas de influências indiretas são totalmente invisibilizados (Mapa 2).

Figura 25: Áreas de Influências da Hidrovia Araguaia - Tocantins



Fonte: Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins-LABCARTS, elaboração: Leão, Ariete Pastana (2024).

²¹ Dados apresentados no Seminário Técnico, 09 de novembro de 2023. “Projeto de desenvolvimento em disputa nas Amazôniaas: de hidrovia e hidrelétricas a modos de vida de povos e comunidades tradicionais” apresentado pelo professor Dr. Edir Augusto Dias Pereira – Universidade Federal do Pará e Professora Dra. Cristiane Vieira da Cunha - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/seminario-sobre-impactos-do-projeto-de-derrocagem-do-pedral-do-lourenco-atrai-caravana-para-o-mpf-em-belem/>

Nos municípios de Cametá e Limoeiro do Ajuru da região do Baixo Tocantins que tem Acordos de Pesca que são desconsiderados Estudo e Relatório de Impacto Ambiental esses territórios pesqueiros não são citados mesmo que indiretamente nos estudos.

As áreas consideradas como área de influência direta ou diretamente afetada são realizadas projetos de mitigação e compensação, enquanto as áreas de “influência indireta ou indiretamente afetadas” são realizadas apenas o monitoramento dos impactos e as informações socioeconômicas são obtidas através de dados secundários como o IBGE e do programa DataSUS (Pinto, 2019).

O rio não é compartimentado onde se mexe aqui e ali não se altera. Porém no projeto do novo empreendimento repete-se a desconsideração dos municípios como Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Cametá ficam fora da “zona de impactados”. A mesma lógica que configurou a Usina Hidrelétrica de Tucuruí configura a Hidrovia Araguaia-Tocantins.

No Baixo Tocantins instala-se uma preocupação de pesquisadores(as), pescadores(as), ribeirinhos(as) dos impactos com a possível obra da hidrovia no rio, mas também toda a lógica que está em curso da pressão sobre a terra no Baixo Tocantins. A ideia de “desenvolvimento” e “progresso” para uma concepção territorial homogeneizadora que nega as diversidades e os diferentes usos do rio por comunidades. A Hidrovia acirra a disputa pela terra como apresentado no Seminário Técnico promovido pelo Ministério Público Federal do Pará no dia 09 de novembro de 2023 pelo Professor Dr. Edir Augusto Pereira o mapa de aquisição de terras em dois municípios do Baixo Tocantins por influência da Hidrovia.

Essas aquisições de terras foram realizadas por duas empresas do Paraná a hidrovia já vem gerando impactos com pressão sobre a terra no Baixo Tocantins. No discurso do Estado, a hidrovia é justificável por ser estratégica para economia do país, pois “no Rio Tocantins temos potencial para movimentar 40 milhões de toneladas de carga, isso é 30% do que o Brasil movimenta em todas as suas hidrovias. Quarenta milhões de toneladas representam um milhão de caminhões fora das estradas por ano” (Agência Senado, 2024). O projeto da Hidrovia Araguaia Tocantins foi estrategicamente fragmentado para perder-se a noção dos impactos totais. Entretanto as comunidades diferem no entendimento da Hidrovia pela comparação do discurso e da prática da construção e efetivação da barragem. Pereira et al (2023, p. 181 destaca que “os contradiscursos, que questionam o projeto, são vozes de lideranças locais, religiosas, representantes de organizações e movimentos sociais, estudiosos acadêmicos, especialistas, jornalistas etc., que apontam falhas, contradições e inconsistências no projeto”.

Pesca a profundidade na entrada era 3 metros, com isso as embarcações de grande, médio e pequeno portes entravam e saíam em qualquer maré. Os pescadores identificados como “poço” nas partes mais profundas da área o estoque pesqueiro era diverso.

O poço de pesca que se praticava a pesca artesanal era na Canoa Velha e Reguinho, pois as armadilhas usadas eram produções artesanais que precisam ter na beira da praia a sustentação como na pesca de paredão, pari, cacuri e o caniço. O poço da Ponta da Ilha não se praticava o pescar por causa da profundidade e por não ser necessário, pois na época a ictiofauna era diversa e abundante em quantidade. Os bancos de areias eram pouco expostos mesmo na maré baixa. A praia da Genérica não existia na área do Acordo de Pesca.

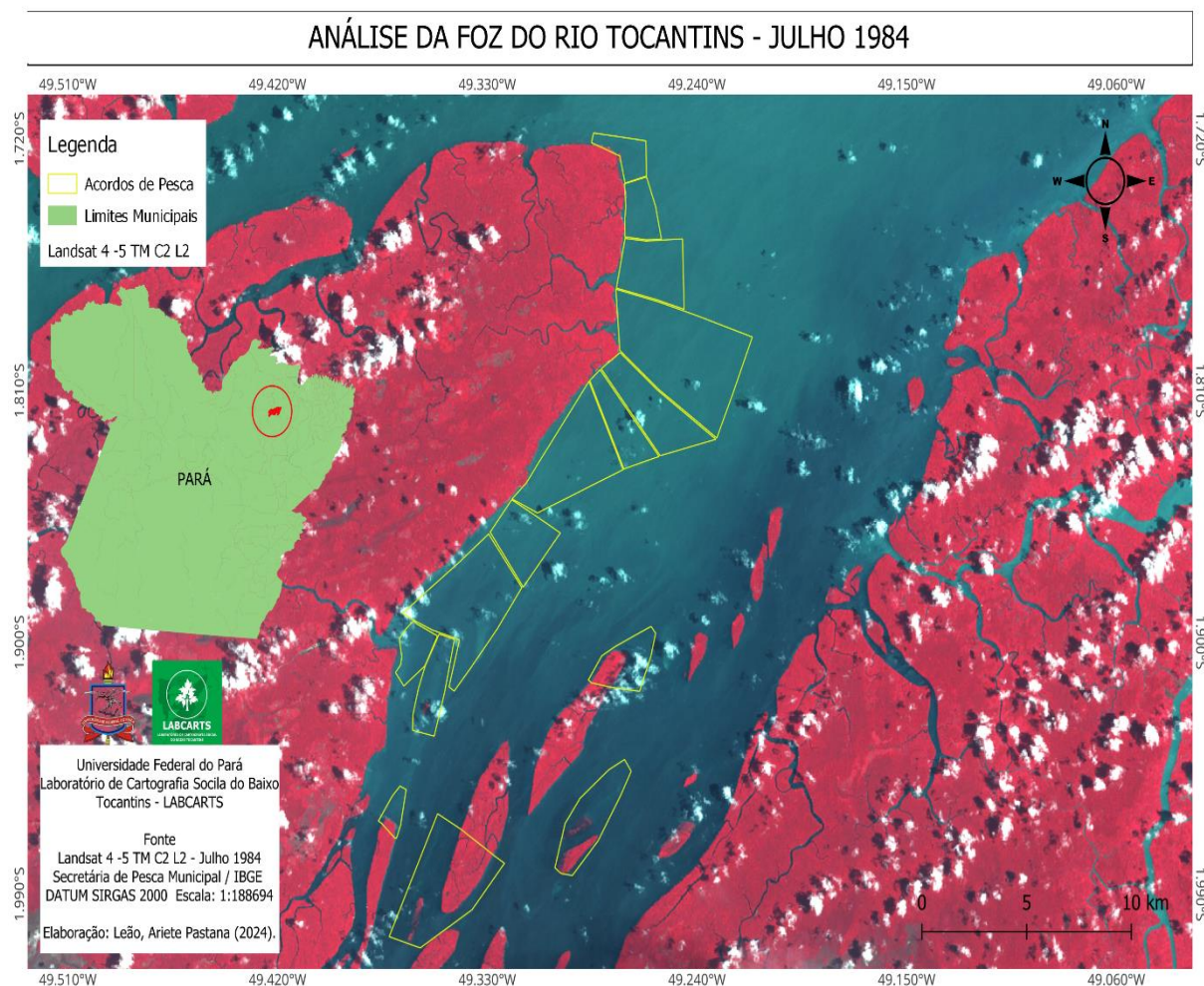
Com a imagem do Landsat 4-5 TM C2 L2 de julho de 1984 com composição de banda no infravermelho reproduziu-se o mapa permite analisarmos a foz do Rio Tocantins com a área as áreas do Acordos de Pesca do município de Limoeiro do Ajuru.

A composição da imagem apresenta uma sobreposição de nuvens é uma limitação de acesso a imagem aberta de qualidade, pois imagens com maior resolução não são abertas. A imagem usada para a análise foi obtida pelo United States Geological Survey (USGS) – Earth Explorer que reúne um catálogo de imagens do Landsat. Na produção do mapa ampliamos a análise para a foz do Rio Tocantins que contempla todas as áreas dos Acordos de Pesca.

Entretanto, mesmo com a limitação da com sobreposição de nuvens conseguimos fazer uma análise da foz do Rio Tocantins de julho de 1984 antes da inauguração da barragem (inauguração da barragem em 22 de novembro de 1984).

Não é possível visualizar pela imagem de satélite do Landsat 4-5 TM C2 L2 bancos arenosos expostos. As áreas dos Acordos de Pesca não apresentam pontos evidentes de bancos de áreas. O croqui realizado pelos pescadores destaca o que a imagem de satélite confirma “as praias” presentes nas falas dos pescadores que não tinham antes barragem é comprovada pelo croqui e a imagem de satélite.

Figura 27- Análise do Município de Limoeiro do Ajuru – Julho 1984



Fonte: Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins, elaboração Ariete Pastana Leão, 2024.

No croqui 2 produzido pelos pescadores e pescadora representa atualmente a área de pesca da comunidade. A diferença entre os dois croquis é espantosa das mudanças que a foz do rio tem se alterado em 40 anos pós barragem de Tucuruí.

São muitas alterações na profundidade, fisionomia dos canais, na sedimentação e na diversidade da ictiofauna. A representação do croqui 2 é uma representação do processo de degradação produzido pelo Estado que tem comprometido o Rio Tocantins e a vida das comunidades ribeirinhas. Vejamos.

Figura 28 – Croqui área do Acordo de Pesca atualmente



Fonte: Croqui elaborado pelos pescadores e pescadoras, 2024.

Comparando a percepção dos saberes dos pescadores e pescadora destaca-se a alteração da profundidade do rio e a presença dos bancos de áreas que antes eram mais tímidos agora predominam. A profundidade do Rio Tocantins tem caído praticamente pela metade, o poço de Reguinho onde tem as maiores produções de pescador do Acordo de Pesca vem sendo atrofiado pelo banco de areia e emendou-se com a praia da Ponta da Ilha, a profundidade que antes era 5 metros agora são de 3 metros e a extensão do poço tem diminuído também na largura.

A Poço da Canoa Velha para os pescadores e pescadora não existe mais. O pesqueiro do Beço do Quebrado que antes era 12 metros de profundidade, hoje são 6 metros. A parte mais profunda no Acordo de Pesca onde os pescadores temiam pescar antes era de 16 metros, hoje são 12 metros. A praia da Genérica que não existia antes hoje corta área do Acordo de Pesca. O acesso ao Rio Cardoso, que tinha um fluxo de entrada e saída de embarcações de diversos portes até mesmo de maré baixa, está completamente assoreado.

Para comparar com o segundo croqui foi produzido um mapa com imagem do Landsat 8-9 OLI/TIRS C2 L2 de julho de 2023 com composição de bandas no infravermelho para

analisar o rio. Ampliamos a área de análise para a foz do Rio Tocantins para visualizar todas as áreas dos Acordos de Pesca do município.

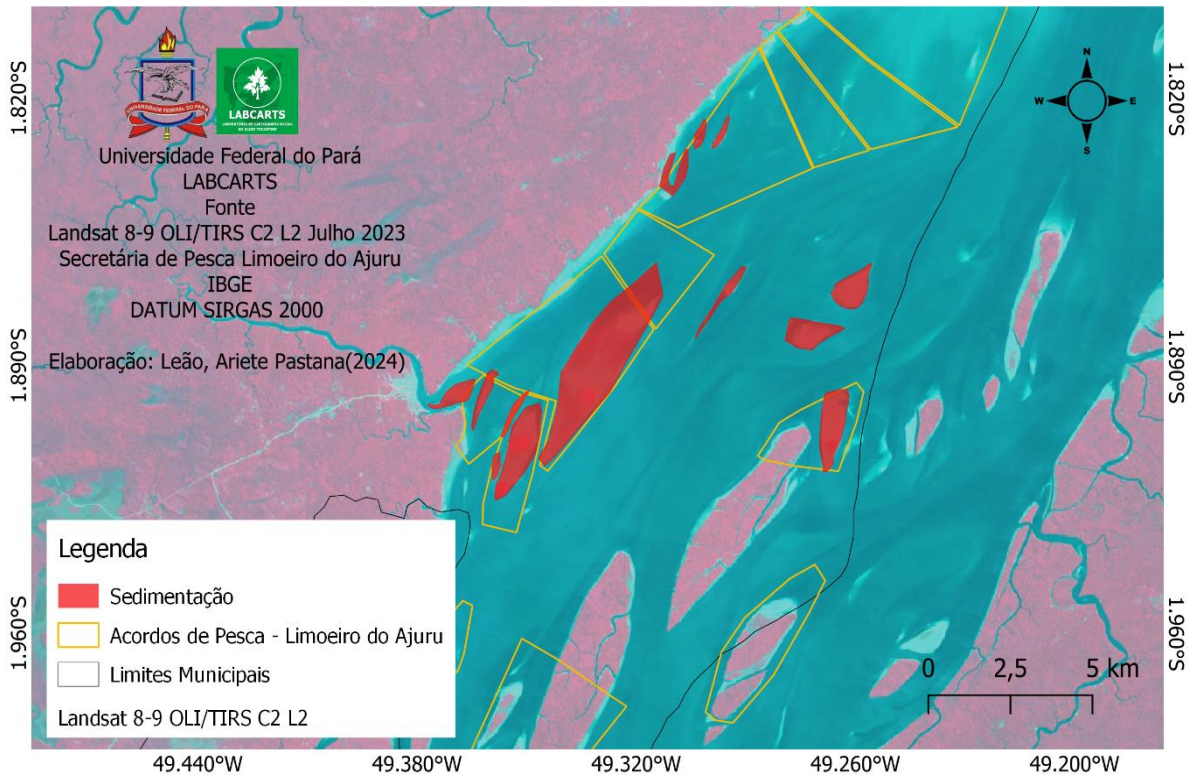
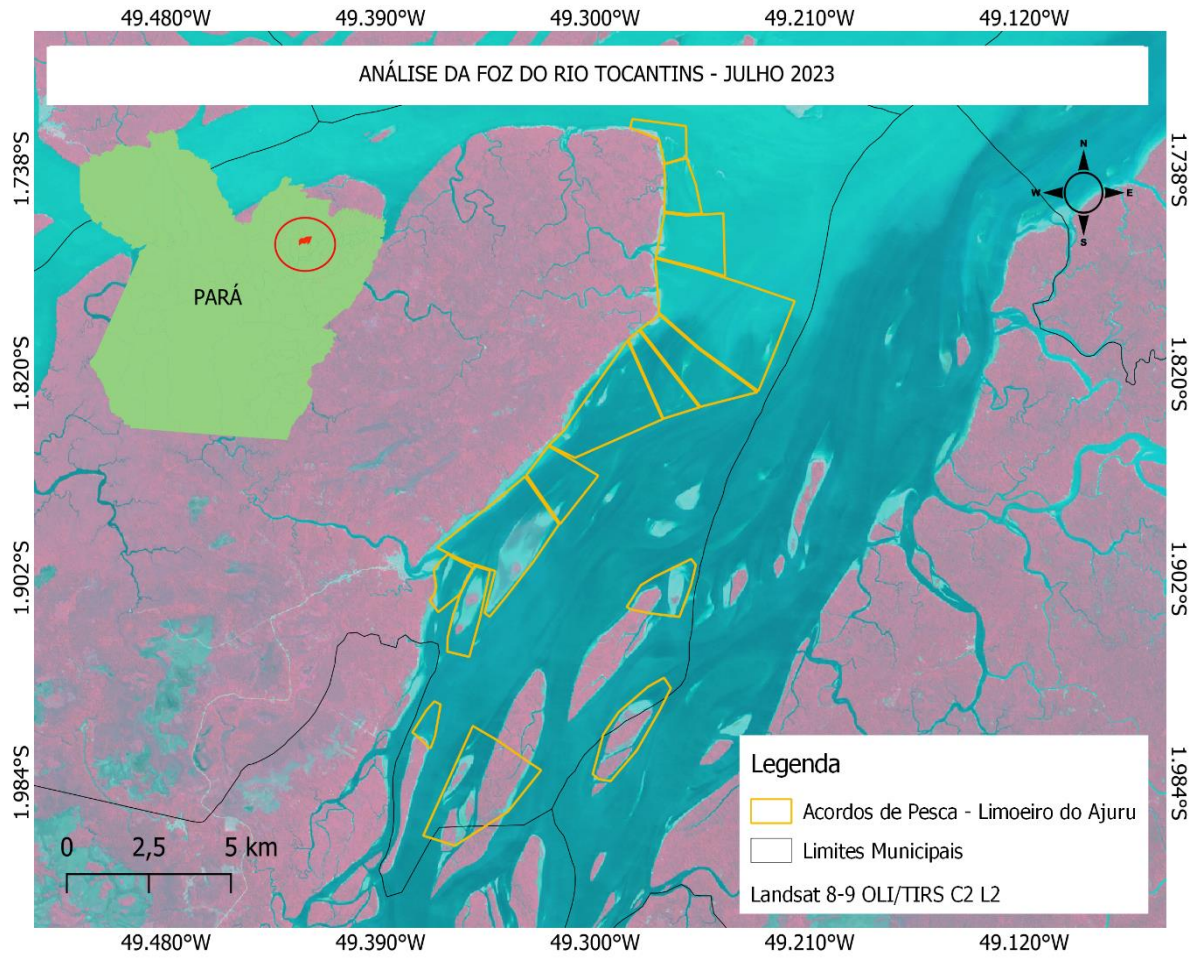
Comparando o mapa com o segundo croqui reafirma a percepção que os pescadores e pescadora têm do rio. Destaca-se a visualização dos bancos arenosos que no primeiro mapa não era possível identificar e nesse as áreas dos territórios pesqueiros das comunidades estão completamente tomadas por bancos de areia.

A deposição de sedimentos na foz do rio acelerou com o barramento do rio e o volume de água é bem menor que antes da barragem. Água represada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí que formou o lago causando cheia a montante e causando a seca na jusante.

O barramento do rio alterou o fluxo do curso d'água com isso aumentando a disponibilidade de sedimentos em suspensão. “O fluxo médio de sedimentos em suspensão a montante do reservatório de Tucuruí, que era de aproximadamente 46.000 t/dia, passou para 8.000 t/dia a jusante do mesmo, indicando uma deposição de cerca de 38.000 t/dia, apenas de sedimentos em suspensão” (Lima et al, 2003, p. 16).

O curso d'água na foz do Rio Tocantins foi comprometido as alterações após 40 anos impactam os territórios das comunidades ribeirinhas que vivem próximas ao rio.

Figura 29 – Análise da foz do Rio Tocantins -julho 2023



Fonte: LABCARTS, elaboração Ariete Pastana Leão, 2024.

O leito do rio que naturalmente tem fisionomia heterogênea com canais anastomosados e meandantes (Silva; Silva; Rodrigues, 2002) tem perdido essa característica e ficando anastomosado. Com uma análise preliminar supomos que a foz do rio que é estuário tem tendido a se transformar em delta pela quantidade de sedimentos depositados na foz que estão formando os bancos de areia que não existiam antes da barragem por causa da força do curso d'água que tinha capacidade de carregar os sedimentos no curso do rio. As áreas dos Acordos de Pesca estão secando e isso tem gerado impactos para produção pesqueira provocando uma crise sistêmica na pesca.

Os territórios pesqueiros vêm sofrendo perdas e danos cumulativos ocasionados por intervenções diretas de empreendimentos que atuam sob a lógica operacional colonialista do Estado. Portanto, resultando não é uma crise localizada pontualmente, mas em uma crise sistêmica na pesca. Todos os Acordos de Pesca estão sendo afetados pela dessecação do rio.

O processo de dessecação do Rio Tocantins tem impactado negativamente a mobilidade dentro dos rios afluentes que também estão secando. No rio Cardoso que era comum embarcações de pequeno e médio porte navegarem de maré baixa, hoje já não é mais possível. Na entrada do rio Cardoso na maré baixa não dá um palmo de profundidade, as viagens realizadas pelos moradores em qualquer maré saindo de dentro do rio já não ocorrem como antes.

Para fazerem suas viagens costumeiras para a sede do município, os ribeirinhos que moram dentro do rio quando a maré é baixa pela manhã tiram suas embarcações para fora à noite ou de madrugada deixando ancoradas no Reguinho.

A drástica situação de dessecação que passa o Rio Tocantins é um alerta para crise sistêmica que afeta a pesca. Os pescadores e pescadoras artesanais têm levantado suas preocupações para o agravamento das problemáticas causadas pela barragem com a construção da Hidrovia.

Acompanhando reuniões dos Acordos de Pesca, audiências públicas, visitas e seminário técnicos percebemos a percepção dos pescadores com o processo de dessecação do Rio Tocantins e com a sobreposição de impactos que a Hidrovia Araguaia-Tocantins agravar.

Quadro 6- Riscos observados e antecipados pelos pescadores

Local	Riscos observados e antecipados pelos pescadores	Fontes
Limoeiro do Ajuru	“Sim, ela já vem percebendo esse desequilíbrio na fala que se fala. Crise, crise. Eu chamo <u>no princípio na época da implantação da barragem eu falo que é desequilíbrio, porque quando fecharam o Rio começou a ver o</u>	Pescador, Limoeiro do Ajuru, reunião dos Acordos de Pesca para debater mudança

	<p><u>desequilíbrio na minha forma pra agora chegar à crise, é que realmente agora nós estamos numa crise. Por quê? Na época do desequilíbrio, fechou o Rio, começou a surgir as praias. Não é aí a gente, com um olhar distante para mim a gente não conseguia a captar que estava vindo. O lençol, vinha flutuando, não é? E agora está claro, por exemplo, aqui defronte da ilha da praia do mandi nunca teve mato agora já está concretizando, os poços, né? Na época que nós fizemos o trabalho do acordo de pesca é a fundura de profundidade era em torno de 18, 20 braça de fundura ou metro e o tamanho dos poços eram gigantescos. Hoje, ele resume num quadro desse aqui muito pequeno e a profundidade de 4 no máximo de 5 m, então? Hoje, é um fato que te está vendo agora com olho nu as ilhas, mas o Rio todo, antes, a Ponta da Praia do mandi era ali em cima mais agora ela tá mais aqui embaixo, não é isso? Isso é geral. Então, essa crise ela provoca pelo desequilíbrio do Rio no percurso da água, a questão do pescado tem a ver muito pelo fato dessa flutuando, agora começa a seca, não é? <u>Os peixes vêm das nascentes doidos por causa de água fria, porque vai ficar queimado se ele fica preso lá, que é o que já deu ano passado.. Igual no Amazonas que secou. Então, a mesma coisa que os peixinhos e são vários fatores dessa crise</u>".</u></p>	<p>climáticas na Comunidade de Sítio Prainha, 16/05/2024, grifos nosso.</p>
<p>Rio Cardoso – Limoeiro do Ajuru</p>	<p>“Hoje a gente tá vendo aí esse, a gente já passou com a barragem. Como dizia o papai com a Mucuóca que fizeram e agora a hidrovia. Falei tava passando no jornal “olha tá um bucado do pessoal aqui, vocês viram que tá passando no jornal daí do Amazonas? Que tá seca”. Quem é o culpado? É os grandes que depende do capital. Quanto mais ele tem mais quer, ele não tá sabendo se vive pobre, indígena, pescador, ele quer saber dele. Tá coitado das consequências do ser humano cavando pra chegar numa água melhor pra toma. E a mesma coisa nós, né? <u>Que Deus livre acontecer a Hidrovia aqui, vai acontecer a mesma coisa que tá acontecendo. Porque vão abrir aqui e essa água vai pra cá, e onde vai ficar água pra nós aqui? E pra donde é eles vão jogar essa terra se não for pra beira? Vai acabar peixe, vai acabar pescador, porque não vai ter mais seguro defeso, não vai ter pescador na colônia, porque não vai ter mais peixe, como falei ontem com o pessoal, tá na nossa mão nós somos a maioria, se você vai lá para defender o que é seu, depois que esteja feito, depois que eles começarem a passar com a riqueza na frente da sua casa, vem a pobreza por trás. Você não vai ter peixe pra pegar, não vai ter camarão condição de fazer a sua lavoura, o que vai acontecer? Eles vão fazer isso que é pra gente vender a sua terra, cada pessoa que tem terra vai vender pra se deslocar pra outra parte, se for pra cidade lá ele vai acabar o dinheiro dele. Depois, vai acabar virando mendigo, porque não vai ter o que sobreviver, que muitas vezes a pessoa que não tem estudo não adianta ir pra uma cidade”.</u></p>	<p>Pescador, Limoeiro do Ajuru visita na casa do seu Daniel Pastana, 01/01/2024.</p>

Pedral do Lorenço	“ <u>Eu represento o setor pesqueiro de Nova Ipixuna. O derrocamento do Pedral é criminoso vai matar os pescadores tanto de cima quanto de baixo</u> ”	Pescador de Nova Ipixuna, audiência pública em Tucuruí, 24/11/2023.
Rio Tocantins	“ <u>A primeira vez que tentaram matar o Rio Tocantins quando fecharam pra construir a Usina Hidrelétrica, a água Doutor ficou da qualidade de um café coberta de ferrugem, sem peixe, fedorenta, impossibilitada de consumo. Quando o Rio Tocantins começa a viver de novo vem o DNIT e mata de novo</u> ”.	Pescador, Baião, audiência pública em Tucuruí, 24/11/2023.
Rio Tocantins	“ <u>Nós estamos trabalhando no protocolo de consulta prévia livre e informada isso precisa ser levado em consideração o nosso povo precisa ser ouvido, o nosso povo precisa ser escutado porque não é justo se acontecer essa dragagem do Rio Tocantins e o Pedral do Lourenço é o maior berçário do Rio Tocantins ali é o útero, eu vou dizer pra você que ali é o útero da Amazônia! Ali onde tem a maior reprodução de peixe do Baixo Tocantins se acabar com isso, acabou com todos nós.</u> ”	Pescador, Distrito de Juaba Cametá, audiência pública em Tucuruí, 24/11/2023.
Baía do Marapatá – Foz do Rio Tocantins	“ <u>Eu olhando agora a apresentação do projeto do DNIT eu fiquei preocupado e eu não vi um projeto dizendo onde esse pescador vai pescar? Onde esse pescador vai colocar o material de pesca dele? É triste quando a gente vê a barcaça passar e nós não vamos poder colocar esse material. Já aconteceu isso aqui no Baixo Tocantins, o navio ancorado na vila de Conde onde nossos peixes sumiram todinhos do rio, foi obrigado nosso município criar reserva, acordo de pesca. O povo lá enfrentado a dificuldade dia e noite pra vigiar pra ter peixe, porque o nosso peixe foi preso com a barragem de Tucuruí e ele está secando</u> ”.	Presidente de Associação de Pescadores de Limoeiro do Ajuru, audiência pública em Tucuruí, 24/11/2023.
Lago de Tucuruí	“ <u>O Rio Tocantins é um pai. Porque foi do Rio Tocantins que eu saciei a minha fome, foi do Rio Tocantins que eu saciei a minha cede, foi do Rio Tocantins que eu me senti fadigado e ele me banhou, foi do Rio Tocantins que eu cresci e estou aqui. E as vezes alguém bate palma sem saber que esse Pai, esse Rio Tocantins neste momento pelo estudo subestimado da empresa contratada pelo DNIT está fazendo com nós aqui, está subestimando a nossa inteligência quando se vê claramente o impacto desta magnitude alguém contratado vem dizer pra nós que não vai acontecer nada</u> ”.	Presidente de Associação de Pescadores de Tucuruí, audiência pública em Tucuruí, 24/11/2023.

Fonte: Dados do trabalho de campo da pesquisa 2023 e 2024.

O “contradiscurso” (Pereira et al, 2023, p. 181) dos pescadores diante das representações governamentais enfatizam um resgate histórico dos impactos negativos da barragem, o desequilíbrio ambiental começou na região Tocantina pelas intervenções do Estado

nos territórios para construir empreendimentos de infraestrutura. Pelos impactos curto, médio e longo prazo do barramento do rio vivencia-se uma crise pelo desequilíbrio que desencadeou o surgimento das praias.

A dessecação do rio provoca a diminuição do volume de água, conseqüentemente pelo volume menor de água na foz o aquecimento da água é maior e mais rápido. Para os pescadores, os peixes têm buscado profundidades maiores por causa da temperatura da água, dessa forma com as áreas dos acordos secando os peixes não estão ficando nos territórios dos Acordos de Pesca. Fora das áreas dos Acordos de Pesca a pesca predatória é intensiva por não ter fiscalização contínua. Os territórios do Acordos de Pesca são proteção contra a pesca principalmente a pesca de puçá que é considerada predatória.

A hidrovía para os pescadores representa a morte do Rio Tocantins que não conseguiu se recuperar da dura degradação provocada pela UHT. O que é desenvolvimento para o Estado é a pobreza e a morte dos territórios de vida das comunidades. É a vida sendo quantificada pelo Estado em comboios carregados por barcaças para transformar o rio no corredor de transporte para garantia do “progresso do desenvolvimento nacional”. Por trás está a promoção do definhamento da vida, desestatizando territórios, criando conflitualidades, promovendo ecocídio por esse modelo configurando como Estado que se esqueceu da nação.

A produção pesqueira sofre processo de declínio na produção e os pescadores têm alertado que a barragem alterou o processo de reprodução do mapará. Antes o mapará não se reproduzia na foz do Rio Tocantins estes subiam o curso do rio para se reproduzir e quando retornavam chegavam na foz na fase adulta.

Pesquisas realizadas por pesquisadores da UFPA do Campus de Cametá comprovam a percepção dos pescadores.

Estudos já realizados mostram, ainda, que, antes da construção da barragem de Tucuruí, o mapará desovava nas proximidades da cachoeira, e as larvas eram levadas pela correnteza até a foz do rio Tocantins. Com a barragem, o fluxo do rio foi alterado, as espécies de peixes migratórias que subiam e desciam o rio para se reproduzir precisaram se reorganizar, e “novos” locais de reprodução surgiram no baixo rio Tocantins (Universidade Federal do Pará, 2024).

Além do processo de dessecação quem vem alterando a fisionomia do rio a reprodução da principal espécie capturada nos Acordos de Pesca também foi alterada. Como analisando o mapa de julho de 2023 e o croqui depois da barragem nas áreas dos Acordos de Pesca na foz do Rio Tocantins tem ocorrido um processo acelerado de sedimentação o ponto crítico em todos os Acordos de Pesca onde banco arenosos tem atrofiado os pesqueiros.

O Rio Tocantins tem dado sinais claros de exaustão e os pescadores(as) têm alertado do perigo da Hidrovia Araguaia-Tocantins para a morte do rio. Na concepção dos pescadores o rio não se recuperou dos impactos da barragem e a Hidrovia pode piorar uma crise sistêmica que afeta a pesca e as outras atividades que dependem do rio. Diante dessa nova investida do Estado que reafirma a Amazônia como zona de sacrifício, colônia de recursos do Brasil e periferia, os grandes projetos produzem conflitualidade que ameaça os modos de vida das comunidades ribeirinhas. Entretanto as comunidades não são passivas diante de tais iniciativas estatais emergem no Baixo Tocantins no curso da história o segundo maior movimento na região o Movimento dos Povos das Águas com diversos movimentos em defesa do Rio Tocantins.

6.1 As mobilizações em defesa do território de vida na região Tocantina

Os movimentos de resistência no Baixo Tocantins iniciaram as mobilizações no ano de 2019, em setembro do mesmo ano ocorreu o encontro I Encontro dos Povos das Águas, sediado no município de Cametá. Reuniram-se diversas lideranças de movimentos sociais como CUT, Levante Popular da Juventude, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Pastorais Sociais da Igreja Católica como o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Movimentos dos Atingidos e Atingidas por Barragem (MAB), representações da Universidade Federal do Pará, Ribeirinhos e Ribeirinhas, representações dos Acordos de Pesca de Limoeiro do Ajuru.

No encontro foram debatidas a história do Movimentos Socioambientais no Baixo Tocantins frente a construção da barragem. A preocupação com a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins e planejamentos das ações de resistências frente ao projeto da Hidrovia.

Representantes do Acordo de Pesca da comunidade de Rio Cardoso participaram das mobilizações do movimento de resistência (Figura 30).

Figura 30 – I Encontro dos Povos das Águas no Baixo Tocantins - 2019



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2019

O movimento no Baixo Tocantins iniciou em setembro de 2019 o primeiro encontro dos movimentos. Todavia no município de Limoeiro do Ajuru no dia 03 agosto de 2019 aconteceu o 1º Encontro Municipal dos Pescadores na localidade da Ilha Araraim onde tem um dos primeiros Acordos de Pesca do município. O encontro reuniu diversos pescadores, pescadoras e representantes dos Acordos de Pesca, as pautas do encontro foram: Ordenamento Pesqueiro do Município de Limoeiro do Ajuru; Articulação da participação dos pescadores para debater a inclusão do município na lista impactados com a abertura da Hidrovia Araguaia-Tocantins na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); e os impactos causados pela abertura da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Foram firmadas a partir deste encontro ações para organizar e articular os movimentos dos pescadores no município.

Com a conflitualidade do projeto de Hidrovia Araguaia-Tocantins que ameaça o território de vida (Leff, 2021) das comunidades ribeirinhas a identidade que está sendo ameaçada é defendida. A “identidade coletiva de pescadores e pescadoras” emerge como resistência para reivindicar o direito do território de vida. Esse território expresso na territorialidade através dos Acordos de Pesca se integra no ser das comunidades. É um território integrado importante culturalmente, economicamente, politicamente e expressa a identidade coletiva em torno do território pesqueiro.

No período pandêmico foi uma grande barreira para a articulação dos Movimentos Socioambientais no Baixo Tocantins as medidas de isolamento social as articulações tiveram

que parar. Porém o Projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins avança para buscar os licenciamentos ambientais.

No ano de 2021 quando a pandemia tem uma baixa nos casos de Covid-19 acontece o II Encontro do Povos das Águas do Baixo Tocantins (Imagem 31) reunindo novamente diversos movimentos sociais e ambientais, ribeirinhos e ribeirinhas, pescadores e pescadoras, entidades sindicais, pesquisadores e pesquisadoras da UFPA, lideranças da igreja católica, quilombolas etc. O encontro foi sediado no município de Baião, o único município do Baixo Tocantins que é considerado como impactado direto do projeto da Hidrovia.

Figura 31 – II Encontro do Povos das águas do Baixo Tocantins - 2021



Fonte: Comunidades Amazônicas, 2021.

Representantes dos Acordos de Pesca do município de Limoeiro do Ajuru e da comunidade Rio Cardoso estiveram presentes no segundo encontro. Esse encontro tem um marco importante na trajetória do movimento socioambiental, uma das pautas era unir Baixo, Médio e Alto Tocantins para fortalecer a luta em defesa do rio.

No ano de 2021 no dia 06 e 07 de novembro aconteceu no município de Limoeiro do Ajuru o Fórum dos Movimentos de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Região Tocantina com o tema “Os impactos da Hidrovia Araguaia-Tocantins: políticas públicas da pesca para o Baixo Tocantins”. No fórum foram apresentados dados de produção do Acordos de Pesca e discutido os impactos da obra da Hidrovia. Os pescadores reunidos dos municípios de Limoeiro do Ajuru, Cametá, Igarapé-Miri e Abaetetuba expressaram suas preocupações com o projeto da hidrovia e a invisibilidade de como os territórios de pesca são tratados no projeto.

As articulações de resistências ocorridas no II Encontro do Povos da Águas com intuito de unir a completude do Rio Tocantins ligando aos povos que no seu curso vivem aconteceu a Caravana em defesa do Rio Tocantins (Imagem 32). O objetivo da caravana foi percorrer 11 municípios ao longo do Rio Tocantins para mobilizar e alertar das problemáticas ambientais que a construção da Hidrovia poderia ocasionar.

Figura 32- Caravana em Defesa do Rio Tocantins – 2022



Fonte: CNBB, 2022.

Em uma embarcação a caravana saiu do município de Barcarena onde tem uma das primeiras intervenções de projeto desenvolvimentistas (Albras Alunorte) no Rio Tocantins. Realizando paradas em 11 municípios na Região Tocantina Barcarena, Abaetetuba, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião, Tucuruí, Nova Ipixuna, Marabá e Itupiranga. A primeira parada foi no município de Abaetetuba na Ilha do Capim onde tem a mobilização contra a construção do Porto da Cargill onde o empreendimento da Hidrovia é integrado ao Porto da Cargill. Em Limoeiro do Ajuru a parada da caravana foi na comunidade de Paquetá, pois segundo pescadores é uma das áreas de desova do pescado e com a construção da hidrovia teme-se que desapareça (Repam, 2022).

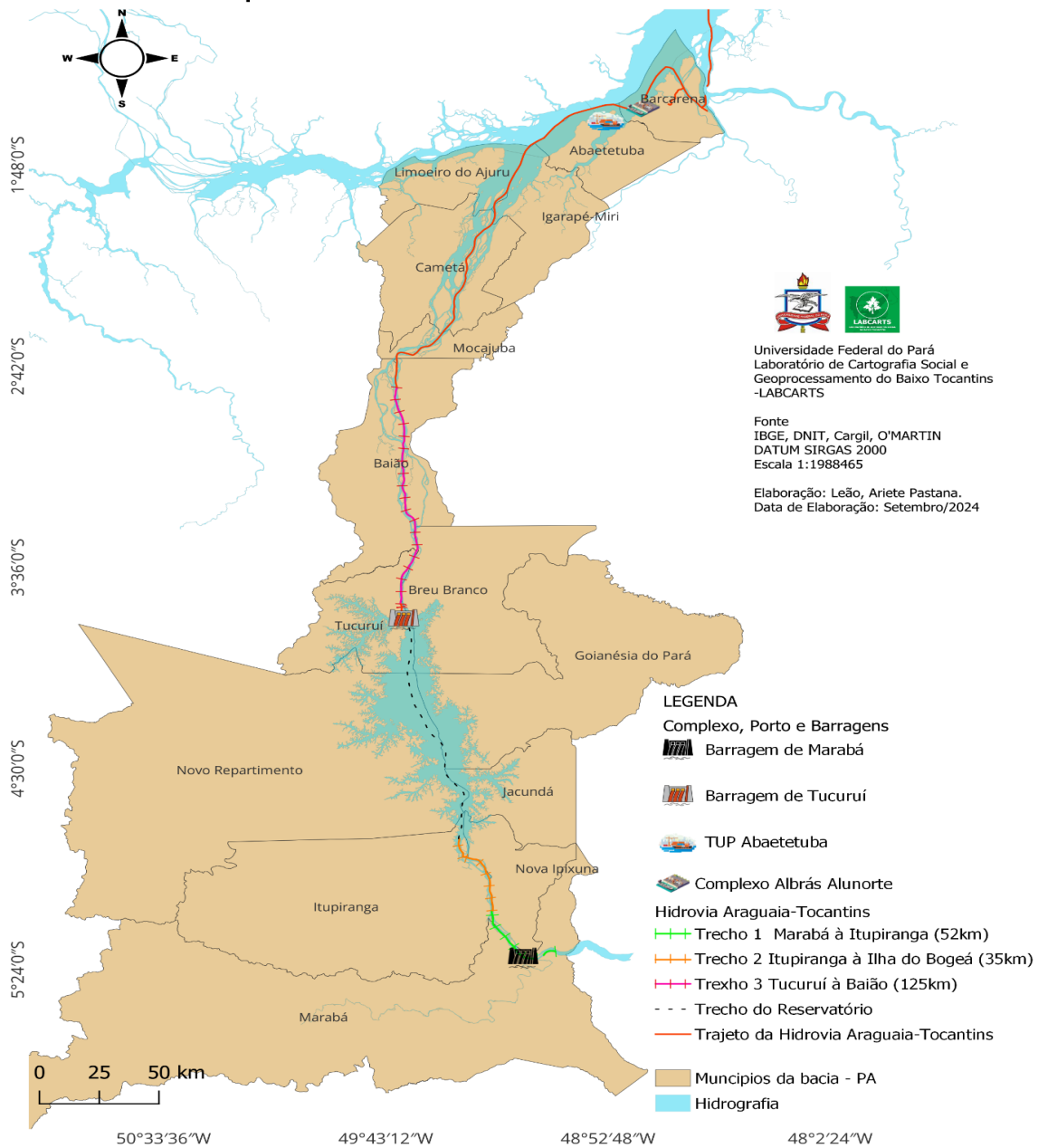
Os empreendimentos na região Tocantina estão profundamente interligados à Barragem de Tucuruí, projetada para fornecer energia à Albrás e à Alunorte. Ao lado da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, foram construídas eclusas com o objetivo de facilitar a navegação na Hidrovia Araguaia-Tocantins. Essa Hidrovia conecta-se ao Porto da Cargill e à Usina Hidrelétrica de Marabá, que são projetos de desenvolvimento financiados pelo Estado.

Atualmente, diversos projetos estão em andamento, incluindo o Terminal de Abaetetuba (TUP da Cargill), a Hidrovia Araguaia-Tocantins e a Usina Hidrelétrica de Marabá. Esses empreendimentos, tanto os já concluídos quanto os em fase de construção, têm contribuído para um processo de cercamento do Rio Tocantins, o que levanta sérias preocupações ambientais.

Esse cercamento do rio resulta em um processo de degradação que ameaça os ecossistemas locais e a qualidade de vida das comunidades que dependem e vivem com o rio. Historicamente, durante o período colonial, o Rio Tocantins era visto como um símbolo de grandeza e riqueza, mas as intervenções de seguidos projetos de desenvolvimento estão colocando em risco o rio e todas as comunidades em seu entorno.

Figura 33 - Áreas de Influências da Hidrovia Araguaia - Tocantins

Mapa do Cercamento do Rio Tocantins



Fonte: Laboratório de Cartografia Social do Baixo Tocantins-LABCARTS, elaboração: Leão, Ariete Pastana (2024).

O avançado processo de dessecação desencadeado pelo cercamento do Rio Tocantins levanta sérias preocupações, indicando indícios alarmantes da “morte do rio”. Essa situação pode refletir o que muitos outros rios da Amazônia, como o Rio Amazonas, têm enfrentado em decorrência da profunda seca e da crise climática.

A crise climática que afeta os territórios amazônicos é, em grande parte, uma consequência direta do modelo de desenvolvimento adotado na região. Esse modelo, que prioriza a exploração intensiva dos recursos naturais em detrimento dos territórios das comunidades tradicionais, está colocando em risco a natureza (humanos e não humanos).

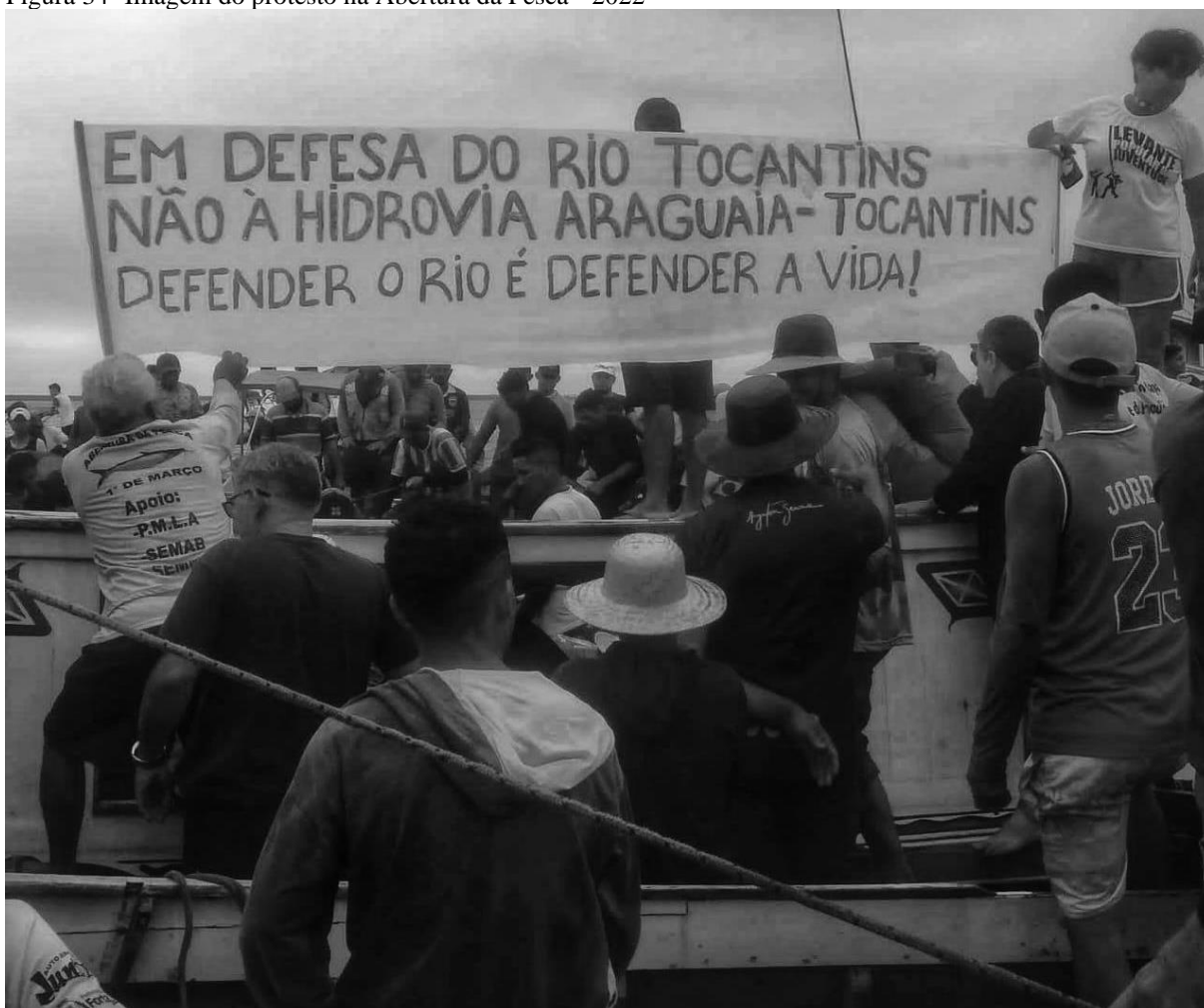
Os projetos de desenvolvimento implementados na região não apenas comprometem o fluxo e a saúde do rio, mas também simbolizam uma série de mortes: a morte dos saberes ancestrais, a morte da cultura local, a morte dos modos de vida tradicionais, a morte da diversidade de espécies que habitam esse ecossistema, ou seja, é a morte do território de vida.

A diversidade biológica do Rio Tocantins e seu entorno, que já foram sinônimo de abundância para o sustento das comunidades locais, estão ameaçadas. Com a degradação do ambiente, os modos de vida das comunidades ribeirinhas se vêem cada vez mais precarizados, resultando na perda de identidades culturais e na diminuição de saberes tradicionais.

Desse modo, a situação atual exige uma reflexão profunda sobre o modelo de desenvolvimento que continua em curso na Amazônia. Este modelo, frequentemente centrado em grandes empreendimentos industriais e infraestrutura, tem se mostrado insustentável, trazendo consequências devastadoras para as Amazônias.

No ano de 2022 no município de Limoeiro do Ajuru aconteceram diversas manifestações no 1 de março (abertura de pesca) usando midiaticização para realizar protestos contra a hidrovia no ato dos borqueios. No Acordo de Pesca da comunidade de Rio Cardoso no primeiro borqueio que teve na abertura da pesca uma faixa foi estendida pelos pescadores.

Figura 34- Imagem do protesto na Abertura da Pesca - 2022



Fonte: Pereira, 2022.

O Rio Tocantins adjetivado como “pai”, “mãe” e “vida” no contradiscurso dos atores sociais que aprenderam a viver com o rio resistem sob os duros impactos da barragem resistindo também sob ameaça da Hidrovia Araguaia-Tocantins sendo o principal financiador dessas obras que tem transformado o Rio Tocantins em zona de sacrifício o Estado. A história construída por políticas e ações estatais que buscam homogeneizar o território parece estar presa em ciclo vicioso de espoliação das vidas. Amazônia em foco no debate das novas questões da emergência climática na COP 30 sediada no Pará, mas esquecida das velhas problemáticas que degradam os territórios.

A contradição dos discursos governamentais transmitindo a preocupação por questões ambientais. Porém, assume com atos e agilidade o processo de concessão dessa licença prévia e articulando para licença de instalação para início da obra da hidrovia.

As comunidades ribeirinhas resistindo em defesa do seu território, reivindicando o direito de viver sua pluralidade de ser pescador(a), agricultor(a) e outras funcionalidades que

compõem sua cultura. As ameaças que circundam o território pesqueiro das comunidades ribeirinhas criam conflitualidades sob a reação de resistir e defender o rio e sua identidade da atividade da prática de pesca.

No dia 29 e 30 de março de 2023 aconteceu o Encontro das Lideranças dos Povos das Águas na sede da CNBB em Belém. O encontro reuniu diversas lideranças quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, pesquisadores(as) e representação do DNIT para discutir a hidrovia.

Figura 35– Encontro de Lideranças dos povos das águas



Fonte: Comunidade Amazônica, 2023.

Na concepção do representante do DNIT, “o rio Tocantins não é uma Hidrovia, ela se torna Hidrovia quando o homem, a ação do homem começa a fazer melhorias e a navegação do rio se torne melhor” (Representante do DNIT, 29 de março de 2023). Os pedrais um dos maiores berçários do Rio Tocantins é o problema que precisa ser corrigido para o rio tornar-se navegável. O conhecimento fundado na culpabilização da natureza em que ela precisa ser melhorada ou corrigida para ser útil aos interesses nacionais para o desenvolvimento e progresso. Há um embate paradigmas diferentes de conceber a vida.

As estratégias de capitalizar a natureza estão penetradas nos discursos oficiais nas normas, nos instrumentos legais e políticas ambientais objetivando deslegitimar as falas do contradiscurso dos atores sociais para enfraquecer as resistências. As resistências não apenas de forças, mas também ideológicas centradas no discurso oficial em apaziguador para

minimizar os efeitos destruidores das ações através de frases como “mitigar impactos”, “compensar impactos”, “impactos mínimos”.

No encontro um dos discursos marcado por uma das lideranças foi “o governo do estado é o grande articulador na COP 30. Ele fala daqui para o mundo como se fosse defensor. Na Europa é um defensor, na Amazônia é um predador” (Liderança Quilombola de Mocajuba, 29 de março de 2023). Os movimentos socioambientais sabem que as grandes problemáticas e a crise sistêmica que afeta seus territórios foram promovidos pelas ações do Estado.

A culpabilização da crise sistêmica na região Tocantina foram causadas pelas obras do Estado ou financiadas por ele. O projeto da barragem do jeito que foi construída e os impactos negativos ocasionados servem de parâmetro comparativo de empoderamento do contradiscurso dos atores sociais.

As mobilizações dos movimentos buscavam que fossem realizadas as audiências públicas e a consulta prévia livre e informada que a empresa afirma ter realizado e as comunidades discordavam.

Em novembro de 2023 foi realizado o Seminário Técnico promovido pelo Ministério Público Federal em Belém. Foram apresentadas pesquisas referentes às falhas e inconsistências do EIA RIMA que foi concedido pelo IBAMA a licença prévia em 2022.

Foi apresentado por 22 comunidades ribeirinhas extrativista do território pedral do Lourenço onde o projeto prever a derrocagem uma carta²² ao ministério público federal exigindo a aplicação da Lei da Convenção 169 da OIT para a escuta das comunidades. Na carta é apresentada a denúncia ao ministério público federal que a hidrovía representa uma ameaça à existência dessas comunidades, pois, o território faz parte da essência da vida. A vida constrói-se no entrelaçamento das dimensões territoriais.

Essas terras, esse rio são o cerne das nossas identidades, das nossas culturas, das nossas memórias coletivas, por isso as consequências dessa obra vão muito além da perda de espaço físico. Estamos falando da possibilidade de tristeza profunda e da afetação das práticas culturais passadas de geração em geração, que estão profundamente ligadas a esses territórios (Carta das comunidades ribeirinhas extrativista do território pedral do Lourenço, 09 de novembro de 2023).

As práticas culturais são vitais para as comunidades tradicionais, ameaçar o rio onde práticas culturais como a pesca artesanal o rio faz parte da vida das comunidades ribeirinhas. O pedral do Lourenço é berço da vida das comunidades que vivem em seu entorno e por onde o rio corre. “O pedral do Lourenço não é só uma pedra no meio do caminho. O pedral do

²² Carta em anexo.

Lourenção é a nossa riqueza maior, nas cheias e nas secas ele é o nosso sustento, a nossa história, o Lourenção sou eu, é cada um de nós que vivemos lá” (Carta das comunidades ribeirinhas extrativista do território pedral do Lourenção, 09 de novembro de 2023).

Não existe uma separação entre o território e os agentes sociais, a vida segue a horizontalidade de viver com o rio, com a terra e ser natureza. O capitalismo verticaliza as relações arrancando as pessoas de ser da natureza. Tem-se monetarizado a natureza tudo tem que ser calculado atribuindo valor financeiro como se isso fosse capaz de definir a vida. O deus mercado quer reger a história, as culturas, as identidades e matar as pluralidades de paradigmas de conceber as existências.

Para o capitalismo o rio é objeto de lucro para economizar combustível com os transportes em comboios pela hidrovia. Para as comunidades ribeirinhas, “ele é uma parte viva da história de nossos povos que vivem esse rio. Dragá-lo, represá-lo e alterar seu curso pode resultar na extinção de espécies, na seca do rio e, secar muitas vidas. O rio não é apenas água que flui; ele é uma entidade viva que se entrelaça com a vida de todos que dele dependem” (Carta das comunidades ribeirinhas extrativista do território pedral do Lourenção, 09 de novembro de 2023). As ações das comunidades ribeirinhas seguem o tempo da natureza e os ciclos naturais que são construídos diariamente.

A ideologia dominante difunde a ideia responsabilizando que todos são responsáveis por ações de preservação e todos estão sujeitos a crises ambiental e climática. Portanto, a crise ambiental pode atingir todos indistintamente. “Todos somos vítimas em potencial porque vivemos no mesmo macro-ecossistema global – o planeta terra” (Acsegrad, 2009, p. 11). Entretanto, as zonas de sacrifício foram construídas nas periferias das periferias. A desigualdade e a pobreza do território são produtos desse projeto de sociedade capitalista.

O Estado protege os ricos e as comunidades são zonas de descartes que nessa lógica mutilam os territórios. A carta é um chamado das comunidades tradicionais a alertar que o rio estar no limite destruí-lo é destruir a vida desses agentes sociais.

Nos dias 23 e 24 de novembro de 2023 foram realizadas as Audiências Públicas em Marabá e Tucuruí respectivamente. Em Marabá a estrutura da audiência iniciou-se pelas falas das comunidades em protesto contra a hidrovia. Os representantes do Estado discordaram da forma como foi conduzida a audiência, pois, para eles o projeto do empreendimento deveria ser primeiramente apresentado para as comunidades virem “os benefícios” da hidrovia.

Na audiência pública em Tucuruí (Figura 36) a estrutura foi invertida iniciou-se com a apresentação do projeto pelo DNIT. Destacando os “benefícios” para o custo de transporte de cargas para economia de combustível, essa é a única justificativa do governo para implantação

da obra. O projeto da Hidrovia não destaca nenhum benefício para as comunidades que vivem do e com o Rio Tocantins. Assim como a hidrelétrica foi construída para fornecer energia barata para o complexo Albras Alunorte, a hidrovia é projetada para economizar combustível do transporte de grãos e minérios.

Figura 36 – Audiência pública em Tucuruí



Fonte: Registro fotográfico Ariete Pastana Leão, 2023.

Para as comunidades tradicionais, o projeto representa a morte do rio, pois, os empreendimentos que já foram construídos no curso do Rio Tocantins nenhum trouxe impactos positivos para o próprio rio, comunidades e as cidades da região Tocantina. O projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins é mais um somando-se a outros que sobrepõem e impõe sobre os territórios das comunidades tradicionais.

Impactos negativos de ações passadas continuam impactando, agravando problemáticas ambientais que não foram resolvidas. O projeto da hidrovia não prever um plano de monitoramento da pesca são muitas falhas e inconsistências metodológicas no EIA RIMA por meio de interesses políticos escusos o projeto tem avançado pela violência da força, ideologia e epistêmica. A hidrovia é um ecocídio em curso que ameaça a existências da vida não apenas humana, mas de todos um sistema da ictiofauna que já foi comprometida pelos impactos da barragem.

A noção de abundância de água e diversidade florestal que se tem quando se pensa em Amazônia tem sido empobrecida pelas ações e agendas do neocolonialismo capitalista, os rios

amazônicos estão secando, a floresta em chamas e as comunidades desconsideradas pelo colonialismo no saber pelas estratégias de poder. As comunidades criam possibilidades de gestão coletiva, autogestão ambiental, economia comunitária e organização coletiva dos Acordos de Pesca são exemplos dessa articulação.

O saber das comunidades que resistem no âmbito do discurso, força e refuta a episteme propondo outro paradigma de compreender a vida. A vida envolve-se na horizontalidade das relações humanas enquanto natureza. A conflitualidade criada ameaçando práticas culturais que compõem a identidade dos atores sociais, esbarra na identidade coletiva construída como resistência para defender não apenas o rio, mas o rio que é base da prática da atividade produtiva como a pesca.

Defender o rio é defender o território pesqueiro, é defender a identidade de ser plural. O empreendimento apresenta a aquicultura como alternativa para pesca artesanal como se atividade pudesse ser substituída e compensada. A relação das comunidades com rio e floresta são complexas envolve saberes únicos interligados e interdependente onde a vida cruza, intercruzam, entrelaça com os ecossistemas pelas suas práticas de pescar, cultivar a terra e extrair não apenas para subsistência, mas para sua própria economia comunitária.

O Acordo de Pesca criado pelas comunidades na foz do Rio Tocantins sustenta a preservação de espécies como o mapará. O Estado negligencia sua responsabilidade agindo com passividade e abstenção de políticas que ajudem no fortalecimento das alternativas como os Acordos de Pesca.

Os pesquisadores(as) propõem-se em fazer ciências precisam entender que os saberes tradicionais e os saberes científicos podem ser de paradigmas distintos, mas quando postas em posição horizontalidade dão respostas que a ciências sozinha não conseguem abarcar. Leff (2021) destaca que os saberes tradicionais estão em construção em cenários emergentes produzindo apenas valores de troca e uso, mas também de “valores de uso significativos” refletindo relações complexas de ordem simbólica e natural através das suas produções socioeconômicas e políticas.

A racionalidade moderna-colonial explora a natureza gerando novos conflitos territoriais revestidos de velhas práticas penetrantes nos territórios. As comunidades tradicionais reinventam suas identidades, suas práticas produtivas, seus meios de vida, criam conflitos e resistem coletivamente em defesa do seu território de vida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa apresenta quatro principais contribuições teóricas para o estudo da Amazônia, comunidades ribeirinhas e Acordos de Pesca. A primeira diz respeito aos diálogos dos saberes científicos e saberes tradicionais que apontando novos horizontes para criar novos paradigmas científicos e não científicos.

O diálogo entre saberes científicos e tradicionais se fundamenta na horizontalidade, essencial para a construção de um conhecimento inclusivo e interdisciplinar. A construção teórica deve considerar as comunidades tradicionais não como meros objetos ou sujeitos da pesquisa, mas como atores sociais que desenvolvem ações, contradiscurso e paradigmas para compreender como natureza é indissociável de seus territórios de vida. Essa abordagem valoriza a importância da horizontalidade, reconhecendo as comunidades como protagonistas nas resistências e construtoras de suas próprias estratégias de autonomia, moldando a história e cultivando a vida.

A segunda contribuição teórica desta pesquisa é a compreensão dos estudos de conflitos na pesca no Baixo Tocantins nascem de uma conflitualidade criada e alimentada por projeto de infraestrutura projetadas pelo Estado apoia-se no discurso do desenvolvimento. Esses projetos criam conflitualidade que ameaça os territórios das comunidades, conseqüentemente ameaçando suas atividades que compõem sua cultura e identidade de ser múltiplos, através dessas conflitualidades suscitam o acionamento da identidade coletiva como resistência. Neste sentido, o Acordo de pesca nasce do conflito para defender o território onde as atividades de pesca são praticadas, defendendo a identidade de ser pescador e pescadora ribeirinho(a) artesanal.

A terceira contribuição teórica destaca que os Acordos de Pesca, elaborados pelas comunidades ribeirinhas, transcendem a prática pesqueira, refletindo uma conexão profunda com os movimentos socioambientais dos anos 1990 no Baixo Tocantins. Esse processo de territorialização não apenas fortalece a gestão sustentável dos recursos naturais, mas também culmina em melhorias significativas, como a eletrificação do território ribeirinho, evidenciando a importância dos Acordos como instrumentos de transformação social local. Assim, esses acordos se configuram como ferramentas fundamentais para a afirmação da identidade e autonomia das comunidades, ampliando suas lutas e conquistas. A pesquisa enfatiza que para compreender os Acordos de Pesca precisa-se de uma compreensão do território na perspectiva integradora da sua importância econômica, política, cultural e identitária para as comunidades ribeirinhas.

Por fim, a pesquisa demonstra a urgente necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento que tem contribuído para a degradação gradual do Rio Tocantins que tem provocado o processo de dessecação. Esse modelo, frequentemente fundamentado na exploração dos recursos naturais provocando uma sobreposição de impactos de empreendimentos de infraestrutura que tem leva a uma crise sistêmica dos territórios pesqueiros, compromete não apenas a biodiversidade aquática, mas também a produção socioeconômica e a cultura das comunidades ribeirinhas que vivem com rio.

Como contribuição prática, a pesquisa se compromete a retornar à comunidade, disponibilizando todos os dados coletados e os produtos dos mapas elaborados. Essa ação visa não apenas informar, mas também empoderar os ribeirinhos, permitindo que eles tenham acesso a informações que podem ser valiosas para suas práticas de pesca e gestão dos recursos.

Além disso, a pesquisa introduz o aplicativo "De Acordo com a Pesca", desenvolvido junto à comunidade com o intuito de sistematizar os dados de produção pesqueira. Este aplicativo facilitará o monitoramento das atividades pesqueiras, promovendo a transparência e a organização entre os membros do Acordo de Pesca. Ao permitir que os usuários registrem e acessem informações relevantes de maneira prática, o aplicativo pode fortalecer a cooperação e a tomada de decisões coletivas, contribuindo para a manutenção do Acordo de Pesca e a eficácia das práticas pesqueiras.

Dessa forma, a pesquisa não só gera conhecimento, mas também cria ferramentas concretas que podem ajudar a comunidade a preservar seus modos de vida e a gerenciar seus recursos de maneira mais eficiente e autônoma.

Como toda pesquisa, esta também apresenta limitações. A primeira diz respeito à dificuldade de acesso a dados de produção pesqueira de todos os Acordos de Pesca, o que impediu uma mensuração precisa da produção real no município de Limoeiro do Ajuru. Em segundo lugar, houve uma limitação no aprofundamento dos estudos sobre a origem dos "Areiais", que são utilizados pelos ribeirinhos para cultivar diversas espécies. Por fim, a pesquisa enfrentou desafios na obtenção de imagens de maior qualidade para a análise da foz do Rio Tocantins antes da construção da barragem de Tucuruí. Essas limitações sinalizam áreas para futuras investigações, contribuindo para um entendimento mais completo e abrangente do contexto estudado.

A pesquisa abre novas possibilidades para investigações futuras, destacando a necessidade de um aprofundamento no estudo dos "Areiais", incluindo sua origem e a história da relação dos ribeirinhos e ribeirinhas com esses espaços de cultivo. Compreender essa

dinâmica é crucial para valorizar as práticas tradicionais e os conhecimentos locais que sustentam a biodiversidade e a segurança alimentar.

Além disso, a pesquisa sugere a realização de estudos sobre as transformações na foz do Rio Tocantins, que têm alterado sua estrutura hidrológica em direção a um possível delta devido ao processo avançado de sedimentação. Essa análise pode oferecer insights valiosos sobre os impactos das intervenções dos empreendimentos de infraestrutura que tem provocado crises climáticas na dinâmica fluvial.

Futuramente, pretende-se expandir o uso do aplicativo "De Acordo com a Pesca" para registrar a produção pesqueira em outras comunidades, promovendo uma rede de informações que fortaleça a gestão coletiva dos recursos.

Por fim, a pesquisa corrobora a importância de incentivar investigações interdisciplinares, que promovam diálogos entre saberes científicos e tradicionais, criando um espaço de aprendizado mútuo que enriqueça tanto a pesquisa acadêmica quanto as práticas comunitárias. Essas direções futuras não apenas ampliam o conhecimento, mas também reforçam a importância da colaboração na busca por soluções de alternativa baseadas na horizontalidade dos saberes.

A pesquisa não se constrói sozinha; ela é um processo de troca e diálogo contínuo. É fundamental reconhecer que o conhecimento deve ser tratado como um esforço colaborativo, respeitando os saberes das comunidades tradicionais que têm se empenhado na defesa de seus territórios e modos de vida. Essa colaboração vai além de simplesmente realizar estudos sobre essas comunidades; trata-se de envolver suas vozes e experiências ativamente na pesquisa, valorizando suas contribuições e perspectivas.

Ao integrar os saberes locais nas práticas de pesquisa, criamos um ambiente de aprendizado mútuo, onde tanto os pesquisadores quanto as comunidades se beneficiam. Essa abordagem não só enriquece o entendimento acadêmico, mas também fortalece a autonomia e a identidade cultural dos ribeirinhos, promovendo um sentido de pertencimento e protagonismo nas questões que os afetam diretamente.

A pesquisa deve ser uma prática inclusiva, que respeite e valorize a diversidade de conhecimentos. Ao colaborar com as comunidades, estamos não apenas ampliando o alcance do conhecimento científico, mas também contribuindo para a construção de um futuro mais justo entre a academia e a sociedade.

Assim, a busca por respostas e pela compreensão dos conflitos deve ser vista como um processo dinâmico e em constante evolução, onde a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento se torna fundamental. Com isso, almejamos não apenas uma análise crítica, mas

também a promoção de práticas que respeitem e valorizem a diversidade de saberes e experiências.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Tempos de destruição na calha do Rio Tocantins: incessantes efeitos sociais e ambientais da UHE Tucuruí** / Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Jurandir Santos Novaes, Thamirys Di Paula Cassiano de Matos, Thiago Alan Guedes Sabino (organizadores). – São Luís: EDUEMA, 2020.
- ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais- a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.
- _ **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Apresentação. In: MARIN, Rosa Elizabeth Azevedo. NOVAES, Jurandir Santos de (Org). **Povos tradicionais com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. UEA Edições, 2015.
- _ **Territórios e territorialidades específicas na amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. Caderno CRH, Salvador, v25, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. manaus: uEA Edições, 2013.
- AGÊNCIA SENADO. Impactos socioambientais da hidrovía Araguaia-Tocantins dividem debatedores. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/28/impactos-socioambientais-da-hidrovía-araguaia-tocantins-dividem-debatedores>. Acessado em: setembro de 2024.
- ANDRADE, Aparecido Ribeiro de; SCHIMIDT, Lisandro Pezzi. **Metodologias de pesquisa em geografia**. UNICENTRO, Paraná, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/929>. Acessado em: setembro de 2024.
- ARNAUD, Mario Júnior de Carvalho. **As ações do estado e dos movimentos socioterritoriais em conflitos na reserva extrativista “Verde para Sempre” em Porto de Moz, estado do Pará**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia- Minas Gerais, 2019.
- _ **Gestão ambiental no Baixo Tocantins: dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUS**. Belém. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual** / Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003
- BECKER, K. Bertha; STENNER, Claudio. **Um futuro para Amazônia**. São Paulo: Oficina de textos, 2008.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.
- BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. *Revista De Ciências Sociais*, 39(2), 98–104, 2023. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511>. Acessado em: outubro de 2024.

BRASIL. Programa Luz para Todos. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos> . Acessado em: janeiro de 2024.

BRASIL. Hidrovia do Tocantins – Araguaia. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/aquaviario/intervencao-em-hidroviass/hidroviass-1/hidrovia-do-tocantins-araguaia> Acessado em: maio de 2024.

BRASIL. Ibama emite licença prévia para o derrocamento do Pedral do Lourenço na Hidrovia do Tocantins. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/seppi/noticias-1/ibama-emite-licenca-previa-para-o-derrocamento-do-pedral-do-lourenco-na-hidrovia-do-tocantins>. Acessado em: maio de 2024.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6040&ano=2007&ato=5b7MTQE9ENRpWTe58>. Acessado em: outubro de 2024.

CABRAL, Ligia Maria Martins. **O rio Tocantins no olhar dos viajantes: paisagem, território, energia elétrica** / [coordenação] Ligia Maria Martins Cabral. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013.

CAMETÁ. Planos Diretores dos Municípios a Jusante da UHE Tucuruí Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. 2006. Disponível em: https://prefeituradecameta.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/02_Diagn%C3%B3stico_de_Camet%C3%A1_2006.pdf. Acessado em: setembro de 2024.

CARVALHO, Yara Cristina de. GOMES, Guilherme Nascimento. CORAZZA, Rosana Icassatti. **Um olhar aos resultados do Programa Luz para Todos: informado pelos conceitos e enfoques da justiça energética (2004-2010)**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía | vol. 31, n.º 2, jul. - dic. de 2022, pp. 501-518 | ISSN 0121-215X.

CASTRO, Fábio de. MCGRATH, David. **O manejo comunitário de lagos na Amazônia**. Parcerias estratégicas - n12 - setembro 2001 Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/07/o_manejo_comunit%C3%A1rio_de_lagos_na_amaz%C3%B4nia.pdf. Acessado em: Agosto de 2024.

CERDEIRA, Regina Glória Pinheiro. **Acordo de pesca como instrumento de gestão participativa na Amazônia**. 2009. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2009.

COUTO, Rosa Carmina de Sena. **Hidrelétrica de Tucuruí: impactos da malária na saúde da população atingida**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V. 15, N. 3, 2021 ISSN: 1984-1639.

DA MATTA, R. **Ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues**. In: NUNES, E. (org). A aventura sociológica. RJ: Zahar, 1978.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **Comum: ensaio a revolução no século XXI**. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

FEARNSIDE, Philip M. 1999. **Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam. Environmental Management** 24(4): 483-495. Doi: 10.1007/s002679900248 Disponível em: <http://philip.inpa.gov.br>.

FELICIO, Munir Jorge. FERNANDES, Bernardo Mançano. A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar. In: FERNANDES, Bernardo Mançano(Org). **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.v.1-2** - Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos Movimentos Sociais**. São Paulo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais do Brasil**. 4 ed. - São Paulo: Global, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_ **Microfísica do poder**. 15 ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2023.

FREITAS, Gilmar Fialho de. OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. **Uma análise do programa luz para todos do Governo Federal**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV) ISSN 2359-5116 | V. 6 | N.2 | JUL-DEZ.2017.

FURTADO, Júlia Ferreira. **Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII)**. Tempo (Niterói, online) | Vol. 22 n. 40. p.369-401 mai-ago, 2016.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Características gerais e problemas da pesca Amazônica no Pará**. Boi. Mus. Para. Emilio Goeld/, sá". Antropol., 6 (1), 1990.

_ Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. In: ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil** (pp.57-71). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_ **Pesqueiros reais & pontos de pesca: Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Série Antropologia, v.18, n.1, p. 3-26, 2002.

GIRARDI, Eduardo Paulon. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Geografia da conflitualidade no campo brasileiro**. In; FERNANDES, Bernardo Mançano(Org). **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.v.1-2** - Presidente Prudente, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. Dossiê Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. 54, Set/Dez, 2008.

_ **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 7 ed, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2013.

_ **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3ª ed,1 reimpressão. - São Paulo, 2022.

_ **A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas.** In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3ª edição. Iamaparina, Rio de Janeiro, 2007.

_ **O desafio ambiental.** (Org)SADER, Emir. 3ª ed, Record, Rio de Janeiro, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: E. Bertrand Brasil, 2019.

_ **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade,** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

HOLANDA, Bianca da Silva. MAGALHÃES, Sônia Barbosa. MARTINS, Paulo Fernando da Silva. SIMÕES, Aquiles Vasconcelos. **Conflitos socioambientais na pesca do mapará (*Hypophthalmus marginatus*): efeitos da barragem de Tucuruí.** *Rev. Revista de Estudios Brasileños i Volumen 7 - número 15*, PP. 179-193, 2021. e-ISSN: 2386-4540 DOI: <https://doi.org/10.14201/reb2020715179193>

HONNETH, Alex. **Barbarizações do conflito social: Lutas por reconhecimento ao início do século 21.** *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 154-176. Jan.-abr. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/limoeiro-do-ajuru.html> Acessado em: janeiro de 2024.

_ Limoeiro do Ajuru. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/limoeiro-do-ajuru/historico> Acessado em: janeiro de 2024.

IKEDA JUNIOR, Riyuzo. **Zona de sacrifício ambiental: O caso da Baía de Sepetiba – RJ.** *RPPR – Rio de Janeiro – vol. 5, nº 3*, setembro a dezembro de 2018, p. 359-380

KALIKOSKI, Daniela Coswig. SEIXAS, Cristiana Simão. ALMUDI, Tiago. **Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios.** *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. XII, n. 1 p. 151-172, jan.-jun, 2009.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 2 ed, Companhia de Letras, São Paulo, 2020.

_ **Futuro Ancestral.** 1 ed, Companhia de Letras, São Paulo, 2022.

_ **Um rio um pássaro.** 1 ed. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2023.

LEÃO, Ariete Pastana. **Conflitualidades territoriais em acordos de pesca artesanal na comunidade de Rio Cardoso, em Limoeiro do Ajuru, Pará.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Pará, Campus de Cametá, 2022.

LEÃO, Ariete Pastana. ARNAUD, Mário Júnior de Carvalho. **Acordo de pesca artesanal na comunidade de Rio Cardoso: políticas públicas e práticas de r-existência em Limoeiro do Ajuru, Pará.** *Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul*, v. 4, n. 2, 2023

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental.** Artigo publicado em PHILIPPI JR., Arlindo (Org.). *Interdisciplinaridade em ciências ambientais.* São Paulo: Signus, 2000.

_ **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes.** Tradução de Silvana Coubucci Leite: São Paulo, Cortez, 2012.

_ **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialidade da vida.** Tradução: Jorge Calvimontes – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

LIMA, Rubens Rodrigues. TOURINHO, Manoel Malheiros. COSTA, José Paulo Chaves da. **Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira: características e possibilidades agropecuárias.** Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 2001.

LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck. SANTOS, Paulo Marcos Coutinho dos. CARVALHO, Newton de Oliveira. SILVA, Euzebio Medrado da. **Fluxo de sedimentos em suspensão na bacia Araguaia-Tocantins.** XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Curitiba, ISSN: 2318-0358, 2003. Disponível em: <https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/154/30.pdf>. Acessado em: setembro de 2024.

LIMOEIRO DO AJURU, Lei Municipal n 093/2006, de 06 de outubro de 2006. Disponível em: <https://limoeirodoajuru.pa.gov.br/c/publicacoes/leis/> Acessado em: janeiro de 2024.

_ Lei n 0226/2019 de 03 de janeiro 2019a. Disponível em: <https://limoeirodoajuru.pa.gov.br/c/publicacoes/leis/> Acessado em: janeiro de 2024.

_ Relatório da produção pesqueira artesanal dos acordos de pesca do município de Limoeiro do Ajuru- Pará ano – 2019b. Disponível em: <https://limoeirodoajuru.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Pesca-2019.pdf>. Acessado em: setembro de 2024.

_ Lei Orgânica do município de Limoeiro do Ajuru. 31 de março de 1990. Disponível em: [LEI ORGÂNICA - Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru | Gestão 2021-2024](#) Acesso em: setembro de 2024.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

_ Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

LOPES, José Sergio Leite. **A ambientalização dos conflitos sociais.** José Sergio Leite Lopes (coordenador) / Diana Antonaz, Rosane Prado, Gláucia Silva (orgs.) / Beatriz Heredia... [et al.]. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia, colônia do Brasil.** Editora Valer, Manaus, 2022.

_ **Amazônia:** estado, homem, natureza. 4. Ed.-Belém. Cultural Brasil, 2019.

MALERBA, Julianna. **O esvaziamento simbólico dos espaços e a morte da política.** FASE, 2015. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/artigos/o-esvaziamento-simbolico-dos-espacos-e-a-morte-da-politica/>. Acessado em: Outubro de 2024.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. GEWANDSZNAYDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo; Pioneira: 2. ed; 2000.

MCGRATH, David. ALMEIDA, Oriana. MERRY, Frank. **Acordos para criação de gado e manejo de pesca na várzea do Baixo Amazonas.** Paper - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), ISSN 1516911, 2010.

MCGRATH, David. CASTRO, Fábio de. CÂMARA, Evandro. FUTEMMA, Célia. Manejo

comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 1, n. 2, dez. 2008. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4>>. Acesso em: 12 ago. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v1i2.4>.

MÉRONA, Bernard de. JURAS, Anastácio Afonso. SANTOS, Geraldo Mendes dos. CINTRA, Israel Hidenburgo Aniceto. **Os peixes e a pesca no baixo Rio Tocantins: vinte anos depois da UHE Tucuruí**. ISBN 978-85-8777-508-5: 2010.

OVIEDO, Antonio Francisco Perrone. BURSZTYN, Marcel. DRUMMOND, José Augusto. **Agora sob nova administração: acordos de pesca nas várzeas da Amazônia brasileira**. Ambiente & Sociedade, São Paulo v. XVIII, n. 4 n p. 119-138, out.-dez. 2015.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: the Evolution of institutiona for collective action**. Cambridge University Press, 1990.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental, Presidente Prudente, 2009.

PEIXOTO, Maria Eduarda Gonçalves; ALENCAR, Claudiana Nogueira de; FERREIRA, Ruberval. **O objeto da ideologia na teoria crítica do discurso**. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 1, p. 215-233, jan./abr. 2018.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense**. Rio de Janeiro: Niterói, 2014.

_Resistência territorial ribeirinha na Amazônia Tocantina paraense com a construção da Hidrelétrica em Tucuruí. In: AZEVEDO MARIN, R. E. A. NOVAES, J. S(Org). **Povos tradicionais com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. UEA Edições, 2015.

_Amazônia Tocatina: o território. In; OLIVEIRA, José Pedro Garcia. *et al* (Org). **Educação, Ciência e Desenvolvimento da Amazônia Tocantina**. _ Cametá, PA: UFPA/Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2012.

PEREIRA. Edir Augusto Dias. BARROS, Óscar Ferreira. HAGE, Salomã. MCCOWAN, Tristan. **A Amazônia na rota da colonialidade global: A Hidrovia Araguaia-Tocantins, conflitos de projetos, pluralidade de vozes/ narrativas e perspectivas educativas**. Revista Española de Educación Comparada | núm. 43 (julio-diciembre 2023), pp. 174-194 ISSN 2174-5382.

PEREIRA, Doralice Barros. PENIDO, Marina de Oliveira. **Conflitos em empreendimentos hidrelétricos possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social**. In; ZHOURI, André. LASCHEFSKI(Org). **Desenvolvimento e conflita ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PINTO, Raquel Giffoni. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019.

PORTO. Monica F A. PORTO. Rubem La Laina. **Gestão de bacias hidrográficas**. Estudos Avançados 22 (63), 2008.

PPDJUS, **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região da Jusante da UHT Tucuruí**. Tucuruí. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/361?mode=full>.

Acessado em: setembro de 2024.

PUGLIESE JUNIOR, Francisco Antonio. **A história indígena profunda do sambaqui monte castelo**. Tese – Programa de pós-graduação em arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018

REDE PARA DE NOTÍCIA. Abertura da Pesca do Mapará é Patrimônio Cultural Imaterial do Estado. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/191764/>. Acessado em: julho de 2024.

REIS, Igor Pinho dos. **Redes de energia elétrica e territorialidades pesqueiras: uma análise da comunidade ribeirinha de Saracá, em Limoeiro do Ajuru - Pará**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Pará, Campus de Cametá, 2022.

REIS JR. Dante F. C. Aspectos históricos da fotografia e realizações em Geografia. In: **Geografia e Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Org. Valdir Adilson Stenink, Dante Flávio Reis Junior, Everaldo Batista Costa, Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias-LAGIM, UnB, 2014.

REMPA. **Caravana em defesa do Rio Tocantins percorre municípios da região denunciando prejuízos com a hidrovia**. Rede eclesial Pan-Amazônica, Brasil, 2022. Disponível em: <https://repam.org.br/defesa-rio-tocantins/>. Acessado em: setembro de 2024.

RODRIGUES, Suzi Carolina Moraes. CARVALHO, André Cutrim. **Acordos de pesca como instituição social de governança de territórios pesqueiros: o caso de Limoeiro do Ajuru-PA**. Grupo acadêmico produção do território e meio ambiente na Amazônia, GAPTA/UFPA. Belém, PA, 2021.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Valcir Bispo. **Desenvolvimento, pesca artesanal e instituições: o caso do Baixo Tocantins e da região a jusante da UHE Tucuruí**. Bahia, ECSB 2007. Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_anteriores/st5_05.pdf Acessado em: março de 2024.

_ Desenvolvimento territorial e capital social em acordos de pesca na Amazônia Oriental. CADERNOS CEPEC Volume 08, N° 01, Junho de 2019.

SENA, Antonio Ferreira de. **Limoeiro do Ajuru: história e geografia. Um estudo sobre o município de Limoeiro do Ajuru, estado do Pará. De povoado à vila; de vila à município**. Coleção Novo Tempo Cabano Vol. VI, Cametá, Pará, 2007.

SILVA, Luiz Guilherme Teixeira. SILVA, Benedito Nelson R. da. RODRIGUES, Tarcísio Ewerton. **Análise Fisiográfica das Várzeas do Baixo Tocantins: uma contribuição ao manejo e desenvolvimento dos sistemas de uso da terra**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2002.

SILVA, Fábio Carlos da. RAVENA, Nirvia. Formação institucional e desenvolvimento regional na Amazônia brasileira: fundamentos teóricos e síntese histórica. In: SILVA, Fábio Carlos da. RAVENA, Nirvia(Org). **Formação institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

SILVA, Catia Antonia da. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, Catia Antonia da. **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SIMÕES, Aquiles. DIAS, Sara Corrêa. ALMEIDA, Oriana. RIVERO, Sérgio. **Gestão dos recursos naturais na região do baixo Tocantins através de acordos de pesca.** *Amazôn., Rev. Antropol. (Online)* 6 (1): 50-65, 2014.

SCHUSSEL, Zulma. NASCIMENTO NETO, Paulo. **Gestão por bacias hidrográficas: do debate teórico à gestão municipal.** *Ambiente & Sociedade, São Paulo-* v. XVIII, 2015.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** *Raízes, Campina Grande,* vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

_ **Exploração normal, resistência normal.** *Revista Brasileira de Ciência Política,* nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** *REVISTA NERA –ANO 20, Nº. 39 –Dossiê, 2017 –ISSN: 1806-6755.*

SOUTO, Francisco José Bezerra. SAMPAIO, Ketlen dos Santos. **Conflitos socioambientais na comunidade pesqueira de bom Jesus dos pobres (saubara-ba): uma abordagem etnoecológica abrangente** *Ethnoscientia.* 5, 2020. D.O.I.: 10.22276/ethnoscientia.v5i1.266.

SOUZA, Ana Flavia Costa. *et al.* **Acordo de pesca da Ilha Saracá, no município de Limoeiro do Ajuru-PA: Uma proposta de intervenção a partir dos recursos pesqueiros.** *Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF-* Vol, nº 1, jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Estudo no baixo rio Tocantins busca contribuir para garantia reprodutiva do peixe mapará.** 06 de agosto de 2024. Disponível em: <https://ufpa.br/estudo-no-baixo-rio-tocantins-busca-contribuir-para-garantia-reprodutiva-do-peixe-mapara/>. Acessado em: Setembro de 2024.

VIDAL, Marcelo Derzi. **Manejo participativo da pesca na Amazônia: a experiência do ProVárzea.** *Ciência e Natura, UFSM,* 32 (2): 97 - 120, 2010.

ⁱ Os documentos em apêndice e em anexo foram arquivados para preservar a identidade dos entrevistados que preferiram não ser identificados no corpo do trabalho.